

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

ESTUDOS NA ANÁLISE Teun A. van Dijk
CRÍTICA DO DISCURSO

húmus

 **CECS**
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA
Estudos na análise crítica do discurso

AUTOR: Teun A. van Dijk
Tradução: Zara Pinto-Coelho

Diretor das Coleções do CECS: Moisés de Lemos Martins
Diretor-Adjunto das Coleções do CECS: Manuel Pinto

Capa: António Modesto

© Universidade do Minho

EDIÇÕES HÚMUS, 2017
Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Tel. 926 375 305
Email: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Campo das Letras, outubro de 2005
2.ª edição: Edições Húmus, novembro de 2017
Depósito legal: 433636/17
ISBN: 978-989-755-294-6

Apoio:

Cofinanciado por:



Financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013.

DISCURSO, NOTÍCIA E IDEOLOGIA

Estudos na análise crítica do discurso

Teun A. van Dijk



Prefácio

Dizia Eduardo Prado Coelho aqui há tempos no *Público* que “a lógica das traduções é muito surpreendente”. Dizia-o a propósito da iniciativa da editora da Universidade Federal de Minas Gerais de publicar um conjunto de textos fundamentais de Stuart Hall, um nome essencial dos *Cultural Studies* com uma influência notável em todo o mundo. Poderíamos tecer considerações semelhantes sobre o pensador que a Coleção “Comunicação e Sociedade” do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS) quer apresentar agora aos leitores portugueses: Teun Adrianus van Dijk.

De facto, tirando um texto publicado pela Caminho em 1997 numa obra organizada por Emília Ribeiro Pedro para dar a conhecer a *Análise Crítica do Discurso*, Teun van Dijk é um autor que não chega a existir para os leitores portugueses. No entanto, no quadro de disciplinas várias como são as Ciências da Comunicação, a Psicologia, a Educação e as Ciências da Linguagem, trata-se sem dúvida de um nome fundamental e a sua vastíssima obra é reconhecidamente importante. E, como é natural, suscita polémicas (às vezes mesmo ódios) na proporção da sua crescente influência. Publicando a um ritmo acelerado, tem hoje mais de trinta livros importantes editados. Está traduzido em espanhol, alemão, no Brasil e (sobretudo) em inglês – Teun Adrianus van Dijk nasceu na Holanda –, mas não em França e não em Portugal.

Curiosamente, foi em França – como os leitores terão oportunidade de ler num texto onde Teun van Dijk se apresenta aos seus amigos e colegas argentinos – que este pensador viveu um dos momentos críticos do seu percurso teórico. Estudante de língua e de literatura francesas e jovem estruturalista na França dos anos 60, especialmente interessado na poesia surrealista, também ele fez parte dos muitos autores fortemente influenciados pela poética e semiótica francesa (no seu caso particular, pela *Semântica Estrutural de Greimas*). Mas este seu primeiro amor académico não resistiu à novidade vinda lá do outro lado do Atlântico nos finais dos anos 60: Noam Chomsky e a gramática generativa transformacional. Como nos conta Teun

van Dijk, a propósito dos acontecimentos envolvidos nesta viragem teórica em direcção à gramática do texto, esta ruptura implicou também novas colaborações com amigos e colegas alemães, como por exemplo, Janes Petofi ou Hannes Rieser. Mas não ficou por aí. Cedo deixou de encontrar na Linguística respostas e apoio à sua vontade de compreender a natureza e o funcionamento da linguagem e se virou para a psicologia em busca de inspiração e apoio. Foi assim que conheceu Walter Kintsch, um psicólogo americano de origem austríaca com quem colaborou cerca de dez anos, ao mesmo tempo que escrevia os livros *Texto e Contexto* (1971) e *Estudos sobre a Pragmática do Discurso* (1981). Juntamente com ele produziu um trabalho cognitivo sobre discurso, introduzindo a noção de modelo (da situação e contextual) que permitiu explicar muitas coisas que até então ainda permaneciam obscuras ou ignoradas na gramática do texto (*Estratégias da Compreensão do Discurso*, van Dijk & Kintsch 1983).

Quem teve o privilégio de ser seu aluno sabe que Teun van Dijk não se caracteriza apenas por uma imensa curiosidade intelectual e um espírito inovador que o fazem preferir o risco ao conforto dos caminhos percorridos e que o leva, como ele mesmo diz, a observar nos limites dos campos e das disciplinas novos fenómenos e a desenvolver novos projectos. Caracteriza-se também pela sua disponibilidade para objectivos sociais orientados para aqueles que mais precisam, nomeadamente estudantes, investigadores e universidades excluídos ou à margem dos grandes centros de decisão (por exemplo, da América Latina, do Brasil, da Palestina) e pela sua participação activa em movimentos académicos e sociais de defesa dos interesses das minorias. Teun van Dijk diz-nos neste livro que, a certa altura do seu percurso, precisamente depois de uma das suas experiências de leccionação prolongada no Colégio do México nos anos 80, sentiu necessidade de mudar a sua prática concreta e o seu lugar, orientando as suas reflexões teóricas de natureza interdisciplinar para a compreensão dos problemas sociais e políticos concretos das sociedades actuais. Foi assim que deu início a uma série de projectos de longa duração a partir dos quais pretendeu estudar o modo como o racismo se expressa, reproduz e legitima através do texto e da fala. Um projecto maior centrou-se na Holanda e na Califórnia, na forma como nas conversas de todos os dias as maiorias brancas falam acerca das minorias étnicas, imigrantes e refugiados e sobre as gentes do Sul em geral. Deste projecto saiu um livro que constitui referência obrigatória nos estudos sobre discurso racista e preconceito étnico (*Comunicando o Racismo Preconceito étnico no pensamento e na fala*, 1987). Nos estudos seguintes centrou-se no texto e na fala institucional e da elite, nomeadamente na imprensa (um dos seus maiores projectos e também o mais conhecido, de que resultou a obra *Racismo e Imprensa*, 1991), nos manuais escolares, nos debates parlamentares e no discurso corporativo. Demonstrou que todos estes géneros distintos do discurso da elite e das formas de discursos dominantes apresentavam muitas semelhanças. Para além dos estereótipos e preconceitos ideológicos, também verificou muitos estereótipos textuais nos modos como aqueles géneros tendem a descrever as minorias e as relações étnicas. A estratégia principal no texto

e na fala é a da auto-apresentação positiva e a da apresentação negativa do outro. Quer isto dizer que as elites se apresentam sempre a si mesmas como tolerantes e modernas negando, ou pelo menos mitigando, o “nosso” racismo, ao mesmo tempo que se focalizam nas características negativas dos outros. Se há racismo na “nossa sociedade”, então é um fenómeno que se deverá procurar nos guetos urbanos, nos brancos pobres e nunca nas elites das salas das redacções, das salas de reuniões ou dos Parlamentos. Portanto, ao mesmo tempo que as elites se apresentam a si mesmas de uma forma positiva, culpabilizam também as vítimas sociais.

Van Dijk com estes estudos mostra que o racismo é, de facto, um problema nosso no sentido em que nós somos parte do problema. E nós não significa apenas nós, brancos, mas também, senão especialmente, nós, membros da elite branca, ou nós, académicos brancos. Claro que esta posição de van Dijk, que nos torna a todos mais responsáveis pela existência e perpetuação do racismo, suscitou reacções apaixonadas. Já em 1966 Howard Becker chamava a atenção para o facto de que o sociólogo só é geralmente acusado de parcialidade e de distorção quando mostra simpatia pelos subordinados. E Teun van Dijk, apesar de não ser sociólogo, não constitui excepção. Por exemplo, no seu país natal as críticas que teceu ao discurso da imprensa traduziram-se em actos de censura e de obstrução ao desenvolvimento da sua investigação por parte de um conhecido e prestigiado título da imprensa holandesa (*Volkskrant*). Estas reacções são vistas pelo autor como sendo simultaneamente um indicador da urgência e da necessidade de trabalhos que privilegiam pontos de vista diferentes, e também como sendo um desafio intelectual, na medida em que exigem da parte do cientista um maior empenhamento e entrega e também, claro, uma consciência aguda dos seus limites. Como o autor sublinha num dos capítulos deste livro, essa consciência implica, por exemplo, não ter receio de cometer erros. Esse pode ser o “preço a pagar” ou, se quisermos, o risco inerente às explorações originais em territórios virgens, à experimentação criativa e à juventude das disciplinas novas.

Em meados dos anos 80 e inícios dos anos 90 Teun van Dijk lançou-se, juntamente com mais alguns professores europeus notáveis vindos da Análise do Discurso e disciplinas relacionadas, em mais um projecto: fazer da análise do discurso uma análise crítica.¹ Ou seja, um tipo de análise de discurso que através de uma escolha específica de tópicos, problemas, questões e valores contribuísse para aprofundar o conhecimento das relações entre discurso, poder e ideologia. Não apenas para saber mais sobre o assunto, mas para produzir um conhecimento que valorize o ponto de

¹ O desenvolvimento deste projecto foi estimulado por encontros com estudantes e professores do Sul no campo da comunicação e dos estudos do discurso e pelo sistema europeu da rede Erasmus. Uma dessas redes ligou linguistas críticos e analistas do discurso em Londres, Lancaster, Linköping, Viena de Áustria, Madrid, Duisburg, Lisboa, Atenas e Amsterdão. Criada em 1993, esta rede europeia já não existe, mantendo-se ainda viva uma lista na Internet (CRITICS-L). No entanto, a semente que lançou foi frutífera. Destacamos o lançamento de duas revistas: a primeira em 1997, pela Sage, *Discourse & Society* dirigida por Teun van Dijk; a segunda em 2003, pela Routledge, *Critical Discourse Studies*. Mais recentemente, importa referir a organização da primeira conferência internacional de Análise Crítica do Discurso que reuniu mais de trezentos analistas críticos de todo o mundo em Valência, Espanha, no ano de 2004.

vista e as experiências e opiniões das minorias sem poder (definidas pelo eixo do género, etnias, classe, idade, nacionalidade, religião, etc.) e que possa levar a uma mudança emancipatória. Estamos portanto a falar da partilha de uma mesma atitude dissidente. Ou, usando as palavras de van Dijk, da partilha de uma perspectiva, de um modo diferente de teorizar e de aplicar em que os analistas tomam uma posição explícita e querem assim compreender, expor e, por último, resistir à desigualdade social. Esta dissidência implica uma posição epistemológica específica da parte dos investigadores da Análise Crítica do Discurso (ACD): em vez de negarem ou de ignorarem as relações entre ciência e sociedade, não só as levam em conta como fazem dessa reflexão uma parte inerente das suas práticas de análise. O reconhecimento das bases sociais do conhecimento e a reflexividade que tal motiva implica duas tomadas de posição fundamentais: por um lado, o afastar da ideia clássica do papel do crítico na posição externa de árbitro do jogo, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estamos envolvidos naquilo que iremos julgar; e, por outro lado, acreditar que é socialmente possível haver um conhecimento mais válido, mais relevante e útil para as minorias, afastando assim simultaneamente os espectros do “rei-filósofo” e o do relativismo pós-moderno. De uma forma mais lata, poderemos considerar que a ACD faz parte da autoconsciência crítica da linguagem amplamente difundida na vida social contemporânea e integra também a reflexividade que caracteriza a vida quotidiana da sociedade actual.

Com filiações teóricas variadas e pontos de vista diferentes, os analistas críticos do discurso trabalham com textos e interacções reais (e também com imagens visuais) focando-se na forma como as linguagens são usadas em interacções concretas, social e historicamente situadas. Trabalham de facto com qualquer tipo de material semiótico, mas o seu ponto de partida são, como referi acima, assuntos sociais e problemas que preocupam sociólogos, educadores e cientistas políticos: por exemplo, o fosso Norte-Sul, os efeitos negativos da nova ordem global neoliberal, o anti-semitismo, o sexismo e o nacionalismo. Por isso se pode dizer que os problemas que formulam são de alguma forma problemas novos, cuja resolução implica um diálogo entre disciplinas preocupadas com a análise linguística e semiótica e disciplinas centradas na teorização e investigação dos processos sociais.

O analista crítico do discurso que agora introduzimos aos leitores portugueses, Teun van Dijk, tem a particularidade de incluir na sua teoria de discurso também uma dimensão cognitiva. Como ele próprio afirma, embora seja incorrecto falarmos de uma forma de fazer análise crítica do discurso “à van Dijk”, é verdade que podemos distinguir o seu trabalho no quadro da Análise Crítica do Discurso precisamente pelo enfoque sociocognitivo na teorização sobre as relações intrincadas entre texto e contexto. Na sua perspectiva, uma análise de discurso adequada requer uma análise detalhada da organização verbal e paraverbal dos eventos comunicativos e uma análise detalhada cognitiva e social; e apenas uma integração destas duas abordagens tem validade descritiva, explicativa e especialmente crítica no estudo dos assuntos e problemas sociais.

Antes de passarmos a palavra a Teun van Dijk, importa dizer que o destinatário deste livro é um público vasto e variado dada a interdisciplinaridade característica da Análise Crítica do Discurso e do trabalho desenvolvido pelo autor. Será especialmente útil para áreas ligadas ao Jornalismo e à Comunicação Social em geral. O leitor terá oportunidade de ver discutidas à luz de um novo enfoque algumas das questões clássicas na investigação sobre os *media*, como seja a questão da ideologia e do poder dos *media* e dos seus conteúdos. Como é característico da ACD, o autor ilustra a sua argumentação com textos publicados em títulos da imprensa internacional (por exemplo, no *New York Times* e no *Washington Post*) a propósito de assuntos socialmente relevantes ou de acontecimentos políticos que fazem parte da memória social. Foi talvez nestes momentos que a tradução se revelou mais problemática. Queremos agradecer ao autor (que também fala português) por nos ter acompanhado passo a passo neste exercício, e ao Doutor Edmundo Cordeiro por generosamente se ter oferecido para a sua revisão. Bem hajam.

Maria Zara Pinto-Coelho
E-mail: zara@ics.uminho.pt

Introdução

É para mim um prazer e uma honra ver o meu trabalho aparecer agora também em Portugal com esta colectânea de artigos, numa língua de que eu tanto gosto – graças à excelente tradução da minha colega, ex-estudante de doutoramento e amiga, Zara Pinto Coelho.

Esboçarei de forma breve nesta introdução o *background* e algumas implicações gerais – e limitações – dos artigos aqui reunidos. Como a Zara já apontou no seu simpático prefácio a este livro, os meus primeiros interesses académicos centraram-se no campo da literatura moderna. E é através de uma série de questões que cheguei finalmente onde estou agora, cerca de 35 anos depois. A literatura, do meu ponto de vista, tinha de ser estudada pela linguística moderna, e não só pelo criticismo literário mais impressionista. Por conseguinte, depressa fiz mais linguística do que literatura. Mas a linguística nos anos 60 tinha pouco que ver com o discurso; portanto, o passo seguinte foi alargar as gramáticas das frases para as gramáticas dos textos. Mas, claro, nem os textos literários nem outros discursos têm apenas estruturas gramaticais textuais e necessitam por isso de muitos outros tipos de análise, nomeadamente do seu estilo, retórica, estruturas narrativas ou argumentativas, actos de fala e outras formas de interacção. De facto, esse estudo não estava, obviamente, limitado à linguística, mas também incluía dimensões sociais, cognitivas, culturais e históricas. Porque queria encontrar ‘provas psicológicas’ da nova noção de macro-estrutura que tinha introduzido, procurei trabalho sobre psicologia do discurso e, precisamente, nessa mesma altura, psicólogos como Walter Kintsch estavam também interessados em ampliar a psicologia da linguagem para a psicologia da produção do discurso e compreensão. Este interesse pelas dimensões cognitivas do discurso faz parte do meu trabalho até hoje e lamento que nem todos os meus colegas dos estudos críticos do discurso reconheçam o papel fundamental da cognição na linguagem, discurso, comunicação, interacção e sociedade.

Nos inícios dos anos 80, a abordagem mais linguística, formal e cognitiva que caracterizava o meu trabalho inicial sofreu uma reorientação fundamental na direcção dos assuntos sociais. Desta forma, decidi colocar o enfoque num dos mais sérios problemas na Holanda e Europa: o racismo. Claro que o racismo não é inato: as pessoas aprendem o racismo e também o fazem a partir do discurso, como por exemplo a partir dos manuais escolares, da literatura para crianças, dos filmes, dos programas televisivos, das conversas com os pais e amigos, e depois também a partir dos jornais. Por outras palavras, uma análise sistemática de todos estes discursos será capaz de nos permitir conhecer a produção e a reprodução do racismo na sociedade. Embora tenha trabalhado também noutros projectos, o meu envolvimento nesta investigação continua até hoje – com outros estudos sobre racismo em Espanha e na América Latina.

Outro dos projectos maiores em que me empenhei durante os anos 80 foi o estudo das notícias. As notícias na imprensa ou na TV são um tipo de discurso que lemos ou vemos todos os dias. Contudo, para minha surpresa, não existiam praticamente estudos detalhados, extensivos, deste tipo de discurso fundamental – o discurso através do qual nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas. Por conseguinte, as notícias e os artigos de opinião foram sempre um tipo importante de discurso nos estudos empíricos e exemplos de análise que realizei em projectos distintos, como é visível nesta colectânea. Em conjunto com o meu trabalho sobre racismo, por exemplo, este interesse originou muitos estudos sobre racismo na imprensa. Porque na Europa o que a maioria das pessoas sabe sobre imigrantes e imigração deriva em grande parte dos *media*, é óbvio que também as suas opiniões, e logo também os seus estereótipos e preconceitos, devem basear-se no que lêem no jornal ou vêem na televisão. Um estudo detalhado sobre a forma como os *media* relatam a imigração ou as minorias étnicas dá-nos um conhecimento fundamental sobre muitos aspectos da sociedade, instituições, relações de poder, elites e processos sociais.

Nos anos 90, este trabalho sobre discurso, cognição, notícias e racismo precisava de outra dimensão. Primeiro, o estudo do racismo não é obviamente o único modo através do qual nós podemos analisar de forma crítica o modo como o poder e a dominação são reproduzidos na sociedade. O mesmo se passa relativamente ao sexismo, classismo e a outras formas de abuso de poder. Por esta razão, eu e muitos outros académicos juntamo-nos e propusemos uma abordagem ‘crítica’ global ao estudo do discurso, a que chamamos Análise Crítica do Discurso (ACD), mas que genericamente falando deve ser designada de Estudos Críticos de Discurso (ECD), porque não estamos apenas interessados na análise, mas também na teoria, aplicações e outros aspectos da abordagem crítica ao discurso. Na década passada, muitos académicos contribuíram para esta abordagem, e os estudantes foram ficando mais interessados num estudo de discurso centrado primordialmente em problemas sociais. A torre de marfim da linguística e da análise de discurso formal foi então destronada

por abordagens alternativas que acreditavam que outro mundo era não só possível como era também necessário.

Para além do estudo do poder e da dominação, essa abordagem crítica precisava, na minha opinião, não só de uma dimensão discursiva e de uma dimensão social e política, mas também de uma dimensão cognitiva. Continuando o meu trabalho inicial sobre psicologia do processamento de texto, eu sempre estive interessado na psicologia social do discurso, especialmente também porque a psicologia social tradicional foi uma das poucas disciplinas nas Humanidades e nas Ciências Sociais que permaneceu fora do interesse geral nos estudos do discurso. Claro que, assuntos fundamentais estudados na psicologia social, como atitudes, persuasão, identidade, interação, comunicação, formação das impressões, e muitos mais, também têm uma dimensão discursiva importante. É este interface entre discurso e cognição social – já estudado no meu trabalho anterior sobre discurso e preconceito – que sempre me fascinou: como é que as pessoas adquirem, comunicam e usam representações sociais como sejam conhecimento, atitudes e ideologias?

Neste ponto da minha constante procura de uma teoria de discurso social e teoricamente mais adequada, decidi centrar-me num dos aspectos fundamentais do interface entre discurso e cognição social: a ideologia. Tal como ocorre no racismo (e ideologias racistas), as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder. Apesar do papel fundamental das ideologias na sociedade, e apesar de mais de duzentos anos de interesse nas ideologias (sempre definido de forma diferente), a linguística e os estudos do discurso tinham contribuído muito pouco para a nossa compreensão das ideologias e da forma como são produzidas pelo texto e fala. Por isso, o projecto maior que desenvolvi no momento seguinte foi sobre ideologia, escrevendo um primeiro livro, geral, com a intenção de escrever livros mais específicos no futuro – sobre ideologia e cognição social, sobre ideologia e sociedade e sobre ideologia e discurso. Terei aqui trabalho para pelo menos mais uma década...

Os artigos nesta colectânea exemplificam a maioria dos projectos, interesses e teorias acima mencionados. Eles delinham o programa mais genérico dos estudos críticos do discurso e aplicam esse quadro ao estudo da ideologia e, especialmente, aos modos como as ideologias são reproduzidas nas notícias da imprensa. Como sugeri antes, esta questão está no centro da ordem social. É desta forma que os cidadãos se identificam, comunicam e actuam como membros de grupos. É deste modo que as atitudes sociais são formuladas e difundidas na sociedade; é fundamentalmente desta forma que o poder e a dominação são hoje exercidos. A política seria impensável sem os *media* e as suas mensagens ideologicamente baseadas. Muito do que sabemos sobre o mundo não é só baseado nas notícias, mas também está associado a normas e valores e a princípios ideológicos fundamentais. Os capítulos deste livro evidenciam alguns dos princípios fundamentais desta reprodução das ideologias através desta forma crucial de discurso público que é a notícia. Mostram que, a todos os níveis do discurso em geral, e nas notícias em particular, as ideologias são típica-

mente expressas, implementadas ou accionadas pelas manifestações da polarização entre grupos: Nós *vs.* Eles. Assim, ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições das pessoas, citações, unidades lexicais e muitas outras propriedades das notícias, nós vemos que as Nossas coisas boas serão realçadas, enquanto as coisas más Deles serão secundarizadas (mitigadas, marginalizadas, ignoradas). Por outro lado, as coisas ‘más’ Deles serão enfatizadas, enquanto que as Nossas tipicamente serão secundarizadas. Este ‘quadrado ideológico’ composto pelas quatro estratégias principais do discurso ideológico pode então ser aplicado a todos os níveis do discurso (noticioso). Assim, por exemplo, as coisas ‘más’ deles aparecerão tipicamente nas primeiras páginas, em títulos gordos, nos tópicos principais, graficamente destacadas, nas fotos, descritas em termos muito negativos, e por aí adiante. O oposto ocorrerá para as nossas coisas más, como por exemplo o nosso racismo, discriminação e preconceitos, a nossa história colonial, o nosso modo de explorar países pobres e os seus recursos, o nosso modo de poluir o mundo e outros. Os artigos nesta colectânea integram muitos exemplos de análise onde estes aspectos ideológicos do discurso em geral e do discurso da notícia em particular se tornam evidentes. Por conseguinte, devem ser particularmente relevantes para estudantes e académicos interessados na investigação sobre comunicação e *media*. Encontrarão modos de olhar para as notícias e para a comunicação que são mais detalhados, mais sistemáticos e mais explícitos do que o simples comentar, parafrasear ou analisar o conteúdo da notícias. A análise de discurso explícita também vai muito para além das abordagens mais recentes na investigação sobre os *media*, como o estudo do *framing*, pela simples razão que só na análise de discurso a natureza discursiva complexa das notícias é levada a sério.

A ideologia é apenas uma dimensão – importante – da cognição social. No entanto, igualmente importante, senão mais importante, é o conhecimento, que também é adquirido e reproduzido através do discurso em geral, e das notícias em particular. Esta é a razão pela qual, preparando um futuro livro sobre ideologia e cognição social, fiquei mais interessado na natureza, nas estruturas cognitivas e nas funções sociais do conhecimento. Também aqui alguns artigos mostram já este interesse. Embora existam milhares de livros na Filosofia, na Psicologia e nas Ciências Sociais sobre conhecimento, nós ainda sabemos muito pouco sobre o assunto. De facto, não existe ainda um único livro sobre discurso e conhecimento – por isso um dos meus projectos é escrever um livro sobre esse tópico. Nesta colectânea, bem como noutros artigos, tento desenvolver uma nova teoria do conhecimento enquanto sistema de crenças socialmente partilhadas no seio de comunidades epistémicas e legitimadas por critérios discursivamente formulados (provas, argumentos, dados, etc.). Estou particularmente interessado na forma como o conhecimento é adquirido, confirmado e usado no discurso. De facto, não há outra forma de perceber as bases da produção do discurso e da sua compreensão se levarmos em conta o papel fundamental do conhecimento. Com efeito, os discursos são como os icebergues: apenas expressam uma pequena parte do conhecimento, sendo a maior parte deste pressuposto como

conhecimento partilhado. Esta abordagem fundamental também se reveste de suma importância para o estudo das notícias, porque apenas podemos compreender as notícias com base numa grande quantidade de conhecimento do mundo que é dado como pressuposto. Na verdade, mesmo as nossas ideologias – aquelas que partilhámos com outros membros dos grupos sociais com os quais nos identificamos – são baseadas em última instância no conhecimento que todos partilhámos na mesma cultura, independentemente das nossas ideologias e pertenças de grupo. Evidentemente, nós também podemos ter ‘conhecimento’ ideologicamente baseado, mas frequentemente esse conhecimento será tratado por pessoas de outros grupos ou de outras comunidades como ‘mera crença’, preconceito ou superstição, como acontece com as crenças racistas na superioridade branca ou com as crenças sexistas sobre a superioridade masculina. Para as gerações futuras da mesma comunidade, o que antes tinha sido visto como conhecimento pode degenerar em ‘mera crença’, como acontece com as crenças religiosas e com muitas (pseudo)ciências – tal como foi e tem sido o caso de muito conhecimento ‘científico’ sobre as mulheres.

O que acima sumariámos é o resultado de quase 35 anos de reflexão, investigação e escrita. Muito do que eu pensei que era ‘verdade’ tornou-se mais tarde ‘falso’, ou apenas uma parte da verdade. A ciência e a investigação, como acabei de sugerir, só têm verdades momentâneas, parciais, e nós devemos continuamente ser críticos e autocríticos, integrar novas ideias, explorar novos caminhos, estender os nossos horizontes e integrar outras disciplinas. Ao mesmo tempo, devemos lembrar-nos de que também na análise do discurso só seremos capazes de compreender o discurso e as suas funções na sociedade quando estivermos conscientes de que como académicos também somos parte da sociedade. Isto é, devemos exercitar o estudo do discurso em geral e o estudo do discurso dos *media* em particular, num quadro amplo, crítico e multidisciplinar que examine as estruturas e a acção combinada das dimensões discursivas, cognitivas e sociais do texto e fala nos seus contextos sociais.

Teun A. van Dijk

E-mail: vandijk@discourse-in-society.org

Introdução: O que é a Análise Crítica do Discurso?

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação de análise do discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político. Com esta investigação dissidente, os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e querem desta forma compreender, expor e, em última análise, resistir à desigualdade social.

Alguns dos postulados da ACD podem ser encontrados já antes da Segunda Guerra Mundial na teoria crítica da Escola de Francoforte (Agger 1992b; Rasmussen 1996). O seu foco actual na linguagem e no discurso foi iniciado pela “linguística crítica” que emergiu (sobretudo no Reino Unido e na Austrália) no fim dos anos 70 (Fowler *et al.* 1979; ver também Mey 1985). A ACD encontra também parceiros nos desenvolvimentos “críticos” da sociolinguística, da psicologia e das ciências sociais, alguns dos quais remontam aos inícios dos anos 70 (Birnbaum 1971; Calhoun 1995; Fay 1987; Fox e Prilleltensky 1997; Hymes 1972; Ibáñez e Iñiguez 1997; Singh 1996; Thomas 1993; Turkel 1996; Wodak 1996). Tal como se passa nestas disciplinas vizinhas, a ACD pode ser vista como uma reacção contra os paradigmas formais dominantes dos anos 60 e 70 (frequentemente “associais” ou “não-críticos”).

A ACD não é tanto uma direcção, uma escola, ou uma especialização próxima de muitas outras “abordagens” nos estudos do discurso. Em vez disso, tem como objectivo oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação através do campo completo. Podemos encontrar uma perspectiva mais ou menos crítica em áreas tão diversas quanto a pragmática, a análise da conversação, a análise da narrativa, a retórica, a estilística, a sociolinguística, a etnografia ou a análise dos *media*, entre outras.

Crucial para os analistas do discurso é a consciência explícita do seu papel na sociedade. Eles pretendem continuar uma tradição que rejeita a possibilidade de uma

ciência “sem valores”, que argumenta que a ciência, e especialmente o discurso científico, são uma parte inerente de e são influenciados pela estrutura social, e produzidos na interação social. Em vez de negar, ou de ignorar a relação entre conhecimento e sociedade, os analistas críticos do discurso defendem que essas relações devem ser estudadas e explicadas em si mesmas e que as práticas de investigação e ensino devem ser baseadas nesses conhecimentos. Na análise do discurso, a formação da teoria, a descrição e a explicação também estão social e politicamente “situadas”, quer nos agrade ou não. A reflexão sobre o papel dos académicos na sociedade e na *polis* torna-se, assim, uma parte inerente do projecto de acção da análise do discurso. Isto pode significar, entre outras coisas, que os analistas do discurso conduzem a investigação em solidariedade e cooperação com grupos dominados.

A investigação crítica sobre discurso precisa de satisfazer um conjunto de requisitos para atingir os seus objectivos de forma efectiva. Tal como se verifica frequentemente noutras tradições de investigação marginais, a investigação na ACD, para ser aceite, tem de ser “melhor” do que a outra investigação. Lida primordialmente com problemas sociais e assuntos políticos, em vez de paradigmas actuais ou modas. Em termos empíricos, uma análise crítica adequada de problemas sociais é usualmente multidisciplinar. Em vez de meramente descrever estruturas do discurso, tenta explicar as mesmas em termos das características da interação social e especialmente da estrutura social. Mais especificamente, a ACD centra-se nos modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância na sociedade.

Fairclough e Wodak (1997:271-80) resumiam os postulados principais da ACD da seguinte maneira:

- a ACD dedica-se a problemas sociais;
- as relações de poder são discursivas;
- o discurso constitui a sociedade e a cultura;
- o discurso tem um funcionamento ideológico;
- o elo de ligação entre texto e sociedade é mediado;
- a análise do discurso é interpretativa e explicativa;
- o discurso é uma forma de acção social.

Apesar de termos discutido antes alguns destes postulados, precisamos agora de uma análise teórica mais sistemática, da qual apresentarei alguns fragmentos que funcionam como base mais ou menos genérica para os princípios fundamentais da ACD (para detalhes sobre estes objectivos da análise crítica do discurso e estudos da linguagem, ver, *e. g.*, Caldas-Coulthard e Coulthard 1996; Fairclough 1992a, 1995a; Fairclough e Wodak 1997; Fowler *et al.* 1979; van Dijk 1993b).

1. Quadros conceptuais e teóricos

Dado que a ACD não constitui uma direcção específica de investigação, não tem um quadro teórico unitário. Dentro dos objectivos acima mencionados, há muitos tipos de ACD, e estes podem ser teoricamente e analiticamente muito diferentes. A análise crítica das conversações é muito diferente de uma análise dos relatos noticiosos na imprensa, ou das lições e do ensino na escola. Mesmo assim, dada a perspectiva comum e os objectivos gerais da ACD, podemos também encontrar quadros globais conceptuais e analíticos que estão intimamente relacionados. Tal como foi sugerido, a maioria dos tipos de ACD faz perguntas sobre o modo como determinadas estruturas do discurso são utilizadas na reprodução da dominância social, quer façam parte de uma conversação quer façam parte de um relato noticioso ou de outros géneros e contextos. Por conseguinte, o vocabulário típico de muitos académicos na ACD apresentará noções como as de “poder”, “dominância”, “hegemonia”, “ideologia”, “classe”, “género”, “raça”, “discriminação”, “interesses”, “reprodução”, “instituições”, estrutura social” e “ordem social”, para além das noções mais familiares da análise do discurso.¹

Nesta secção destaco um conjunto de conceitos básicos e crio, desta forma, um quadro teórico que relaciona criticamente discurso, cognição e sociedade.

Macro vs micro

O uso da linguagem, do discurso, da interacção verbal e da comunicação pertence ao nível micro da ordem social. Poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise. Isto significa que a ACD tem de ligar teoricamente o bem conhecido “fosso” entre abordagens micro e macro, o que é, com certeza, uma distinção que é um constructo (*construct*) sociológico em si mesmo (Alexander *et al.* 1987; Knorr-Cetina e Cicourel 1981). Na interacção quotidiana e experiência, os níveis macro e micro (e mesoníveis interméd-

¹ Não é surpreendente, então, que a investigação na ACD se refira frequentemente a filósofos sociais de renome e a cientistas sociais do nosso tempo quando teoriza estas e outras noções fundamentais. Deste modo, a referência a líderes intelectuais da Escola de Francoforte e ao trabalho contemporâneo de Habermas (por exemplo, sobre legitimação e a sua última abordagem “discursiva”) é com certeza comum na análise crítica. De forma similar, muitos estudos críticos farão referência a Foucault quando lidam com noções como poder, dominação e disciplina, ou com a noção mais filosófica de “ordem de discurso”. Mais recentemente, os muitos estudos de Bourdieu sobre linguagem, cultura e sociedade tornaram-se muito influentes: por exemplo, a sua noção de *habitus*. Entre outras perspectivas sociológicas, a teoria da estruturação de Giddens é agora mencionada ocasionalmente. Devemos lembrar-nos que, apesar de muitos destes filósofos sociais e sociólogos usarem extensivamente noções de linguagem e discurso, raramente põem em prática uma análise do discurso explícita e sistemática. De facto, a última coisa que os académicos da análise crítica do discurso devem fazer é adoptar de uma forma não crítica as ideias filosóficas e sociológicas sobre linguagem e discurso que não são obviamente enformadas pelos avanços na linguística contemporânea e análise do discurso. Em vez disso, o trabalho referido aqui é relevante sobretudo para o uso de conceitos fundamentais sobre a ordem social e assim para uma metateoria da ACD.

dios) formam um todo unificado. Por exemplo, um discurso racista no parlamento é um discurso ao nível micro da interacção social numa situação específica de um debate, mas, simultaneamente, ao nível macro pode pôr em prática ou ser uma parte constituinte da legislação ou da reprodução do racismo.

Há muitos modos de analisar e de relacionar estes dois níveis e de chegar desta forma a uma análise crítica unificada:

1. **Membros-grupos:** os utentes da linguagem participam no discurso enquanto membros de (vários) grupos sociais, organizações, ou instituições; e, inversamente, os grupos podem assim actuar “através” dos seus membros.
2. **Acções-processos:** os actos sociais de actores individuais são, por isso, partes constituintes das acções de grupo e dos processos sociais, tais como da legislação, da produção de notícias ou da reprodução do racismo.
3. **Contexto-estrutura social:** as situações da interacção discursiva fazem parte igualmente ou são constitutivas da estrutura social; por exemplo, uma conferência de imprensa pode ser uma prática típica das organizações e instituições mediáticas. Isto é, os contextos “locais” e mais “globais” estão intimamente relacionados e ambos constroem o discurso.
4. **Cognição pessoal e social:** os utentes da linguagem como actores sociais têm tanto cognição pessoal como social (memórias pessoais, conhecimento e opinião, bem como cognições partilhadas com membros do grupo ou da cultura como um todo). Estas duas formas de cognição influenciam a interacção e o discurso de membros individuais, enquanto que as “representações sociais” partilhadas controlam as acções colectivas de um grupo.

1.2 Poder como controlo

Uma noção fundamental na maior parte do trabalho crítico sobre discurso é a de poder, e mais especificamente a noção de poder social de grupos e instituições. Resumindo uma análise filosófica e social complexa, iremos definir poder social em termos de controlo. Assim, os grupos têm (mais ou menos) poder se forem capazes de controlar (mais ou menos) os actos e as mentes dos (membros) de outros grupos. Esta capacidade pressupõe uma base de poder formada pelo acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como força, dinheiro, estatuto, fama, conhecimento, informação, “cultura” ou mesmo várias formas de discurso público e de comunicação (da vasta literatura sobre poder ver, *e. g.*, Lukes 1986; Wrong 1979).

Podemos distinguir diferentes tipos de poder segundo os vários recursos em uso no exercício do mesmo: o poder coercivo dos militares e de homens violentos será sobretudo baseado na força; os ricos terão poder por causa do seu dinheiro, enquanto o poder mais ou menos persuasivo dos pais, professores ou jornalistas pode ser

baseado no conhecimento, na informação ou na autoridade. Repare-se que o poder raramente é absoluto. Os grupos podem controlar mais ou menos outros grupos, ou apenas controlá-los em situações ou em domínios sociais específicos. Para além disso, os grupos dominados podem resistir mais ou menos: aceitar, anuir, consentir, ou legitimar o poder, e mesmo vê-lo como “natural”.

O poder dos grupos dominantes pode ser integrado em leis, regras, normas, hábitos e mesmo num consenso bastante geral, ganhando assim uma forma designada por Gramsci como “hegemonia” (Gramsci 1971). Dominação de classe, sexismo e racismo são exemplos característicos de hegemonia. Sublinhe-se que o poder não é exercido sempre em actos obviamente abusivos dos membros de grupos dominantes, mas pode ser posto em prática na miríade de acções dadas como adquiridas da vida quotidiana, tal como é o caso típico das muitas formas de sexismo do dia-a-dia ou de racismo (Essed 1991). Do mesmo modo, nem todos os membros de um grupo poderoso são sempre mais poderosos do que todos os membros dos grupos dominados: poder é aqui definido apenas para os grupos como um todo.

Assim, para a nossa análise das relações entre discurso e poder, consideramos em primeiro lugar que o acesso a formas específicas do discurso, *e. g.*, as da política, dos *media* ou da ciência, é ele próprio um recurso de poder. Em segundo, como sugerimos antes, a acção é controlada pelas nossas mentes. Por isso, se formos capazes de influenciar as mentes das pessoas, *e. g.*, o seu conhecimento ou opiniões, controlamos indirectamente (algumas) das suas acções, como mostram os estudos da persuasão e manipulação.

Por último, fechando o círculo discurso-poder, isto significa que os grupos que controlam muito do discurso influente têm também mais hipóteses de controlar as mentes e acções dos outros.

Simplificando ainda mais para este capítulo estas relações muito imbricadas, podemos dividir o assunto do poder discursivo em duas questões básicas para a investigação na CDA:

1. Como é que os grupos (mais) poderosos controlam o discurso público?
2. Como é que esse discurso controla a mente e a acção de grupos (menos) poderosos, e quais são as consequências sociais desse controlo, por exemplo, a desigualdade social?

Em seguida abordarei estas questões.²

² Limitações de espaço impedem uma discussão sobre um terceiro assunto: as formas como os grupos dominados desafiam ou resistem discursivamente ao controlo dos grupos poderosos.

1.2.1 Controlo do discurso público

Vimos que, entre os muitos recursos que definem a base do poder de um grupo ou de uma instituição, o acesso ao ou o controlo sobre o discurso público e a comunicação constituem um recurso “simbólico” importante, como são os casos do conhecimento e da informação (van Dijk 1996). A maioria das pessoas tem controlo activo apenas sobre a conversa diária com membros da família e amigos e colegas, e controlo passivo sobre, *e. g.*, o uso dos *media*. Em muitas situações, as pessoas comuns são alvos mais ou menos passivos do texto ou fala, *e. g.*, dos seus chefes ou professores, ou das autoridades, como, por exemplo, agentes policiais, juízes, burocratas da segurança social ou inspectores de finanças, que lhes podem dizer simplesmente aquilo em que (não) devem acreditar ou o que devem fazer.

Por outro lado, os membros dos grupos sociais mais poderosos e as instituições, e especialmente os seus líderes (as elites), têm um acesso mais ou menos exclusivo e um controlo sobre um ou mais tipos de discurso público. Assim, os professores universitários controlam o discurso académico, os professores o discurso educativo, os jornalistas o discurso dos *media*, os advogados o discurso legal, e os políticos o discurso das políticas governamentais e outros tipos de discursos públicos políticos. Aqueles que têm maior controlo sobre mais – e mais influente – discurso (e mais características do discurso) são por definição também mais poderosos. Por outras palavras, propomos aqui uma definição discursiva (bem como um diagnóstico prático) de um dos constituintes cruciais do poder social.

Estas noções de acesso ao discurso e ao controlo são muito gerais, e é uma das tarefas da ACD explicitar estas formas de poder. Assim, se o discurso é definido na forma de um complexo de eventos comunicativos, o acesso e o controlo podem ser definidos tanto para o contexto, como para as estruturas do texto e fala em si mesmas.

Contexto é aqui definido como sendo a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso (Duranti e Goodwin 1992; van Dijk 1998b). Consiste em categorias como a definição global da situação, a localização (tempo e espaço), as acções em curso (incluindo discursos e géneros de discurso), os participantes em vários papéis comunicativo, social, ou institucional, bem como as suas representações mentais: finalidades, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias. Controlar o contexto implica controlar uma ou mais destas categorias, *e. g.*, determinar a definição da situação comunicativa, decidir o tempo e espaço do evento comunicativo ou onde os participantes podem ou devem estar presentes, e em que papéis, ou decidir que conhecimento ou opiniões eles devem (não) ter e que tipo de acções sociais podem ou devem ser realizadas pelo discurso.

Crucial no accionamento ou no exercício do poder de grupo é também o controlo, não só sobre o conteúdo, mas também sobre as estruturas do texto e fala. Assim, relacionando texto e contexto, vimos já que os (membros dos) grupos poderosos podem decidir sobre os (possíveis) géneros de discursos ou actos de fala de uma oca-

sião. Um professor ou um juiz podem requerer uma resposta directa do estudante ou do suspeito, respectivamente, e não uma história pessoal ou um argumento (Wodak 1984a, 1986). Mais criticamente, podemos examinar o modo como os falantes poderosos podem abusar do seu poder nessas situações, *e. g.*, quando agentes da polícia usam a força para obter uma confissão de um suspeito (Linell e Johnsson 1991), ou quando os editores homens excluem as mulheres da escrita de notícias económicas (van Zoonen 1994).

De igual forma, os géneros apresentam tipicamente esquemas convencionais que consistem em várias categorias. O acesso a algumas destas categorias pode ser proibido ou obrigatório, *e. g.*, alguns tipos de saudações numa conversação podem ser usados apenas por falantes de um grupo social, posição, idade, ou género específicos (Irvine 1974).

Também vital para todo o discurso e comunicação é quem controla os tópicos (macro-estruturas semânticas) e a sua mudança; é o que se passa quando os editores decidem quais os tópicos das notícias que terão cobertura (Gans 1979; van Dijk 1988a, 1988b), ou quando os professores decidem os tópicos que serão abordados nas aulas, ou ainda quando os homens controlam os tópicos e a sua mudança nas conversações com mulheres (Palmer 1989; Fishman 1983; Leet-Pellegrini 1980; Lindegren-Lerman 1983). Embora a maior parte do controlo do discurso seja contextual ou global, mesmo os detalhes locais do significado, da forma, ou do estilo podem ser controlados, *e. g.*, os detalhes de uma resposta numa aula ou julgamento ou a escolha das unidades lexicais ou do jargão nos tribunais, nas aulas ou nas redacções (Martín Rojo 1994). Em muitas situações, o volume pode ser controlado e pode-se ordenar aos falantes que “mantenham a voz baixa” ou que se “mantenham calados”, as mulheres podem ser “silenciadas” de muitas formas (Houston e Kramarae 1991), e em algumas culturas temos de “murmurar” em sinal de respeito (Albert 1972). Numa ditadura o uso público de determinadas palavras pode ser banido, e os desafios discursivos a grupos culturalmente dominantes (*e. g.*, brancos, ocidentais e homens) pelos seus oponentes multiculturais podem ser ridicularizados nos *media* como “politicamente correctos” (Williams 1995). E por fim, as dimensões da acção e a interacção do discurso podem ser controladas através da prescrição ou proscricção de determinados actos de fala e através da distribuição ou interrupção selectiva de “turnos” nas conversações (ver também Diamond 1996).

Em suma, todos os níveis e estruturas do contexto, do texto e fala podem ser, em princípio, mais ou menos controlados por falantes poderosos, e tal poder pode ser abusado em prejuízo dos outros participantes. No entanto, deve ser sublinhado que o texto e a fala nem sempre põem directamente em prática ou encarnam relações de poder entre grupos: é sempre o contexto que pode interferir, reforçar ou de alguma forma transformar essas relações.

1.2.2 Controlo da mente

Se o controlo do discurso é uma forma maior de poder, controlar as mentes das pessoas é outro modo fundamental de reproduzir a dominância e hegemonia.³ Dentro de um quadro da ACD, o “controlo da mente” envolve mais do que adquirir simplesmente crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação. Vamos referir agora alguns dos modos como o poder e a dominância estão envolvidos no controlo da mente.

Primeiro, os receptores tendem a aceitar as crenças, o conhecimento e as opiniões (a não ser que sejam inconsistentes com as suas crenças pessoais e experiências) divulgadas através do discurso produzido por quem vêem como sendo uma fonte de confiança ou credível, como são os académicos, peritos, profissionais ou os *media* de referência (Nesler *et al.* 1993). Segundo, em algumas situações os participantes são obrigados a serem receptores do discurso, *e. g.*, na educação e em muitas entrevistas de emprego. Nesses casos, as lições, os materiais de aprendizagem, as instruções de emprego e outros tipos de discurso podem ter que ser ouvidos, interpretados e aprendidos tal como foram intencionados pelos autores institucionais ou organizacionais (Giroux 1981). Terceiro, em muitas situações, não há discursos públicos ou *media* que forneçam informação a partir da qual possamos derivar crenças alternativas (Downing 1984). Quarto, e intimamente ligado aos pontos prévios, os receptores podem não ter o conhecimento e as crenças necessárias para desafiar os discursos ou a informação a que estão expostos (Wodak 1987).

Enquanto que estas condições de controlo da mente são largamente contextuais (dizem algo sobre os participantes num evento comunicativo), outras condições são discursivas, isto é, dependem das estruturas e estratégias do texto e fala em si mesmas. Por outras palavras, dado um contexto específico, certos significados e formas de discurso têm mais influência sobre as mentes dos indivíduos do que outras, como o podem mostrar a própria noção de “persuasão” e uma tradição de mais de dois mil anos de retórica.⁴

Uma vez adquirida uma aproximação elementar a algumas das estruturas da mente, e ao que significa controlá-las, a questão crucial reside no modo como o discurso e as suas estruturas são capazes de exercer tal controlo. Como foi sugerido anteriormente,

³ Sublinho que “controlo da mente” constitui meramente uma frase confortável para resumir um processo muito complexo. A psicologia cognitiva e a investigação em comunicação de massa têm mostrado que influenciar a mente não é um processo tão directo como podem sugerir ideias simplistas sobre controlo da mente (Britton e Graesser 1996; Glasser e Salmon 1995; Klapper 1960; van Dijk e Kintsch 1983). Os receptores podem fazer interpretações e usos variados do texto e fala, também em função da classe, género ou cultura (Liebes e Katz 1990). Da mesma forma, os receptores raramente aceitam de uma forma passiva as opiniões planeadas de discursos específicos. No entanto, não devemos esquecer que a maioria das nossas crenças sobre o mundo é adquirida através do discurso.

⁴ Para analisar os processos complexos envolvidos no modo como o discurso pode controlar as mentes dos indivíduos, precisaríamos de explicitar as representações mentais detalhadas e as operações cognitivas estudadas na ciência cognitiva. Já que mesmo um sumário adequado está para além do alcance deste capítulo, apenas introduziremos de uma forma breve um conjunto de noções necessárias para compreender os processos discursivos do controlo da mente (para detalhes, ver, *e. g.*, Graesser e Bower 1990; van Dijk e Kintsch 1983; van Oostendorp e Zwaan 1994; Weaver *et al.* 1995).

esta influência discursiva pode ser devida quer ao contexto quer às estruturas do texto e fala em si mesmas.

O controlo contextualmente baseado deriva do facto de que as pessoas compreendem e representam não só o texto e fala, mas também toda a situação comunicativa. Assim, a ACD tipicamente estuda de que forma os traços do contexto (como são as propriedades dos utentes da linguagem de grupos poderosos) influenciam os modos como os membros dos grupos dominados definem a situação comunicativa em “modelos do contexto preferenciais” (Martín Rojo e van Dijk 1997). A ACD centra-se também na forma como as estruturas do discurso influenciam as representações mentais. Ao nível global do discurso, os tópicos podem influenciar o que as pessoas consideram como sendo a informação mais importante do texto ou fala, e assim correspondem aos níveis de topo dos seus modelos mentais. Por exemplo, expressar um determinado tópico num título de uma notícia pode influenciar poderosamente a forma como um acontecimento é definido em termos de um modelo mental “preferencial” (*e. g.*, quando um crime cometido por minorias é tipicamente topicalizado e posto em título na imprensa: Duin *et al.* 1988; van Dijk 1991).

Do mesmo modo, a argumentação pode ser persuasiva por causa das opiniões sociais que estão “escondidas” nas suas premissas implícitas e que são assim dadas como adquiridas entre os receptores, *e. g.*, a imigração pode ser restringida desta forma se num debate parlamentar for feita a pressuposição de que todos os refugiados são “ilegais” (ver as contribuições em Wodak e van Dijk 2000). De igual modo, ao nível local, para perceber o significado do discurso e a sua coerência, as pessoas podem precisar de modelos que contenham crenças que permanecem implícitas (pressupostas) no discurso. Assim, um traço típico da manipulação é o de comunicar crenças implicitamente, isto é, sem as afirmar de facto, havendo por isso menos hipóteses de elas serem postas em causa.

Estes poucos exemplos mostram a forma como vários tipos de estruturas de discurso podem influenciar a formação e mudança dos modelos mentais e das representações sociais. Se os grupos dominantes, e especialmente as suas elites, controlam em grande parte o discurso público e as suas estruturas, eles têm assim mais controlo sobre as mentes do público em geral. No entanto, este controlo tem limites. A complexidade da compreensão e da formação e a mudança de crenças são tais que não podemos prever sempre quais são os traços de um determinado texto ou fala que poderão ter efeitos nas mentes de receptores específicos.

Estas observações breves deram-nos uma imagem muito genérica da forma como o discurso está envolvido na dominância (abuso de poder) e na produção e reprodução da desigualdade social. A ACD tem como objectivo examinar em pormenor estas relações. Na próxima secção, nós revemos várias áreas da investigação na ACD que examinam estas relações.⁵

⁵ Note-se que o retrato acabado de traçar é muito esquemático e genérico. As relações entre poder social dos grupos e instituições, por um lado, e o discurso, por outro, bem como entre discurso e cognição, e cognição e sociedade, são amplamente complexas. Há muitas contradições. Não existe um retrato claro de um grupo dominante (ou classe ou

2. Investigação na Análise Crítica do Discurso

Muitos dos estudos do discurso que abordam algum aspecto do poder, da dominação e da desigualdade social não foram conduzidos explicitamente sob a etiqueta ACD. No entanto, faremos referência a esses trabalhos nas próximas secções.

2.1 Desigualdade de género

Um vasto campo da investigação crítica sobre discurso e linguagem que não tem sido realizado no âmbito das perspectivas da ACD é o de género. De muitas formas, o trabalho feminista tornou-se paradigmático para muita da análise do discurso, especialmente porque a maioria deste trabalho lida explicitamente com a desigualdade social e a dominação. Nós não o iremos rever aqui (ver os livros escritos e editados por, *e. g.*, Cameron (1990, 1992); Kotthoff e Wodak (1997); Seidel (1988); Thorne *et al.* (1983); Wodak (1997); para discussão e comparação com uma abordagem que sublinha diferenças culturais em vez de diferenças de poder e desigualdade, ver, *e. g.*, Tannen (1994a); ver também Tannen (1994) para uma análise das diferenças de género, onde são abordadas muitas características discursivas da dominância).

2.2 Discurso dos *media*

O poder inegável dos *media* tem inspirado muitos estudos críticos em muitas disciplinas: linguística, semiótica, pragmática e estudos do discurso. As abordagens tradicionais dos estudos críticos dos *media*, frequentemente baseadas na análise do conteúdo, têm revelado imagens tendenciosas, estereotipadas, sexistas ou racistas em textos, ilustrações e fotos. Os estudos mais antigos da linguagem dos *media* também se centravam nas estruturas de superfície facilmente observáveis, como seja o uso enviesado de palavras na descrição de *Nós* e *Eles* (e das Nossas acções e características e das Deles), especialmente na representação dos comunistas que seguia linhas sociopolíticas. O tom crítico foi dado por um conjunto de séries de estudos de “Bad News” produzidos pelo Glasgow University Media Group (1976, 1980, 1982, 1985, 1993) sobre traços do relato televisivo, como a cobertura de vários assuntos (*e. g.*, disputas industriais (greves), a guerra das Malvinas, a cobertura da sida nos *media*).

instituição) oprimindo um outro e controlando todo o discurso público, nem um discurso específico que controla a mente dos dominados. Há muitas formas de colisão, consenso, legitimação e mesmo de “produção conjunta” de formas de desigualdade. Os membros dos grupos dominados podem tornar-se dissidentes e aliarem-se a grupos dominados, e vice-versa. Os discursos oponentes podem ser adoptados por grupos dominantes, quer estrategicamente para os neutralizar, quer simplesmente porque o poder dominante e as ideologias podem mudar, como é o caso óbvio do discurso ecológico e da ideologia.

A investigação mais conhecida sobre os *media* fora dos estudos do discurso talvez seja a realizada por Stuart Hall e os seus associados dentro do quadro do paradigma dos estudos culturais (ver, *e. g.*, Hall *et al.* 1980; para uma introdução ao trabalho crítico dos estudos culturais, ver Agger 1992a; ver também Collins *et al.* 1986; para anteriores abordagens críticas à análise das imagens dos *media*, ver também Davis e Walton 1983; e para uma abordagem da ACD aos estudos dos *media* relacionada com a abordagem crítica dos estudos culturais, ver Fairclough 1995b).

Uma colectânea mais antiga do trabalho de Roger Fowler e seus associados (Fowler *et al.* 1979) também incidiu sobre os *media*. Como se verificou em muitos outros estudos ingleses ou austríacos que se inscreveram neste paradigma, usa-se o quadro teórico da gramática sistémica funcional de Halliday num estudo sobre a “transitividade” de padrões sintácticos das frases. O argumento desta investigação é que os acontecimentos e as acções podem ser descritos com variações sintácticas que são função do envolvimento subjacente dos actores (*e. g.*, da sua agência, responsabilidade, e perspectiva). Assim, na análise dos relatos dos *media* sobre “motins” durante uma manifestação de minorias étnicas, a responsabilidade das autoridades e especialmente da polícia nessa violência pode ser sistematicamente secundarizada através da desfocalização, *e. g.*, por meio de construções passivas e nominalizações; isto é, deixando implícitas a agência e a responsabilidade. Os estudos posteriores de Fowler sobre os *media* continuaram esta tradição, mas prestam tributo também ao paradigma dos estudos culturais britânicos que definem as notícias não como um reflexo da realidade, mas como um produto modelado por forças políticas, económicas e culturais (Fowler 1991). Mais do que em muito do outro trabalho crítico dos *media*, neste estudo crítico Fowler também se centra nos “mecanismos” linguísticos, como por exemplo na análise da transitividade na sintaxe, estrutura lexical, modalidade, e actos de fala. De igual modo, van Dijk (1988b) aplica uma teoria da notícia como discurso (van Dijk 1988a) em estudos críticos sobre as notícias internacionais, o racismo na imprensa e a cobertura das pessoas que se apoderam ilegalmente de casas desocupadas em Amesterdão.

2.3 Discurso político

Dado o papel do discurso político no accionamento, na reprodução e na legitimação do poder e da dominação, também podemos esperar muitos estudos críticos do discurso sobre o texto e fala políticos. Até agora a maioria deste trabalho tem sido realizada por linguistas e analistas de discurso porque a ciência política está entre as poucas ciências sociais onde a análise do discurso tem permanecido virtualmente desconhecida, embora se note alguma influência das abordagens “pós-modernas” ao discurso (Derian e Shapiro 1989; Fox e Miller 1995) e existam muitos estudos sobre comunicação política e retórica que se cruzam com uma abordagem analítica

de discurso (Nimmo e Sanders 1981). Ainda mais próximo da análise do discurso está a abordagem actual aos quadros (*frames*) (estruturas conceptuais ou conjuntos de crenças que organizam pensamentos políticos, políticas governamentais, e discurso) na análise do texto político e fala (Gamson 1992).

Na linguística, na pragmática e nos estudos do discurso, o discurso político tem sido estudado fora dos estudos centrais de natureza mais teórica. Um trabalho seminal vem de Paul Chilton; ver, *e. g.*, a sua colectânea sobre a linguagem do debate das armas nucleares (Chilton 1985), bem como o seu trabalho posterior sobre o *nukespeak* contemporâneo (Chilton 1988) e a metáfora (Chilton 1996; Chilton e Lakoff 1995).

Embora os estudos do discurso político em inglês sejam internacionalmente mais conhecidos por causa da hegemonia do inglês, tem sido feito muito trabalho (frequentemente mais cedo e frequentemente mais explícito e sistemático) em Alemão, Espanhol e Francês. Este trabalho é tão extenso que iremos aqui apenas nomear alguns dos estudos influentes.

A Alemanha tem uma longa tradição na análise do discurso político, quer na (então) Alemanha ocidental (*e. g.*, sobre os políticos de Bonn, ver Zimmermann 1969), como no (então) Leste (*e. g.*, a teoria semiótica-materialista de Klaus 1971; ver também a introdução de Bachem 1979). Esta tradição na Alemanha integrou um estudo sobre a linguagem da guerra e da paz (Pasierbsky 1983) e sobre actos de fala no discurso político (Holly 1990). Também há uma tradição consolidada e forte de estudo da linguagem fascista e do discurso (*e. g.*, léxico, propaganda, *media* e política da linguagem (Ehlich 1989)).

Em França, o estudo da linguagem política tem uma respeitável tradição na linguística e na análise do discurso, também porque o fosso entre a teoria linguística (na sua maior parte estruturalista) e a análise do texto nunca foi muito pronunciado. Os estudos do discurso são baseados frequentemente em *corpus* e há uma tendência forte para uma análise (de conteúdo) formal, quantitativa e automática de grandes conjuntos de dados, frequentemente combinada com uma análise crítica ideológica (Pêcheux 1969; Guespin 1976). A ênfase na análise do discurso automatizada implica usualmente que a atenção recaia sobre as análises lexicais (facilmente quantificáveis).

Os estudos críticos do discurso político em Espanha e especialmente na América Latina têm sido muito produtivos. É famoso o pioneiro estudo semiótico crítico (anticolonialismo) de Donald Duck de Dorfman e Mattelart (1972) no Chile. Na Argentina, Lavandera *et al.* (1986, 1987) desenvolveu uma abordagem sociolinguística influente ao discurso político, *e. g.*, a sua tipologia do discurso autoritário. O trabalho deste grupo tem sido continuado e organizado num quadro mais explicitamente da ACD especialmente por Pardo (ver, *e. g.*, o seu trabalho sobre discurso legal; Pardo 1996). No México, Sierra (1992) realizou uma análise de discurso etnográfica detalhada sobre a autoridade local e a tomada de decisão.

Entre os muitos outros estudos críticos na América Latina, devemos mencionar o trabalho extensivo de Teresa Carbó sobre o discurso parlamentar no México, em que se acentua sobretudo o modo como os deputados falam sobre os nativos americanos (Carbó 1995), e o seu estudo em inglês sobre as interrupções nestes debates (Carbó 1992).

2.4 Etnocentrismo, anti-semitismo, nacionalismo e racismo

O estudo do papel do discurso no accionamento e na reprodução da desigualdade étnica e “racial” tem emergido de uma forma lenta na ACD. Tradicionalmente, este tipo de trabalho centrava-se nas representações etnocêntricas e racistas nos *media*, na literatura e no cinema (Dines e Humez 1995; UNESCO 1977; Wilson e Gutiérrez 1985; Hartmann e Husband 1974; van Dijk 1991). Essas representações continuam a ser imagens seculares do Outro e são dominantes nos discursos de viajantes europeus, exploradores, mercadores, soldados, filósofos e historiadores, entre outras formas de discurso da elite (Barker 1978; Lauren 1988). Flutuando entre o ênfase na diferença exótica, por um lado, e na derrogação hegemónica que sublinha a inferioridade intelectual, moral e biológica do Outro, por outro, esses discursos também influenciaram a opinião pública e levaram a representações sociais vastamente partilhadas. É a continuidade desta tradição sociocultural de imagens negativas sobre o Outro que explica em parte a persistência de padrões dominantes de representação no discurso contemporâneo, nos *media* e no cinema (Shohat e Stam 1994).

Os estudos de discurso que se seguiram foram para além da análise mais tradicional de conteúdo das “imagens” dos Outros e entraram mais profundamente nas propriedades linguísticas, semióticas e outras características discursivas do texto e da fala sobre minorias, imigrantes e Outras pessoas. Para além de incidir nos *media*, na publicidade, no cinema e nos manuais, que eram (e ainda continuam a ser) os géneros mais estudados, este trabalho mais recente incidiu também no discurso político, no discurso académico, nas conversações diárias, nas entrevistas de emprego, nos *talk shows* e num conjunto de outros géneros.

Muitos dos estudos sobre a desigualdade étnica e racial revelam uma similaridade notável entre estereótipos, preconceitos e outras formas de derrogação verbal entre tipos de discurso, *media* e fronteiras nacionais. Por exemplo, num vasto programa de investigação executado na Universidade de Amesterdão desde o início dos anos 80, nós examinámos a forma como os naturais do Sri Lanka, os turcos, os marroquinos e as relações étnicas de uma forma geral são representados nas conversações, histórias quotidianas, relatos noticiosos, manuais, debates parlamentares, discurso corporativo e texto e fala escolares (van Dijk 1984, 1987a, 1987b, 1991, 1993). Para além destes tópicos estereotipados de diferença, desvio e ameaça, também foram estudadas as estruturas das histórias, os traços conversacionais (como as hesitações

e as correcções ao mencionar os Outros), os lances semânticos como os desmentidos (“Nós não temos nada contra negros, mas...”, etc.), a descrição lexical dos Outros e todo um conjunto de traços discursivos. Estes projectos tiveram como objectivo mostrar como o discurso expressa e reproduz representações sociais subjacentes acerca dos Outros no contexto social e político. Ter Wal (1997) aplica este quadro num estudo detalhado sobre os modos como o discurso dos políticos italianos e dos *media* mudou gradualmente, de um empenhamento anti-racista e das representações benignas do *extracommunitari* (não-europeus) para um retrato mais estereotipado e negativo em termos de crime, desvio e ameaça.

O argumento maior deste trabalho é que o racismo (incluindo anti-semitismo, xenofobia e formas relacionadas de ressentimento contra Outros “racialmente” ou etnicamente definidos) é um sistema complexo de desigualdade social e política que também é reproduzido pelo discurso em geral, e pelos discursos das elites em particular.

Em vez de continuar a incidir sobre os detalhes complexos das relações teóricas entre discurso e racismo, irei fazer referência a um livro que pode ser visto como um protótipo do discurso actual da elite conservadora sobre raça, a saber, *The End of Racism*, de Dinesh D’Souza (1995). Este texto integra muitas das ideologias dominantes nos EUA, especialmente na direita, e tem como alvo específico um grupo minoritário nos EU: os afro-americanos. Aqui apenas poderemos sintetizar a forma como a ACD do livro de D’Souza, *The End of Racism*, mostra o tipo de estruturas discursivas, estratégias e lances que são usados no exercício do poder do grupo dominante (branco, ocidental, masculino) e a forma como os leitores são manipulados para formar ou confirmar as representações sociais consistentes com uma ideologia de superioridade incontestável, conservadora.

A estratégia global do livro de D’Souza, é a combinação implementada, a todos os níveis do texto, da apresentação positiva do endogrupo e da apresentação negativa do exogrupo. No livro de D’Souza, os principais mecanismos retóricos usados são a hipérbole e a metáfora, *viz.*, a representação exagerada dos problemas sociais em termos de doença (“patologias”, “vírus”) e a ênfase no contraste entre Civilizados e Bárbaros. Semântica e lexicalmente, os Outros são associados por este meio não apenas à diferença, mas também ao desvio (“ilegitimidade”) e à ameaça (violência, ataques). As asserções argumentativas da depravação da cultura negra são combinadas com negações dos defeitos brancos (racismo), com mitigação retórica e eufemização dos seus crimes (colonialismo e escravatura) e com inversões semânticas de culpa (culpabilização da vítima). Desta forma, o conflito social é cognitivamente representado e reforçado pela polarização, e discursivamente sustido e reproduzido através da derrogação, demonização e exclusão dos Outros da comunidade de “Nós”, os civilizados.

2.5 Da dominação de grupo ao poder profissional e institucional

Acabamos de rever nesta secção estudos críticos do papel do discurso na (re)produção da desigualdade. Esses estudos exemplificam de uma forma típica a perspectiva da ACD sobre o abuso de poder e a dominância de grupos sociais específicos.⁶ Muitos outros estudos, sob a designação de ACD ou não, também examinam criticamente vários géneros de discurso institucional e profissional, *e. g.*, texto e fala nos tribunais (ver Danet 1984; O'Barr *et al.* 1978; Bradac *et al.* 1981; Ng and Bradac 1993; Lakoff 1990; Wodak 1984a; Pardo 1996; Shuy 1992), discurso burocrático (Burton e Carlen 1979; Radtke 1981), discurso médico (ver Ainsworth-Vaughn e Fleischman; Davis 1988; Fisher 1995; Fisher e Todd 1986; Mishler 1984; West 1984; Wodak 1996), discurso educativo e académico (Aronowitz 1988; Apple 1979; Bourdieu 1984, 1989; Bernstein 1975; Bourdieu *et al.* 1994; Giroux 1981; Willis 1977; Atkinson *et al.* 1995; Coulthard 1994; Duszak 1997; Fisher e Todd 1986; Mercer 1995; Wodak 1996; Bergvall e Remlinger 1996; Ferree e Hall 1996; Jaworski 1983; Leimdorfer 1992; Osler 1994; Said 1979; Smith 1991; van Dijk 1987, 1993) e discurso corporativo (ver Mumby 1988; Boden 1994; Drew e Heritage 1992; Ehlich 1995; Mumby 1993; Mumby e Clair 1997), entre muitos outros conjuntos de géneros. Em todos estes casos, o poder e a dominância estão associados a domínios sociais específicos (política, *media*, lei, educação, ciência, etc.), às suas elites profissionais e instituições e às regras e rotinas que formam o *background* da reprodução discursiva quotidiana do poder nesses domínios e instituições. As vítimas ou alvos deste poder são usualmente o público ou os cidadãos em geral, as “massas”, os clientes, os sujeitos, a audiência, os estudantes e outros grupos que dependem do poder institucional e organizacional.

3. Conclusão

Vimos neste capítulo que as análises críticas de discurso lidam com a relação entre discurso e poder. Também esquematizamos o quadro complexo necessário para analisar discurso e poder e afluamos os muitos modos em que o poder e a dominação são reproduzidos pelo texto e fala.

No entanto, permanecem vários fossos metodológicos e teóricos. Primeiro, a *interface* cognitiva entre as estruturas de discurso e as do contexto social local e global é raramente explicitada e usualmente aparece só associada a noções de conhecimento e de ideologia (van Dijk 1998). Assim, apesar de um grande número de estudos empíricos sobre discurso e poder, os detalhes da teoria multidisciplinar da ACD que deviam relacionar discurso e acção com cognição e sociedade ainda estão na

⁶ Infelizmente, esta perspectiva tem negligenciado o estudo da reprodução discursiva de classe; porém, para uma abordagem relacionada, ver Willis (1977).

agenda. Segundo, permanece ainda um fosso entre os estudos de texto e fala mais linguisticamente orientados e as várias abordagens ao social. Os primeiros ignoram frequentemente conceitos e teorias da sociologia e da ciência política sobre abuso de poder e desigualdade, enquanto os segundos raramente realizam uma análise de discurso detalhada. Por conseguinte, a integração das várias abordagens é muito importante para chegar a uma forma satisfatória de ACD multidisciplinar.

Agradeço a Ruth Wodak pelos seus comentários a uma versão prévia deste capítulo, e a Laura Pardo por me ter dado mais informação sobre a Investigação ACD na América Latina.

Análise Crítica do Discurso Multidisciplinar: um apelo à diversidade

A favor da diversidade

Formulo neste capítulo princípios e linhas práticas de orientação para fazer uma Análise Crítica do Discurso (ACD). Isto não significa no entanto que ofereça um ‘método à van Dijk’, pronto a usar, para a realização de uma ACD. Não tenho tal método. Nem sequer lidero ou represento uma ‘abordagem’, ‘escola’ ou outro qualquer tipo de seita científica que parece ser tão atraente para tantos académicos. Sou contra os cultos da personalidade. Não quero que os colegas ou estudantes me ‘sigam’ – uma espécie de servilismo académico que eu considero incompatível com uma atitude crítica.

Também em muitos anos de experiência como editor de várias revistas científicas internacionais, eu pude constatar que as contribuições que imitam e seguem grandes mestres raramente são originais. Sem ser ecléctica, a boa investigação, e especialmente a ACD de qualidade, deve integrar o melhor trabalho de muitas pessoas, famosas ou não, provenientes de diferentes disciplinas, países, culturas e direcções de investigação. Por outras palavras, a ACD deve ser essencialmente diversa e multidisciplinar.

O que é a ACD?

Irei começar por especificar o que a ACD não é. A ACD não é uma direcção de investigação entre outras, como o é a Gramática Transformacional ou a Linguística Sistémica, nem uma subdisciplina da análise do discurso, como são os casos da psicologia do discurso ou da análise da conversação. Não é um método, nem uma teoria que pode ser aplicada isoladamente a problemas sociais. A ACD pode ser

conduzida e combinada com qualquer abordagem e subdisciplina nas humanidades e nas ciências sociais.

A ACD é sim a adoção de uma perspectiva – crítica – na produção do saber científico: é, por assim dizer, a análise de discurso ‘com uma atitude’. Centra-se em problemas sociais, e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou da dominação. Sempre que possível, fá-lo partindo de uma perspectiva que é consistente com os melhores interesses dos grupos dominados. Valoriza as experiências e opiniões dos membros desses grupos e apoia a sua luta contra a desigualdade. Isto é, a investigação na ACD combina o que de alguma forma se costumava chamar pomposamente de ‘solidariedade com os oprimidos’, com uma atitude de oposição e dissidência contra os que abusam do texto e da fala para estabelecer, confirmar ou legitimar o seu abuso de poder. Contrariamente a muita outra investigação científica, a ACD não nega, mas define explicitamente e defende a sua própria posição sociopolítica. Quer dizer, a ACD é enviesada – e tem orgulho em ser como é.

Como acontece em qualquer tipo de investigação científica, também na ACD se pode encontrar má investigação, mas não por ser tendenciosa. A investigação científica enviesada não é inerentemente má. Pelo contrário, como muito académicos sabem, especialmente entre as mulheres e minorias, a investigação crítica deve não só ser boa, mas ser melhor do que as outras de modo a ser aceite. Especializada também na análise crítica (e autocrítica) do discurso científico, a ACD reconhece a natureza estratégica dessas acusações como fazendo parte de mecanismos complexos de dominação, nomeadamente como uma tentativa de marginalizar e de problematizar a dissensão.

Precisamente por causa desta combinação entre responsabilidades escolares e sociais, a ACD deve ser uma investigação científica rigorosa. As suas teorias multidisciplinares devem explicar as complexidades das relações entre estruturas do discurso e estruturas sociais. Sem métodos explícitos e sistemáticos, não podem ser produzidas observações e descrições socialmente úteis nem cientificamente válidas. Na ACD, a formação da teoria, a descrição, a formulação do problema e as aplicações estão intimamente ligadas e são mutuamente inspiradoras. Isto significa que na ACD as teorias e as análises devem não só ser elegantes e sofisticadas, como também devem ser empiricamente baseadas e enfrentar o teste mais duro de todos – a relevância. Elas têm de funcionar.

E por último, a ACD deve ser acessível. O estilo esotérico é inconsistente com os objectivos fundamentais da investigação crítica, nomeadamente o de que ela possa ser partilhada por outros, especialmente pelos grupos dominados. O obscurantismo promove a imitação cega, em vez da compreensão. A ACD deve ser adequada também para o ensino, e por esta razão deve ser compreensível. Se os estudantes não nos percebem, não podem nem aprender connosco, nem criticar-nos. A teorização complexa e a análise não requerem um jargão obscuro e a compreensão profunda não implica formulações arcanas.

O triângulo discurso-cognição-sociedade

Seguindo estes princípios metateóricos, proponho-me formular e ilustrar algumas das linhas directrices que tento seguir quando faço ACD. Dada a minha orientação multidisciplinar, o rótulo global que por vezes uso para o meu modo de fazer ACD é o de análise do discurso ‘sociocognitiva’. Embora não goste de rótulos (porque são reducionistas e porque mudei muitas vezes de área de investigação), tenho poucos problemas com este, dado que ele permite sublinhar que – contrariamente a muitos dos meus colegas da ACD – eu valorizo a importância fundamental do estudo da cognição (e não apenas o da sociedade) na análise crítica do discurso, da comunicação e de interacção.

No entanto, esta etiqueta não significa que eu pense que a ACD se deva limitar apenas à análise social ou cognitiva do discurso, ou a algum tipo de combinação destas dimensões. Apenas significa que (no presente) estou pessoalmente muito interessado na *interface* sociocognitiva da análise do discurso. Por exemplo, no meu trabalho anterior sobre racismo (van Dijk 1984, 1987, 1991, 1993), e na minha investigação actual sobre ideologia (van Dijk 1998), mostrei que estes são fenómenos cognitivos e sociais. É óbvio, no entanto, que os problemas complexos do ‘mundo-real’ abordados pela ACD também precisam de uma abordagem histórica, cultural, socioeconómica, filosófica, lógica ou neurológica, dependendo daquilo que queremos saber (ver, por exemplo, as várias abordagens representadas em van Dijk 1997).

É desnecessário argumentar muito em torno da ideia de que, dada a natureza fundamentalmente verbal do discurso, a ACD explícita precisa também de uma base ‘linguística’ sólida, sendo ‘linguística’ aqui entendida no sentido global de ‘estrutural-funcional’. Dito de outra forma, quaisquer que sejam as outras dimensões abordadas na ACD, esta, como forma específica e prática de análise do discurso, necessita sempre, obviamente, de explicar pelo menos algumas das estruturas, estratégias e funções detalhadas do texto e da fala, incluindo as gramaticais, pragmáticas, interaccionais, estilísticas, retóricas, semióticas, narrativas ou formas similares de organização verbal e paraverbal dos eventos comunicativos.

Tendo enfatizado a necessidade de uma ACD ampla, diversa, multidisciplinar e orientada-para-problemas, limito assim os meus próprios esforços ao domínio definido pelo triângulo discurso-cognição-sociedade. Já que este constitui apenas um rótulo confortável, e portanto sujeito a interpretações incorrectas reducionistas, deve ser ainda realçado que ‘discurso’ é entendido aqui no sentido mais amplo de ‘evento comunicativo’, incluindo interacção conversacional, texto escrito, bem como gestos associados, expressão facial, arranjo tipográfico, imagens e qualquer outra dimensão da significação ‘semiótica’ ou multimédia. Do mesmo modo, ‘cognição’ envolve aqui tanto a cognição pessoal como a social, as crenças e finalidades, bem como avaliações e emoções e qualquer outra estrutura ‘mental’ ou da ‘memória’. E por fim, ‘sociedade’ é usada para incluir tanto as microestruturas locais das interacções situadas de face a face, como as estruturas mais globais, societais e políticas diver-

samente definidas em termos de grupos, relações de grupos (tais como dominância e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstractas das sociedades e culturas.

De um modo mais ou menos informal, podemos ver as dimensões cognitivas e sociais combinadas do triângulo como definindo o contexto relevante do discurso (local e global). De facto, os objectivos sociopolíticos e dirigidos-para-problemas da ACD precisam especialmente de uma teorização sofisticada das relações intrincadas entre texto e contexto. Apenas uma análise do texto ou da fala acrescentada a algum tipo de estudo cognitivo e/ou social não satisfaz. Iremos ver que uma análise de discurso adequada precisa ao mesmo tempo de uma análise cognitiva e social detalhada, e vice-versa, e que apenas a integração destas explicações permite alcançar a adequação descritiva e explicativa e, especialmente, a adequação crítica no estudo dos problemas sociais.

Deve ser sublinhado que a ACD, e a análise do discurso em geral, não são ‘métodos’ que podem ser aplicados isoladamente no estudo dos problemas sociais. Os estudos do discurso constituem uma disciplina de cruzamento com muitas outras subdisciplinas e áreas, cada uma das quais com as suas teorias, instrumentos descritivos ou métodos de inquérito. A ACD não oferece um método de análise discursiva pronto a ser aplicado em geral, mas frisa sim que para cada estudo é necessário efectuar uma análise teórica exaustiva de um assunto social, de forma a possibilitar a selecção das estruturas discursivas e sociais que serão analisadas e relacionadas. Para além disto, os métodos concretos da investigação dependem das características do contexto da investigação científica: objectivos, participantes, localização (espacial, temporal), utilizadores e suas crenças e interesses.

Que estruturas do discurso devemos analisar?

Apesar de ter argumentado que especialmente na ACD uma teoria texto-contexto é crucial, irei fazer agora algumas pequenas observações sobre as estruturas do discurso *per se*.

Décadas de especializações no campo têm ‘descoberto’ muitas centenas, senão milhares, de unidades relevantes, níveis, dimensões, lances, estratégias, tipos de actos e de outras estruturas do discurso. Podemos ter níveis e estruturas paraverbais, visuais, fonológicas, semânticas, estilísticas, retóricas, pragmáticas e interaccionais. Tal significa que na prática não existe coisa semelhante a uma análise do discurso ‘completa’: uma análise do discurso ‘a cem por cento’ de uma pequena passagem pode levar meses e ocupar centenas de páginas. Uma análise de discurso completa de um *corpus* amplo de texto ou fala está por isso completamente fora de questão.

Por esta razão, também na ACD, temos de fazer opções e escolher as estruturas que são relevantes para o estudo de um assunto social. Tal requer pelo menos ideias informais sobre as relações entre texto e contexto que nos dizem quais as propriedades

do discurso que podem variar em função de estruturas sociais específicas. Assim, se queremos estudar – como seria típico na ACD – os modos como os falantes ou escritores exercem poder no ou através do seu discurso, só faz sentido estudar as características que podem variar em função do poder social. Assim, a ênfase e a entoação, a ordem das palavras, o estilo lexical, a coerência, os lances semânticos locais (como os desmentidos), a escolha dos tópicos, os actos de fala, a organização esquemática, as figuras retóricas e a maior parte das formas de interacção são, em princípio, susceptíveis de ser controladas pelo falante. Mas outras estruturas, como a forma das palavras, e muitas estruturas das orações são gramaticalmente obrigatórias e contextualmente invariantes, e por esta razão não estão sujeitas usualmente ao controlo do falante; daqui se conclui a sua irrelevância para o estudo do poder social.

Mas, mesmo entre as estruturas contextualmente variáveis e por este motivo possivelmente relevantes num estudo crítico do discurso, algumas são marginalmente relevantes e outras são-no muito mais significativamente, dependendo claro das perguntas traçadas para a investigação. Por exemplo, um estudo perfeitamente legítimo e interessante da conversação institucional ou informal entre homens e mulheres pode querer examinar de que modo a dominância interaccional é também posta em prática pela entoação masculina ou volume de voz, incluindo o grito e outras formas de intimidação.

No entanto, se estivéssemos interessados num estudo crítico do papel do discurso na reprodução social do sexismo ou do machismo, não nos limitaríamos tipicamente às estruturas bastantes específicas da entoação e do volume, mas começaríamos provavelmente com um estudo do controlo da interacção por um lado, e com uma análise do ‘conteúdo’, como sejam a escolha dos tópicos, das proposições e das unidades lexicais, por outro. A razão disto reside no facto de que essas formas de significado parecem estar mais directamente relacionadas com as crenças e, por este motivo, com as atitudes e ideologias sexistas que os homens accionam ou expressam quando falam com (ou sobre) mulheres. De notar porém que este caso não é óbvio, mas sim uma conclusão de uma teoria sobre as relações texto-contexto, em que determinadas estruturas do discurso estão relacionadas com determinadas estruturas do contexto, como é o caso das crenças socialmente partilhadas dos falantes.

Níveis e dimensões da ACD – um exemplo

Como exemplo, irei ilustrar o nosso quadro teórico e as categorias analíticas numa descrição breve de um texto do *Center for the Moral Defence of Capitalism*, ‘uma petição contra a perseguição da Microsoft’, descarregada da Internet (www.moraldefence.com). Esta petição critica o governo dos Estados Unidos pela sua batalha legal contra a Microsoft e pede aos leitores que a subscrevam:

UMA PETIÇÃO CONTRA A PERSEGUIÇÃO DA MICROSOFT

Assinem a petição – versão internacional (para os residentes fora dos Estados Unidos)

Para: Membros do Congresso, Procuradora-Geral Janet Reno e Presidente Bill Clinton

Companheiros Americanos:

A Declaração da Independência proclama que o propósito fundamental do governo é proteger os direitos do indivíduo e que cada indivíduo tem um direito inalienável à busca da felicidade. Ao longo da história da América, esta ideia nobre tem protegido o direito do indivíduo a procurar a sua própria felicidade através da aplicação da sua energia ao trabalho produtivo, vendendo os produtos do seu esforço num mercado livre e ascendendo socialmente tão alto quanto as suas capacidades o permitem.

Durante o século passado, no entanto, esta liberdade esteve sob ataque, e uma das vias evidentes deste ataque foram as leis *antitrust*. Sob o pretexto de ‘proteger o público’, estas leis têm permitido que competidores invejosos e agentes oficiais sequiosos-de-poder ataquem homens de negócios de sucesso pelo crime de ser bem sucedido. Levaram ao feio espectáculo de se chamar aos génios criativos do mundo dos negócios tiranos opressivos e de exigir que os seus impérios de negócios que tanto lhes custaram a erguer fossem desmembrados e sujeitos ao controlo dos reguladores governamentais.

O processo actual do Departamento de Justiça contra a Microsoft constitui o último exemplo desta corrente. Está baseado na inveja da capacidade produtiva da Microsoft e do seu fundador, Bill Gates. O resultado deste processo, se bem sucedido, será retirar ao Sr. Gates o seu direito de controlar a sua própria companhia e retirar à companhia a sua propriedade e controlo dos seus produtos.

O caso do Departamento de Justiça – e de facto o corpo inteiro da lei *antitrust* – está baseado na noção bizarramente invertida de que as acções produtivas dos indivíduos no livre mercado podem de alguma forma constituir “força”, enquanto que as acções coercivas dos reguladores do governo podem assegurar de alguma forma a “liberdade”.

A verdade é que o único tipo de monopólio que se pode formar num mercado livre é um monopólio baseado na oferta de melhores produtos a preços mais baixos, já que sob um mercado livre mesmo os monopólios têm de obedecer à lei da oferta e da procura. Monopólios prejudiciais, coercivos, são o resultado, não da operação do mercado livre, mas das regulamentações governamentais, dos subsídios e privilégios que impedem a entrada de competidores. Nenhum negócio pode banir os seus competidores – apenas o governo o pode fazer.

Nós mantemos que a Microsoft tem o direito à sua própria propriedade; que tem a autoridade, por isso, de agrupar (*bundling*) as suas propriedades – incluindo o Windows 95 e o Internet Explorer – em qualquer combinação que escolha, não por permissão de ninguém, mas por direito absoluto. Nós mantemos que infringir este direito é atacar o direito de cada inovador aos produtos do seu esforço e é subverter os fundamentos de um livre mercado e de uma sociedade livre.

Não queremos viver num país onde o empreendimento de sucesso é ressentido e atacado, onde cada inovador e empreendedor tem de temer acusações de reguladores ditatoriais e juízes, que fazem cumprir leis indefinidas em prol de competidores in-

vejosos. Percebemos que as nossas vidas e bem-estar dependem da existência de um mercado livre, em que inovadores e empreendedores são livres para ascender tanto quanto lhes permitem as suas capacidades, sem serem oprimidos por regulações governamentais arbitrárias e injustas.

Como cidadãos preocupados, nós pedimos que seja anulado o processo do Departamento de Justiça contra a Microsoft. Apelamos a um debate nacional sobre as provisões arbitrárias e injustas das leis *antitrust* e ao fim da prática da perseguição a homens de negócios pelo seu sucesso.

(Seguem espaços para escrever endereços)

Já que um único texto pequeno não exemplifica as centenas de estruturas do discurso possíveis, e dado que, por outro lado, mesmo uma análise mais ou menos completa deste pequeno texto requeriria dúzias senão centenas de páginas, quase não preciso de sublinhar que apenas posso oferecer uma análise muito parcial. Faço isto através de uma breve discussão sobre algumas das estruturas discursivas que parecem ser relevantes em muita da minha (e de outra) investigação na ACD. Para além de mostrar a utilidade prática que estas categorias parecem ter na análise, também explicarei brevemente a razão disto, descrevendo o quadro teórico em que essas categorias estruturais estão relacionadas com estruturas sociais. Dito de outra forma, a escolha das categorias discursivas na ACD é guiada pela teoria, bem como pelos principais objectivos da ACD, nomeadamente o estudo crítico da reprodução discursiva da dominação na sociedade.

Tópicos: macro-estruturas semânticas

Por razões discursivas, cognitivas e sociais, os tópicos do discurso desempenham um papel fundamental na comunicação e na interacção. Definidos como ‘*macro-estruturas* semânticas’ derivadas de estruturas locais (micro), os tópicos representam aquilo ‘sobre que versa’ o discurso, globalmente falando, e explicam a coerência global do texto e da fala (van Dijk 1980). Eles são o significado global que os utentes da linguagem formam na produção e compreensão do discurso e o ‘âmago’ que melhor é recordado por eles. Os utilizadores da linguagem são incapazes de memorizar e de controlar todos os detalhes significativos de um discurso, e por esta razão organizam mentalmente estes significados através de significados globais ou tópicos. Daí também a relevância social dos tópicos no discurso, na interacção e na estrutura social: são eles que definem o rumo a seguir pelos falantes, organizações e grupos, e isso tem o maior impacto no discurso posterior e na acção.

Os tópicos, definidos como significados globais, não podem ser observados directamente como tal, mas são inferidos ou atribuídos ao discurso pelos utilizadores da linguagem. No entanto, são expressos frequentemente no discurso, por exemplo, em títulos, títulos da imprensa, sumários, resumos, orações temáticas ou conclusões.

Estes podem ser usados pelos utilizadores da linguagem como procedimentos estratégicos para a inferência ou a atribuição de tópicos – tal como foram intencionados pelo falante ou escritor (van Dijk e Kintsch 1983). O mesmo também se aplica à influência e à manipulação. Os falantes e escritores podem realçar assim o significado, controlar a compreensão e influenciar a formação dos chamados “modelos mentais” do acontecimento abordado no discurso. Estes papéis cognitivos e sociais dos tópicos serão mais bem explicados em seguida. Porque os tópicos desempenham este importante papel, e porque a análise dos tópicos (macro-estrutural) pode ser aplicada também a *corpora* mais vastos, eu recomendo usualmente que se comece com este tipo de análise. Dá uma primeira ideia global daquilo sobre que fala o discurso ou *corpus* de textos e controla muitos dos outros aspectos do discurso e da sua análise. Já que, por definição, os sumários expressam macro-estruturas, podemos – para fins práticos – fazer simplesmente uma ‘listagem’ dos tópicos de um texto sumariando-o, um método que pode ser repetido para vários níveis de abstracção.

No nosso texto, o título, “Uma petição contra a perseguição da Microsoft”, expressa não só parte do tópico (‘a perseguição da Microsoft’), mas também a autocategorização do género do texto (‘petição’). Assim, podemos resumir este texto através de, por exemplo, as seguintes “macroproposições”:

M1 As leis *antitrust* ameaçam a livre iniciativa.

M2 Os homens de negócios de sucesso estão a ser representados como tiranos.

M3 O processo contra a Microsoft é um exemplo dessa corrente.

M4 O governo não devia limitar a liberdade do mercado.

M5 A Microsoft tem o direito de fazer o que quiser com os seus produtos.

M6 Os inovadores não deviam ser punidos

M7 Apelamos para que o caso contra a Microsoft seja desconsiderado.

Numa redução ainda maior podemos resumir estas macroproposições com a seguinte macroproposição global, de nível mais alto (tópico):

Requeremos que o governo dos Estados Unidos pare com a sua perseguição judicial contra a inovadora Microsoft.

Vemos que estes vários tópicos/macroproposições representam, de facto, princípios de nível elevado, algumas vezes abstractos. Neste caso, estas proposições são uma expressão mais ou menos directa de alguns princípios de uma ideologia capitalista clássica sobre a livre iniciativa. Por outras palavras, as macroproposições expressam os princípios gerais neoliberais da liberdade do mercado e depois aplicam estes ao caso especial da Microsoft. Veremos mais abaixo que esta distinção reflecte a diferença entre representações socialmente partilhadas, por um lado, e modelos mentais mais pessoais, por outro.

Significados locais

A minha próxima escolha analítica seria um estudo dos significados locais, tais como significados das palavras (um estudo que também pode ser chamado lexical, dependendo da nossa perspectiva), estruturas das proposições e da coerência e outras relações entre proposições. De novo, a razão desta escolha é, em grande parte, contextual. Os significados locais constituem o resultado da selecção feita pelos falantes ou escritores dos seus modelos mentais dos acontecimentos, ou das suas crenças mais gerais socialmente partilhadas. Ao mesmo tempo, constituem o tipo de informação que (sob o controlo geral dos tópicos globais) influencia os modelos mentais de forma mais directa e, por este motivo, as opiniões e atitudes dos receptores. Juntamente com os tópicos, estes significados são melhor lembrados e mais facilmente reproduzidos pelos receptores, e podem ter assim consequências sociais mais óbvias.

Embora haja muitos modos de estudar o significado, iremos mencionar apenas alguns aqui. A investigação na ACD está frequentemente interessada no estudo dos discursos ideologicamente enviesados e nos modos como estes polarizam as representações de nós (endogrupos) e eles (exogrupos). Tanto ao nível da análise do significado global como local, assistimos assim a uma estratégia de ‘auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro’, em que as nossas coisas boas e as coisas más deles são realçadas, e as nossas coisas más e as coisas boas deles são secundarizadas.

A este nível local semântico, podemos, por exemplo, examinar a escolha da palavra ‘perseguição’ no título do nosso texto, uma escolha que tem várias implicações que expressam a perspectiva ideológica do autor (*The Center for the Moral Defence of Capitalism*). A acção do governo é definida em termos negativos, implicando uma forma de assédio ou de força moralmente ou legalmente repreensível, ou de abuso de poder. Ao mesmo tempo, a escolha desta palavra implica que a Microsoft é representada como a vítima desta agressão. Em termos mais gerais, a selecção lexical aqui efectuada mostra a forma familiar negativa de apresentação negativa do outro, e de auto-apresentação positiva. Como parte da macroproposição principal, a escolha do conceito ‘perseguição’ também contribui para a organização dos significados locais no resto do texto. Em termos mais cognitivos, isto significa que a escolha desta palavra pode influenciar a formação de macrocategorias nodais dos modelos mentais dos leitores deste texto.

De igual modo, no primeiro parágrafo é relevante o uso repetido da palavra ‘direitos’, tipicamente associada a ‘indivíduo’ e ‘liberdade’, todos conceitos profundamente ideológicos relacionados com a Constituição e a ideologia prevalecente nos EUA. Para ser capaz de qualificar a acção legal do governo em termos tão fortemente negativos como o de ‘perseguição’, é preciso mostrar que os direitos dos indivíduos estão a ser violados e quais são esses direitos.

A ênfase nos direitos tem várias outras funções, tais como a de nos associar a nós e à nossa posição a algo de bom e de legítimo e preparar assim a avaliação negativa do governo dos Estados Unidos quando alegadamente viola estes direitos. Para além de polarizar o modelo mental aqui construído, este parágrafo funciona ao mesmo tempo como uma importante premissa na argumentação global deste texto.

Especialmente interessante na investigação em ACD é o estudo das muitas formas de significados implícitos ou indirectos, tais como implicações, pressuposições, imprecisão e por aí em diante. Falamos em informação implícita quando ela pode ser inferida a partir do (significado) de um texto, sem ser expressa de maneira explícita no mesmo. Em termos teóricos (ver abaixo), isto significa que a informação implícita faz parte de um modelo mental dos (utilizadores de) um texto, mas não do texto em si. Isto é, os significados implícitos estão relacionados com crenças subjacentes, mas não são aberta, directa, completa ou precisamente afirmados por várias razões contextuais, incluindo a referente ao objectivo ideológico bem conhecido de secundarizar as nossas coisas más e as coisas boas deles.

No nosso texto encontramos muitas proposições que estão implicadas ou pressupostas, mas que não são explicitamente afirmadas. Quando os autores dizem que a legislação *antitrust* tem como pretexto ‘proteger o público’, a expressão ‘pretexto’ e as citações implicam que não é verdade que as leis *antitrust* protegem o público. Note-se também que aqui no segundo parágrafo, bem como ao longo do texto, muitas expressões têm pressuposições ideológicas, entre elas:

- os competidores invejam os homens de negócios com sucesso;
- os agentes oficiais são sedentos de poder;
- o mundo dos negócios tem génios criativos;
- os impérios dos negócios custam a erguer.

Para além de realçar mais a polarização entre governo e negócios, os significados locais do texto criam assim outra polarização no mundo dos negócios entre competidores invejosos e criadores brilhantes. De notar também que a escolha lexical e as metáforas acentuam ainda mais estas polarizações: invejosos, sedentos de poder (erguido com muito custo), controlo, reguladores, desmembramento e outras escolhas formam os conceitos negativos associados com ‘eles’, o governo (e algumas pessoas dos negócios), enquanto que nós e aqueles que protegemos são associados com sucesso, génios criativos e por negação (litotes) com ‘crime’ e ‘tirano’. Mais uma vez, estas palavras não só contribuem para a polarização global da estrutura conceptual do texto, como também para a formação de um modelo de acontecimento tendencioso, polarizado, onde os actores são claramente diferenciados entre bons e maus.

Os primeiros dois parágrafos estão formulados em termos gerais e aplicam-se aos direitos e à sua violação, bem como às leis *antitrust*. O terceiro parágrafo começa com um lance funcional de especificação ou de exemplo: o que foi dito até aqui aplica-se especificamente ao caso da Microsoft. Teoricamente, isto significa que os primeiros parágrafos constituem mais propriamente expressões de representações sociais (gerais), como atitudes e ideologias, enquanto que o terceiro parágrafo descreve o caso concreto em causa, Microsoft, e formata deste modo o modelo mental mais específico baseado nestas representações sociais gerais (ver abaixo). Dada a orientação ideológica dos primeiros parágrafos, restam poucas dúvidas sobre o facto de este modelo, tal como é expresso pelo Centro, também ser ideologicamente enviesado, e podemos esperar que a polarização geral antes construída seja aplicada aqui, como realmente acontece. Chamamos também a atenção para o facto de polarização conceptual ser implementada no texto frequentemente através de várias formas de hipérboles, como já vimos na escolha lexical de ‘crime’, ‘tiranos’ e ‘génios’. Essas hipérboles podem mesmo aproximar-se de mentiras abertas, por exemplo quando se afirma que foi retirado a Bill Gates o seu direito de controlar a sua companhia.

O uso de ‘seu’, ‘homens de negócios’ e ‘os homens que fizeram deste país um grande país’ sugere que são especial ou exclusivamente homens, e não mulheres, que estão envolvidos nos negócios e no seu sucesso. Assim, para além de expressar de forma evidente uma ideologia conservadora neoliberal, o Centro também professa uma ideologia sexista ao excluir verbalmente as mulheres, contribuindo assim para uma meta-ideologia mais global de natureza conservadora que também controla a ideologia nacionalista expressa na forma característica de autoglorificação dos Estados Unidos (a ‘grandiosidade’ deste país).

Por fim, entre muitas outras propriedades semânticas deste texto, devemos também mencionar a importância do que é excluído do mesmo. Assim, sugere-se que o sucesso da Microsoft está baseado no princípio de melhores produtos por um preço mais baixo, mas com certeza que tal não se aplica à prática sobejamente conhecida de *bundling* (tal como o Windows e o seu *browser* na Internet). Quase de forma trivial, podemos formular a regra geral segundo a qual as nossas propriedades negativas (ou as daqueles que defendemos) são ou omitidas ou postas em segundo plano num texto. Sublinhamos que, teoricamente, a omissão só é uma propriedade relevante de um discurso quando podemos mostrar que a informação omitida faz parte do modelo mental (o Centro sabe com certeza das práticas ilegais da Microsoft), ou do conhecimento partilhado mais geral, de que é preciso ou pode ser usado para produzir ou perceber um texto. Neste caso, o modelo mental de um leitor crítico pode com certeza ser diferente daquele que é persuasivamente expresso pelo Centro.

Temos agora uma primeira impressão sobre algumas das linhas de análise teoricamente baseadas que podem ser usadas para decidir que estruturas do discurso estudar entre muitas centenas de outras. Claro que isto não passa de um exemplo. O importante é perceber que tal escolha está duplamente ligada ao contexto: primeiramente, pelos nossos próprios objectivos científicos, os problemas de investigação, as expectativas dos leitores, bem como pela relevância social do nosso projecto de investigação; em segundo lugar, pela relevância das estruturas discursivas estudadas no seu próprio contexto, tais como objectivos e crenças do falante ou dos receptores, papéis sociais, posições e relações entre participantes, constrangimentos institucionais, entre outros.

A relevância das estruturas “formais” subtis

Para além ou em vez das estruturas semânticas acabadas de mencionar, os analistas críticos do discurso podem estar mais interessados nas estruturas do texto ou da fala controladas ou controláveis de forma menos consciente pelos falantes, tais como entoação, estruturas sintácticas, estruturas proposicionais, figuras retóricas, e ainda muitas propriedades da fala espontânea, como mudança de voz, correcções, pausas, hesitações e outras. Em geral, estas várias ‘formas’ não expressam directamente significados subjacentes e consequentemente crenças, mas sinalizam sim propriedades ‘pragmáticas’ de um evento comunicativo, como sejam a intenção, a disposição actual ou as emoções dos falantes, a sua perspectiva sobre os acontecimentos de que falam, as opiniões sobre co-participantes e especialmente as preocupações interaccionais como a auto-apresentação positiva e a formação das impressões. Assim, os homens podem ser bem capazes de esconder opiniões negativas sobre as mulheres, ou as pessoas brancas sobre as pessoas negras, mas indirectamente as suas avaliações, posição ou face e, assim, a sua identidade, podem ser sinalizadas por características estruturais da fala de natureza subtil.

Do mesmo modo que fiz uma distinção entre significados locais e globais, distingo entre formas de discurso globais e locais ou formatos. As formas globais ou superestruturas são esquemas globais, canónicos e convencionais que consistem em categorias típicas de género, como são os casos dos argumentos, das histórias ou dos artigos de notícias. As formas locais são as (da sintaxe) das frases e as relações formais entre orações ou frases em sequências: ordenação, primazia, relações pronominais, voz activa-passiva, nominalizações e um conjunto de outras características formais das frases e sequências.

Das muitas propriedades formais do nosso texto, podemos então observar o uso repetido de construções passivas que tipicamente ocultam agentes, tais como ‘esta liberdade esteve sob ataque’ e ‘génios criativos do mundo dos negó-

cios... serem chamados de tiranos opressivos’. A função óbvia é que o Centro pode ser vago nas suas acusações omitindo os agentes das acções negativas, ou identificando-os vagamente em termos de leis. Para além destes e de outros aspectos sintácticos que realizam representações semânticas subjacentes, a estrutura formal mais evidente numa abordagem da ACD seria provavelmente o quadro argumentativo complexo, composto por normas gerais, valores e princípios ideológicos que funcionam como argumentos gerais, e a sua aplicação ao caso da Microsoft, com as conclusões: A Microsoft deve ser capaz de fazer o que quer com os seus produtos. Claro que este argumento contém várias falácias e omite informação vital, nomeadamente que a Microsoft abusou do seu poder ao impor os seus produtos, violando assim o princípio básico da ‘liberdade’ que forma a ideologia deste texto.

Há muitas outras falácias, tais como o uso ‘autoritativo’ (do valor partilhado) da Constituição dos Estados Unidos para argumentar a favor de um assunto económico. Do mesmo modo que a polarização semântica e retórica deste texto expressa e ajuda a construir modelos tendenciosos do caso contra a Microsoft, o seu estilo formal constitui um marcador do seu género: a petição oficial. Este estilo formal começa com a paráfrase da Declaração da Independência, mas também é lexicalmente expresso na própria petição do Centro, tal como nos repetidos ‘Nós mantemos que...’, ‘não por permissão de ninguém, mas por direito absoluto’ e outros, que sinalizam algo parecido com uma declaração em prol do mercado livre.

O estudo do significado global e local do discurso e da forma, brevemente ilustrado antes, pode ser mais detalhado e sofisticado, e só limitações de espaço me impedem de o fazer neste capítulo. No entanto, a relevância desse tipo de estudo (também) em projectos da ACD deve agora estar clara, especialmente enquanto parte integrante de uma explicação sistemática de como o discurso ideológico nos representa a ‘nós’ *versus* ‘eles’. Assim, os falantes ou escritores podem realçar as nossas coisas boas ao topicalizarem significados positivos, ao usarem elementos lexicais positivos em autodescrições e ao fornecerem mais detalhes sobre acções boas e poucos detalhes sobre acções más (através da hipérbole e das metáforas positivas), deixando implícitas as nossas propriedades negativas ou pondo em segundo plano a nossa agência em actos negativos através de frases passivas ou nominalizações. Como veremos abaixo, estes aspectos formais ou do significado do discurso dominante não só expressam e aplicam poder, mas estão também orientados para a construção de modelos mentais desejados e representações sociais, isto é, para influenciar, manipular ou controlar a mente.

Modelos contextuais

Como argumentei anteriormente, os objectivos críticos da ACD só podem ser atingidos se as estruturas do discurso forem relacionadas com as estruturas dos contextos locais e globais. Nas minhas análises anteriores, fiz algumas observações informais sobre modelos mentais, ideologias, situações, objectivos e grupos sociais e instituições, mas estes precisam obviamente de ser definidos em teorias explícitas. O resto deste capítulo fornece alguns fragmentos breves destas teorias e ilustra os seus princípios numa análise mais global e mais relevante de alguns fragmentos do texto em análise.

Embora haja muitas teorias do texto e da fala, não existe nada semelhante a uma teoria explícita do contexto. De facto, não existe nem mesmo uma monografia sobre contexto. Estou a trabalhar em alguns dos fragmentos dessa teoria, dos quais apresento aqui um sumário breve.

Tal como distingui estruturas locais e globais dentro do discurso, podemos também distinguir contextos locais e contextos globais. Os contextos globais são definidos pelas estruturas sociais, políticas, culturais e históricas em que um evento comunicativo ocorre. Na ACD, eles constituem, frequentemente, a base racional explicativa e crítica do discurso e da sua análise.

O contexto local é usualmente definido em termos das características da situação imediata, interaccional, em que um evento comunicativo tem lugar. Algumas das propriedades dessa situação são o seu domínio global (política, negócios), a acção global (legislação, propaganda), os participantes em vários papéis comunicativos e sociais (como o Centro neste exemplo), bem como as suas intenções, fins, conhecimento, normas e outras crenças. Defendemos que tais contextos constroem as propriedades do texto e da fala. Isto é, o que dizemos e como dizemos depende de quem está a falar com quem, quando e onde, e com que propósitos.

A minha teoria do contexto reconhece que esta análise das propriedades cognitivas e sociais dos eventos comunicativos é relevante, mas ela define contextos (locais) em termos cognitivos, nomeadamente na forma de um modelo mental de uma situação comunicativa, isto é, como um modelo contextual. Este entendimento permite interpretações subjectivas das situações sociais e diferenças entre utilizadores da linguagem na mesma situação, modelos estrategicamente incompletos e, em geral, uma adaptação flexível do discurso à situação social. Por outras palavras, não são as várias propriedades da situação local que controlam e constroem o texto e a fala, mas os modos como os utilizadores da linguagem interpretam ou definem estas propriedades nos seus modelos contextuais mentais. Por exemplo, a idade, o género ou profissão, bem como os objectivos ou o conhecimento dos participantes influenciam frequentemente o texto e a fala, mas só se e apenas como isso está definido no modelo contextual do falante ou escritor. Os modelos do contexto permitem-nos explicar o que é relevante numa situação social para os participantes na fala. Por outras palavras, uma teoria do contexto fornece uma teoria da relevância.

Os modelos contextuais podem ser vistos também como casos específicos do tipo de modelos mentais pessoais, subjectivos, que as pessoas constroem das suas muitas experiências diárias, desde levantar-se de manhã a ir para a cama à noite. Os eventos comunicativos são simplesmente um tipo proeminente de tais ‘modelos da experiência diária’.

Os modelos contextuais têm o mesmo estatuto cognitivo e estruturas esquemáticas de outros modelos mentais, dos quais falaremos abaixo. Neste ponto importa apenas sublinhar que os modelos contextuais são as representações mentais que controlam muitas das características da produção do discurso e da sua compreensão, tais como género, escolha de tópicos, significados locais e coerência, por um lado, mas também actos de fala, estilo e retórica, por outro. De facto, o estilo pode ser definido como o conjunto das propriedades formais do discurso condicionadas pelos modelos contextuais, entre elas, a lexicalização, a ordem das palavras e a entoação.

No nosso exemplo da petição, o contexto que define o evento comunicativo é bastante óbvio. O domínio societal global para este texto é o domínio dos negócios ou do mercado, as acções globais, as de defesa da livre iniciativa e as de protecção do negócio contra a interferência do governo. A localização espacial local do evento comunicativo é a Internet. O papel comunicativo do participante é o de falante/escritor, autor e originador; o papel interaccional é o de defensor da Microsoft e de oponente do governo, enquanto que o papel societal-económico é o de uma organização que defende o mercado livre. O outro participante, aquele a quem se dirige o texto, está explicitamente referido no princípio do mesmo como ‘Companheiros Americanos’, procurando-se assim realçar pragmaticamente a unidade do ‘nosso’ grupo em nome do qual o Centro (supostamente) fala. É interessante que, embora a proposta para a petição seja dirigida aos ‘Companheiros Americanos’, a petição proposta é, em si mesma, dirigida aos destinatários finais relevantes: o juiz, o Comité Judiciário do Senado, a Procuradora Geral e o Presidente dos Estados Unidos.

A acção comunicativa em curso consiste na acção de publicar um texto na Internet persuadindo os leitores a assinar a petição. Esta acção está a ser realizada através dos actos de fala de acusação do governo e de defesa da Microsoft. As estruturas mentais (complexas) que definem a dimensão cognitiva do contexto consistem nas várias ideologias analisadas antes, bem como nas atitudes mais específicas e opiniões (sobre a acção legal do governo contra a Microsoft) que vimos expressas através do texto. Embora expressando co-pertença ao dirigir-se aos ‘Companheiros Americanos’, a estrutura persuasiva do texto pressupõe que nem todos os americanos partilham da mesma opinião sobre as práticas da Microsoft. Por fim, o texto é significativo para os seus leitores só porque pressupõe uma vasta quantidade de *common ground* e de conhecimento de senso comum, por exemplo, sobre a Declaração da Independência,

a Microsoft, as leis *antitrust*, entre outros, bem como conhecimento específico (baseado em modelos) sobre o caso actual do tribunal contra a Microsoft. O ponto importante é que, do princípio ao fim, este texto se adapta a este modelo contextual subjectivamente construído da situação comunicativa em curso, por exemplo da seguinte forma:

- os significados do texto são todos compreensíveis dentro do quadro mais vasto dos três domínios do negócio, justiça e governo;
- o género e os actos de fala da petição constituem uma forma de implementar uma defesa global do livre mercado, que é o objectivo global do Centro;
- o tópico global realiza semanticamente a razão para o acto de fala e género desta petição: os direitos da Microsoft foram violados;
- a estrutura argumentativa está organizada de modo a sustentar optima-mente a função comunicativa deste texto como uma forma de persuasão;
- a polarização das opiniões a todos os níveis do texto expressa as atitudes e a ideologia do Centro e tenta influenciar as dos leitores – e destinatários finais;
- a escolha lexical está apropriada ao género de uma petição pública, formal;
- o texto pressupõe conhecimento geral existente sobre negócios, leis, governos e outros, bem como conhecimento específico sobre o caso contra a Microsoft. No entanto, não expressa ou pressupõe conhecimento que debilita a sua defesa (por exemplo, sobre as práticas ilegais da Microsoft).

Por que razão são tão importantes os modelos contextuais? Os modelos contextuais são cruciais porque constituem a *interface* entre a informação mental (conhecimento, e outra) sobre um acontecimento e os significados concretos que estão a ser construídos num discurso. O que sabemos ou aquilo em que acreditamos, seja sobre um acontecimento específico, coisa ou pessoa, ou seja mais globalmente, não precisa de ser totalmente expresso no discurso, quer porque é irrelevante quer porque é redundante. Os modelos contextuais fornecem assim os constrangimentos que permitem aos utilizadores da linguagem fazer selecções contextualmente relevantes de informação e construir as mesmas como significados a ser expressos na fala. Tal como vimos, estes constrangimentos ‘pragmáticos’ da comunicação não são expressos tanto assim nos significados, mas antes em estruturas várias. Por exemplo, a diferença de estatuto ou de posições entre os falantes, se representada no modelo contextual, pode controlar a selecção dos pronomes e um conjunto de outros mecanismos estilísticos. Assim, os modelos contextuais são aquelas representações na memória episódica que actuam como o controlo global de um evento comunicativo.

Para qualquer tipo de investigação na ACD que relacione o texto com alguma situação social, é importante perceber que, independentemente da amplitude da situação social ou política, esta não pode “atingir” ou ter um impacto no discurso apenas porque um falante a pode considerar irrelevante e ignora a informação relevante na construção do modelo contextual. Também as mudanças que os falantes aplicam aos seus discursos, por exemplo, por causa de formas de delicadeza ou de outras formas de persuasão, precisam de um cuidado mais explícito.

Modelos de acontecimentos

Os utilizadores da linguagem formam modelos mentais não só da situação em que interagem, como também dos acontecimentos ou situações sobre as quais falam ou escrevem.

Tivemos já de usar antes várias vezes a noção de modelo mental para explicar as várias propriedades dos significados do discurso. Assim, a coerência local e global do discurso é, não só definida em termos das relações funcionais entre as suas proposições (generalização, especificação, exemplo, explicação), como especialmente pelas relações dos factos referidos pelas proposições, tais como relações de causa-consequência. No entanto, psicologicamente falando, esta não é a forma como a coerência deve ser definida. Não são os factos que definem a coerência, mas antes os modos como os factos são definidos ou interpretados pelos utilizadores da linguagem nos seus modelos mentais desses factos. Estas interpretações são pessoais, subjectivas, tendenciosas, incompletas ou completamente imaginárias.

Dito de outra forma, os discursos são interpretados como coerentes em relação ou relativamente aos modelos mentais que os utilizadores têm sobre os acontecimentos ou factos referidos.

Assim, no nosso exemplo, não é o caso da Microsoft e as acções do governo que formam a base semântica (referencial) do texto da petição, mas antes os modos (obviamente enviesados) como o Centro representa este caso e o governo no seu modelo mental deste acontecimento.

É este modelo mental dos acontecimentos sobre os quais falamos ou escrevemos que forma a base para a produção e compreensão do discurso, especialmente do seu significado. Quer dizer, sob o controlo do modelo contextual (ver antes), são seleccionadas as proposições do modelo do acontecimento que são relevantes para o evento comunicativo em curso, por exemplo, as proposições que os receptores ainda não sabem. Por outras palavras, o significado de um discurso, comparado com o seu modelo mental, é por definição incompleto: os falantes ou escritores não precisam de incluir todas as proposições que os receptores já sabem ou que podem inferir por si próprios. Os modelos mentais contêm todas as crenças pessoalmente

relevantes sobre um acontecimento, ou seja, conhecimento e opiniões (e provavelmente também emoções).

No caso de um discurso de opinião óbvio, como se verifica no nosso exemplo, o que é relevantemente expresso são as opiniões dos escritores, por exemplo, sobre o caso Microsoft e o governo. Ao mesmo tempo, a petição pretende influenciar (as opiniões em) os modelos mentais do Presidente ou dos políticos sobre o caso Microsoft. Um aspecto da persuasão pode assim ser definido como controlo discursivo de modelos mentais preferenciais. Nós veremos a seguir que há também uma definição mais ampla de persuasão em termos de controlo das representações sociais, tais como conhecimento, atitudes e ideologias.

Os modelos contextuais e modelos de acontecimentos são representações mentais na memória episódica, quer dizer, a parte da memória de longo prazo onde as pessoas armazenam o seu conhecimento e opiniões sobre episódios em que participam ou sobre os quais lêem/escrevem. Os modelos mentais consistem provavelmente numa representação esquemática das dimensões pessoal e socialmente relevantes dos acontecimentos, tais como localização (espacial, temporal), participantes (em vários papéis), acções e outras.

Genericamente falando, podemos dizer que os modelos contextuais controlam a parte ‘pragmática’ do discurso, e os modelos de acontecimentos a parte ‘semântica’. Compreender um discurso significa basicamente ser capaz de construir um modelo para o mesmo. E na produção é o modelo mental dos acontecimentos e da situação que forma o ponto de partida de todo o texto e fala. Assim, o que nós usualmente nos lembramos de um discurso não é tanto o seu significado, mas o modelo mental que construímos durante a compreensão.

Todavia, a teoria do modelo do discurso vai muito para além da explicação do significado e da variação contextualmente controlada do texto e da fala. Os modelos também formam a interface crucial entre discurso e sociedade, entre pessoal e social. Sem esses modelos seríamos incapazes de explicar e descrever a forma como as estruturas sociais influenciam e são afectadas pelas estruturas do discurso. Isso acontece porque os modelos mentais não só representam crenças pessoais, mas também (frequentemente versões pessoais de) representações sociais, tais como conhecimento, atitudes e ideologias, que por sua vez estão relacionados com a estrutura de grupos e de organizações (ver abaixo). Assim, os modelos mentais dos utilizadores da linguagem constituem a interface crucial que teoricamente possibilita o elo de ligação entre grupos sociais, as suas representações sociais, os modelos mentais dos seus membros e, por último, o discurso dos seus membros. Os modelos mentais explicam a forma como um discurso pode exibir tanto propriedades pessoais como sociais e como, de facto, na mesma situação cada discurso é diferente. É nesta série complexa de relações que se centra a investigação na ACD teoricamente adequada. Não há uma relação directa entre discurso e sociedade.

Cognição social

Porque a ACD está interessada no poder, na dominação e na desigualdade social, tende a centrar-se em grupos, organizações e instituições. Isto significa que a ACD também precisa de explicar as várias formas de cognição social partilhadas por estas colectividades sociais: conhecimento, atitudes, ideologias, normas e valores. Embora se tenham escrito muitos livros sobre estas ‘representações sociais’, de facto sabemos muito pouco sobre as suas estruturas mentais precisas e sobre a forma como estas controlam exactamente a produção e a compreensão do texto e da fala. Eu assumo que esse controlo ganha basicamente duas formas, uma directa e outra indirecta. Assim, os elementos do conhecimento e das atitudes podem ser expressos directamente, na sua forma geral, abstracta, por exemplo em frases genéricas típicas do ensino e da propaganda.

Levando isto em conta, o nosso texto Microsoft tem várias dessas frases genéricas que expressam formas de conhecimento ou opiniões, tais como ‘cada indivíduo tem um direito inalienável à busca da felicidade’.

O segundo modo como essas representações socialmente partilhadas são expressas no discurso faz-se através de modelos mentais, quer dizer, através da aplicação a um acontecimento específico ou situação.

O nosso texto constitui um exemplo clássico de tal ‘aplicação’ de proposições genéricas a um caso específico, nomeadamente a aplicação de normas, valores e ideologias neoliberais ao caso especial da Microsoft. Quase todas as frases no texto constituem assim exemplos ‘específicos’ das representações partilhadas pelos neoliberais.

Teoricamente, isto significa que as representações sociais são ‘particularizadas’ em modelos mentais e são expressas no texto e na fala frequentemente através de modelos mentais. E, inversamente, é através dos modelos mentais do discurso quotidiano, tais como conversações, relatos noticiosos na imprensa escrita e manuais, que adquirimos o nosso conhecimento sobre o mundo, as nossas atitudes socialmente partilhadas e, por último, as nossas ideologias e normas fundamentais e valores. Agora temos um retrato muito grosseiro do modo como os grupos e o poder podem afectar as estruturas do discurso e vice-versa, nomeadamente através das representações sociais partilhadas por grupos, e os modelos mentais que por sua vez constituem as instâncias específicas destas representações sociais. As teorias envolvidas são extremamente complexas, e muito disto permanece ainda obscuro, mas temos um retrato genérico dos principais componentes e das relações envolvidas. Iremos fazer apenas algumas observações sobre as principais formas de representação social envolvidas:

Conhecimento Faz sentido distinguir entre diferentes tipos de conhecimento, nomeadamente conhecimento pessoal, conhecimento de grupo e conhecimento cultural. O conhecimento pessoal é representado em modelos mentais sobre acontecimentos pessoais, específicos, tal como explicamos antes. O conhecimento dos grupos é partilhado por grupos sociais específicos, como sejam profissionais, movimentos sociais ou companhias de negócios. Esse conhecimento pode ser tendencioso e ideológico e nem ser reconhecido como ‘conhecimento’ por outros grupos, mas sim caracterizado como ‘mera’ crença. Evidentemente, as crenças de alguns grupos têm mais influência, poder e legitimidade do que as de outros, tal como no caso do discurso científico. O conhecimento cultural é partilhado por todos os membros competentes de uma sociedade ou cultura e forma a base ou *common ground* de todas as práticas sociais e discursos. De facto, em princípio, todo o conhecimento culturalmente partilhado pode por isso ser pressuposto no discurso público. Evidentemente que este conhecimento de *common ground* muda constantemente, e o que é *common ground* ontem pode ser crença ideológica de grupo hoje (como é o caso da religião cristã), ou vice-versa, como é o caso de muito do conhecimento científico. Os discursos são como icebergues dos quais são expressos apenas partes específicas de conhecimento (contextualmente relevantes), mas onde uma vasta parte do conhecimento pressuposto faz parte do *common ground* sociocultural. Muitas das propriedades do discurso, como tópicos globais, coerência local, pronomes, metáforas e muitas mais, requerem uma definição em termos deste tipo de conhecimento cultural socialmente partilhado. Um dos maiores desafios tem sido a organização desse conhecimento na memória, havendo já várias propostas, por exemplo, em termos de guiões (*scripts*), esquemas, cenários e muitos mais. Estas propostas não são apenas relevantes para a ciência cognitiva, mas também para a ACD, porque essas estruturas de conhecimento (directamente ou através de modelos) também organizam as estruturas do discurso.

Atitudes As atitudes são opiniões socialmente partilhadas, tais como opiniões que os indivíduos partilham sobre emigração, aborto ou energia nuclear. São usualmente complexas, isto é, consistem num feixe de proposições avaliativas. Do mesmo modo que o conhecimento geral pode influenciar os modelos mentais, as proposições gerais das atitudes podem também ser ‘particularizadas’ como específicas, como opiniões pessoais em modelos mentais, à semelhança do que sucede no caso das opiniões do Centro sobre o caso Microsoft.

Ideologias Por fim, defino as ideologias como sendo as representações sociais básicas de grupos sociais. Constituem a base do conhecimento e das atitudes dos grupos como socialistas, neoliberais, ecologistas, feministas e também antifeministas. Provavelmente têm uma estrutura esquemática que representa a auto-imagem de cada grupo, contendo categorias de pertença, objectivos, actividades, normas e recursos de cada grupo. As ideologias contêm os princípios básicos que organizam as atitudes

partilhadas pelos membros de um grupo. Assim, uma ideologia racista pode organizar atitudes sobre imigração, educação ou mercado do trabalho.

No nosso texto, verificamos que, virtualmente, todas as atitudes gerais sobre a relação entre Estado e negócios, tal como exemplificado pelo caso da Microsoft, estão organizadas por uma ideologia neoliberal.

Discurso e sociedade

Serei breve sobre a terceira dimensão do quadro teórico: a relação entre discurso e sociedade. Muitos dos aspectos do discurso e da cognição antes abordados (como o conhecimento e a ideologia) são ao mesmo tempo sociais.

Sugeri que a sociedade pode ser analisada também em termos mais locais e mais globais, primeiro ao nível das interacções e situações, e segundo ao nível dos grupos, organizações sociais, organizações e instituições. A última, a estrutura social, pode ser relacionada com o discurso apenas de duas formas: em primeiro lugar, através das representações sociais dos membros sociais sobre tais estruturas sociais; em segundo, através da instanciação das estruturas sociais; (como grupos e organizações) por via dos actores sociais, das interacções e das situações ao nível micro e local. Dito de outro modo, há um modo cognitivo e social de criar uma ponte entre os famosos níveis da diferenciação na explicação da estrutura social. Assim, a ACD pode estar interessada em macronoções do tipo poder e dominação, mas o seu estudo concreto tem lugar ao nível micro do discurso e das práticas sociais. Passo agora a tecer alguns comentários sobre alguns destes conceitos.

Situações sociais A estrutura das situações sociais é especialmente relevante, como antes vimos, para uma teoria do contexto. O discurso é frequentemente definido como um evento comunicativo, que ocorre numa situação social, contendo uma localização espacial, temporal, participantes em diferentes papéis, acções, entre outros. Já vimos que estes traços situacionais só são relevantes para o discurso quando representados em representações mentais: modelos contextuais. Por outras palavras, podemos ter uma teoria das situações sociais para explicar os contextos, mas precisamos ainda de uma interface cognitiva para as transformar nas ‘estruturas de relevância’ que designamos como contextos.

No nosso exemplo, para compreender o texto petição, também precisamos de compreender, e deste modo construir, a situação comunicativa, com um sítio na Internet como *medium* de comunicação, e o Centro e o utilizador como participantes. Isto é, o acto de fala da petição só pode ser compreendido como dirigido ao/qualquer utilizador da Internet que lê este texto, mas ao mesmo tempo como tendo como destinatários finais o Presidente e os políticos.

Acção A ACD não está apenas interessada em actos de fala, mas também em muitas outras acções, interacções e práticas sociais que são realizadas pelo discurso, ou que formam as condições ou consequências do texto e da fala e que constituem uma parte relevante daquilo que acima defini como contexto. Assim, um discurso no Parlamento pode consistir em asserções ou acusações contra as políticas do governo, mas também a muitos níveis muitas outras acções sociais e políticas estão envolvidas, como criticar o governo, estar na oposição, representar os eleitores e a legislação. Por outras palavras, para compreender o que se passa num discurso, precisamos de o construir como uma instância de, ou como parte de muitas outras formas de acção a diferentes níveis de análise social e política.

Assim, no texto da petição, uma organização pede aos utilizadores da Internet que assinem uma petição, mas o Centro está a fazer muito mais do que isso – defender a Microsoft, atacar o governo dos Estados Unidos, persuadir os cibernautas e por último defender os princípios neoliberais de negócio. Compreender este texto, quer como utilizador, quer como analista, significa compreender estas acções e a forma como estão relacionadas com as estruturas do discurso. Obviamente, como foi sugerido acima, estas interpretações sociopolíticas requerem crenças socialmente partilhadas que não estão explicitamente expressas mas estão pressupostas neste texto.

Actores Observações similares às que fizemos para as acções podem ser feitas para os actores. São categorias constituintes das situações sociais e, como parte das situações comunicativas, desempenham vários papéis comunicativos, tais como vários tipos de falantes, escritores ou produtores e vários tipos de receptores. Podem ser localmente definidos como indivíduos ou globalmente em termos de grupos, organizações ou instituições.

No nosso texto, por exemplo, o escritor global ou produtor do texto da Internet é o Centro, embora localmente o texto tivesse sido escrito provavelmente por um empregado do Centro. De igual modo, o texto é dirigido a um (qualquer) cibernauta, ou seja, a um indivíduo não identificado, e indirectamente a toda a comunidade da Internet e a qualquer pessoa que tem acesso ao texto. Estes e outros papéis organizam muitos aspectos do texto, tais como formas de tratamento e o pedido ('Assinem a petição'). Note-se não só que estes actores definem a situação comunicativa, mas que também o discurso 'citado' (a petição) tem os seus próprios destinatários (o Presidente e outros e por último o povo americano). De novo, uma ACD interessante deste texto precisaria de analisar as estruturas complexas dos actores sociais participantes e dos políticos envolvidos (tanto ao nível individual como ao nível colectivo), bem como a forma como esses actores representados situacional ou semanticamente são descritos ou de outra modo relacionados com a estrutura do discurso.

Estruturas sociais Vimos que as situações locais da interacção põem em prática, manifestam ou instanciam estruturas sociais globais. Os participantes falam e ouvem como mulheres, mães, advogados, membros de partidos, ou executivos de companhias. As suas acções, incluindo as acções discursivas, realizam actos sociais mais vastos e processos, como legislação, educação, discriminação e dominância, frequentemente dentro de quadros institucionais como sejam parlamentos, escolas, famílias ou institutos de investigação.

A ACD está especialmente interessada no papel do discurso na instanciação e reprodução do poder e abuso do poder (dominância), e assim particularmente interessada no estudo detalhado da interface entre o local e o global, entre estruturas do discurso e estruturas da sociedade. Vimos que estas relações não são directas, mas precisam de uma interface cognitiva e interaccional: as representações sociais, incluindo as atitudes e ideologias, são mediadas frequentemente pelos modelos mentais de forma a aparecerem no discurso; por sua vez, este discurso só tem efeitos sociais e funções quando contribui para a formação ou confirmação das atitudes sociais e ideologias. E a dominância do grupo branco só pode ser ‘implementada’ quando os membros do grupo branco se engajam, de facto, em tal discurso derogatório como uma instância de discriminação. O racismo ou sexismo não constituem assim sistemas meramente abstractos de desigualdade social e dominância, mas ‘chegam’, de facto, às formas da vida quotidiana, nomeadamente através das crenças, acções e discursos dos membros do grupo.

Fizemos observações similares na análise do nosso texto. Para compreender cabalmente e explicar (as estruturas de) este texto, precisamos, não só de explicitar as suas condições cognitivas e sociais e consequências, mas também as estruturas sociais mais vastas em que são baseadas essas cognições e contextos e que simultaneamente aquelas estruturas textuais ajudam a sustentar e reproduzir. Vimos como, através do texto e a todos os níveis a opinião negativa sobre o governo dos Estados Unidos no caso Microsoft está ligada à ideologia global neoliberal do livre mercado, em que os ‘homens de negócios’ criativos são os heróis e o governo (e o seu sistema de Justiça) os inimigos; relativamente a esta ideologia, o Centro desempenha o seu papel específico de ‘defensor’ dos valores capitalistas. Ou seja, a ideologia, tal como instanciada nos modelos mentais construídos para o caso da Microsoft e como mais ou menos directamente expressa no texto, precisa de ser ligada a grupos sociais, organizações, estruturas e relações de poder. De facto, a este respeito, este texto constitui apenas uma das muitas acções (discursivas e outras) da comunidade de negócios na sua luta de poder com o Estado. É apenas a este nível mais alto da análise social que somos capazes de compreender fundamentalmente este texto, as suas estruturas e funções.

Notas conclusivas

Este exercício permanente de relação de ‘baixo para cima’ e de ‘cima para baixo’ entre discurso e interação e estruturas societais constitui uma das características mais típicas da ACD. A análise do discurso é assim simultaneamente uma análise cognitiva, social e política, mas incide sobre o papel do discurso na sociedade e nas suas estruturas, tanto local como globalmente.

As relações relevantes efectivam-se nos dois sentidos. As estruturas societais (como grupos e instituições), bem como as relações globais (como sejam o poder ou os actos societais globais – por exemplo, legislação e educação) fornecem os constrangimentos globais das acções locais e do discurso. Estes constrangimentos podem ser mais ou menos fortes e ir de normas estritas e obrigações (por exemplo, as que são formuladas na lei, como sucede com os actos dos juizes ou dos membros do Parlamento) a normas mais flexíveis ou *soft*, como é o caso das normas de delicadeza. E os constrangimentos podem afectar propriedades do discurso tão diversas quanto os lances interaccionais, quem controla a mudança de vez ou quem abre uma sessão, os actos de fala, a escolha de tópicos, a coerência local, o estilo lexical ou as figuras retóricas. E, inversamente, estas estruturas do discurso podem ser interpretadas (e contarem) como acções que são instâncias ou componentes desses actos societais ou políticos mais globais, tais como a política de imigração ou as reformas educativas.

É precisamente nestes elos de ligação que reside o ponto capital de uma análise crítica do discurso. Um exercício de mera observação e de análise da desigualdade social a vários níveis de abstracção constitui um exercício para as ciências sociais, e um mero estudo da gramática discursiva, semântica, dos actos de fala ou dos lances conversacionais é a tarefa geral dos linguistas e dos analistas da conversação e do discurso. As análises sociais e políticas do discurso estão especificamente orientadas para uma explicação detalhada da relação entre as duas linhas acima traçadas.

Como vimos na análise parcial do nosso exemplo, o cariz crítico crucial desta dimensão sociopolítica é fornecido, em última instância, pelos objectivos específicos desta investigação, como o enfoque no modo como o discurso está envolvido na reprodução da dominância. Isto significa também que a ACD precisa de uma ética explícita. A dominância, definida como abuso de poder, pressupõe uma definição de abuso, por exemplo, em termos de violação e normas e de direitos humanos e sociais. Estas são formuladas ao nível macro dos grupos, movimentos, instituições, e estados-nação, frequentemente em relação aos seus membros. A ACD está especialmente interessada nas dimensões discursivas destes abusos, e por isso deve explicitar as condições detalhadas das violações discursivas dos direitos humanos: por exemplo, quando os jornais publicam histórias tendenciosas sobre minorias, quando os gestores se engajam ou toleram o sexismo na companhia ou organização, ou quando os legisladores põem em prática políticas neoliberais que fazem dos ricos mais ricos e dos pobres mais pobres.

Mais leituras

Caldas-Coulthard, C. e Coulthard, M. (eds.) (1996) *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge.

Constitui provavelmente a primeira colecção de artigos que apareceu com o rótulo ACD. Integra bons artigos de académicos proeminentes de muitos países (incluindo os provenientes de fora da Europa ou da América do Norte), sobre discurso escrito e oral e em diferentes contextos.

Fowler, R., Hodge, B., Kress, G. e Trew, T. (1979) *Language and Control*. London: Routledge e Kegan Paul.

Este é o livro que difundiu o trabalho realizado por estes autores na Linguística Crítica e depois na ACD. É visto como um clássico, em conjugação com o trabalho de Tony Trew sobre aspectos sintácticos da descrição negativa do exogrupo (frases activas *versus* frases passivas e outros).

Van Dijk, T.A. (1993) *Elite Discourse and Racism*. London: Sage.

Este livro sumaria muito do meu trabalho sobre discurso e racismo feito na década anterior a esta publicação; aborda, por exemplo, o tema do discurso e do racismo nos *media* e manuais escolares e junta resultados da nova investigação sobre debates parlamentares, discurso académico e discurso corporativo, concluindo que a forma mais influente (e mais negada) de racismo é a das elites.

Van Dijk, T. A. (1998) *Ideology*. London: Sage.

É a primeira fatia de um longo projecto sobre ideologia e discurso, em que é traçado o quadro básico de uma nova teoria multidisciplinar de ideologia, relacionada com cognição, sociedade e discurso. São dadas ilustrações de ideologias racistas. Este livro também fornece a base da componente ideológica de uma teoria da ACD.

Wodak, R. (ed.) (1989) *Language, Power and Ideology. Studies in Political Discourse*. Amsterdam: Benjamins.

Esta importante colectânea de estudos é certamente ACD antes do seu tempo e da sua definição. É importante também porque o trabalho de vários académicos de língua germânica foi traduzido aqui em inglês. Compreende trabalhos sobre fascismo, racismo, preconceito, patriarcalismo e discurso político.

O estudo interdisciplinar das notícias como discurso

Introdução

Este capítulo apresenta uma forma de abordar os *media* partindo da análise do discurso. A análise do discurso enfatiza o facto óbvio, mas ainda não completamente explorado, de as “mensagens” dos *media* serem tipos específicos de texto e fala. As teorias e métodos do novo campo interdisciplinar da análise do discurso podem contribuir para uma descrição e explicação mais sistemática e explícita das estruturas das “mensagens” dos *media*. Dado que a Análise do Discurso é um empreendimento multidisciplinar, também permite relacionar esta compreensão estrutural com várias características do contexto cognitivo e sociocultural. Este capítulo aborda de forma sucinta o estudo mais vasto dos aspectos da comunicação de massa ligados à produção, recepção, usos e funções socioculturais do discurso dos *media*.

A análise do discurso emergiu como um novo campo de estudo transdisciplinar entre os meados dos anos 60 e meados dos anos 70 em disciplinas como antropologia, etnografia, micro-sociologia, psicologia cognitiva e social, poética, retórica, estilística, linguística, semiótica e outras disciplinas nas humanidades e nas ciências sociais interessadas no estudo sistemático das estruturas, funções e processamento do texto e da fala (para detalhes, ver as contribuições em van Dijk 1985b). Para delimitar a discussão sobre o vasto domínio da investigação sobre os *media* que usa a análise do discurso, irei centrar-me no estudo das notícias na imprensa. Para mais detalhes teóricos e para aplicações mais extensas no estudo de vários casos da cobertura da imprensa, o leitor pode ver van Dijk (1985b; 1988a; 1988b).

A abordagem discursiva na investigação dos *media*: uma breve revisão

Embora a abordagem discursiva na investigação sobre os *mass media* seja agora mais ou menos aceite como uma alternativa ou como uma forma de suplementar a análise de conteúdo clássica (Krippendorff 1980), o número de estudos sistemáticos do discurso das mensagens dos *mass media* é ainda muito limitado. As aplicações da análise do discurso na investigação dos *media* são tão variadas quanto são os campos dos estudos de discurso e a própria comunicação de massas. Muito dos trabalhos realizados têm uma orientação linguística, como os estudos mais antigos de Leech (1966) e Crystal e Davy (1969), e os estudos posteriores no quadro da abordagem da linguística crítica de Fowler *et al.* (1979), Fowler (1991), Kress (1985), e Chilton (1985; 1988), entre outros. Muito deste trabalho, bem como o trabalho mais recente na semiótica social (Hodge e Kress 1988) tem sido influenciado pela gramática sistémica de Halliday (Halliday 1978; 1985).

Mais conhecidos na investigação da comunicação de massas, e igualmente diversos na orientação, temos os trabalhos críticos do Glasgow University Media Group (1976; 1980) sobre a representação dos conflitos industriais nos *media*, as contribuições de Davis e Walton (1983), e a abordagem dos estudos culturais do Center for Contemporary Cultural Studies (Hall *et al.* 1980). Embora lidem também com linguagem, discurso e imagens, estas abordagens não fazem parte do domínio da linguística, mas prestam atenção especial às dimensões políticas e ideológicas das mensagens dos *media*. Apesar da diversidade teórica e ideológica destas e de outras abordagens actuais, nós observamos uma integração crescente das abordagens linguísticas, semióticas, e da análise do discurso (van Dijk 1985a; Hartley 1982).

É espantoso que a maioria deste trabalho tenha sido feito no Reino Unido (e agora também na Austrália). Até muito recentemente, havia pouco trabalho linguístico ou de análise do discurso sobre os *media* nos Estados Unidos, onde muitos dos estudos eram ou anedóticos ou centrados em assuntos sociopolíticos (ver, também, Geis 1987). O mesmo pode ser dito relativamente à França, apesar da antiguidade dos seus estudos semióticos de alguns géneros do discurso dos *media* (Barthes 1973). A investigação na Alemanha inspira-se de uma forma geral nas várias abordagens da linguística textual (Luger 1983; Strassner 1975, 1982) e nos seus desenvolvimentos posteriores através das fronteiras com outras disciplinas, incluindo a semiótica e a psicologia (Bentele 1981; Schmitz 1990). Na Áustria, a investigação crítica dos *media* feita a partir de uma perspectiva analítica discursiva interdisciplinar é desenvolvida sobretudo por Ruth Wodak e as suas associadas (ver o seu estudo sobre o discurso anti-semita, também na imprensa, que acompanhou a eleição de Waldheim: Wodak *et al.* 1990).

A análise textual das notícias da imprensa

O estudo dos relatos noticiosos na imprensa é uma das tarefas maiores da investigação sobre os *media* que se aplica à análise do discurso. De facto, como os trabalhos acima evocados sugerem, provavelmente mais nenhum género dos *media*, à excepção da publicidade, despertou tanto interesse escolar nos investigadores da comunicação de massas, da semiótica, da linguística e da análise do discurso. Esta atenção é justificada quando percebemos quanto são importantes as notícias na nossa vida quotidiana. A maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias. Talvez não haja outra prática discursiva, para além da conversação quotidiana, que seja tão frequentemente exercida e por tantas pessoas como o são as notícias da imprensa e da televisão. Iremos por conseguinte examinar as estruturas deste género mais em detalhe.

Para reforçar a utilidade prática deste capítulo, discuto os vários níveis e as dimensões do discurso noticioso através de uma análise *parcial e informal* de um exemplo concreto tirado de um jornal britânico. Mais, indicarei de forma breve as estruturas do discurso da notícia que têm implicações específicas aos níveis social, político ou ideológico, para que possam ser usadas numa análise mais crítica das notícias.

Uma das características da análise do discurso é que descreve texto e fala em termos das teorias desenvolvidas para as várias dimensões do discurso. Assim, enquanto que a linguística clássica e a semiótica fazem uma distinção global entre forma (*signifiants*) e significado (*signifiés*) dos signos, a análise do discurso actual reconhece que o texto e a fala são muito mais complexos e requerem considerações separadas, embora relacionadas, das estruturas e estratégias fonéticas, gráficas, fonológicas, morfológicas, sintácticas, micro e macro-semânticas, estilísticas, superestruturais, retóricas, pragmáticas, conversacionais, interaccionais e outras estruturas e estratégias. Cada um destes níveis tem as suas estruturas características, que podem ser interpretadas ou funcionar a outros níveis, tanto dentro como fora das fronteiras tradicionais da linguística da frase, bem como no contexto mais vasto do uso e da comunicação.

De notar que esta complexa análise do discurso não está limitada à análise “textual”, mas dá também conta das relações entre estruturas do texto e da fala, por um lado, e dos seus “contextos” cognitivos, sociais, culturais ou históricos, por outro. Também os processos de produção textual e compreensão, as interacções entre os utentes da linguagem e as funções sociais ou culturais do discurso constituem objectos importantes da investigação nesta abordagem transdisciplinar. No entanto, na análise que agora farei de um relato noticioso, incidirei apenas nas estruturas textuais.

Exemplo

Como exemplo de análise, uso um relato noticioso que apareceu no jornal britânico *Daily Mail*, de 21 de Janeiro de 1989 (ver o apêndice a este capítulo). Trata do último acto de um episódio dramático que enfureceu durante bastante tempo os conservadores, e assim a imprensa da ala direita: o asilo procurado por um refugiado do Sri Lanka, Viray Mendis, numa igreja de Manchester. Depois de ter vivido mais de dois anos na sacristia de uma igreja, Mendis acabou por ser preso durante uma carga policial maciça contra a igreja, o que provocou protestos não só dos representantes oficiais da igreja, mas também de muitos anti-racistas e de outros grupos de defesa dos direitos dos emigrantes e refugiados. Quando falhou o último recurso aos tribunais, Mendis foi posto num avião para o Sri Lanka: é este o acontecimento de que fala o relato noticioso.

Este item noticioso faz parte de um *corpus* de relatos noticiosos, artigos de fundo e editoriais sobre assuntos étnicos na imprensa que eu estudei como parte de um projecto sobre racismo na imprensa (van Dijk 1991). Este projecto sobre os *media* constitui em si uma parte de um programa mais vasto de investigação sobre a reprodução do racismo no discurso, que inclui não só o discurso dos *media*, como também conversações quotidianas e manuais escolares (van Dijk 1987a, 1987b). Como ficará claro com a minha análise deste relato noticioso específico, a imprensa ocidental, e especialmente a imprensa da ala direita, (re)produz e enfatiza ainda mais uma imagem negativa das minorias, dos imigrantes e dos refugiados, e desse modo contribui para formas crescentes de intolerância, preconceito e discriminação contra os povos do Terceiro Mundo na Europa e na América do Norte.

Semântica textual

Coerência local e global

Tanto os analistas do discurso como os utentes comuns da linguagem estão interessados primordialmente no significado: o texto fala sobre o quê, o que significa e que implicações tem para os utentes da linguagem? Parte da resposta a essas questões é dada na semântica textual que formula regras de interpretação para palavras, frases, parágrafos ou discursos globais. Uma noção semântica importante usada para descrever o significado é a de proposição, que pode ser grosseiramente definida como a estrutura do significado conceptual de uma frase (van Dijk 1977).

Uma das noções importantes estudadas na semântica do texto é a de coerência local: como se relacionam as proposições subsequentes do texto? Uma das condições maiores dessa coerência local dos textos é que as suas proposições se referem a

factos que estão relacionados, por exemplo, por relações de tempo, condição, causa e consequência. No relato do *Mail* nós vemos que a primeira frase do parágrafo do *lead* expressa duas proposições (“Mendis está a voar para o Sri Lanka” e “Houve um esforço para o libertar”), que estão relacionadas tanto temporal (depois) como (de forma indirecta) causalmente (ele foi deportado porque a tentativa da sua libertação fracassou). Repare-se que as duas expressões nestas proposições também se referem à mesma pessoa, Viraj Mendis, que participa em dois acontecimentos que estão assim relacionados.

As proposições estão também conceptualmente relacionadas (“voar” e “aeroporto”, “ilegal” e “libertação”). De facto, como veremos mais abaixo, estes conceitos fazem parte dos chamados *scripts* de viagens aéreas e de prisão. O nosso conhecimento social partilhado desses *scripts* fornece os numerosos “elos de ligação que faltam” entre os conceitos e as proposições do texto, que é, por assim dizer, um icebergue semântico do qual só o cume é expresso, já que se pressupõe que os leitores conhecem a outra informação. Esta dependência do conhecimento do mundo e das crenças também pode tornar a coerência subjectiva e ideológica: o que é coerente para o jornalista pode não o ser para todos os leitores.

Para além deste tipo de coerência local *referencial*, as proposições podem ser também *funcionalmente* coerentes: por exemplo, quando a segunda proposição tem a função de ser uma Especificação, Paráfrase, Contraste ou Exemplo, relativamente à primeira proposição. As proposições nas notícias estão frequentemente relacionadas por uma relação de Especificação: proposições mais genéricas são seguidas por proposições mais específicas, que dão mais detalhes. Nós vemos na frase seguinte em que consiste a “tentativa dramática”: quem fez o quê, quando e como. De igual modo, as frases posteriores podem ser paráfrases (“exigir”, “apelo”) de frases anteriores e ter funções ideológicas quando acarretam implicações avaliativas específicas, como é claramente o caso no relato do *Mail*.

Uma característica essencial do discurso consiste no facto de ser, não só local, mas globalmente coerente. Para além das relações de significado entre frases subsequentes, um texto também tem uma unidade semântica global. Esta *coerência global* é descrita por aquilo que nós todos intuitivamente conhecemos como temas ou tópicos. Os tópicos resumiam conceptualmente o texto e especificam a sua informação mais importante. Em termos teóricos, esses tópicos podem ser descritos como macroproposições semânticas, isto é, como proposições derivadas de sequências de proposições no texto: por exemplo, através de macro-regras como a selecção, a abstracção e outras operações que reduzem informação complexa. O conjunto hierárquico de tópicos ou macroproposições forma a estrutura temática ou de tópicos do texto. Os utentes da linguagem empregam essas *macro-estruturas* para perceber globalmente e resumir um texto. No discurso das notícias, o topo desta macro-estrutura é convencionalmente expresso no título e no parágrafo do *lead*.

O relato do *Mail* pode ser representado como uma lista de proposições, subsequentemente reduzidas a uma lista mais curta de macroproposições ou tópicos.

Através de aplicações repetidas de macro-regras (as macro-regras são recursivas), chegamos a uma lista de tópicos principais como:

Virja Mendis foi deportado para o Sri Lanka;
uma tentativa de um padre para o libertar em Zurique falhou;
no aeroporto de Gatwick muitos grupos protestaram contra a sua deportação;
Mendis foi preso depois de ter procurado asilo numa igreja de Manchester.

Para derivar estes tópicos (macroproposições), precisamos de novo de muita quantidade de conhecimento do mundo: por exemplo, que uma deportação pode envolver transporte (aéreo), bem como agentes policiais, e que pode levar a protestos, envolvendo manifestantes e, algumas vezes, agentes da polícia. Um enfoque especial em determinados tópicos pode ter implicações ideológicas. Assim, o *Mail* presta atenção ao tópico da manifestação, o que não acontece, por exemplo, no relato do *Guardian* (21 de Janeiro 1989) do mesmo acontecimento, que realça a expulsão e as suas implicações políticas.

Implicações

Uma das noções semânticas mais poderosas numa análise crítica das notícias é a de *implicações*. Vimos antes que muita da informação de um texto não está explicitamente expressa, mas é deixada implícita. Palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que podem ser inferidas com base no conhecimento que a todos é comum. Este traço do discurso e da comunicação tem importantes dimensões ideológicas. A análise do “não dito” é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso num texto.

Há vários tipos de implicações: implicações lógico-semânticas, pressuposições e formas mais fracas, como sugestões e associações. No nosso exemplo, bem como em geral no discurso sobre minorias e refugiados, especialmente nos relatos noticiosos da ala direita sobre minorias, o uso da palavra “ilegal” significa que Mendis foi contra a lei, mas também o associa a ele e a outros emigrantes ou refugiados ao crime (van Dijk 1991). De igual modo, o uso da palavra “marxista” tem implicações negativas e torna Mendis um refugiado menos credível. Dúvidas sobre a credibilidade são também levantadas pela descrição dos manifestantes “que chegaram em carros topo de gama”. Assim, todo o artigo usa muitas descrições dos manifestantes e do Partido Trabalhista que implicam ou sugerem que eles estão a desperdiçar o dinheiro dos contribuintes e que os seus protestos não são sérios (“eles vivem dos protestos”).

Muitas das implicações ideológicas decorrem não só do facto de se dizer pouco, mas também do facto de serem ditas demasiadas coisas irrelevantes sobre os actores das notícias. O exemplo bem conhecido dos relatos noticiosos sobre minorias é o uso de rótulos étnicos ou raciais irrelevantes nas histórias de crime. Encontramos este

uso estratégico da *irrelevância* aqui quando designam Mendis como um marxista e quando os manifestantes são associados com revolucionários, negros, lésbicas e gays, associações que dificilmente são positivas para a maioria dos leitores do *Mail*. A menção de um detalhe irrelevante como o custo dos carros usados pelos manifestantes sugere ainda que eles e a esquerda delirante (*loony left*) estão a desperdiçar o dinheiro dos contribuintes, uma sugestão que provavelmente terá um impacto persuasivo poderoso em muitos contribuintes/leitores.

Superestruturas: o esquema das notícias

Os tópicos são usualmente organizados por um esquema abstracto, formado a partir de categorias convencionais que especificam qual a função global dos tópicos do texto. Esse esquema é designado como superestrutura (van Dijk 1980). Tal como as histórias ou argumentações, os relatos noticiosos seguem um esquema hierárquico, composto por categorias convencionais como TÍTULO, LEAD (formando em conjunto o SUMÁRIO), ACONTECIMENTOS PRINCIPAIS, CONTEXTO, HISTÓRIA (que formam em conjunto a categoria CONDIÇÕES), REACÇÕES VERBAIS, e COMENTÁRIOS. Típico nas histórias das notícias é que estas categorias, bem como o seu conteúdo semântico global, são expressas de forma descontínua, como “prestações” através do texto: em cada categoria é expressa primeiro a informação mais importante, uma estratégia de cima para baixo de que resulta a chamada estrutura de relevância de um texto.

A atribuição da importância ou relevância pode ter implicações ideológicas. O título, “Mendis foi posto no avião enquanto a polícia enfrentava a fúria da “turba a soldo”, expressa duas macroproposições (tópicos): nomeadamente, que Mendis foi deportado (por avião) e que (ao mesmo tempo) a polícia se confrontava com as reacções furiosas dos manifestantes. Estas duas proposições sumariam a informação mais importante do texto e assinalam desta forma que os dois acontecimentos são importantes para o *Mail*. Outros jornais podem realçar apenas o acontecimento da expulsão. O *lead* e as frases subsequentes dão mais detalhes acerca destes tópicos, na Categoria Acontecimento Principal (dando informação sobre a expulsão e manifestação), bem como nas outras categorias, como uma História breve (Mendis está na Grã-Bretanha há trinta anos), e algum Contexto Geral (as políticas da Igreja relativamente ao asilo).

É característico dos tablóides da ala direita como o *Mail* prestarem pouca atenção às condições sociais e políticas dos acontecimentos, mas fornecerem relativamente muitos detalhes sobre os manifestantes e os seus defensores trabalhistas. A informação na categoria Reacções Verbaís está limitada às opiniões negativas de um polícia sobre os “grandes porcos”. Estas opiniões são consistentes com as do *Mail*. Isto também mostra que a recolha de notícias e as citações nas notícias são frequente-

mente enviesadas através da escolha das fontes e dos usos dos textos fonte. Não se dá a voz nem aos manifestantes nem a Mendis, algo que eu também genericamente verifiquei na cobertura dos assuntos étnicos relativamente ao papel dos falantes das minorias (van Dijk 1991). Por fim, a categoria Comentário está expressa de forma descontínua em todo o texto através de várias descrições negativas dos manifestantes e dos seus defensores trabalhistas. Por outras palavras, também a organização da superestrutura esquemática deste relato noticioso é consistente com a posição ideológica do *Mail*.

Estilo e retórica

O estilo é o resultado textual de escolhas entre modos alternativos de dizer mais ou menos a mesma coisa usando palavras diferentes ou uma estrutura sintáctica diferente. Essas escolhas estilísticas também têm implicações sociais e ideológicas claras, porque elas assinalam frequentemente as opiniões do repórter sobre os actores das notícias e os acontecimentos das notícias, bem como as características da situação social e comunicativa (o seu uso num tablóide) e as pertenças de grupo dos falantes: por exemplo, um jornalista específico é branco, homem ou da classe média. Assim, o uso de “turba” e “turba a soldo” em vez de “multidão” e de “manifestantes” pode ser interpretado como assinalando a posição ideológica do repórter sobre os manifestantes da ala esquerda, enquanto que ao mesmo tempo os desacredita junto dos leitores. Para além de expressar atitudes negativas e de manufacturar o consentimento dos leitores (Herman e Chomsky 1988), o uso dessas palavras também mostra a dimensão cultural da linguagem das notícias: o estilo da linguagem quotidiana e popular dos tablóides.

Outro aspecto do estilo diz respeito à sintaxe das frases: por exemplo, quando os agentes de acções negativas, tipicamente os agentes das autoridades, são deixados de fora. Na oração do título, “Mendis foi posto”, não se diz *quem* o pôs no avião (para detalhes, ver Fowler *et al.* 1979). A retórica deste relato reside principalmente nas hipérboles, e nas aliterações típicas dos tablóides como “*howling their hatred*” servindo as duas para realçar as características negativas dos manifestantes.

Resumindo, a vários níveis de análise, da semântica local e global, do esquema das notícias e do estilo, encontramos um padrão consistente de traços discursivos que implicam ou assinalam a posição ideológica do *Mail* na descrição deste evento. Mais ainda, a estrutura de relevância deste relato presta atenção aos aspectos da situação que são importantes para o *Mail*, ao mesmo tempo que exclui informação importante e avaliações sobre as políticas de imigração e refugiados do governo de Thatcher, os tribunais, a polícia e outras autoridades brancas.

Cognição social e contextos socioculturais

A análise do discurso das notícias não se limita às estruturas textuais. Já vimos que estas estruturas expressam ou sinalizam vários significados “subjacentes”, opiniões, e ideologias. Para mostrar como estes significados subjacentes estão relacionados com o texto, precisamos de uma análise do contexto cognitivo, social, político e cultural. A abordagem cognitiva assenta na premissa de que os textos não “têm” significado, mas que lhes são atribuídos significados pelos utentes linguísticos, ou, para ser preciso, pelos processos mentais dos utentes da linguagem. De outra maneira, precisamos de explicitar as representações cognitivas e as estratégias dos jornalistas na produção do relato noticioso e as do leitor quando compreende e memoriza os significados (van Dijk 1988a; van Dijk e Kintsch 1983).

São necessárias algumas noções teóricas para explicar as estruturas mentais e os processos que aqui estão envolvidos. Primeiro, na compreensão textual, o significado de um texto é em si gradualmente e estrategicamente construído e representado na memória como uma *representação do texto*. Segundo, os utentes linguísticos, e assim os jornalistas e leitores, têm uma representação única, pessoal, dos acontecimentos da notícia referidos pelo texto, no nosso caso, a expulsão e a manifestação. Esta representação do acontecimento na memória é designada como *modelo* (da situação ou do acontecimento). Um modelo representa aquilo que um utente da linguagem compreendeu sobre o acontecimento que o texto refere, e nós compreendemos um texto se formos capazes de construir um modelo mental do acontecimento referido.

Este modelo não integra apenas a informação que é expressa através da representação do texto; também contém muita outra informação sobre o acontecimento, como detalhes sobre o voo, a expulsão, as manifestações e o Partido Trabalhista, incluindo possivelmente associações pessoais e avaliações dos leitores. Esta informação não está expressa no texto, porque se assume que os leitores a conhecem e porque o repórter considera que é irrelevante. Alguma desta informação pressuposta é derivada de *scripts*, como antes mencionei, sobre expulsões e manifestações. Estes *scripts* são culturalmente partilhados, representações do conhecimento convencional sobre episódios bem conhecidos da vida social. Assim, enquanto que os modelos podem conter informação pessoal e única de um ponto de vista biográfico, os *scripts* são gerais e sociais.

De igual modo, as pessoas têm um modelo específico do contexto comunicativo em curso, o chamado *modelo contextual*, que contém informação sobre os objectivos do discurso, os seus actos comunicativos e as características da audiência. É este modelo de contexto que controla a informação do modelo do acontecimento que será vista como comunicativamente relevante para incluir no texto. Por exemplo, no discurso sobre minorias, tanto na imprensa como nas conversações diárias, os utentes da linguagem com preconceitos não expressam usualmente opiniões negativas sobre minorias, como elas estão representadas nos seus modelos de acontecimentos étnicos; além disso,

juntam desmentidos, como por exemplo “Eu não tenho nada contra negros (turcos, refugiados), mas...”. Estes desmentidos são concebidos para evitar causar uma má impressão (“Ele é um racista”) e e para “salvaguardar as aparências” do falante (para detalhes sobre estes lances estratégicos no discurso racista, ver van Dijk 1987a). É o modelo de contexto que controla estes aspectos interaccional e comunicativo do discurso e que relaciona discurso com situações sociais e estruturas.

Vimos, então, que os modelos de acontecimentos na memória não só integram conhecimento, mas também opiniões ou crenças avaliativas sobre acontecimentos e seus participantes, como ficou claro no relato do *Mail*. As muitas implicações avaliativas do texto que acima apontamos podem agora ser explicadas, explicitando-as numa descrição dos modelos mentais do jornalista. Se um relato noticioso é tendencioso, isto acontece usualmente porque o modelo mental do jornalista contém estruturas e opiniões que favorecem uma perspectiva ideológica específica sobre um acontecimento. Por este motivo, a análise crítica do significado do discurso envolve de facto frequentemente uma tentativa de reprodução das crenças nos modelos subjacentes do falante/escritor.

Do mesmo modo que os modelos integram conhecimento “aplicado” (instanciado) de *scripts*, também integram opiniões específicas derivadas de estruturas de opinião gerais, socialmente partilhadas, como são as atitudes. De uma forma mais genérica, então, dizemos que os modelos são baseados nas representações sociais ou cognições sociais, por exemplo, sobre imigrantes, refugiados ou manifestantes (Farr e Moscovici 1984; Fiske e Taylor 1984). Ao contrário das opiniões específicas, que podem ser pessoais, essas cognições sociais são típicas de grupos, como o grupo de jornalistas dos tablóides, ou o grupo maior dos indivíduos da ala direita na Grã-Bretanha (Gordon e Klug 1986).

Se as cognições sociais sobre diferentes grupos sociais e acontecimentos sociais são similares, dizemos que estão a ser controladas pelo mesmo quadro fundamental de interpretação, isto é, pela mesma *ideologia*. Essa ideologia integra as normas básicas, os valores e outros princípios orientados para a realização de interesses e finalidades do grupo, bem como para a reprodução e legitimação do seu poder.

Assim, se dissermos que o relato da notícias do *Mail* é “ideológico”, queremos dizer que: primeiro, as estruturas e significados nele expressos reflectem as estruturas e os conteúdos de modelos mentais específicos deste repórter concreto sobre este acontecimento específico; segundo, este modelo pode ser baseado num esquema (*schemata*) geral sociocognitivo (preconceitos) sobre manifestantes ou refugiados, e esse esquema é controlado em último lugar por ideologias subjacentes de grupo. Por isso, uma análise ideológica requer uma descrição complexa, não só do texto, mas também das representações cognitivas intrincadas e das estratégias usadas na produção e compreensão do texto.

Infelizmente, na semiótica crítica, na linguística, na análise do discurso e na investigação em comunicação de massa, essa análise cognitiva é frequentemente negligenciada, ou apenas apresentada em termos superficiais e intuitivos, como

“consciência” ou “produção de significados”. No entanto, é precisamente através de uma explicação detalhada das cognições sociais que somos capazes de relacionar discurso e falantes com estrutura social e cultura, quer dizer, através das representações que os utentes da linguagem fazem das estruturas sociais. Estas cognições sociais permitem-nos relacionar micro-estruturas da acção discursiva e comunicação com macro-estruturas societárias de grupos (jornalistas, manifestantes, refugiados, minorias) e instituições (jornais, governos, tribunais). Num quadro teórico bastante mais complexo do que o da investigação tradicional sobre os “efeitos”, somos assim capazes de descrever e explicar em detalhe como este relato noticioso no *Mail* pode contribuir para a legitimação e reprodução de ideologias anti-imigração e racismo na sociedade britânica.

Por outras palavras, os modelos e as cognições sociais constituem, por assim dizer, a interface entre texto e contexto. Esta é a forma como e onde os jornalistas homens e brancos representam o seu grupo e pertença de classe, e é esta representação geral dos endogrupos e dos exogrupos que é usada estrategicamente na formação de modelos sobre um acontecimento específico, modelos que por sua vez controlam as rotinas de recolha de notícias, a interpretação pelo repórter das fontes e dos textos-fonte, bem como os modos como o acontecimento da notícia é descrito no relato noticioso.

Apêndice

Confrontos nas ruas e nos aeroportos no momento da deportação do rebelde

Mendis foi posto no avião enquanto a polícia enfrentava a fúria de uma “turba a soldo”

Por Bob Graham e Danny Bucland

O emigrante ilegal Viraj Mendis voou ontem à noite para casa no Sri Lanka, depois de um esforço dramático para a sua libertação no Aeroporto de Zurique.

Quando o seu avião se preparava para seguir para o Sri Lanka, alguém que apoiava e acompanhava Mendis exigiu que o deixassem permanecer.

O apelo veio de um padre de uma igreja de Manchester, onde Mendis pediu asilo. Os dois polícias britânicos sentados ao lado de Mendis voltaram a algemá-lo e recusaram-se a sair e a polícia suíça foi chamada. Depois de uma azeda discussão na pista, os suíços estavam prestes a concordar em deixá-lo partir, mas o seu chefe de polícia interveio e o avião partiu para Colombo.

Mendis, um velho marxista de 32 anos e defensor dos Tamil, disse: “Eu volto para casa para uma morte quase certa”. Foi como se o Secretário dos Assuntos Internos [*Home Secretary*] Douglas Hurd estivesse ele próprio a “apontar uma pistola à minha cabeça e a puxar o gatilho”, disse ele.

Mendis deixou *Gatwick* entre os protestos históricos dos “grandes porcos”. Os passageiros foram empurrados ao mesmo tempo que indivíduos da ala esquerda se intrometeram nas áreas de inspeção, gritando o seu ódio ao governo. Quatro mulheres e um homem saltaram as barreiras que levavam à pista onde o avião do Sri Lanka o esperava. A polícia, o pessoal da segurança e uma tripulação de bordo correram para os parar, as rixas irromperam e os cinco manifestantes foram presos.

Porcos

Quando o avião deixou a Grã-Bretanha, a Embaixada da Alemanha Ocidental disse que o Estado de Bremen podia aceitar o emigrante Mendes e desenrolaram-se discussões com o governo federal.

Três carros topo de gama levaram muitos dos manifestantes para a Prisão *Pentonville*, onde Mendis esteve detido, depois para *Gatwick*. Os manifestantes foram pagos com 1 700 libras do dinheiro dos contribuintes, fornecidos pelos líderes da câmara trabalhista de Manchester.

O líder do grupo *tory* da Câmara, John Kershaw, protestou ontem à noite dizendo que o dinheiro, destinado a casos genuínos de dificuldades, tinha sido gasto sem qualquer autorização do comité.

Em *Pentonville*, os manifestantes da “turba a soldo” encontraram-se fora da prisão e na reunião participaram elementos dos grupos Revolutionary Communist Group, Black Women for Wages for Housework Group, North West Campaign for Lesbian and Gay Equality e King’s Cross Women’s Centre. Ontem à noite, foram atiradas garrafas à polícia depois de um comício de apoio a Mendis em Manchester, onde falou o trabalhista MP Anthony Wedgwood. Quinhentos manifestantes marcharam através da cidade, gritando vingança contra Margaret Thatcher e o secretário dos Assuntos Internos e respondendo a *slogans* anti-polícia gritados através de altifalantes colocados num camião fornecido pelo departamento de limpeza da Câmara.

A coluna incluía a Palestine Solidary Campaign, o Manchester University Students e sindicatos.

Um chefe da polícia que controla os grupos de protesto da ala esquerda disse: “Vemos sempre as mesmas caras”. Nós chamamos-lhes os grandes porcos, porque eles parecem vestir-se todos da mesma maneira porca. Eles vivem dos protestos”.

Mendis, que passou treze anos ilegalmente na Grã-Bretanha, foi capturado pela polícia na quarta-feira na Igreja de Ascensão em Hulme, onde se refugiou durante mais de dois anos. O secretário dos Assuntos Internos avisou mais tarde os homens da igreja para serem cautelosos no que diz respeito ao asilo de pessoas à margem da lei e ontem o Arcebispo de Canterbury lembrou ao clero que o asilo foi abolido há 350 anos atrás e que os seus membros devem obedecer à lei.

Daily Mail, sábado, 21 de Janeiro 1989

O poder e a imprensa

Introdução

No estudo da comunicação de massa tem havido um debate contínuo sobre os efeitos mais ou menos poderosos dos *media* no público¹. Em vez de rever estas posições e os seus dados empíricos, este capítulo examina em termos mais globais algumas das propriedades do poder social da imprensa. Este poder não se restringe à influência dos *media* nas suas audiências, mas envolve também o papel destes no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou económicas da sociedade. Para melhor centrar esta discussão, limito-a aos *media* de informação geral, e em particular à imprensa, ignorando assim o papel sem dúvida crucial da televisão e de outros géneros mediáticos na comunicação de massa².

O quadro teórico desta pesquisa inscreve-se no campo multidisciplinar da análise do discurso, um domínio de estudo nas humanidades e nas ciências sociais que examina sistematicamente as estruturas e funções do texto e da fala nos seus contextos sociais,

¹ A literatura sobre a influência ou os “efeitos” dos *mass media* é vasta. Klapper (1960) é uma referência clássica. Bradac (1989) e Byrant e Zillman (1986) são colectâneas de abordagens mais recentes. A investigação inicial enfatizava o poder dos *media*, uma posição que deu lugar a uma abordagem mais céptica relativamente à influência daqueles no momento em que experiências realizadas nos anos 60 e 70 mostraram de forma frequente poucos efeitos directos. Em vez disso, foi então sugerido que os *media* têm sobretudo funções de marcação da agenda (*agenda setting*): não dizem às pessoas o que pensar, mas sim os assuntos sobre os quais devem pensar (Iyengar e Kinder 1987; MacKuen e Coombs 1981, McCombs e Shaw 1972). No presente há uma tendência para prestar atenção às influências significantes indirectas, globais e ideológicas dos *media*, por exemplo, no quadro de uma análise crítica do papel que eles representam (ver, e. g., Hall, Lowe e Willis 1980; ver também discussão mais recente). Para além das abordagens quantitativas iniciais, as questões dos efeitos e da influência são também estudadas agora de um modo mais qualitativo (ver Bruhn Jensen e Jankowski 1991).

² Para o papel e influência da televisão, ver, por exemplo, Livingstone (1990), Robinson e Levy (1986), Roland e Watkins (1984).

políticos e culturais³. Aplicada ao estudo da comunicação de massa, esta abordagem defende que, para perceber o papel da imprensa e das suas “mensagens”, precisamos de prestar uma atenção detalhada às estruturas e estratégias desses discursos e aos modos como estes se relacionam com dispositivos institucionais, por um lado, e com a audiência, por outro⁴. Por exemplo, os tópicos ou padrões de citações nos relatos das notícias podem reflectir os modos de acesso dos vários actores das notícias ou das fontes aos *media*, enquanto que o conteúdo e a forma de um título num jornal diário podem influenciar subtilmente a interpretação e assim os efeitos persuasivos dos relatos noticiosos entre os leitores. Inversamente, se quisermos examinar o que exactamente se passa se assumirmos que os *media* “manipulam” os seus leitores ou telespectadores, precisamos de saber sob que condições precisas, incluindo características estruturais dos relatos noticiosos, pode isso ocorrer.

Poder

É necessário uma breve análise conceptual para especificar as noções de poder que estão envolvidas nesta abordagem ao papel da imprensa. Limito esta análise às características do poder social ou institucional e ignoro as dimensões mais idiossincráticas da influência pessoal: por exemplo, a exercida por determinados jornalistas. Assim, poder social será aqui sumariamente definido como uma relação social entre grupos ou instituições, envolvendo o controlo por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituição (e dos seus membros) das acções e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso⁵. Esse poder pressupõe por via da regra um acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados, como força, riqueza, rendimento, conhecimento ou estatuto. O poder dos *media* é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar directamente as suas acções⁶. Excepto nos casos de força física, coerciva, o controlo da acção, que usualmente constitui

³ Para abordagens teóricas, analíticas e metodológicas diferentes na análise do discurso, ver as contribuições e referências em van Dijk (1985a). Embora haja vários estudos introdutórios, nenhum deles cobre o campo global da análise do discurso contemporânea.

⁴ Este argumento é desenvolvido de uma forma mais pormenorizada nos meus livros sobre a teoria analítica das notícias (van Dijk 1988a, 1988b). Estes livros também fazem referências a outras abordagens linguísticas ou textuais na análise das notícias. Ver também o livro de Fowler (1991).

⁵ A literatura filosófica e científica social sobre poder e noções relacionadas é muito vasta. Para uma análise conceptual que também enforma a nossa abordagem (embora eu tome uma perspectiva de alguma forma diferente e me centre nas dimensões do poder baseadas no discurso e na persuasão) ver, por exemplo, Lukes (1986); ver também Clegg (1989) e Wrong (1979).

⁶ Para o poder dos *media* interpretado como influência sobre a audiência, ver as referências na Nota 1. Para uma análise do poder dos *media* como organização, por exemplo, em relação a outras instituições de elite, ver Altheide (1985), Altschull (1984), Bagdikian (1983), Lichter, Rothman e Lichter (1990), Paletz e Entman (1981), entre muitos outros estudos.

o último objectivo do exercício do poder, é geralmente indirecto, enquanto que o controlo de intenções, planos, conhecimento, crenças ou opiniões – ou seja, das representações mentais que monitorizam actividades concretas – é pressuposto. Além disso, dada a presença de outras fontes de informação e posto que os *media* não têm usualmente acesso às sanções que outras instituições – como as instituições legais ou burocráticas – podem aplicar em casos de não aquiescência, o controlo da mente pelos *media* nunca pode ser completo. Pelo contrário, dados psicológicos e sociológicos sugerem que, apesar do carácter impregnante do poder simbólico dos *media*, a audiência geralmente mantém um mínimo de autonomia e independência e engaja-se mais ou menos activamente no “uso” dos meios de comunicação de massa, em vez de adoptar uma posição puramente passiva⁷. Por outras palavras, qualquer que seja o poder simbólico dos *media*, pelo menos alguns dos seus utilizadores serão de forma geral capazes de “resistir” a tal persuasão.

Isto sugere que o controlo da mente pelos *media* deve ser particularmente efectivo quando os seus utilizadores não se apercebem da natureza ou das implicações de tal controlo e quando “mudam as suas mentes” de forma voluntária, como ocorre quando aceitam os relatos noticiosos como sendo verdadeiros, ou as opiniões jornalísticas como sendo legítimas ou correctas. Esta análise do poder social e das suas dimensões simbólicas requer que se vá para além de uma abordagem social ou política estrita. Também envolve um estudo das representações mentais, incluindo das chamadas cognições sociais, como sejam as atitudes e as ideologias, partilhadas por grupos de leitores ou telespectadores. Se formos capazes de relacionar mais ou menos explicitamente essas representações mentais, bem como as suas mudanças, com as características dos relatos noticiosos, poderemos ganhar novos olhares sobre o poder dos *media*. Noções sobejamente conhecidas, mas vagas, como as de “influência” ou de “manipulação”, poderão ganhar assim um significado preciso.

No quadro de uma perspectiva mais crítica, muitas análises do poder social, incluindo as análises do poder dos *media*, implicam usualmente referências ao abuso de poder – isto é, a várias formas ilegítimas ou de alguma forma inaceitáveis do exercício de poder, dados determinados critérios, normas ou valores. Por exemplo, a manipulação como uma forma de accionamento do poder dos *media* é avaliada usualmente de forma negativa, porque a informação mediada é tendenciosa ou ocultada de forma tal que o conhecimento e as crenças da audiência mudam numa direcção que não vai necessariamente ao encontro dos seus melhores interesses. Para distinguir poder legítimo ou aceitável de abuso de poder, uso o termo dominância para me referir a esta última forma de exercício de poder. A dominância implica usualmente processos de reprodução que envolvem estratégias dirigidas ao acesso preferencial continuado a recursos sociais e à legitimação dessa desigualdade.

⁷ No presente, há um debate aceso sobre esta autonomia da audiência “activa”. Alguns autores, dentro de uma abordagem cultural mais global, sublinham os usos activos dos *media* pela audiência (e. g., Liebes e Katz 1990; Morley 1986). No entanto, abordagens críticas dos *media* realçam inversamente o papel manipulador ou outros tipos de influência dos *media* e um público mais passivo (ver, e. g., Schiller 1989). Para uma discussão breve e recente deste debate, ver Seaman (1992).

Acesso

Outra noção importante na análise do poder (dos *media*) é a noção de acesso. Tem sido mostrado que o poder se baseia geralmente no acesso especial a recursos sociais valorizados. Isto também ocorre no acesso ao discurso público, por exemplo, ao discurso dos *mass media*. Assim, o controlo dos meios de comunicação de massa constitui uma das condições cruciais do poder social nas sociedades de informação contemporâneas. De facto, para além das condições económicas ou de outras condições sociais de poder, este pode ser atribuído aos grupos sociais através do seu acesso activo ou passivo a várias formas de discurso público, discurso influente ou consequente, bem como discurso dos *media*, discurso escolar ou político e discurso corporativo de tomada de decisão⁸.

Assim, as “pessoas comuns” usualmente tem acesso activo e controlado apenas às conversações quotidianas com membros da família, amigos ou colegas. O seu acesso a diálogos com agentes oficiais ou profissionais, como advogados, médicos ou funcionários públicos, é usualmente constringido de muitos modos. Embora as pessoas comuns possam usar a imprensa, não têm regra geral influência directa no conteúdo das notícias, nem são usualmente os actores centrais nos relatos noticiosos.

Os grupos de elite e instituições, por outro lado, podem ser definidos pelo seu leque mais vasto e amplo de padrões de acesso aos discursos públicos ou a outros discursos importantes e eventos comunicativos. Políticos de destaque, gestores, professores ou outros profissionais podem ter acesso mais ou menos controlado a muitas formas diferentes de texto e de fala, como reuniões, relatórios, conferências de imprensa ou comunicados à imprensa (*press releases*). Isto é especialmente verdade para o acesso dos mesmos ao discurso dos *media*⁹. Os jornalistas procurarão entrevistá-los, perguntar a sua opinião e introduzi-los assim como actores maiores das notícias ou falantes nos relatos noticiosos. Se essas elites forem capazes de controlar esses padrões de acesso aos *media*, serão por definição mais poderosas do que os *media*. Por outro lado, os *media* que são capazes de controlar o acesso do discurso da elite, de forma tal que as elites se tornam dependentes deles para exercer o seu próprio poder, podem por sua vez desempenhar o seu próprio papel na estrutura de poder. Por outras palavras, os jornais mais importantes podem ser eles próprios instituições de poder da elite e dominância, não só relativamente ao público em geral, mas também face a outras instituições da elite.

O acesso ao discurso e aos eventos comunicativos pode assumir várias formas. Os actores sociais mais poderosos podem controlar o discurso determinando ou selec-

⁸ Há agora muitos estudos que examinam o papel do “acesso” de uma forma muito detalhada, ou dentro de uma teoria geral de poder, ou mais especificamente para a imprensa. Para detalhes sobre esta abordagem analítica de discurso sobre o “acesso”, ver van Dijk (1988a, 1995).

⁹ Muitos estudos mostram em detalhe, embora o façam usualmente de uma forma informal ou anedótica, este poder das elites de aceder aos *media* (ver também referências na Nota 6). Para estudos dos mais sistemáticos e teoricamente orientados sobre as rotinas da produção das notícias e o papel das fontes de elite e dos actores das notícias no processo de produção das notícias, ver Gans (1979) e Tuchman (1978).

cionando o tempo e o espaço, os participantes, as audiências, os actos de fala possíveis (como comandos ou pedidos), as agendas, os tópicos, a escolha da linguagem, o estilo, as estratégias de delicadeza ou de deferência e muitas outras propriedades do texto e da fala. Desta forma, podem determinar basicamente quem pode dizer (ou escrever) o quê, a quem, sobre o quê, de que modo e em que circunstâncias. Portanto, assumimos aqui que o poder social de um grupo ou instituição (e dos seus membros) é proporcional à quantidade de géneros e de propriedades de discurso que eles podem controlar.

O poder social dos grupos de elite e das instituições definido pelo seu acesso preferencial ao discurso e à comunicação, só é efectivo se assumirmos que esses discursos são importantes ou influentes. Assim, controlar o acesso aos discursos das sessões governamentais, das reuniões dos quadros ou dos julgamentos no tribunal é uma manifestação de poder da natureza consequente desses discursos e tomadas de decisão, isto é, porque esses discursos podem afectar seriamente as vidas de muitos indivíduos: quantos mais os indivíduos afectados, maior é o alcance do accionamento do poder discursivo. Mais especificamente, o discurso público pode afectar as mentes de muitos indivíduos. Logo, o grau ou os modos de acesso à imprensa constituem usualmente também uma medida do grau do poder da elite.

Influência e cognição social

O acesso especial às mentes do público não implica controlo. Não só o público tem alguma liberdade em participar no uso das mensagens dos *media*, como também pode não “mudar a sua mente” segundo as linhas desejadas pelos mais poderosos. Rejeição, descrença, crítica ou outras formas de resistência ou desafio podem estar envolvidas e sinalizarem desta forma modos de contra-poder. Por outras palavras, a influência definida como uma forma de controlo da mente é quase sempre problemática, como é o poder dos *media* e dos grupos de elite que tentam ter acesso ao público através dos daqueles.

Do mesmo modo que as formas de acesso ao discurso podem ser explicitadas, os modos como podemos “aceder” indirectamente às mentes dos outros através do texto e da fala devem também ser examinados. Essa explicação requer um olhar mais explícito sobre as representações e estratégias da mente social. Embora não seja capaz aqui de entrar nos detalhes técnicos de uma teoria da mente como tem sido desenvolvida na psicologia social e cognitiva, os processos de influência envolvem muitos passos diferentes e complexos e representações mentais (memória), dos quais sumario apenas alguns¹⁰.

¹⁰ Para mais referências e um suporte teórico sobre a psicologia cognitiva da compreensão do texto, ver van Dijk e Kintsch (1983), que ilustram a sua teoria com um artigo da *Newsweek*. Para aplicações específicas ao estudo das notícias, ver

Compreensão

Os leitores de um relato noticioso precisam, em primeiro lugar, de perceber as suas palavras, frases ou propriedades estruturais. Isto significa que não devem apenas conhecer a linguagem e a sua gramática e léxico, incluindo possivelmente palavras bastantes técnicas, como conhecer também as palavras da política moderna, da gestão, da ciência ou das profissões. Os utilizadores dos *media* precisam de saber algo sobre a organização específica e as funções dos relatos noticiosos na imprensa, incluindo as funções dos títulos, dos *leads*, da informação contextual ou das citações. Para além deste conhecimento gramatical e textual, os utilizadores dos *media* precisam de um elevado grau de “conhecimento do mundo” devidamente organizado. Um relato noticioso sobre a Guerra do Golfo, por exemplo, pressupõe pelo menos algum conhecimento sobre a geografia do Médio Oriente, bem como um conhecimento geral sobre guerras, política internacional, eventos históricos anteriores e outros. Isto significa que a existência de insuficiências educativas pode limitar seriamente a compreensão das notícias, como é mostrado pela investigação empírica. Por outras palavras, a falta de poder dos leitores pode envolver o acesso limitado (passivo) ao discurso dos *media* e impedi-los de perceber (completamente) os próprios textos informativos ou os acontecimentos abordados nos textos.

Modelos

Uma noção crucial no estudo da compreensão da notícia é a de modelo. Um *modelo* é uma representação mental de uma experiência – isto é, de um acontecimento que as pessoas observam, em que participam ou sobre o qual lêem¹¹. De cada vez que as pessoas lêem um relato noticioso, por exemplo, sobre os distúrbios de 1992 em Los Angeles, formam um novo modelo sobre esse acontecimento (ou actualizam um já existente). Assim, “compreender um relato noticioso” significa que os leitores são capazes de construir nas suas mentes um modelo dos acontecimentos abordados nos textos noticiosos. Esse modelo pode incluir as suas opiniões sobre o acontecimento. Embora esses modelos representem a compreensão subjectiva dos leitores sobre os acontecimentos, por exemplo, de Los Angeles, os modelos integram instâncias particulares de conhecimento e de opiniões partilhadas socialmente, sobre coisas como

por exemplo, Graber (1988), Gunter (1987), Ruhrmann (1989) e van Dijk (1988a). Para o papel do conhecimento na compreensão do discurso, ver Schank e Abelson (1977) e os muitos outros estudos que têm adoptado a noção de guião (*script*) como uma organização mental do conhecimento.

¹¹ Para uma discussão mais detalhada desta nova noção fundamental na teoria psicológica da linguagem e da compreensão do texto, ver, por exemplo, Johnson-Laird (1983), van Dijk (1985b,1987) e van Dijk e Kintsch (1983).

motins, bairros sociais, pobreza, negros ou racismo. Então, o conhecimento e as atitudes do grupo social do leitor determinarão os modelos que ele ou ela constroem a propósito dos acontecimentos abordados no jornal.

Estamos agora numa posição mais confortável para definir as funções informativas e persuasivas das notícias. Faz parte dos objectivos de um relato noticioso e dos seus autores que os leitores formem um modelo do acontecimento noticiado. Essencial para esta discussão é o facto de as estruturas e conteúdos desses modelos poderem ser manipulados pelas estruturas e pelos conteúdos dos relatos noticiosos. Os jornalistas podem eles próprios ter um modelo de cada acontecimento noticiado; assim, de uma forma geral, escreverão os seus relatos de forma a que os leitores formem um modelo pelo menos similar aos seus próprios modelos desse acontecimento. Noções bem conhecidas na análise crítica das notícias como são as de “significado preferencial” ou “compreensão preferencial” podem ser explicadas em termos destes modelos. De facto, podemos doravante falar simplesmente de “modelos preferenciais”. Esses modelos preferenciais formam o âmago dos processos de persuasão, de desinformação e do controlo do público pelos *media*, especialmente se eles forem inconsistentes com os melhores interesses dos leitores, mas consistentes com os interesses das elites.

Um dos muitos modos de influenciar a estrutura de um modelo (e assim, a compreensão de um acontecimento noticiado) é manipular a informação importante, colocando-a mais ou menos de forma proeminente no relato noticioso, nos títulos, *leads* ou em fotografias. Inversamente, se os jornalistas ou as suas fontes de elite quiserem menos ou nenhuma atenção para certos aspectos do acontecimento noticiado, tomarão as devidas precauções para que essa informação fique menos saliente ou ausente do relato noticioso, de forma a que também não seja proeminente no modelo do acontecimento noticiado. Do mesmo modo, os textos noticiosos podem enfatizar ou menosprezar as causas ou consequências dos acontecimentos ou as características dos actores nos acontecimentos noticiados. Assim, as notícias sobre os acontecimentos em Los Angeles podem menosprezar as causas ou os motivos racistas dos acontecimentos e enfatizar a natureza criminosa ou as actividades dos homens jovens negros, de uma forma tal que os modelos dos leitores serão influenciados nessa direcção.

Conhecimento

Se a compreensão das notícias ou a construção dos modelos mentais é feita em função do conhecimento geral, socialmente partilhado, então o controlo desse conhecimento pode controlar indirectamente a compreensão. Assim, se a imprensa e as elites políticas ou as outras elites que têm acesso ao conhecimento não derem informação detalhada sobre os interesses dos Estados Unidos ou de outros países ocidentais no

Médio Oriente, o conhecimento dos leitores, e logo a sua compreensão das notícias sobre a Guerra do Golfo, pode ser limitado. De facto, pode convir a estas elites que a compreensão do público seja mínima. De igual modo, servirá também os interesses dos *media* se o público não tiver acesso a outros meios de comunicação que forneçam o *background* necessário; daí a marginalização sobejamente conhecida dos *media* radicais ou dos peritos com posições opostas, bem como a penetração profunda das campanhas de desinformação sobre a Guerra do Golfo e sobre outras guerras mais ou menos abertas em que estão envolvidas as nações-elite. Note-se, no entanto, que a influência dessas campanhas sobre o conhecimento do público é complexa e está longe de ser simples: são precisas estratégias de credibilidade efectivas, como o uso de estatísticas, fontes autoritativas, testemunhas credíveis, fotografias e outros meios que sugerem persuasivamente a “verdade” das afirmações.

Atitudes e ideologias

O controlo estratégico do conhecimento constitui um elemento crucial e ao controlo da compreensão do discurso e, assim, no controlo do acesso ao discurso e ao contrapoder crítico da contra-interpretação e compreensão. No entanto, para além do conhecimento, há outras formas cruciais no que hoje em dia genericamente se designa como cognição social,¹² tais como esquemas (*schematas*) de opiniões socialmente partilhadas tradicionalmente conhecidas como atitudes.¹³ Enquanto o controlo do conhecimento influencia a compreensão, o controlo das atitudes influencia a avaliação. A aceitação da guerra contra o Iraque, bem como a aceitação da Guerra Fria contra os comunistas, anterior àquela, dependem crucialmente da sua legitimidade e justificação, que por sua vez depende dos modos como o inimigo e as suas acções são retratados nas notícias. Tal explica as imagens penetrantes e perfeitamente claras

¹² Depois de um período mais comportamentalista na psicologia social, que se seguiu a abordagens cognitivas iniciais, os fins dos anos 70 puseram de novo a psicologia social numa orientação mais cognitiva, com o uso extensivo da teoria cognitiva de esquema. Para uma introdução e detalhes, ver Fiske e Taylor (1991) e Wyer e Srull (1984). Encontramos uma abordagem de algum modo diferente na psicologia social francesa, por exemplo, nos estudos das “representações sociais” de Moscovici e seus seguidores. Para uma colectânea deste trabalho, ver Farr e Moscovici (1984). Infelizmente, não temos espaço neste texto para mostrar em detalhe o papel vital da cognição social na influência e poder do discurso em geral, e das notícias em particular. Embora haja vários estudos sobre a psicologia cognitiva das notícias, não há estudos recentes que abordem a compreensão das notícias e a influência do ponto de vista de uma teoria moderna da cognição social (para uma discussão breve, ver van Dijk 1988a).

¹³ O estudo das atitudes, mudança de atitudes e persuasão constitui um capítulo maior na psicologia social tradicional, que gerou uma investigação experimental maciça; contudo, é dada pouca atenção às estruturas internas actuais, à organização e aos usos estratégicos ou às mudanças de atitudes. As abordagens contemporâneas têm um toque mais cognitivo (Eiser e van Der Pligt 1988; Petty, Ostrom e Brock 1981a, 1981b; Zanna, Olson e Herman 1987). Devido ao facto da análise de o discurso ter sido negligenciada na psicologia social, a maioria dos estudos sobre mudança de atitude, mesmo os que versam sobre a persuasão verbal, não tem uma dimensão textual evidente ou notória (para discussão, ver van Dijk 1990).

de “Impérios do Mal”, terroristas, ditadores, agressão arbitrária e outras formas percebidas de ameaça à segurança de cada um e aos seus interesses legítimos.

Há muitos meios discursivos que sugerem fortemente essas avaliações negativas “deles”, incluindo ênfases hiperbólicas no comportamento obviamente “mau” e outros lances retóricos, como as metáforas ou as comparações (“Saddam Hussein é Hitler”) que “nos” definem como vítimas e os definem a “eles” como agressores do mal. A informação que não se encaixa neste processo avaliativo e a construção de atitudes não ambíguas, como a morte de muitos milhares de iraquianos civis inocentes em consequência das bombas (não tão inteligentes) dos Estados Unidos, serão colocadas em segundo plano, se não forem completamente ocultadas.¹⁴

Em suma, o controlo das atitudes pode ser o resultado do controlo dos discursos da comunicação de massa, bem como dos seus tópicos, significados, estilo e retórica; o controlo do, exercido pelos próprios jornalistas ou, indirectamente, por aqueles que estes aceitam como fontes credíveis. Obviamente, esses resultados dependem do acesso a fontes de informação alternativas, do conhecimento e crenças produzidos pelas oposições e de ideologias mais fundamentais. Estas ideologias são definidas como o mecanismo básico das cognições sociais de um grupo, isto é, como sistemas de normas e de valores que controlam a coerência e o desenvolvimento de atitudes sociais mais específicas.¹⁵ As ideologias anti-árabe, por exemplo, serão quase de certeza mais propiciadoras do desenvolvimento de atitudes sobre a Guerra do Golfo, atitudes que por sua vez podem justificar essa guerra contra o agressor árabe. Será mostrado como as ideologias sobre raça, classe, género ou região do mundo controlam a produção e a compreensão das notícias sobre minorias, mulheres, trabalhadores ou sobre o Terceiro Mundo.

A partir do momento em que esses padrões fundamentais de conhecimento, de atitudes e de ideologias estão devidamente enraizados devido à repetição das notícias e outras formas de discurso público, eles “actuarão” mais por si sós quando as pessoas têm de avaliar os acontecimentos noticiados. Depois de algum tempo passado, há pouca necessidade de manipular de forma visível o conhecimento específico e as opiniões dos leitores em cada um dos casos. Uma vez dados os “factos” (cuidadosamente escolhidos), ainda que apresentados de uma forma aparentemente

¹⁴ Entretanto, apareceu uma literatura vasta sobre a cobertura da Guerra contra o Iraque. Ver, e. g., Greenberg & Gantz (1993), Hackett & Zhao (1994), Iyengar & Simon (1993), Kellner (1992), Media Development (1991), Rojo (1995). Para uma análise política crítica, ver também Chomsky (1992).

¹⁵ Esta definição cognitiva de *ideologia* diverge das abordagens filosóficas e sociopolíticas mais vagas desta noção, por exemplo, numa perspectiva marxista ou neo-marxista. Billig (1982) e Rosenberg (1988) estão entre os poucos psicólogos sociais que abordam a ideologia (ver também Billig 1991; Billig *et al.* 1988), embora esta abordagem esteja centrada actualmente no papel da retórica e discurso, e não na cognição social (para uma abordagem discursiva, ver também Seidel 1988; Thompson 1984; Wodak 1989). As razões para restringir a *ideologia* a um quadro fundamental de cognições sociais do interesse de grupos reside no facto de querermos distinguir essas ideologias da acção social e política (claro que estas são ideologicamente monitorizadas), do discurso, dos objectivos económicos e dos interesses ou das várias instituições (estatais ou não) em que, ou através das quais, as ideologias são adquiridas ou reproduzidas (ver, e. g., Althusser 1971; Larrain 1979). Para estudos sobre ideologia e *media*, ver, por exemplo, Cohen e Young (1981), Golding e Murdock (1979), Hall *et al.* (1980) e Kress (1983), entre outros estudos. Ver também van Dijk (1995b).

objectiva, os leitores produzirão eles mesmos os modelos preferenciais das elites e podem mesmo agir de forma conforme: um consenso activo substituirá um consentimento passivo ou tácito. Neste caso, o controlo ideológico é virtualmente total, ou “hegemónico”, precisamente porque o texto e a fala persuasivos passam a não ser vistos como ideológicos, mas como verdades auto-evidentes, como é o caso do discurso dominante nos Estados Unidos. Por outro lado, nos países ex-comunistas da Europa do Leste, o discurso oficial, por ser visto como obviamente ideológico, tinha um poder persuasivo muito limitado.

Racismo e Imprensa

Tendo como pano de fundo o quadro teórico do poder da imprensa anteriormente delineado, irei centrar-me agora em domínios mais específicos da dominância. Começo com um sumário da investigação crítica sobre os modos como os *media* estão envolvidos na reprodução e na manutenção subsequentes e na legitimação do poder do grupo dos brancos.¹⁶ Esta análise serve então como um paradigma para uma explicação breve do papel dos *media* noutras formas de dominância de elite, como as de género, classe e região do mundo.

O poder persuasivo da imprensa é particularmente efectivo se o seu relato for consistente com os interesses da maioria dos leitores. A cobertura da raça e dos assuntos étnicos nos Estados Unidos, na Europa e noutros países europeizados, constitui um caso evidente. Desde o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, nos anos 60 e dos ‘motins’ urbanos da Grã-Bretanha nos anos 80 até às actuais guerras civis de origem étnica na Europa do Leste e noutros lugares, os conflitos raciais e étnicos têm sido um tópico maior das notícias. A imigração e a integração estão entre os assuntos sociais mais alarmantes das políticas europeias actuais e das reportagens mediáticas. A rebelião dos negros pobres que atearam o fogo a partes de Los Angeles em Abril de 1992 foi uma história que chegou aos títulos dos jornais em toda a parte do mundo.

As análises da cobertura dos assuntos étnicos mostram um alinhamento evidente da imprensa com o poder das elites brancas dominantes, bem como com o ressentimento popular entre a população branca em geral, cujos protestos contra mais imigração ou políticas sérias de direitos iguais são mostrados de uma forma proeminente pelos *media* e assim mais exacerbados.

É verdade que, desde os anos 60, com a mudança geral de atitude sobre os assuntos de direitos civis, os *media* ocidentais tornaram-se menos abertamente racistas. Um apoio moderado aos direitos das minorias parece ter-se tornado o consenso domi-

¹⁶ Este sumário é em grande medida baseado no meu livro sobre racismo e imprensa (Van Dijk 1991), onde se encontram mais referências sobre o papel dos *media* nos assuntos étnicos.

nante, nem que seja apenas em teoria, e podemos assumir que a imprensa liberal de qualidade teve um papel particular nesta mudança ideológica global.

Ao mesmo tempo, a discriminação étnica e racial está longe de ser erradicada. As minorias permanecem genericamente em posições socioeconómicas frequentemente caracterizadas como sendo as de uma *underclass*. Os ataques contra as minorias e os emigrantes no Reino Unido, Alemanha, França e Itália estão ainda, ou de novo, na ordem do dia e são combatidos pelas autoridades de uma forma pouca enérgica. Em suma, o racismo e o etnicismo permanecem um dos maiores problemas das sociedades brancas.¹⁷

Este retrato complexo, cheio de contradições que colocam valores humanitários de direitos iguais contra a dominância racial e étnica em virtualmente todos os domínios da sociedade, também se reflecte na cobertura dos assuntos étnicos na imprensa da Europa e dos Estados Unidos. Os *media* têm tido um papel crucial na reprodução do *statu quo* étnico, bem como na perpetuação do racismo e do etnicismo.¹⁸ Hoje, isto é abertamente evidente, por exemplo, nos *media* sérvios, cujo nacionalismo feroz e histórias de terror alimentam a agressão contra a Croácia e a Bósnia-Herzegovina, ou nos *media* romenos (e outros) que incitam o ódio contra judeus, ciganos e minorias húngaras. Pouco diferente é a cobertura anti-emigrante nacionalista e xenófoba da imprensa da direita no Reino Unido, Alemanha e França. O poder da imprensa popular da ala direita deve-se especialmente ao seu acesso a uma audiência vasta, e não ao seu prestígio intelectual. A sua legitimação deriva do facto de reivindicar que fala “em nome da gente comum”, uma população cujas opiniões étnicas já foram formadas com a sua ajuda.

A (muito mais pequena) imprensa liberal tem uma posição mais complexa sobre assuntos étnicos. Não advoga abertamente a discriminação, o preconceito e o racismo e usualmente mantém uma distância crítica relativamente à direita racista. Defende a tolerância e a compreensão e pode ocasionalmente prestar atenção aos problemas dos emigrantes ou de outras minorias. No entanto, ao mesmo tempo, desempenha um papel mais subtil na reprodução da desigualdade étnica, mostrando assim que é parte do problema do racismo e não da sua solução. Fá-lo por partilhar e contribuir para o consenso dominante da elite branca sobre assuntos étnicos, segundo o qual as sociedades ocidentais não são racistas. De facto, a negação do racismo constitui uma das estratégias maiores dos *media* e de outras elites brancas na sua auto-apresentação positiva como líderes morais da sociedade.

¹⁷ Dos muitos estudos contemporâneos sobre racismo na Europa e na América do Norte, só menciono os de Barker (1981), Dovidio e Gaertner (1986), Essed (1991), Gilroy (1987) e Miles (1989), cada um deles com o seu modo de abordagem específico.

¹⁸ Dos muitos volumosos livros que mostram em detalhe este papel dos *media* na reprodução do racismo, ver, por exemplo, Bonnafous (1991), Ebel e Fiala (1983), Hartmann e Husband (1974), Indra (1979), Martindale (1986), Merten *et al.* (1986) e Wilson e Gutierrez (1985). O sumário da investigação que faremos mais adiante integra resultados destes e de outros estudos.

Contratação, acesso e produção

Os factos, como a investigação continua a mostrar, são inconsistentes com esta arrogância moral do poder da elite branca. Poucos jornais na Europa Ocidental têm jornalistas das minorias étnicas, sem falar de minorias em posições editoriais mais altas. Neste aspecto, os *media* (tanto da esquerda como da direita) são pouco diferentes de outras instituições de elite e dos negócios corporativos, que bloqueiam o acesso e a promoção dos “estrangeiros” com argumentos transparentes sobre a “falta de qualificações” ou os “problemas culturais” que culpam basicamente a vítima. Em resultado, a redacção, as reuniões editoriais e as rotinas da recolha de notícias estão centradas predominantemente nos brancos. A consequência previsível é que as organizações das minorias ou os seus porta-vozes raramente são abordados como fontes credíveis, embora, para efeitos práticos, eles possam ser considerados os principais peritos nos assuntos étnicos.

As análises dos relatos noticiosos confirmam estes factos sociológicos da produção das notícias. Mesmo sobre assuntos étnicos, os porta-vozes das minorias são muito menos citados do que o são os agentes oficiais brancos e outras elites (políticos, polícia, académicos). Se são citados, raramente lhes é dada a oportunidade de definir por si próprios a situação étnica, sendo acompanhados por falantes brancos convidados para dar a sua visão sobre os acontecimentos. Isto é particularmente verdade em tópicos “sensíveis” como discriminação, preconceito ou racismo, ou em momentos de crises sociais como são os “motins”. As vozes críticas das minorias que não confirmam o consenso da elite branca são vistas como menos credíveis e marginalizadas por serem demasiado “radicais”. Por outro lado, aos porta-vozes das minorias que alinham com a perspectiva da elite branca será dado um acesso especial aos *media*, e serão proeminentemente mostrados como representando os pontos de vista das minorias. Para as pessoas brancas, ninguém é tão persuasivo em assuntos étnicos quanto o *Uncle Tom*.

Estruturas das notícias

O que verificamos no acesso, nas rotinas de produção das notícias, nas fontes e nos padrões de citação também se constata noutras características da cobertura noticiosa. As análises dos tópicos mostram que, apesar das ligeiras mudanças e variações da cobertura durante as décadas recentes, as notícias sobre assuntos étnicos mantêm-se centradas numa selecção estreita de tópicos preferenciais, incluindo imigração, crime, violência, diferenças culturais e relações de raça. A proeminência destes tópicos é ainda mais enviesada pela tendência global de cobrir esses assuntos em termos de

“problemas”, senão de “ameaças”. A imigração neste caso não será nunca representada como um benefício para um país com falta de força de trabalho para empregos menores, ou para impedir o declínio demográfico num país com poucos jovens. Em vez disso, a imigração, embora tacitamente aceite desde que seja economicamente profícua, será representada como uma “invasão” ou como uma “vaga” ameaçadora. Os refugiados, que costumavam ser alvo de compaixão no quadro mais antigo do paternalismo humanitário desde que se mantivessem poucos, são agora impedidos de entrar no país e são apelidados de “refugiados económicos” (i. e., apenas vêm porque são pobres), uma palavra de código sobejamente conhecida para serem considerados “fraudes”, apesar da opressão política ou económica nos seus países. O crime étnico, em especial “negro”, tornou-se uma categoria especial e é estereotipadamente associado com drogas (*crack*), assalto, violência, *gangs*, prostituição e outras formas de ameaça à população branca. Assim, nos Países Baixos, os jovens marroquinos têm um acesso fácil aos tópicos das primeiras páginas da imprensa de qualidade quando um relatório escolar ou burocrático mostra como eles se engajam em crimes de rua, mas não quando outros documentos de investigação mostram que são vitimizados por empregadores que os discriminam recusando a sua contratação. De igual modo, as diferenças culturais de linguagem, religião, vestuário, comida, mentalidade ou do comportamento do dia-a-dia estão entre as explicações rotineiras do insucesso da integração ou da falta de sucesso na escola, no trabalho ou nos negócios. O tradicionalismo muçulmano ou o fundamentalismo são um dos exemplos mais conhecidos dessas explicações “culturais”. Aos pais islamistas é atribuída a culpa total pelo facto de as filhas abandonarem as escolas, associando-se assim todos os imigrantes turcos ou do Norte de África ao fundamentalismo ou provincialismo retrógrado, uma tradição “orientalista” que também caracteriza muitas notícias sobre o Islão.¹⁹ Os estereótipos e preconceitos nos manuais escolares e nas salas de aula, ou a discriminação por parte dos professores e dos estudantes brancos, não constituem tópicos na imprensa, nem são escolhidos como explicações do insucesso escolar da minoria.

Sumariando, na cobertura dos assuntos étnicos, os tópicos preferidos, não só formam um esquema útil para definir e interpretar acontecimentos étnicos, como também servem para seleccionar histórias pela sua “noticiabilidade” ou para representar o grupo branco ou a sociedade branca como sendo essencialmente tolerante e compreensiva. São também a estratégia dominante para definir os “outros” – para o público leitor branco – como problemáticos, senão ameaçadores, estrangeiros, que podem ser ao mesmo tempo culpados pela maior parte dos problemas sociais e económicos. Não é surpreendente que outros tópicos raramente ou nunca adquiram essa proeminência na imprensa, como são os casos das contribuições económicas, da organização política e actividades, da auto-ajuda social, das minorias em posições elevadas, da cultura elevada (em oposição à cultura pop) e outros. Qualquer tópico que possa contribuir para um esquema de atitudes não estereotipado sobre um

¹⁹ Ver Said (1981).

grupo minoritário é cuidadosamente evitado, senão censurado. As exceções aqui definem estruturalmente a regra, mostram que são acidentais e não ameaçadoras para a dominância do grupo branco e ao mesmo tempo sinalizam que os outros e não a maioria devem ser culpabilizados pelo insucesso.

Conclusões similares resultam das análises de outros níveis e dimensões dos relatos das notícias sobre assuntos étnicos. A forte derrogação estilística e retórica das minorias étnicas e especialmente dos anti-racistas é um traço normal diário dos tablóides britânicos. Os editoriais estão repletos de lances usuais de auto-apresentação positiva dos brancos e de apresentação negativa do outro, como a sobejamente conhecida negação aparente “nós não temos nada contra os negros (turcos, etc.), mas...”, cujas versões também aparecem nas conversações diárias entre brancos. Da mesma forma, as concessões aparentes ou elogios aparentes também servem para a salvaguarda moral da face quando a mensagem global sobre minorias ou imigrantes se pretende negativa. Frases como “a vida dos negros nos bairros sociais é muito difícil, mas...” é uma manobra que organizou muitos dos editoriais dos *media* brancos e outros comentários sobre a revolta de Los Angeles em 1992.

Os leitores

Não é surpreendente que, em resultado dessa cobertura, os leitores brancos adquiram uma versão seriamente tendenciosa dos assuntos étnicos. Porque os leitores médios não têm acesso a definições alternativas da situação étnica, e porque as definições alternativas são dificilmente consistentes com os seus melhores interesses, eles aceitam genericamente essas definições dominantes e habituais (*mainstream*) como auto-evidentes.

Inversamente, como indicámos antes, a imprensa usará mais uma vez esse ressentimento popular para apoiar a sua própria cobertura. Apesar das normais gerais e oficiais contra a discriminação e o racismo, poucas transgressões populares dessas normas têm tanto acesso à imprensa como as dos assuntos étnicos. Cartas ao editor que algumas vezes expressam abertamente preconceitos explicitamente racistas ou étnicos quase não são rejeitadas, e certamente não o são na imprensa da ala direita. As entrevistas a brancos dos bairros sociais com ressentimentos são prática habitual no “relato sobre a raça”. De facto, os mesmos brancos teriam pouco acesso à imprensa se a sua ira fosse dirigida a classes e não a raças. Por outras palavras, o ressentimento popular contra a imigração ou contra os direitos das minorias tem valor de notícia e é bem-vindo, ao mesmo tempo que permite também aos jornalistas publicarem opiniões que seriam inconsistentes com a sua auto-imagem mais liberal e moderada. O que seriam opiniões estritamente locais, pessoais ou de bairro tornam-se assim opiniões nacionais devido ao vasto alcance de acção dos *mass media*.

Quer seja de uma forma intencional, quer seja de uma forma não premeditada, a imprensa desempenha assim um papel crucial na reprodução do racismo na sociedade. Fá-lo não só por simplesmente dar voz a atitudes do público branco, mas em primeiro lugar por definir a situação étnica de uma forma que influencia persuasivamente o público para adoptar estes modelos das elites sobre acontecimentos étnicos. Em condições específicas de crise socioeconómica, política e sociocultural e de incerteza, esses modelos podem ser mais exacerbados por determinadas partes da população branca numa direcção mais abertamente racista, contra a qual a imprensa respeitável pode então reagir demasiadamente tarde e com pouca energia. Uma vez evocado o ressentimento racial, é difícil repeli-lo ou contê-lo. E porque o anti-racismo explícito e consistente não é a política da maioria dos jornais do Ocidente, não há um quadro alternativo para combater o consenso étnico dominante que a imprensa ajudou a pré-formular.

Racismo, *media* e outras instituições de elite

A imprensa não é a única instituição de elite envolvida na reprodução do racismo.²⁰ No entanto, é o actor mais efectivo e com mais sucesso na gestão do consenso étnico e na manufactura do consentimento público. Fá-lo, em primeiro lugar, apoiando ou legitimando as políticas étnicas de outros grupos de elite, como os políticos, a polícia, o poder judicial, os académicos ou os burocratas sociais.

As análises das políticas governamentais e dos debates parlamentares mostram que, apesar de usualmente apresentadas em estilos de discurso cuidadosamente geridos com reivindicações usuais de tolerância e de hospitalidade, as atitudes fundamentais das outras elites brancas são pouco diferentes das defendidas pelos principais (*mainstream*) *media*. Restrições mais severas à imigração, medidas mais “duras” contra o crime étnico, políticas “pragmáticas” na recepção ou no bem-estar dos refugiados e resistência aberta ou oculta contra a legislação efectiva de direitos civis e práticas (e. g., na acção afirmativa, ou no combate à discriminação) estão entre as escolhas políticas dos governos e parlamentos ocidentais. À excepção de casos individuais especialmente complicados, cuja cobertura crítica pode persuasivamente assinalar os valores humanitários dos *media*, estas políticas básicas são, em grande medida, apoiadas pela imprensa *mainstream*, senão legitimadas pelo seu relato tendencioso. É também largamente através dos *media* que o ressentimento popular chega aos políticos, que por sua vez usaram a “*vox populi*” como um argumento para políticas de imigração ou étnicas ainda mais duras veiculadas pela bem conhecida frase de

²⁰ Ver van Dijk (1993) para uma análise mais detalhada do papel das elites na reprodução do racismo. Aqui, o papel dos *media* e das suas relações com outras instituições da elite é também discutido.

que “eles” devem ser tratados de um modo “correcto, mas justo”, se não for de um modo que é “para o seu próprio bem”.

De igual forma, se a investigação central nas ciências sociais, especialmente a feita por académicos escolares brancos, se centra nas propriedades dos grupos étnicos consistentes com estereótipos prevaletentes (crime, desvio, drogas, cultura étnica, etc.), a imprensa séria também mostrará de modo proeminente esses “resultados”. Relatos que confirmam estereótipos negativos são frequentemente notícias de primeira página, mesmo que a maioria do trabalho académico dificilmente atinja as páginas interiores dos jornais. Por outro lado, a pouca investigação crítica sobre discriminação ou racismo será ou completamente ignorada ou explicitamente atacada como sendo exagerada, ridícula, metodologicamente débil ou simplesmente como sendo “politicamente” tendenciosa.

Resumindo, a imprensa *mainstream* faz parte inerente de uma estrutura de poder dos grupos de elite e instituições, cujos modelos da situação étnica dão apoio (muitas vezes muito subtil e indirectamente) ao *statu quo* étnico de dominância do grupo branco. Enquanto que em muitos assuntos a imprensa pode, dentro de certos limites, ter um papel mais crítico face a outros grupos de elite, isso raramente acontece no domínio dos assuntos étnicos. Políticos brancos ilustres, académicos, polícia ou outros envolvidos na definição dos acontecimentos étnicos têm usualmente acesso imediato aos *mass media*. Por outro lado, os que são capazes de dar definições alternativas, como líderes das minorias ou (outros) anti-racistas, os académicos mais críticos e os representantes dos (pequenos) partidos da oposição, não só terão pouco acesso, como poderão ser explicitamente marginalizados e atacados quando vistos como uma ameaça à hegemonia moral das elites dominantes, incluindo dos próprios *media*. Aos estudos críticos sobre o envolvimento dos *media* na reprodução do racismo é negado de uma forma resoluta o acesso a estes; por isso raramente atingem o público em geral.

Para proteger a sua imagem positiva e a sua face humanitária, os *media* e outras elites não banem completamente os protestos contra o racismo. Fazem-no, no entanto, ao identificar e criticar a extrema-direita como o único grupo que está envolvido no racismo. As suas próprias posições nos assuntos étnicos, embora negativas, aparecerão sempre nessa apresentação como sendo mais moderadas, tolerantes e humanas. A crítica da direita racista implica assim uma negação do seu próprio racismo. Não é surpreendente que os partidos racistas, mesmo quando engajados aberta e diariamente na discriminação ou no incitamento ao ódio racial, não sejam proibidos como organizações criminosas. São muito úteis como fronteiras sociais e políticas do consenso, como bodes expiatórios para o racismo geral, e como ocasiões para salvar a face. De igual modo, ao ignorarem as muitas formas de discriminação quotidiana e de racismo, também nas instituições de elite, os *media* podem levantar acusações ocasionais contra indivíduos que romperam o consenso de uma forma muito clara, como nos casos da discriminação aberta levada a cabo pelas grandes empresas. As coberturas da imprensa desses casos podem ser extensas

(embora não tão extensas como as dos crimes étnicos), mas implicam sempre ou enfatizam que esses casos são incidentais e não estruturais. De facto, os perpetradores são frequentemente representados como meros transgressores morais e não como criminosos à semelhança de outros. A imprensa conservadora pode ir mais longe e explicar, desculpar, ou mesmo negar esse desvio, nem que seja ao pôr consequentemente “discriminação” ou “racismo” entre aspas, como sendo objecto de acusações (dúbias, senão ridículas), e sempre como algo que está a ser “alegado” – por vezes mesmo depois da existência de condenações no tribunal.

Sintetizando, o papel da imprensa na reprodução do racismo conjuga-se com o das outras elites de poder nas sociedades brancas. Certamente que não regista nem relata passivamente o ressentimento popular, as decisões políticas ou os resultados da investigação escolar. Não é o mediador neutral de atitudes étnicas prevalecentes na sociedade. Pelo contrário, embora a imprensa liberal (mais pequena) possa expressar ideologias étnicas mais moderadas do que as da grande parte da população branca, a maioria da imprensa, subtilmente e algumas vezes mais abertamente (como nos tablóides da ala direita), mas sempre activamente, alimenta e difunde as atitudes étnicas que sustentam o racismo contemporâneo. Fá-lo, nem que seja involuntariamente, pelas suas políticas de contratação discriminatórias, recolha tendenciosa de notícias, marginalização do anti-racismo, citação selectiva das elites brancas, tópicos que confirmam estereótipos, negação do racismo e construção semântica, estilística e retórica consistente com um contraste entre *nós* (bons) e *eles* (maus). Mais importante ainda, fá-lo graças à sua amplitude única e vasta de acesso ao público em geral e ao fornecer persuasivamente aos leitores brancos um quadro de interpretação que quase não permite uma compreensão e uma acção anti-racistas.

Outros padrões de dominância

A nossa análise do papel da imprensa na reprodução do racismo é paradigmática para o seu papel em relações similares de desigualdade e de opressão. Dentro de fronteiras flexíveis mas claras de dissidência, contradição e variação, muito do que foi defendido aqui também se aplica à posição da imprensa *mainstream* relativamente à dominância dos homens, conflitos de classe, movimentos de protesto, políticas internacionais e relações entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Mais ou menos subtilmente, a imprensa e grande parte dos outros *media* posicionam-se nestes conflitos de poder ao lado do grupo dominante, confirmando assim o *statu quo*, legitimando a desigualdade e reproduzindo o consenso (do endogrupo) em que assentam. Se ocasionalmente a imprensa parece engajar-se num papel mais de oposição, fá-lo só quando um movimento claro e poderoso de dissidentes (usualmente moderados) se estabeleceu entre as elites. Se deste modo os *media* se convertem em

agentes de mudança, a sua posição ideológica e sociológica parece inconsistente com um papel de liderança; os *media* raramente iniciam tal mudança.

Género

Exemplos e investigação para apoiar os padrões de género abundam. A investigação feminista tem mostrado amplamente a prevalência do chauvinismo masculino nos *mass media*, mesmo hoje, apesar dos modestos ganhos no emprego de mulheres jornalistas e de produtoras de programas nos *media* e a aceitação lenta de algumas das grandes exigências do movimento das mulheres.²¹ Apesar dos progressos socio-económicos e das mudanças ideológicas óbvias, a maior parte do que dissemos para as minorias mantém-se também, embora de forma menos extrema, para a posição das mulheres nos *media* e nas notícias. A maioria dos jornalistas são homens, e as mulheres têm menos acesso a posições editoriais mais altas. Como fontes são menos credíveis, e logo menos citadas, e como actores das notícias têm menos “noticiabilidade”.

Virtualmente, todos os tópicos maiores são tão orientados para os homens como o são os domínios sociais e políticos que eles definem. Os assuntos de género têm pouca “noticiabilidade”, a não ser que sejam modelados como formas abertas de conflito ou como *faits divers* engraçados. O movimento das mulheres pode ser coberto, até certo ponto, de uma forma benevolente, desde que não seja “radical” e desde que as posições dos homens não sejam seriamente ameaçadas. O engajamento das mulheres no protesto político, por exemplo, contra armas nucleares, é relatado de uma forma cômica desde que seja divertido, mas é ignorado, atacado ou marginalizado logo que apareça como demasiado sério, como foi o caso das mulheres que sitiaram a base aérea dos Estados Unidos em Greenham Common no Reino Unido.²² O sexismo como um problema estrutural da sociedade é negado ou atenuado, identificado com chauvinistas fora de moda. O assédio sexual pode ser coberto em casos espectaculares (como no caso das audições de Hill-Thomas no Congresso dos Estados Unidos), mas é difícil ou relutantemente tomado como um problema diário sério. As contribuições especiais das mulheres tendem a ser ignoradas, especialmente em campos dominados pelos homens como a política ou a ciência. A sua presença pequena em domínios sem prestígio, como o crime e a guerra, é raramente reconhecida. Assim, o conteúdo e o estilo das notícias continuam a contribuir para atitudes estereotipadas sobre mulheres. O feminismo em si é ignorado, problematizado ou marginalizado. De uma forma geral, o pressuposto é de que os leitores são homens.

²¹ Para mais detalhes sobre o papel do género nos *media*, ver, por exemplo, Creedon (1989) e Tuchman, Daniels e Benet (1978). Embora haja vários estudos sobre mulheres jornalistas, surpreendentemente existem poucos estudos extensos sobre a representação das mulheres nos *media*. Para um estudo recente e mais referências, ver van Zoonen (1994).

²² Ver Günther (1988) e Hollingsworth (1986).

Esta lista incompleta das características mais salientes da cobertura noticiosa do gênero mostra de novo, como no assunto da raça, que os jornalistas e os *media* são pouco diferentes dos outros grupos de elite e das instituições, e que o poder da elite masculina quase não é desafiado pelos *media*. Conluio e consenso, e não conspiração, são as condições e consequências deste relato dominado pelo masculino, mesmo quando a maioria da audiência (potencial) é feminina. Isto é, contrariamente ao caso da dominância do grupo branco, não há mesmo um contrapoder potencial de uma maioria feminina que seja capaz de desafiar essa dominância; isto também é verdade nos domínios da política, do negócio corporativo, da ciência e da escola, das forças da lei e da ordem, dos sindicatos, da igreja, da academia, entre muitas outras instituições mais ou menos poderosas das sociedades ocidentais.

Classe

A cobertura jornalística da classe trabalhadora é pouco mais positiva do que a das minorias e mulheres. A maioria dos *media*, não só no Ocidente, são grandes empresas profundamente integradas no modo capitalista de produção. Tem-se tornado trivial sublinhar o crescente estatuto de bem consumível das notícias e de outros gêneros mediáticos. A publicidade é o motor de quase todos os *media mainstream*, o que impede a crítica séria das actividades da publicidade. As ideologias do livre mercado estão em primeiro lugar, agora também na Europa do Leste, e a imprensa raramente as desafia.

Contra este quadro, os conflitos de classe são cada vez mais retratados como uma coisa do passado, nos casos em que as classes são reconhecidas como formações sociais relevantes. Pode então ser repetido essencialmente para os “trabalhadores” o que foi sumariado aqui para a cobertura das mulheres e das minorias nos *media*. Têm menos acesso activo e passivo, são fontes menos credíveis, são menos citados, têm menos valor de notícia (a não ser que usem violência e greves), e por aí em diante.²³ As notícias sobre negócios centrar-se-ão nas elites económicas, não na força de trabalho. As contribuições dos trabalhadores para a economia são dadas como adquiridas e logo ignoradas, ainda que a culpa pelas recessões lhes possa ser atribuída. A exploração, os riscos para a saúde nas fábricas, bem como qualquer outra situação relativamente à qual a gestão ou os proprietários (já para não falar do sistema capitalista inteiro) poderiam ser culpados, são ignorados ou pouco relatados, excepto em casos espectaculares definidos como acidentes. As greves tendem a ser cobertas como um problema para o público, senão como uma ameaça para a economia. Nos conflitos industriais, a perspectiva dos gestores prevalece nas definições

²³ Os estudos mais detalhados e influentes do papel dos trabalhadores nas representações das notícias são os estudos do Glasgow University Media Group (1976, 1980, 1982) sobre a cobertura televisiva das disputas industriais no Reino Unido.

da situação, nas entrevistas, nas citações, nos tópicos e no estilo da cobertura. Os trabalhadores não são definidos como fazendo parte da audiência. Em suma, excepto em explicações negativas dos conflitos ou em notícias sobre negociações com os seu líderes, os trabalhadores quase não são visíveis.

Norte vs Sul

Na investigação da comunicação de massa tem sido dada muita atenção crítica ao fosso de informação e comunicação entre o Norte e o Sul.²⁴ Dentro do quadro de assuntos como a descolonização, a independência e o (sub)desenvolvimento, académicos, jornalistas e políticos do Terceiro Mundo, apoiados por académicos críticos do Primeiro Mundo, têm sublinhado a inexistência de um balanço na informação internacional e no fluxo das notícias. Estas análises críticas têm-se centrado na natureza tendenciosa das notícias sobre o Terceiro Mundo, na dominância das agências de notícias ocidentais e das multinacionais de comunicação, na hegemonia cultural do Ocidente (e especialmente dos Estados Unidos), nos programas televisivos, e por aí em diante. Dada a ausência de agências de notícias e a falta de correspondentes para os jornais no Terceiro Mundo, a maioria das notícias sobre estes países, mesmo as que saem nos jornais nacionais, é canalizada através das agências do Primeiro Mundo e apresenta inevitavelmente uma perspectiva ocidental. Como foi mostrado antes no caso da cobertura das minorias étnicas nos Estados Unidos e na Europa, esta perspectiva branca, ocidental, prefere noticiar acontecimentos que confirmam estereótipos talhados para as expectativas dos leitores ocidentais.

Embora a cobertura mais recente tenha indubitavelmente ultrapassado a idade dos relatos dos “golpes e tremores de terra” das décadas passadas, as suas características globais são marcadamente diferentes da cobertura dos países ocidentais. Guerra, guerra civil, golpes de Estado, opressão, ditadura e violência são ainda a matéria-prima dos relatos noticiosos sobre o Sul, especialmente quando podem ser interpretados como uma ameaça ao Primeiro Mundo. O mesmo se passa com a pobreza, fome, o subdesenvolvimento, a miséria e – mais recentemente – as catástrofes ecológicas. Se os acontecimentos são colocados no seu contexto e se são dadas explicações, tendem a atribuir a culpa em primeiro lugar às políticas “retrógradas” e ao comportamento das nações, das organizações e dos políticos do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, estas explicações põem em segundo plano os efeitos directos e indirectos ou os legados do colonialismo ocidental, as práticas corporativas, a intervenção militar, o comércio internacional e a política. Por outro lado, a ajuda ocidental e outras contribuições são enfatizadas e apresentadas como

²⁴ Algumas das maiores monografias e volumes editados a propósito do debate sobre o papel dos *media* nas relações entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, entre o Norte e o Sul são Atwood, Bullion e Murphy (1982), Boyd-Barrett (1980), Hamelink (1983a), Richstad e Anderson (1981), Schramm e Atwood (1981), Smith (1980), Stevenson (1988) e UNESCO (1980).

benéficas e raramente como problemáticas. Como no caso dos assuntos étnicos, o retrato global do Terceiro Mundo é organizado através de estratégias combinadas de auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro.

Para esta análise do papel da imprensa nas estruturas de dominância, estas conclusões globais dão ainda mais força à tese de que a imprensa adota regra geral a perspectiva das elites e legitima a sua dominância, mesmo numa perspectiva internacional de relações entre Estados e regiões do mundo. A crítica da sua própria dominância e perspectiva no domínio das notícias internacionais, que ocorreu dentro do quadro de vários debates e publicações da UNESCO, foi ignorada, ridicularizada, atacada ou marginalizada. As propostas para uma nova ordem de informação internacional e de comunicação foram resolutamente rejeitadas com o argumento de que essa nova ordem implicaria uma limitação da “liberdade” da imprensa (ocidental) e das agências noticiosas. Não é surpreendente que os mesmos *media* de uma forma genérica apoiem também a resistência ocidental a propostas similares para uma nova ordem internacional nos domínios das finanças, do comércio e da economia e contra qualquer mudança do *statu quo* que implique um balanço mais simétrico entre o Norte e o Sul. Exceptuando os casos de dissidência marginal, os *media* ocidentais têm também apoiado a maioria das intervenções militares dos países ocidentais no Terceiro Mundo – por exemplo, nas Caraíbas, em África, na Ásia e no Médio Oriente –, intervenções essas que até muito recentemente foram legitimadas no quadro de uma retórica anticomunista.²⁵ Desde a queda do comunismo da Europa do Leste, esta retórica das notícias tem-se centrado noutros inimigos, como terroristas e fundamentalistas muçulmanos, reflectindo assim a retórica prevalecente das elites políticas.

O poder persuasivo desta retórica reside na sua aparente plausibilidade e aparente superioridade moral. Liberdade, democracia e direitos humanos estão entre os termos-chave que organizam esta legitimação política e dos *media* na perspectiva da elite e respectivas acções em relação aos “outros”. O problema é que para a maioria dos países ocidentais, especialmente para os Estados Unidos, estas e outras noções relacionadas foram selectivamente definidas e aplicadas àquelas situações em que os seus interesses estavam a ser ameaçados: por exemplo, na América Central e em África. A liberdade implica sobretudo liberalismo de mercado e liberdade de investimentos (ocidentais), não autonomia local ou ausência de opressão ou de exploração. A democracia é defendida só para as nações em que os líderes do momento (quer sejam ditadores ou governos eleitos) são vistos como uma ameaça aos interesses ocidentais. Os direitos humanos são um argumento estratégico que se centra sobretudo nas nações ou líderes “não amigos”, ao mesmo tempo que são ignorados no caso dos clientes dos Estados ocidentais.²⁶

²⁵ Ver Chomsky (1987,1992) e Herman e Chomsky (1988).

²⁶ Ver as referências dadas na nota 24 para mais literatura.

Controlo, colusão e consenso

Muito interessante para esta análise é o paralelismo evidente entre as posições da elite política e corporativa e as dos *media* nos assuntos internacionais e nas relações Norte-Sul, como foi para os casos do género, raça e classe antes discutidos. Mais uma vez, devemos perguntar se este consenso é voluntário ou imposto por um dos grupos de elite maior. Há provas de que em muitas situações os *media* têm sido persuadidos, manipulados ou mesmo coagidos a seguir as visões políticas (ou militares) em assuntos internacionais. Campanhas de desinformação, incentivos financeiros, ameaças subtis ou retaliação podem combinar-se com posições políticas consensuais entre jornalistas e políticos na construção de interpretações “preferidas” da situação política do momento no mundo²⁷.

O caso é o mesmo, embora menos abertamente e mais indirectamente, para o conluio entre *media* e grandes empresas e seus interesses, uma relação em que as multinacionais têm frequentemente acesso mais ou menos directo às salas de reuniões e assim, indirectamente, à redacção dos principais *media*. A publicidade constitui apenas um dos meios estratégicos para manter a opinião editorial sobre essas multinacionais dentro das fronteiras da dissidência aceitável. De facto, nenhum dos *media* ocidentais *mainstream* defende políticas económicas ou financeiras que estejam em desacordo total com os postulados básicos das empresas corporativas ocidentais. De igual modo, inquéritos críticos sérios sobre as actividades dessas corporações no Sul estão virtualmente ausentes da imprensa ocidental. As excepções confirmam esta regra geral e estão limitadas à cobertura de catástrofes, como fuga de petróleo, acidentes maiores nas plataformas ou ameaças aos interesses dos investidores ocidentais ou accionistas²⁸.

Por outro lado, a imprensa *mainstream* está longe de ser um espectador passivo, muito menos uma vítima do controlo político ou corporativo e de manipulação. Através dos seus repórteres e correspondentes, a imprensa é frequentemente a primeira a presenciar ou a descrever acontecimentos de última hora, novos desenvolvimentos ou situações locais. É sobretudo a sua definição da situação que contribui para a manufactura da opinião pública, senão das opiniões das elites políticas. Ela pode, em princípio, revelar as consequências prejudiciais internacionais ou locais das políticas internacionais ou das actividades corporativas. Com o seu acesso específico aos meios de influenciar a opinião pública, pode pressionar políticos e gestores corporativos. Isto é, na medida em que a imprensa é “livre”, também tem (contra)-poder potencial. Algumas vezes exerce esse poder quando grupos de elite também se opõem a políticas prevalentes, como foi o caso dos últimos momentos na guerra contra o Vietname.

²⁷ Ver as referências dadas nas notas 6 e 24, e Golding, Murdock e Schlesinger (1986), Hollingsworth (1986) e Negrine (1989).

²⁸ Ver, por exemplo, Bagdikian (1983), Hamelik (1983b) e Schiller (1971, 1989).

Se a imprensa não actua como oponente principal relativamente a políticas governamentais ou corporativas e interesses, não é por falta de poder, mas por causa das similaridades fundamentais das suas posições ideológicas. É verdade que, por muitos jornalistas tenderem a ser liberais, a oposição na imprensa ocidental é comum no que diz respeito a políticas conservadoras específicas e a acções dos governos ou negócios. Essa crítica sugere liberdade e independência dos *media*. No entanto, esses desafios permanecem dentro das fronteiras flexíveis mas claras de dissidência, traçadas pelas políticas editoriais das organizações dos jornais, cujas ideologias básicas estão de acordo com as das elites de poder.

Por outras palavras, é um facto que a imprensa não está a ser controlada por estas elites de poder. Em vez disso, podemos dizer que as suas ideologias comuns são produzidas em conjunto, cada uma agindo dentro da sua esfera de influência e controlo, mas cada uma dependendo também da outra. As políticas internacionais sem apoio da imprensa quase não podem ser legitimadas e sustidas e são difíceis de implementar quando o *lobby* corporativo se opõe. O negócio internacional é seriamente posto em causa por uma má publicidade ou por um antagonismo estatal firme. E, inversamente, a imprensa *mainstream* não pode operar sem a cooperação das elites políticas e corporativas.

Assim, a partilha de interesses entre as elites favorece o desenvolvimento de posições ideológicas relacionadas, como é também o caso do papel da socialização, da educação, da origem de classe, do género, da etnia ou da orientação política similar da maioria dos grupos de elite. Não obstante conflitos ocasionais, contradições, controvérsias e direcções de controlo variadas, a imprensa é parte inerente desta produção conjunta de um consenso que sustém o poder da elite, isto é, a dominância de uma pequena minoria do Norte, branca, masculina, heterossexual, da classe média, politicamente “moderada” (isto é, mais ou menos conservadora) sobre uma larga maioria de não ocidentais, não brancos, mulheres, das classes desfavorecidas, pobres ou de alguma forma “outros” diferentes. É a reprodução desta dominância de elite que explica também virtualmente todas as estruturas e estratégias da produção das notícias e dos relatos noticiosos dos *media*.

Cognição social e discurso

A psicologia social do discurso é um novo campo de estudo que coincide em parte com o da psicologia social da linguagem. Isto significa que este capítulo aborda tópicos menos estudados na psicologia social da linguagem, como são as estruturas e as estratégias específicas do discurso (excluindo características gramaticais ou outras propriedades das frases) e os assuntos da psicologia social que podem ser estudados com mais proveito a partir de uma perspectiva analítica de discurso.

Apesar de ter as suas raízes nos cerca de dois mil anos de retórica, a análise do discurso emergiu como disciplina transversal independente nas humanidades e nas ciências sociais apenas nos meados dos anos 60. Desenvolvida em simultâneo, e por vezes em relação próxima, com outras disciplinas novas, como a semiótica, a pragmática e a sociolinguística, as suas disciplinas-mãe primordiais foram a etnografia, a linguística, a micro-sociologia e a poética. Nos anos 70, a psicologia cognitiva e a Inteligência Artificial juntaram-se às disciplinas cujo interesse crescente no discurso constituía um dos maiores novos desenvolvimentos da última década (para detalhes, ver van Dijk 1985b).

A extensão da psicologia social do discurso só teve lugar em 1980 (para discussões recentes, ver, *e. g.*, Potter e Wetherell 1987; Robinson 1985). Não existem praticamente nenhuns livros na psicologia social que integrem conceitos como ‘discurso’ ou ‘texto’ no seu índice de assuntos, e há muitos poucos artigos de revistas no campo que tratam explicitamente as estruturas de discurso. Isto significa que neste capítulo não teremos a possibilidade de rever um vasto corpo de investigação em psicologia social que lida explicitamente com estruturas de discurso, embora eu tome a liberdade de reinterpretar vários estudos num quadro analítico de discurso. Para contrabalançar uma tradição de investigação sólida, parte deste capítulo será por isso teórica e programática, com vista a levantar e a indicar futuras direcções e trabalhos neste novo campo.

Apesar desta falta de interesse explícito no discurso, a psicologia social tem muitos subdomínios que permitem ou exigem uma abordagem analítica discursiva. No final

de contas, há muito poucas noções fundamentais na psicologia social que não tenham elos de ligação óbvios com o uso da linguagem em contextos comunicativos, isto é, com diferentes formas de texto ou fala. Percepção social, gestão da impressão, mudança de atitudes e persuasão, atribuição, categorização, relações intergrupais, estereótipos, representações sociais (RS) e interação constituem apenas alguns rótulos para as maiores áreas da psicologia social actual em que o discurso desempenha um papel importante, embora ainda bastante dissimulado. De facto, a linguagem e, especialmente, a comunicação assumiram um papel proeminente na história da psicologia social (ver sobretudo Brown 1965), mas a natureza essencialmente discursiva do uso da linguagem tem sido reduzida a um estudo mais ou menos intuitivo das ‘mensagens’ e no momento actual a psicologia social incide sobretudo nas características da ‘fala’ (*speech*). Por outras palavras, depois da linguística e das disciplinas irmãs da psico e da sociolinguística, a análise do discurso tem algo a oferecer à maioria dos psicólogos sociais. O inverso também é verdadeiro: os conhecimentos produzidos na psicologia social têm uma importância primordial para o desenvolvimento da análise do discurso. Embora não possa dar uma ‘definição’ da noção de discurso (toda a disciplina, ou pelo menos uma teoria completa, dá essa definição), neste capítulo vejo ‘discurso’ como uma forma de uso da linguagem e simultaneamente como uma forma específica de interação social, interpretada como um evento comunicativo completo numa situação social. O que distingue esta análise de discurso das gramáticas das frases é que, na prática, a análise do discurso incide especificamente em fenómenos que ultrapassam o limite das frases. Obviamente, as palavras ou frases pronunciadas são uma parte integral do discurso. Uma vez que, em termos empíricos, o ‘significado’ do discurso é uma estrutura cognitiva, faz sentido incluir no conceito de discurso não apenas traços verbais ou não verbais observáveis, ou interação social e actos de fala, mas também representações cognitivas e estratégias envolvidas na produção e na compreensão do discurso. Aqui ignoro os múltiplos problemas relacionados com a delimitação precisa do discurso relativamente a outras (formas de) interacção, à comunicação não verbal ou em relação a outras estruturas cognitivas e estratégias. A noção de ‘texto’, algumas vezes usada como compreendendo apenas o aspecto puramente verbal do discurso, outras vezes usada para fazer referência à forma linguística abstracta que subjaz ao discurso enquanto forma de uso da linguagem, é aqui empregue sobretudo no seu sentido comum de ‘discurso escrito’.

Cognição social e interacção

Para restringir a discussão sobre o campo potencialmente vasto da psicologia social do discurso, centro-me num número de conceitos básicos que, na minha opinião, podem ser úteis no estabelecimento de um quadro teórico sólido. Primeiro, presto atenção

especial à acção combinada entre discurso e cognição social (Fiske e Taylor 1984; Wyer e Srull 1985). A cognição social é aqui discutida sobretudo em termos de RS partilhadas por membros de grupos (Farr e Moscovici 1984); isto é, irei negligenciar os domínios mais individuais da psicologia social. A investigação em cognição social conjuga-se com as orientações teóricas da investigação cognitiva e da Inteligência Artificial sobre o processamento de texto e o papel dos guiões (*scripts*) de conhecimento (Schank e Abelson 1977; van Dijk e Kintsch 1983). Assim, espero mostrar que as RS (como estereótipos ou os preconceitos étnicos) e o conhecimento socialmente partilhado são reproduzidos na sociedade essencialmente através do discurso (ver também Kraut e Higgins 1984; Roloff e Berger 1982; Rommetveit 1984). Esta noção de ‘reprodução’ terá um papel fundamental no quadro apresentado neste capítulo.

Em segundo lugar, a reprodução discursiva das cognições sociais também requer uma dimensão social (sociológica) adequada que, no entanto, tem sido frequentemente negligenciada na psicologia social (Forgas 1983). Neste aspecto, as noções básicas são as de interacção e de situação social (Argyle, Furnham e Graham 1981; Forgas 1979). Processos de percepção social, comunicação, atribuição, atracção, gestão da impressão e contacto intergruppal, entre muitas outros, também devem ser definidos nesse quadro conceptual.

A minha tese fundamental será que estas representações cognitivas e processos socialmente situados têm simultaneamente uma dimensão discursiva importante. As representações sociais são em grande parte adquiridas, usadas e mudadas através do texto e da fala. Por isso, a análise do discurso pode ser usada como um instrumento poderoso para revelar os conteúdos subjacentes, estruturas e estratégias das RS.

O meu maior criticismo, tanto do trabalho mais tradicional na psicologia social, como de abordagens mais recentes, é que, por um lado, as RS não são suficientemente cognitivas, negligenciando a especificação de representações mentais e estratégias, por outro, não são tão sociais como se esperaria, negligenciando o contexto social e as funções. Assim, embora partilhe o reconhecimento do papel fundamental do discurso na psicologia social com os autores do único livro sobre o assunto (Potter e Wetherell 1987), diferencio-me desses autores na minha abordagem às RS cognitivas ou atitudes, que eles tendem a subestimar reduzindo-as essencialmente a características do discurso social. Na minha opinião, não se pode traçar nenhum quadro teórico ou explicativo de valor para qualquer fenómeno tratado na psicologia social sem uma explicação explícita das representações cognitivas partilhadas socialmente. Embora o discurso assuma, sem dúvida, uma importância fulcral na expressão, comunicação e reprodução de RS (que também é a tese principal deste capítulo), isso não significa que o discurso e as suas estratégias sejam idênticos a tais representações.

Assim, para este capítulo, defino o papel do discurso na psicologia social essencialmente em termos do jogo entre cognição social e interacção situada nos processos de reprodução societal. Por conseguinte, as interacções controladas cognitivamente estão ligadas a outras dimensões sociais importantes, como dominância de grupo e estrutura social. Este elo de ligação torna-se necessário numa explicação adequada

das funções dos preconceitos de grupo e ideologias, bem como na sua reprodução discursiva na sociedade. Obviamente, o estudo destas relações coincide parcialmente com a investigação tanto na micro como na macro-sociologia, domínios estes que negligenciaram as importantes dimensões cognitivas da interacção social (no entanto, ver Cicourel 1973).

Estruturas das representações sociais

Tenho de ser sucinto relativamente ao primeiro passo do quadro teórico, isto é, às estruturas das RS. Na verdade, pouco se sabe sobre a organização precisa dessas representações, apesar de algumas tentativas anteriores para as modelar segundo a estrutura do conhecimento em termos de guiões (*scripts*) (Abelson 1976).

Lembramos que a cognição social é aqui definida como um sistema socialmente partilhado de RS, um sistema que, no entanto, também inclui um conjunto de estratégias para a sua manipulação efectiva na interpretação social, na interacção e no discurso. Localizadas na memória semântica (ou melhor, social), as RS podem ser conceptualizadas como redes hierárquicas, organizadas por um conjunto limitado de categorias nucleares relevantes. As representações sociais de grupos, por exemplo, podem conter núcleos como Aparência, a Origem, as Finalidades socioeconómicas, as dimensões culturais e a Personalidade. Estas categorias organizam os conteúdos proposicionais das RS que integram não só conhecimento social, mas também informação avaliativa, como as opiniões gerais sobre outras pessoas enquanto membros de grupos. A noção tradicional da psicologia social de 'Atitude' é assim redefinida aqui em termos de RS generalizadas. A dimensão social das RS não reside apenas no facto de estas cognições versarem sobre grupos sociais, classes, estruturas ou assuntos sociais. As RS são sociais também porque são adquiridas, mudadas e usadas em situações sociais; isto é, são cognições partilhadas por todos ou pela maioria dos membros de um grupo (Brown e Turner 1981; Moscovici 1982). Isso implica que são abstraídas do conhecimento puramente pessoal, bem como das situações únicas, e que sofreram um processo de generalização, adaptação e normalização. Por fim, deve ser sublinhado que a noção de 'representação social' tem sido desenvolvida sobretudo por Serge Moscovici e os seus associados (ver, *e. g.*, Moscovici 1984, e outros artigos no volume editado por Farr e Moscovici 1984), que, por exemplo, conceptualizaram noções de senso comum de fenómenos complexos socioculturais ou científicos (como a 'psicanálise'). O meu uso desta noção é de alguma forma diferente e inclui qualquer representação cognitiva socialmente partilhada sobre fenómenos sociais, incluindo grupos sociais, relações sociais, assuntos sociais ou problemas (*e. g.*, energia nuclear, desarmamento).

Para além destas RS gerais, baseadas em grupos, introduzo a noção importante de 'modelos (situacionais)' (Johnson-Laird 1983; van Dijk 1987c; van Dijk e Kintsch

1983). Recentemente, estes modelos mentais têm desempenhado um papel vital na psicolinguística e na psicologia do processamento do texto. Enquanto que as RS socialmente partilhadas estão localizadas na memória social, os modelos, representações cognitivas de experiências pessoais e interpretações, incluindo conhecimento pessoal e opiniões, estão localizados na memória episódica. Os modelos representam as interpretações que os indivíduos fazem de outras pessoas, de eventos específicos e de ações, e constituem essencialmente a contraparte cognitiva das situações. Quando as pessoas observam uma cena ou ação, ou lêem ou ouvem sobre tais eventos, elas constroem um modelo único dessa situação ou actualizam um modelo antigo. Os modelos, então, constituem também a base referencial de categorias bem conhecidas como Localização (tempo e local), Circunstâncias, Participantes e Evento/Ação, cada uma das quais possivelmente acompanhada por um modificador avaliativo (Argyle *et al.* 1981; Brown e Fraser 1979). Não é surpreendente que estas categorias também apareçam na semântica das frases e do discurso, simplesmente porque são essas as expressões que usualmente descrevem as situações. Vemos que a teoria cognitiva do modelo oferece o elo de ligação que faltava entre estruturas cognitivas, estruturas situacionais e estruturas do discurso.

Os modelos são cruciais para o quadro teórico deste capítulo. Eles formam a interface entre RS gerais, por um lado, e os usos individuais dessas RS na percepção social, na interacção e no discurso, por outro. A interpretação de cenas sociais, mas também o planeamento do discurso ou da interacção, são baseados em modelos. Os modelos pessoais explicam a variação individual na aplicação do conhecimento geral e das atitudes. Os indivíduos podem ter opiniões pessoais divergentes das opiniões gerais do seu grupo, por exemplo, por causa das suas experiências pessoais. Por outro lado, os modelos constituem a base do conhecimento geral e de outras RS. Através de processos de generalização e de descontextualização os (conjuntos de) modelos podem ser transformados em guiões (*scripts*) e atitudes. Para a minha discussão, torna-se especialmente relevante notar que os modelos desempenham um papel central, ao nível comunicativo interpessoal, na reprodução-baseada-no-grupo das RS através do discurso. Para a psicologia social em geral, a introdução da noção de modelos resolve muitos problemas clássicos da interface entre dimensões individuais e sociais da cognição e da interacção, como o do famoso elo de ligação ‘atitude-comportamento’ (Cushman e McPhee 1981).

Um tipo especial de modelo da situação refere-se à representação episódica que os participantes na fala (*speech*) fazem da situação comunicativa em curso. Este ‘modelo contextual’ apresenta conhecimento e opiniões sobre o ego (actual), o outro participante na fala, as finalidades da interacção e as dimensões sociais importantes da situação em curso (*e. g.*, ‘ensinar na sala de aulas’, ‘falar com o chefe’, ‘consultar o médico’). Assim, os modelos contextuais conduzem a fala, guiam estratégias de formação das impressões e traduzem, de uma forma global, as normas e regras sociais gerais em constrangimentos específicos do discurso. De novo, vemos como podemos ligar as cognições sociais às estruturas do discurso através de modelos.

Enquadramento histórico

Vimos anteriormente que a psicologia social não dedica muita atenção à importante natureza discursiva dos fenómenos que estuda. Um olhar mais atento sobre a história da psicologia social no nosso século não parece mudar este retrato de negligência benevolente do discurso. Nos três livros publicados em 1980 que olham para a formação da disciplina, a noção de discurso quase não aparece como conceito relevante (Evans 1980; Festinger 1980; Gilmour e Duck 1980). No bem conhecido livro dos anos 60 de Jones e Gerard, os conceitos de discurso, texto e mensagem não aparecem no índice, e a linguagem é tratada só como um factor de socialização (Jones e Gerard 1967). A comunicação, no entanto, recebe mais atenção nesse livro, sobretudo em relação à persuasão, à mudança de atitude e aos processos de comparação social. Já que uma análise detalhada da história do discurso na psicologia social não pode ser dada aqui, irei resumir de forma breve alguns dos pontos centrais dessa história que têm interesse para uma abordagem discursiva.

O trabalho inicial de Bartlett (1932) pode ser reconhecido como um marco importante, não só para a teoria do esquema e para psicologia do processamento do texto, mas também para a psicologia social do discurso. O seu método da reprodução em série, aplicado a histórias e rumores, constitui a primeira contribuição importante para a teoria baseada no discurso da reprodução das cognições sociais. Bartlett mostra que a evocação do discurso não é puramente pessoal, mas que os seus conteúdos e formas podem também depender de constrangimentos socioculturais, a saber, se queremos fazer um sumário breve de um evento ou um relato longo e detalhado. O livro posterior de Allport e Postman (1947) sobre a reprodução dos rumores na sociedade, que mostra processos similares de ‘afinação’ e ‘gradação’ nesses discursos, permanece uma aplicação posterior importante do quadro desenvolvido por Bartlett (ver também Shibutani 1966).

Os pais fundadores (como em todas disciplinas académicas, quase não se permitiu às mulheres o desempenho de tal papel) da psicologia social têm explicitamente pouco a dizer sobre discurso, mesmo quando este tem de facto um papel implícito no seu trabalho. Heider (1958) reconhece a relevância das histórias na análise da acção social e atribuição, mas no resto do seu livro centra-se mais genericamente nas estruturas da acção (ideias que são, no entanto, relevantes para uma teoria da pragmática ou uma semântica da narrativa). O trabalho inicial de Festinger sobre comunicação social e influência também aborda a análise e a explicação dos rumores. O autor conclui que os rumores podem ser reproduzidos de forma tal que podem contribuir para as futuras acções dos indivíduos bem como para a redução da sua dissonância cognitiva (Festinger 1950 1957). Para a perspectiva da nossa discussão, é importante sublinhar que Festinger também pensava que o discurso persuasivo é especialmente efectivo quando se assume que as suas opiniões são

genericamente apoiadas por outros. Aparentemente, a partilha de grupo constitui uma condição fundamental para a aquisição e reprodução de cognições sociais. Verificou-se também que, neste caso, as conversações face a face podem ser mais efectivas do que o monólogo ou texto (Festinger, Schachter e Back 1950; Lewin 1947; Lewin 1947). De facto, parece que a fala informal com companheiros da mesma idade, estatuto ou género pode ter uma função importante na aquisição de conhecimento e opiniões (Katz e Lazarsfeld 1955). Nestes vários estudos, encontramos algumas das raízes para uma teoria moderna da formação do consenso e reprodução social através do discurso. Importante para nós é o reconhecimento inicial das dimensões sociais das estruturas cognitivas, da aquisição e reprodução de RS. Infelizmente, a análise do papel do discurso neste processo permaneceu intuitiva neste trabalho inicial.

Preconceitos e discursos: um exemplo da investigação em curso

Para tornar mais concreto o quadro geral acima traçado, e para desenvolver mais as ideias formuladas nos primórdios da psicologia social sobre as relações entre discurso, comunicação e cognições sociais, sumario alguns resultados recentes do meu próprio trabalho sobre a reprodução do racismo no discurso e na comunicação. Esta investigação analisa a forma como o preconceito étnico é representado e manipulado na cognição e expresso no discurso e na comunicação, por membros do grupo branco das sociedades multi-étnicas ocidentais. Os dados para esta investigação foram reunidos a partir de diferentes fontes, a saber, conversações informais, entrevistas informais conduzidas em Amesterdão e San Diego (van Dijk 1984, 1987a), relatos noticiosos na imprensa (van Dijk 1988a) e manuais escolares (van Dijk 1987b).

As estruturas e estratégias do preconceito

O preconceito étnico, embora possa ser definido de uma forma superficial em termos de 'atitudes negativas' partilhadas por membros de um grupo sobre outros grupos (ver também Allport 1954), é primeiramente analisado em termos de RS organizadas, partilhadas por muitos ou pela maioria dos grupos dominantes sobre grupos dominados. Estas RS específicas apresentam conteúdos, estruturas e estratégias que organizam de forma óptima modelos concretos e acções, de

modo a que a dominância (por exemplo étnica e racial) possa ser efectivamente reproduzida.

As categorias do esquema de atitudes preconceituosas incluem Origem, Aparência, Finalidades socioeconómicas, Normas socioculturais e valores e Personalidade; isto é, em experiências com membros dos grupos minoritários ou de ‘acontecimentos étnicos’ na sociedade, os membros dos grupos da maioria estabelecem, ou usam, conhecimento geral ou opiniões sobre a proveniência dos membros do exogrupo, definem qual é o seu aspecto, porque estão aqui, que normas culturais e valores têm (*e. g.*, que linguagem falam, que hábitos têm) e que tipo de personalidade tem essa ‘gente’ (*e. g.*, são agressivos, criminosos, etc.?). A posição social, e assim a pertença de grupo de membros sociais, podem influenciar variações específicas, conteúdos ou usos estratégicos desses preconceitos. Assim, os trabalhadores de colarinho azul também nas suas histórias quotidianas podem enfatizar a crença de que os imigrantes ou minorias ‘nos tiram as nossas casas e empregos’ por ser esta a noção mais relevante para a protecção dos seus próprios interesses e para a interpretação das suas frustrações sociais (Miles 1982; Miles e Phizacklea 1979; Wellman 1977). Os indivíduos com mais educação e melhores empregos podem centrar-se nos estereótipos ou preconceitos sobre a cultura ‘deficiente’, a educação ou o conhecimento da linguagem, uma forma de preconceito frequentemente etiquetada como racismo ‘moderno’ ou ‘simbólico’ (Dovidio e Gaertner 1986).

Dependendo da representação do contexto, estes esquemas gerais de atitudes preconceituadas influenciam os modelos concretos da situação étnica que os membros de grupos dominantes constroem e expressam na fala ou interacção. Por exemplo, nesses modelos, as causas das suas próprias experiências negativas ou problemas sociais podem ser atribuídas a grupos minoritários ou aos seus membros (e não, por exemplo, ao declínio económico ou urbano); isto é, há transformações ‘enviesadas’ das relações de causalidade ou dos papéis de agência no modelo. De igual modo, os membros de grupos dominantes, especialmente os que ocupam posições socioeconómicas inferiores, podem inverter o papel de vítima em tais modelos. Tenderão a dizer que são eles e não os grupos das minorias que estão a ser discriminados. Essas atribuições tendenciosas estão relacionadas com o conhecido ‘erro fundamental da atribuição’ (Pettigrew 1979; Stephan 1977) e com as correlações ilusórias estabelecidas entre a presença observada de minorias e a experiência da sua própria pobreza (Hamilton, Dugan e Trolie 1985). Os modelos tendenciosos não só instanciam esquemas de preconceitos (*e. g.*, como protótipos, ver Cantor e Mischel 1977, 1979), como também são estrategicamente ideados de forma tal que parecem confirmar essas RS (Snyder 1981a, b). Assim, os modelos, e a sua expressão no texto e fala, mostram como os membros de grupos interpretam e representam eventos étnicos em função quer do contexto social, quer do esquema geral de grupo.

Discurso e preconceito

As estruturas e processos das RS preconceituosas também aparecem na fala e no texto (para detalhes, ver Potter e Whetherell 1987; van Dijk 1984, 1987a; van Dijk e Wodak 1988; Windisch 1978). As funções sociais dessas comunicações preconceituadas são partilhar e normalizar conhecimento social e opiniões com outros membros do endogrupo; exibir e confirmar a pertença no endogrupo e fidelidade, ou trocar informação prática que mostra ‘como devemos agir com eles’. Ao mesmo tempo, essa fala deve obedecer a regras usuais de conversação e interação em contextos específicos e respeitar normas sociais gerais e objectivos, incluindo as que proíbem a discriminação (Billig 1988). Estas normas gerais são traduzidas também no modelo contextual para a conversação em curso: deve-se criar uma boa impressão no ouvinte ou entrevistador, ou antes, evitar uma má impressão (Arkin 1981). Isso significa que os indivíduos preconceituosos não podem simplesmente expressar opiniões negativas sobre ‘estrangeiros’ porque nesse caso podem ser vistos como racistas. Nestas condições, recorrem a tácticas estratégicas em que a apresentação negativa ‘do outro’ é combinada com tácticas de gestão da impressão, como auto-apresentação positiva ou salvaguarda das aparências. Por esta razão, o discurso sobre minorias está carregado de desmentidos, como sejam negações (‘Eu não sou racista, mas...’), concessões aparentes (‘Há alguns que são boa gente, mas...’) e outros lances (ver também Hewitt e Stokes 1975).

Estas análises mostram como as propriedades específicas do discurso quotidiano e da interação estão sistematicamente relacionadas com estruturas de modelos situacionais, modelos contextuais e RS gerais. Ao mesmo tempo, mostram a forma como RS específicas são reproduzidas no endogrupo. Estas ligações tornam-se manifestas não só nos lances semânticos do desmentido, mas também na estrutura das histórias, na argumentação e nos tópicos dominantes da fala. De igual modo, os fenómenos conversacionais, tais como hesitações, falsos começos e correcções, podem estar relacionados com estratégias cognitivas de produção controladas pelos modelos contextuais da conversação (a saber, pelo objectivo de provocar uma impressão positiva). As estruturas das histórias sobre minorias por vezes reflectem de perto a organização de modelos subjacentes sobre a situação étnica (van Dijk 1985b). Assim, a categoria de Resolução normalmente obrigatória no esquema da história pode ser excluída porque os contadores de histórias vêem as situações étnicas como sendo essencialmente problemáticas e irresolúveis. Também, como vimos antes, os membros de grupos dominantes podem representar-se como ‘vítimas’, tanto nas histórias como nos modelos. Os tópicos abordados na conversação, por outro lado, parecem reflectir mais os conteúdos dos preconceitos gerais sobre diferença étnica, ameaça de grupo e competição intergrupala, e dos sentimentos gerais de superioridade do endogrupo.

Outra investigação sobre preconceito, estereótipos e discurso

Embora a maioria da outra investigação sobre relações intergrupais, estereótipos e preconceitos não tenha estado particularmente interessada no discurso e na comunicação, os resultados de alguns destes trabalhos podem ser interpretados à luz do nosso quadro. Uns poucos exemplos podem ilustrar esta assunção (ver, *e. g.*, Brewer e Kramer 1985, para uma revisão).

Bodenhausen e Wyer (1985) estudaram os efeitos dos estereótipos étnicos nas estratégias de tomada de decisão e de processamento de informação. Entre outras coisas, descobriram que, quando sujeitos (brancos?) lêem os processos imaginários dos gestores de recursos humanos que tiveram de tomar uma decisão sobre uma transgressão relacionada com o trabalho cometida por pessoas com um nome anglo-saxónico ou árabe, os protocolos de recordação dos sujeitos tendem a focar-se em informação que confirma os estereótipos sobre as pessoas-alvo. Embora este estudo, como a outra investigação que discutimos, mostre lindamente que as RS condicionam o processamento da informação social, infelizmente não oferece um quadro teórico detalhado que explique a ligação entre estruturas e conteúdos dos processos, as estratégias de interpretação dos leitores, os seus modelos situacionais (e por esta razão os das pessoas alvo), as representações étnicas gerais e os processos de evocação resultantes e protocolos. Uma melhor reprodução da informação estereotipada pode e deve ser explicada em termos da interacção detalhada entre estas estruturas e estratégias, por exemplo, o papel das RS étnicas na formação de estruturas dos modelos durante a compreensão do texto e também da sua produção. Assim, os indivíduos tenderão a basear-se em informação geral das RS logo que uma informação mais detalhada (possivelmente relevante) de modelos concretos deixe de estar acessível. Tendo os membros de grupos dominantes adquirido as RS preconceituosas, os processos cognitivos favorecerão, de uma forma geral, a aplicação relativamente fácil dessas RS e desta forma a sua confirmação durante a reprodução posterior ou outras tarefas, em vez da procura de informação possivelmente divergente em modelos da situação.

O resultado importante no estudo de Bodenhausen e Wyer (1985), bem como em vários outros estudos da última década, é que os preconceitos e estereótipos influenciam o processamento da informação, incluindo a leitura, a compreensão e a memorização do discurso, como sejam histórias ou conversações (Hamilton 1981). Uma das estratégias cognitivas envolvidas neste processo diz respeito à informação construída consistente com um esquema de grupo ‘tendencioso’, ou inferida do mesmo, que pode ganhar uma importância específica e ser mais bem organizada em modelos situacionais “étnicos”. Isto também acontece porque os modelos situacionais são mais fáceis de construir a partir de cópias prefabricadas (instanciados) de estereótipos do que partindo do nada, isto é, com base em informação nova, externa. Em ocasiões futuras, a informação desses modelos bem organizados será por sua vez mais

facilmente lembrada e aplicada na comunicação e na interação, confirmando assim ainda mais quer a relevância cognitiva e social das RS estereotipadas ou preconceituadas, quer a sua proeminência (Duncan 1976; Rothbart, Fulero, Jensen, Howard e Birrell 1978). De facto, num artigo inicial, Cooper e Jahoda (1947) mostram que a informação que tem como objectivo combater o anti-semitismo, mas que é inconsistente com estereótipos prevaletentes, pode ser não apenas ignorada ou tornada irrelevante pelo leitor, mas também, à partida, estrategicamente mal interpretada. De forma similar, os esquemas estereotipados são usados na formulação de hipóteses sobre outras pessoas, embora as normas sociais possam também influenciar as decisões concretas tomadas pelos sujeitos sobre a informação estereotipada que recebem (Lord, Ross e Lepper 1979). Assume-se que um conhecimento menos extenso sobre exogrupos levará provavelmente a estruturas mais polarizadas (Nós *versus* Eles) nas representações dos modelos (Linville e Jones 1980), um fenómeno que também é confirmado na retórica de contrastes que caracteriza as entrevistas por mim analisadas ('Nós temos de trabalhar muito, enquanto Eles podem esbanjar em festas todas as semanas').

Embora estas tendências verificadas na literatura experimental concordem com os princípios básicos do processamento da informação social, há algumas complicações interessantes; por exemplo, a proeminência da informação durante o processamento pode ser definida, não só em termos da sua relevância ou acordo com esquemas de crença existentes, mas também pelo seu desvio relativamente a esses esquemas. Como acontece de forma geral na narração de histórias, os indivíduos também tendem a lembrar-se de excepções interessantes, isto é, de acontecimentos que são notáveis (Taylor 1982; Taylor, Fiske, Etcoff e Ruderman 1978). Embora isto seja certamente correcto, também é claro que o desvio pressupõe a aplicação de conhecimento sobre acontecimentos de rotina ou pessoas 'normais' (Black, Galambos e Read 1984). Podemos concluir que os modelos mentais e a sua recuperação são também modelados por estratégias de distinção: quanto mais único o acontecimento, mais único o seu modelo, e menos esse modelo tenderá a ser confundido com outros. É provável que o processamento dessa informação específica demore mais tempo, e este processamento mais longo ou 'profundo' resultará também em modelos mais elaborados (ver também Brewer, Dull, e Lui 1981). Os episódios extraordinários que não são sustidos por esquemas gerais são essencialmente baseados em modelos, e podemos assumir que essa informação será facilmente esquecida após períodos de tempo mais alongados. De igual modo, se a informação for muito complexa, as pessoas tenderão a aplicar esquemas 'prontos a usar', em vez de usarem os muitos detalhes da situação concreta (Rothbart, Evans e Fulero 1979). Por outras palavras, uma teoria mais sofisticada do jogo entre RS, modelos e discurso pode explicar vários resultados anteriores que têm sido vistos por vezes como estando em conflito (van Dijk 1985a).

Sugerimos que, ao contrário dos preconceitos tradicionais sobre minorias (ou mulheres, se for o caso), os preconceitos actuais, especialmente entre liberais, podem

parecer mais subtis, indirectos, modernos e ‘simbólicos’ (Barker 1981; Dovidio e Gaertner 1986; Essed 1987). Podem ainda centrar-se na discriminação positiva ou noutras formas de ‘favorecer’ o exogrupo. Também, tal como verifiquei nas entrevistas que conduzi, muitos dos preconceitos clássicos não são expressos. Por isso, pode ser necessária uma análise de discurso sofisticada, bem como análises de traços não verbais ou outros traços menos controláveis da fala e da interacção, como entoação ou tom, para estabelecer RS subjacentes (Crosby, Bromley e Saxe 1983; Weitz 1972; Word, Zanna e Cooper 1974). Os brancos podem ter interiorizado a norma da não discriminação (Billig 1988), mas ainda não interiorizaram um conjunto de sentimentos sem preconceitos (ver Kelman 1961). Ou antes, podem ainda não ter desenvolvido uma RS anti-racista que lhes permita reconhecer, representar ou falar sobre situações (discriminatórias) em si, ou vê-las a partir da perspectiva dos membros dos grupos minoritários.

Concluindo esta secção, verificamos que, embora a maioria do trabalho sobre estereótipos e preconceito não estabeleça uma ligação com o discurso, as suas implicações para uma teoria da formação e reprodução de RS são importantes. Os resultados predizem, por exemplo, que tanto os falantes com preconceitos como os ouvintes da fala sobre minorias tenderão a centrar-se nos tópicos semânticos, ou mesmo nos detalhes micro-estruturais que são consistentes com as suas RS. De forma idêntica, já que essas atitudes de grupo enfatizam diferenças entre grupos e similaridades no seio dos grupos, os usuários da linguagem com preconceitos focarão especialmente as propriedades e acções dos exogrupos que confirmarão a sua diferença, senão o seu ‘desvio’. Estas e muitas outras características da fala eivada de preconceitos devem ser largamente explicadas em termos de modelos específicos que esses indivíduos usam ou constroem durante a comunicação. No entanto, a especificação destas estruturas de modelos e das estratégias aplicadas na sua expressão e comunicação está ausente na maior parte do trabalho sobre estereótipos étnicos.

Outro problema básico desta investigação, especialmente da investigação feita nos EUA, é que os processos cognitivos estudados são frequentemente isolados das suas funções sociais essenciais na reprodução do racismo e na manutenção do poder do grupo branco (van Dijk 1988b). De facto, o preconceito e os estereótipos não são universais da mente social, ou propriedades inerentes a processos complexos de informação. São especificamente desenvolvidos, aprendidos e reproduzidos em contextos sócio-históricos específicos e entre grupos (dominantes) específicos. Por outras palavras, estas cognições sociais e estes processos precisam sempre de ser relacionados com relações de grupo concretas, como acontece em muita da investigação europeia sobre relações intergrupais (Tajfel 1981; Turner e Giles 1981). Como é que uma condição social como a pertença de grupo se combina exactamente com RS detalhadas e estratégias é ainda vastamente desconhecido.

Outros domínios: persuasão, gestão da impressão e atribuição

Persuasão

Podemos dar uma explicação semelhante acerca do papel do discurso e das cognições sociais para a investigação clássica e também para a investigação actual noutros domínios da psicologia social, como são a persuasão, a gestão da impressão e a atribuição. Por exemplo, a investigação clássica sobre persuasão e mudança de atitudes de Hovland e dos seus associados (*e. g.*, Hovland, Lumsdaine, e Sheffield 1949) prestou, de facto, alguma atenção às características do discurso, como sejam a natureza e a ordem dos argumentos e seus efeitos na persuasão (para uma revisão, ver, *e. g.*, Eagly e Himmelfarb 1978; Himmelfarb e Eagly 1974; McGuire 1969; Petty e Cacioppo 1981). O mesmo se passa no estudo do discurso persuasivo sobre os efeitos dos apelos de medo na propaganda (Janis e Feshbach 1953), da repetição ou das perguntas retóricas (Cacioppo e Petty 1979) e suas relações com a credibilidade geral dos falantes. Embora algum deste trabalho seja relevante numa teoria moderna da reprodução das RS, as suas maiores insuficiências, pelo menos a partir do nosso ponto de vista actual da análise do discurso, resultam de, por um lado, nele se ter negligenciado uma teoria sistemática do discurso persuasivo que vá para além de algumas propriedades do discurso acabadas de mencionar e de alguma forma escolhidas ao acaso; por outro lado, é também visível a falta de uma teoria detalhada do processamento cognitivo que relacione essas estruturas do discurso com as estruturas dos modelos, e estas por sua vez com ‘atitudes’. Na maior parte desta investigação, as opiniões pessoais dos modelos têm sido confundidas usualmente com as opiniões mais gerais, socialmente partilhadas das RS, muito mais difíceis de mudar quer por definição, quer porque também a sua mudança requer sobretudo interacção social extensiva e atenção à representação detalhada das atitudes em si; por isso, não é surpreendente que muita desta investigação inicial apresente provas contraditórias sobre o papel de determinadas estruturas de discurso nas atitudes.

A investigação recente sobre persuasão e mudança de atitudes sublinha correctamente a falta de uma ligação directa entre discurso persuasivo e mudança de opinião (ver Eagly e Chaiken 1984, para uma revisão recente). Na perspectiva de uma ênfase renovada na ‘mediação’ cognitiva, ou nas ‘respostas’ cognitivas (uma noção que, no entanto, ainda evidencia traços do comportamentalismo), argumenta-se que os ‘pensamentos intervenientes’, como argumentos a favor ou contra, são essenciais na mudança de opinião (Petty, Ostrom e Brock 1981). Apesar de isto ser indubitavelmente verdadeiro, pensamos que o problema da descrição e da explicação não está resolvido com uma referência vaga a ‘pensamentos’ ou a argumentos cognitivos. Precisamos de saber o que são exactamente estes pensamentos, como e onde são representados, que estratégias cognitivas operam sobre eles e como as opiniões resultantes são formadas e representadas. O problema também permanece relativa-

mente ao modo como o discurso persuasivo engendra pensamentos relevantes. Por exemplo, a repetição no (ou do) discurso pode afectar o processamento do texto e a formação de modelos de diferentes modos. Pode dar ao leitor mais tempo para procurar modelos relevantes ou RS, construir modelos mais extensos (incluindo mais ou menos opiniões detalhadas) ou instanciar opiniões relevantes de RS nos modelos; ao mesmo tempo, pode sinalizar importância e relevância, as quais afectarão a estruturação hierárquica dos modelos; finalmente, a informação macro-estrutural ou de tópicos, alta no modelo, é frequentemente sinalizada por uma informação repetida no discurso. Estes vários processos precisarão de ser explicitados se quisermos explicar se e porquê o discurso persuasivo repetitivo tem mais ou menos efeito na formação de opinião nos modelos (Cacioppo e Petty 1979). Os processos envolvidos são demasiadamente complexos para serem aprendidos simplesmente só por exercícios de evocação do esquema da argumentação (Schmidt e Sherman 1984): ao passo que estes esquemas são por definição de uma natureza geral, e por isso partilhados e facilmente disponíveis, os conteúdos de cada argumentação são únicos, ou pelo menos largamente variáveis.

Gestão da impressão

Alguma investigação sobre a gestão da impressão, que tem uma orientação mais social do que a maior parte da investigação em persuasão (Tedeschi 1981), também aborda os antecedentes discursivos das transformações dos modelos, como a presença de autodescrição positiva ou a realização de actos de fala de delicadeza (por exemplo, saudações ou auto-apresentação) (Schneider 1981). Como se mostra em alguma da literatura sobre a persuasão, a moderação, a reticência, o evitamento ou a inflexão na expressão das atitudes, aqueles podem conduzir a avaliações positivas, partindo de uma base intuitiva de que a agressão ou as posições radicais podem levar a avaliações mais negativas pelos receptores (Arkin 1981; Hasse 1981). Este fenómeno também ocorre nas entrevistas sobre minorias; os indivíduos expressam frequentemente visões moderadas, usando, por exemplo, lances estratégicos de mitigação ou evitando de outro modo assuntos delicados (por exemplo, retirando ou mudando o tópico). No entanto, uma avaliação negativa do falante nem sempre leva a menos persuasão. Isso depende também das características sociais do falante; as pessoas mais credíveis ou poderosas, por exemplo, por causa do seu conhecimento ou estatuto, podem ser mais agressivas na defesa dos seus pontos de vista do que falantes menos reconhecidos (Burgoon e Miller 1985).

As conclusões importantes destes resultados e de outros semelhantes é que as estruturas do discurso por si só não permitem prever de forma cabal o que acontecerá ao nível cognitivo, como é sobejamente conhecido na psicologia do processamento do texto (van Dijk e Kintsch 1983). As estruturas, os conteúdos e a disponibilidade dos modelos contextuais do falante concreto, bem como do receptor, e as RS sobre

o grupo a que pertence o falante determinarão quase sempre mais fortemente o processamento concreto do que o falante diz. Não existe praticamente qualquer investigação que demonstre de forma consciente que a linguagem ou as estruturas do discurso têm efeitos na formação de opinião ou de gestos de impressão, independentemente do tópico ou assunto, do contexto comunicativo ou dos falantes e ouvintes (Berger e Bradac 1982; Petty e Cacioppo 1985).

Atribuição

Embora haja pouca investigação sobre atribuição interessada nas estruturas do discurso e nas suas relações com o processo da atribuição, muitas experiências realizadas nesse domínio são baseadas na ‘informação’ sobre a acção e os actores que é apresentada aos sujeitos-alvo da experiência, na forma de discurso, por exemplo, em histórias (Hewstone 1983a). Lembremos que as histórias, que são essencialmente sobre a acção humana fora do comum, expressam modelos de situação proeminentes na memória episódica (claro que com muitas transformações, devido aos constrangimento do modelo contextual: por exemplo, a relevância pragmática ou conversacional). Deste modo, os processos da atribuição consistem basicamente em estratégias para ‘dar sentido’, isto é, estratégias de construção de um modelo coerente. As relações de causa e razão são fundamentais no estabelecimento da coerência (van Dijk 1977). Por isso, de uma forma mais global, a atribuição pode ser mais bem analisada se for vista como um caso especial de compreensão, a saber, da acção humana e do discurso (acção), especialmente das suas causas, razões ou motivações (ver também Kelley 1983). Compreender e explicar a acção em termos dos atributos do actor, ou com base em características do contexto, que são os fenómenos centrais estudados pela teoria da atribuição, constitui assim apenas uma das muitas estratégias da compreensão (da acção) (para detalhes, ver contribuição no volume editado por Jaspars, Fincham e Hewstone 1983).

Dado que a própria noção de acção pressupõe o controlo do actor, e já que os modelos apresentam categorias de actores proeminentes, haverá uma tendência geral para explicar as acções em termos das características dos actores, em vez das características do contexto (Jones e Nisbett 1972). Em actos de fala como defesas, desculpas, acusações ou justificações da acção, este foco pode divergir para o contexto habitualmente menos proeminente, por exemplo, ao explicar (e assim desculpar) as nossas acções negativas ou fracassos de outros membros do endogrupo numa situação de conflito intergrupar. Por outro lado, as acções negativas dos membros do exogrupo tendem a ser explicadas em termos das características dos seus grupos, e por isso são vistas como sendo da culpa dos mesmos, em vez de serem explicadas ou desculpadas em termos das condições contextuais (Pettigrew 1979; Stephan 1977). A atribuição como forma de desculpa faz também parte das estratégias de auto-apresentação positiva, como vimos na análise da conversação sobre minorias (ver

ainda Tedeschi e Reiss 1981). De notar, no entanto, que estas diferenças na explicação das acções por/dos membros do endogrupo e do exogrupo não são simples ‘erros’ cognitivos. Pelo contrário, são estratégias (claro que na sua maioria inconscientes) altamente efectivas que desempenham funções sociais cruciais na reprodução social da dominância de grupo (ou na resistência contra tal dominância).

Pode esperar-se que a análise do discurso mostre mais explicitamente as diferenças e as funções das perspectivas envolvidas na compreensão, descrição ou explicação da acção (Farr e Anderson 1983). A análise do discurso pode mostrar como os indivíduos explicam de facto as suas próprias acções ou as dos outros (Antaki 1981). As explicações das acções não são actividades cognitivas isoladas, mas integram um processo mais complexo de compreensão, isto é, de construção de um modelo. Estes modelos por sua vez são expressos frequentemente nas histórias (pessoais) ou nas explicações, que também têm os seus constrangimentos interaccionais específicos. Por isso, estas explicações podem ser vistas como dados importantes para a análise dos processos da atribuição e da explicação, mas devem ser vistas também como uma prática social autónoma (Harré e Secord 1972). Os actores sociais usam as atribuições estrategicamente, dependendo da relevância e do contexto, e podem aplicar procedimentos efectivos para expressar ou compreender explicações conformes às suas finalidades concretas ou aos seus interesses. Isto implica que as explicações da acção do senso comum, bem como a compreensão do discurso da acção, são baseadas em RS complexas, partilhadas por actores sociais ou usuários da linguagem enquanto membros de grupos, e evidenciam vastos conjuntos de conhecimento, atitudes, normas socioculturais, valores e ideologias, bem como as regras e estratégias para trabalhar esta informação (Hewstone 1983b; Moscovici e Hewstone 1983).

Infelizmente, sabemos muito pouco sobre as estruturas detalhadas e as estratégias do uso da linguagem e do discurso que possam expressar ou influenciar processos atribucionais (Hewstone 1983a). O trabalho produzido pela linguística crítica mostra como as estruturas sintácticas das frases, por exemplo, nos títulos dos jornais, podem reflectir uma atribuição da agência de base ideológica (Fowler, Hodge, Kress e Trew 1979; van Dijk 1988c; ver também Pryor e Kriss 1977). O mesmo se passa com o uso dos verbos de acção, que podem sinalizar diferentes atribuições conforme sirvam para descrever realizações, acções, opiniões ou emoções (McArthur 1972). Por exemplo, as descrições das acções referentes à ‘fúria’ do actor favorecerão tipicamente atribuições situacionais, enquanto que as descrições de feitos tenderão a centrar-se nos atributos das pessoas em si. De forma similar, um leque completo de fenómenos estilísticos, como são a pronúncia, a escolha lexical e o estilo gramatical, dão indicadores sobre os falantes/actores, ou melhor, sobre o(s) grupo(s) a que pertencem, o que não só determinará a formação de opinião, mas também guiará o processo de atribuição (por exemplo, na comunicação inter-étnica) (Giles e Hewstone 1982; Giles e Powesland 1975; Giles, Scherer e Taylor 1979). Lind e O’Barr (1979), entre outros, mostraram que a atribuição de poder no tribunal pode ser influenciada pelo uso de traços estilísticos específicos, como a presença ou a ausência de marcadores

de hesitação ou de fuga. Aqui tocamos numa das tarefas cruciais da investigação em cognição social, a saber, o estabelecimento de uma ligação entre, por um lado, uma relação social, nomeadamente o poder e, por outro, a sua representação na cognição social e a comunicação através do discurso. No entanto, na maioria da investigação que acabámos de mencionar, é precisamente a interface cognitiva entre relações sociais e estilo de discurso que é discutida em termos bastantes vagos, se é que chega a ser discutida (van Dijk 1988b).

Ideologia

Há muitos conceitos e áreas de investigação de natureza sociocognitiva negligenciados na psicologia social da corrente dominante, mas que têm um papel vital na explicação dos processos de cognição social e da sua reprodução social através do discurso. Um desses conceitos é o de ideologia, deixado usualmente para a sociologia e para a ciência política (contudo, ver Billig 1982). No entanto, desde os primórdios da investigação sobre atitudes e da análise da consistência da crença, tem sido frequentemente observado que as crenças sociais e as atitudes parecem ter algum tipo de consistência. Embora as cognições sociais não sejam consistentes no sentido lógico do termo, assumo, no entanto, que elas mostram várias formas de coerência ou de consistência psicológica. As atitudes sobre assuntos sociais diversos podem apresentar as mesmas opiniões básicas, as mesmas explicações similares e, especialmente, a activação das mesmas normas gerais ou valores. Apesar das variações e contradições, os indivíduos têm a capacidade intuitiva de reconhecer essa coerência e de a rotular em conformidade (por exemplo, como ‘conservador’). Contra este *background*, proponho que a ideologia é o quadro partilhado, baseado no grupo que está subjacente a esta coerência. A ideologia fornece os blocos básicos constituintes, os princípios de selecção de normas e valores relevantes, bem como a organização estrutural das RS. Em conformidade com a análise das ideologias nas ciências sociais, também assumo que as ideologias são destinadas, em parte, a servir os fins do próprio grupo, que são desenvolvidas e aplicadas de um modo tal que as cognições sociais dos membros dos grupos e respectivas práticas são orientadas para a manutenção dos interesses globais de grupo (Center for Contemporary Cultural Studies 1978; Kinloch 1981). Assim, as ideologias de grupos dominantes controlam o desenvolvimento das RS, a formação de modelos, a produção da acção e o discurso dos membros dos grupos de tal forma que o grupo manterá o poder e reproduzirá a sua hegemonia relativamente a grupos dominados, como tem sido mais óbvio nos casos de classismo, sexismo e racismo. Essa dominância pode ser exercida também pelo controlo dos meios de produção ideológica, como os *media* e a educação, e por conseguinte indirectamente através do controlo do discurso público que expressa esses modelos que activam atitudes consistentes com a ideologia

dominante. Os quadros ideológicos explicam a razão pela qual as atitudes não são formadas ou mudadas de um modo arbitrário. As estratégias básicas de processamento da informação social não são definidas simplesmente em termos de universais da cognição. De igual modo, a formação de normas e valores, e a sua aplicação na formação de opiniões, deve ser controlada também por um quadro ideológico subjacente. O discurso desempenha um papel central na formação e mudança de ideologias. Através do discurso, as ideologias podem ser explicitadas em parte, e assim transmitidas, normalizadas ou legitimadas. Uma das maiores tarefas comuns da psicologia social e da análise do discurso na próxima década é a de analisar em detalhe estas estruturas, processos e práticas sociais do quadro ideológico.

Conclusões

Esta revisão de alguma da literatura na psicologia social mostra que o discurso parece ser relevante de muitos modos no estudo da cognição social, a saber, como material de experiência, de dados e de respostas individuais, bem como objecto directo de estudo. Também vimos, no entanto, que os psicólogos sociais têm ignorado muito este papel do discurso, embora alguns (e mais recentemente muitos) estejam interessados no papel da linguagem e da comunicação. As estruturas do discurso (por exemplo, das mensagens persuasivas), das estratégias de formação de impressão ou das explicações de atribuição são raramente explicitadas, assim como não são analisadas em detalhe as suas relações com as estruturas da cognição social.

Apesar deste papel marginal de uma teoria explícita do discurso na psicologia social, também verificámos que a investigação existente pode ser parcialmente re-interpretada de forma tal que se podem produzir conhecimentos sobre as relações sistemáticas entre, por um lado, as estruturas e estratégias de discurso e, por outro, as estruturas e estratégias da cognição social. Do meu próprio trabalho sobre a expressão discursiva e comunicação de preconceitos étnicos na sociedade, concluí que as cognições socialmente partilhadas também aparecem sistematicamente no texto e na fala e que o discurso forma uma ligação necessária na reprodução das crenças étnicas no seio do grupo. Outra investigação sobre estereótipos mostra como em geral as RS induzem um processamento de informação ‘enviesado’ sobre os membros de grupos minoritários e em particular um uso do discurso que favorece o endogrupo ou uma evocação dos exogrupos. No entanto, sublinhei que os conteúdos concretos e as estratégias envolvidas não são simples universais da dinâmica cognitiva da percepção de grupo e da interacção, como pode ser o caso para os processos de categorização ou polarização. Em vez disso, o poder do grupo e os interesses desempenham uma função muito específica. Por conseguinte, é imperativo especificar a forma como pode ser assinalado, nas estruturas e nas estratégias das RS um tipo específico de relação

social, como é a relação de poder, por exemplo, através de quadros ideológicos fundamentais da interpretação da realidade social.

O papel do discurso, na forma de ‘mensagens’ ou ‘comunicação’, é mais proeminente tanto na investigação clássica, como na investigação recente sobre mudança de atitudes e persuasão. Para além das propriedades dos comunicadores, as características das mensagens podem ser tidas frequentemente como variáveis independentes no trabalho experimental sobre os antecedentes da mudança de atitudes. Na minha avaliação crítica desta investigação, reformulei primeiro as noções de atitude e de mudança de atitude em termos de um quadro mais explícito de cognições sociais, representações e estratégias. Foi enfatizado que a noção de ‘mudança de atitude’, implicada por toda a investigação em persuasão, deveria ser analisada em termos de transformação de crenças avaliativas (opiniões) em modelos situacionais; e que as atitudes são esquemas complexos que consistem em opiniões generalizadas, inferidas, dos modelos. Assim, o futuro trabalho nesta área deveria dar mais atenção aos conteúdos e estruturas precisos das RS, às suas relações com os modelos, às relações dos modelos com estruturas persuasivas do discurso, bem como às dimensões sociais das interações persuasivas e situações. O mesmo tipo de observações se aplica à gestão da impressão e à teoria da atribuição, bem como à apresentação, interpretação e compreensão da acção humana. Para além de uma aplicação mais explícita da teoria do modelo cognitivo na análise das explicações, justificações ou desculpas como formas de compreensão da acção, sublinhei a necessidade de analisar o discurso quotidiano explicativo (por exemplo, histórias ou argumentação), quer como fonte de informação sobre processos de atribuição subjacentes, quer como prática concreta, situada socialmente, das explicações da acção.

Este capítulo está limitado a uma breve discussão de algum trabalho em apenas alguns domínios maiores da psicologia social. No entanto, é óbvio que quase não existe nenhum domínio nesta disciplina que não envolva de alguma forma o discurso, seja como parte do domínio ou objecto de investigação, como é o caso da persuasão, seja como materiais experimentais, formatos de resposta (*e. g.*, protocolos de evocação) ou outros dados (ver também Ericsson e Simon 1984). Todos os campos da psicologia social lidam com o modo como as pessoas dão sentido ao mundo social e aos outros, não só por elas pensarem sobre cada um, olhando ou interagindo com cada um, mas também e primordialmente por conversarem com e sobre cada um. Em conjunto com os processos sociocognitivos discutidos antes, a investigação deveria centrar-se em eventos comunicativos específicos ou géneros de discurso, como o par cognição-interacção na sala do tribunal, na sala de aulas ou na redacção. Nestas interações situadas, ocorrem vários processos sociocognitivos em simultâneo. Nesse discurso, a persuasão, a atribuição, a auto-apresentação ou a estereotipização podem ser integradas. Uma análise sofisticada das muitas propriedades do texto e da fala pode permitir obter conhecimentos sobre as estruturas detalhadas dos modelos de situação e dos modelos contextuais subjacentes, sobre as RS ou ideologias e sobre as funções sociais desse discurso e interacção.

Agradecimentos

Estou particularmente grato a Miles Hewstone pelos seus extensos comentários e sugestões sobre o primeiro (e muito mais longo) rascunho deste capítulo, e a Mick Billig, cujos importantes comentários precisam de ser levados em conta em versões futuras do meu quadro teórico.

Análise do discurso como análise da ideologia

Introdução

Este capítulo centra-se na “expressão” das ideologias em várias estruturas do texto e da fala. Inscreve-se num quadro mais vasto de um projecto de investigação sobre discurso e ideologia conduzido na Universidade de Amesterdão desde 1993. A premissa teórica deste estudo consiste na ideia de que as ideologias são tipicamente, embora não exclusivamente, expressas e reproduzidas no discurso e na comunicação, incluindo em mensagens semióticas não verbais, como retratos, fotografias e filmes. Claro que as ideologias também são “instanciadas” noutras formas de acção e de interacção e a sua reprodução está frequentemente inserida em contextos organizacionais e institucionais. Assim, as ideologias racistas podem ser expressas e reproduzidas na fala racista e em comédias ou filmes no contexto dos *media*, mas também podem ser instanciadas em muitas formas de discriminação e institucionalizadas por partidos racistas no contexto dos *media* ou das democracias parlamentares ocidentais. No entanto, entre as muitas formas de produção e interacção, o discurso desempenha um papel proeminente como espaço preferencial para a formulação verbal explícita e a comunicação persuasiva de proposições ideológicas.

Teoria da ideologia

A teoria da ideologia que enforma a abordagem analítica discursiva deste capítulo é multidisciplinar. Está articulada em torno de um triângulo que relaciona sociedade, discurso e cognição social no quadro de uma análise crítica do discurso (van Dijk

1993b). Nesta abordagem, as ideologias formam os quadros básicos organizadores das cognições sociais partilhadas pelos membros de grupos sociais, organizações ou instituições. Neste aspecto, as ideologias são *tão* cognitivas *como* sociais. Elas funcionam essencialmente como a interface entre as representações cognitivas e os processos subjacentes ao discurso e à acção, por um lado, e a posição societal e os interesses de grupos sociais, por outro. Esta concepção de ideologia também permite estabelecer o elo de ligação crucial entre análises macro de grupos (formações sociais e estrutura social) e estudos sociais micro da interacção individual situada e do discurso.

A cognição social é definida aqui como o sistema de representações mentais e de processos dos membros de grupos (para detalhes, ver, *e. g.*, Fiske e Taylor 1991; Resnik, Levine e Teasley 1991). Parte desse sistema integra o conhecimento socio-cultural partilhado pelos membros de um grupo, sociedade ou cultura específicos. Os membros de grupos podem também partilhar crenças avaliativas, isto é, opiniões organizadas em atitudes sociais. Assim, as feministas podem partilhar atitudes sobre o aborto, a acção afirmativa ou os ‘telhados de vidro’ corporativos que bloqueiam a promoção, ou outras formas de discriminação exercidas pelos homens. As ideologias são, então, os sistemas globais e abstractos que organizam essas atitudes socialmente partilhadas. Por exemplo, as atitudes feministas antes mencionadas podem estar internamente estruturadas e mutuamente relacionadas por princípios gerais ou proposições que definem em conjunto uma ideologia ‘feminista’. Exemplos semelhantes podem ser dados para atitudes racistas, anti-racistas, corporativas ou ecológicas e sistemas ideológicos que lhes são subjacentes.

Através de processos de socialização complexos, usualmente de longo prazo, e de outras formas de ‘processamento de informação social’, as ideologias são gradualmente adquiridas pelos membros de um grupo ou cultura. Como sistemas de princípios que organizam cognições sociais, assume-se que as ideologias controlam, através das mentes dos membros, a reprodução social de um grupo. As ideologias representam mentalmente as características sociais básicas de um grupo, como identidade, tarefas, finalidades, normas, valores, posições e recursos. Já que as ideologias estão destinadas a servir os interesses do próprio grupo, parece que elas são organizadas por este esquema de grupo. Os racistas brancos, por exemplo, representam a sociedade basicamente em termos de um conflito entre brancos e não brancos, em que identidade, finalidades, valores, posições e recursos dos brancos são vistos como estando ‘ameaçados’ pelos Outros. Assim representam as relações entre eles e os Outros essencialmente em termos de *nós versus eles*, sendo que *nós* somos associados a características positivas e *eles* a características negativas.

Essas ideologias de grupos e de relações de grupos são construídas a partir de uma selecção de valores sociais relevantes para cada grupo. As feministas, por um lado, seleccionam e atribuem importância especial a valores como a independência, a autonomia e a igualdade. Os racistas, por outro lado, centram-se na auto-identidade e superioridade do próprio grupo, e por isso na desigualdade, advogando ao mesmo

tempo a primazia do próprio grupo e o privilégio do acesso preferencial a recursos sociais valorizados.

Os conteúdos e a organização esquemática das ideologias de grupos na mente social partilhada pelos seus membros variam em função das características do grupo dentro das estruturas societais. A categoria *identidade* de uma ideologia de grupo organiza a informação e também as acções sociais e institucionais que definem a pertença: quem pertence ao grupo, quem não pertence; quem é admitido e quem não o é. Para grupos que partilham uma ideologia racista, isto pode significar, entre outras coisas, ressentimento, acções e políticas contra a imigração e a integração na ‘nossa’ cultura, país, cidade, bairro, família ou companhia. Do mesmo modo, a categoria *finalidades* dos grupos que partilham uma ideologia racista organiza a informação e as acções que definem as metas globais do grupo, *e. g.*, ‘manter o nosso país branco’. A categoria *posição* define as relações entre o grupo com grupos externos, como ‘estrangeiros’, ‘imigrantes’, ‘refugiados’ ou ‘negros’. Resumindo, as funções sociais das ideologias são, entre outras, permitir aos membros de um grupo organizar (a admissão ao) o seu próprio grupo, coordenar as suas acções sociais e finalidades, proteger os seus recursos (privilegiados) ou, inversamente, no caso de grupos dissidentes ou da oposição, aceder a esses recursos.

No entanto, enquanto formas básicas de cognições sociais, as ideologias também desempenham funções cognitivas. Já sugerimos anteriormente que elas organizam, monitorizam e controlam determinadas atitudes de grupo. Possivelmente, as ideologias também controlam o desenvolvimento, a estrutura e a aplicação do conhecimento sociocultural. Por exemplo, as feministas têm um interesse especial em adquirir e usar conhecimento sobre a dominância das mulheres pelos homens. Porém, regra geral, assumimos que as ideologias controlam mais especificamente crenças *avaliativas*, isto é, opiniões sociais partilhadas pelos membros de um grupo.

Contudo, nesta interface mental do social e do individual, as ideologias, as atitudes e o conhecimento que elas controlam influenciam também – indirectamente – as cognições pessoais dos membros de grupos, *e. g.*, o planeamento e a compreensão dos seus discursos e de outras formas de (inter)acção. Estas representações mentais pessoais das ‘experiências’ pessoais de práticas sociais são denominadas de modelos (Johnson-Laird 1983; van Dijk 1987b; van Dijk e Kintsch 1983). Os modelos são representações mentais de acontecimentos, acções ou situações vividas pelas pessoas, ou sobre os quais elas lêem. O conjunto destes modelos representa as crenças (conhecimento e opiniões) que as pessoas têm sobre as suas vidas quotidianas e define aquilo a que usualmente chamamos de ‘experiências’ pessoais. Estes modelos são únicos e pessoais e controlados pelas experiências biográficas dos actores sociais. Por outro lado, também são socialmente controlados, isto é, influenciados pelas cognições sociais gerais que os membros partilham com outros membros do seu grupo. A presença combinada de informação pessoal e social (activada, particularizada, ‘aplicada’) nos modelos mentais permite-nos, não só explicar o bem conhecido elo de ligação que faltava entre o individual e o social, entre a análise macro e micro

da sociedade, como também explicitar as relações entre ideologias gerais de grupo e texto e fala concretos. Isto é, os modelos controlam o modo como as pessoas actuam, falam, escrevem ou percebem as práticas sociais dos outros. Temos, assim, os seguintes elementos altamente simplificados nas relações entre ideologias e discurso a vários níveis de análise (esquematizado no Quadro 1):

QUADRO 1

Ideologias e discurso: níveis de análise

1. Análise Social

Estruturas societais globais, *e. g.*, democracia parlamentar, capitalismo
Estruturas institucionais/organizacionais, *e. g.*, partidos políticos racistas
Relações de grupo, *e. g.*, discriminação, racismo, sexismo
Estruturas de grupo: identidade, tarefas, finalidades, normas, posição, recursos

2. Análise Cognitiva

2.1 Cognição social

Valores socioculturais, *e. g.*, inteligência, honestidade, solidariedade, igualdade
Ideologias, *e. g.*, racista, sexista, anti-racista, feminista, ecológica...
Sistemas de atitudes, *e. g.*, sobre acção afirmativa, multiculturalismo...
Conhecimento sociocultural, *e. g.*, sobre sociedade, grupos, linguagem...

2.2 Cognição pessoal

2.2.1 Geral (sem-contexto)

Valores pessoais: selecções pessoais de valores sociais
Ideologias pessoais: interpretações pessoais de ideologias de grupo
Atitudes pessoais: sistemas de opiniões pessoais
Conhecimento pessoal: informação biográfica, experiências passadas

2.2.2 Particulares (ligadas-ao-contexto)

Modelos: representações *ad hoc* de acções específicas em curso, ou eventos
Modelos contextuais: representações *ad hoc* do contexto da fala
Planos mentais e representações de actos (de fala), discurso
Construção mental do significado do texto a partir dos modelos: a 'base do texto'
Seleccção mental (estratégica) de estruturas de discurso (estilo, etc.)

3. Análise do discurso

As várias estruturas do texto e fala (ver abaixo)

Por outras palavras, as ideologias estão localizadas entre as estruturas societais e as estruturas das mentes dos membros sociais. Permitem aos actores sociais 'traduzir' as suas características sociais (identidade, finalidades, posição, etc.) para conhecimento e crenças que compõem os modelos concretos das suas experiências do dia-a-dia, isto é, as representações mentais das suas acções e discurso. Por conseguinte, as ideologias controlam indirectamente (através das atitudes e do conhecimento) o modo como as pessoas planificam e percebem as suas práticas sociais, e desta forma também as estruturas do texto e da fala.

As ideologias definem e explicam as semelhanças entre as práticas sociais de membros sociais, mas o nosso quadro teórico permite ao mesmo tempo explicar a variação individual. Cada actor social é membro de vários grupos sociais, cada um com a sua própria, e por vezes conflitua, ideologia. Simultaneamente, cada actor social tem a sua, por vezes única, experiência biográfica ('modelos velhos'), as suas atitudes, ideologias e valores; tudo isto interfere na construção de modelos que, por sua vez, irão influenciar a produção (e compreensão) do discurso. Logo, o esquema antes apresentado pode ser lido de cima para baixo ou de baixo para cima. As relações envolvidas são dinâmicas e 'dialécticas': as ideologias controlam em parte o que as pessoas fazem e dizem (via atitudes e modelos), mas as práticas sociais concretas ou os discursos são eles próprios precisos para adquirir conhecimento social, atitudes e ideologias em primeiro lugar, *viz.*, através dos modelos que as pessoas constroem das práticas sociais dos outros (incluindo dos discursos dos outros) (van Dijk 1990).

A nossa abordagem teórica à ideologia é diferente em muitos aspectos das abordagens clássicas e de outras abordagens contemporâneas (ver Eagleton 1991; Larrain 1979; Thompson 1984, 1990). Na nossa perspectiva, as ideologias não são meramente 'sistemas de ideias', nem sequer características das mentes individuais das pessoas. Não são vagamente definidas como formas de consciência, nem sequer de 'falsa consciência'. Em vez disso, são quadros básicos da cognição social, com estruturas internas específicas e funções cognitivas e sociais específicas. Como tal, precisam também) de ser analisadas em termos de teorias explícitas da psicologia social (ver ainda Rosenberg 1988), o que obviamente nada tem a ver com reducionismo mental. Ao mesmo tempo, são sociais, já que são essencialmente partilhadas pelos grupos e adquiridas, usadas e mudadas pelas pessoas enquanto membros de grupos em situações sociais e instituições, frequentemente em situações de conflitos de interesses entre formações sociais (Eagleton 1991). No entanto, as ideologias não se restringem a grupos dominantes. Grupos da oposição ou grupos dominados também partilham ideologias. O grande problema da maior parte das abordagens críticas à ideologia é o facto de se terem inspirado exclusivamente nas ciências sociais e em abordagens filosóficas bastante confusas. Ignoram a análise cognitiva detalhada e explícita, e por isso são incapazes de relacionar explicitamente estruturas sociais como práticas sociais e discursos de indivíduos enquanto membros sociais. Na nossa abordagem, as ideologias ou outras cognições sociais não estão reduzidas ou unicamente definidas em termos das 'práticas' sociais que elas controlam (Coulter 1989), nem dos discursos que as expressam, transmitem ou ajudam a reproduzir (Billig *et al.* 1988; Billig 1991), nem mesmo das instituições em que são reproduzidas. (Para abordagens diferentes, mas relacionadas, ver, *e. g.*, Fairclough 1989, 1992a; Kress e Hodge 1993.)

Análise do discurso como análise da ideologia

O esboço da teoria da ideologia apresentado anteriormente fornece um quadro conceptual que também nos permite engajar em ‘análises ideológicas’, e, desse modo, na crítica das práticas discursivas. Afinal de contas, vimos que as ideologias, embora de forma variada e indirecta, podem ser expressas no texto e na fala e que os discursos funcionam do mesmo modo para ajudar a construir, de forma persuasiva, ideologias novas e a confirmar ideologias já existentes. Em ambos os casos, isto significa que pode haver estruturas do discurso particularmente relevantes para a expressão eficiente ou a comunicação persuasiva de significados ideológicos. Por exemplo, os títulos nos jornais, vistos como expressões proeminentes do significado global ou do âmag (macro-estrutura semântica) de um relato noticioso na imprensa, formam uma categoria do discurso especial que provavelmente expressará ou transmitirá mais conteúdo ideológico do que, por exemplo, o número de vírgulas num texto. Por outro lado, não temos bases teóricas *a priori* para excluir algum tipo de estrutura textual da expressão de princípios ideológicos subjacentes. De facto, todas as estruturas do discurso estão virtualmente envolvidas na expressão funcional dos modelos mentais de acontecimentos ou dos contextos comunicativos, e, por isso, das opiniões que fazem parte desses modelos. De forma sucinta, uma opinião racista de um falante sobre o seu interlocutor negro pode ser subtilmente expressa (involuntariamente ou não) por variações mínimas na entoação, interpretadas pelo interlocutor como sendo uma forma racista de ser interpelado, já que soam despropositadamente como ‘insolentes’ ou ‘indelicadas’ (para muitos exemplos do racismo quotidiano, ver Essed 1991). Iremos agora examinar estes níveis e propriedades do discurso e os modos como as ideologias podem ser expressas e transmitidas mais sistematicamente.

No entanto, antes de apresentarmos um sumário das estruturas de discurso ‘preferenciais’ para a expressão e comunicação de significados ideológicos, devemos estar bem conscientes daquilo que estamos à procura. Dada a teoria da ideologia atrás apresentada, precisamos de olhar primordialmente para as propriedades do discurso que expressam ou sinalizam opiniões, perspectiva, posição, interesses ou outras propriedades de grupos. Isso é evidente quando há um conflito de interesses, isto é, quando os acontecimentos podem ser vistos, interpretados ou avaliados de formas diferentes, possivelmente opostas. As estruturas das ideologias também sugerem que estas representações são frequentemente articuladas ao longo de uma dimensão *nós versus eles*, em que os falantes de um grupo tenderão, regra geral, a apresentar-se, ou ao seu próprio grupo, em termos positivos, e outros grupos em termos negativos. Por conseguinte, qualquer propriedade do discurso que expressa, estabelece, confirma ou enfatiza uma opinião, perspectiva ou posição que serve os interesses do grupo, especialmente num contexto sociopolítico mais vasto, candidata-se a uma atenção especial neste tipo de análise ‘ideológica’. Essas estruturas do discurso

têm usualmente a função social de legitimar a dominância ou de justificar acções concretas de abuso de poder executadas pelas elites.

Estruturas de superfície

As estruturas de ‘superfície’ do discurso referem-se às formas variáveis da expressão ao nível da ‘realização’ fonológica e gráfica de estruturas subjacentes sintácticas, semânticas, pragmáticas, ou de outras estruturas abstractas. Com algumas excepções, estas estruturas de superfície do texto e da fala não têm ‘significados’ explícitos por si sós. São apenas as manifestações convencionais de ‘significados’ subjacentes. No entanto, essas estruturas de superfície podem expressar e transmitir operações especiais ou estratégias. Por exemplo, uma ênfase especial no volume da voz ou um tipo de caracteres de maior dimensão podem ser usados estrategicamente para realçar ou atrair a atenção para significados especiais, como quando se berra a alguém ou se publicam títulos ‘gritantes’ nos jornais. Do mesmo modo, variações especiais na entoação podem ajudar a expressar ironia, (falta de) delicadeza ou outros significados e funções semânticas e interaccionais.

Estes exemplos sugerem já que as estruturas de superfície podem expressar ou controlar os modos como os acontecimentos são interpretados pelos participantes na fala. Um título de jornal com caracteres de maior dimensão pode realçar o sumário tendencioso de um acontecimento noticiado sobre, por exemplo, um ‘motim racial’; por sua vez, um volume ‘insultuoso’ ou determinada entoação podem assinalar também a desigualdade social entre falante e ouvinte. Teoricamente, isto significa que os modelos de acontecimentos ideologicamente controlados ou os modelos dos contextos comunicativos podem representar as mulheres ou as minorias de um modo negativo; essas opiniões vão influenciar, não só os significados do texto, mas também, indirectamente, as variações muitas vezes subtis das estruturas gráficas ou fonológicas. De facto, enquanto que os significados de um texto podem não expressar explicitamente ou codificar preconceitos ou desigualdades sociais, as estruturas de superfície podem de alguma forma deixar ‘transparecer’ tais significados ‘escondidos’.

Em geral isto significa que essas estruturas de superfície podem ser ‘marcadas’. Elas devem ser fora do comum, invulgares e violar regras comunicativas ou princípios, isto é, regras ‘normais’ para o tamanho dos títulos, volume ‘normal’, entoação numa fala delicada, e por aí fora. Então, dependendo do significado e do contexto, essas estruturas de superfície ‘desviantes’ podem assinalar, expressar ou transmitir de igual modo características ‘desviantes’ de modelos, por exemplo, uma opinião especialmente negativa sobre a competência de uma mulher ou de um homem negro. Por outras palavras, as estruturas de superfície ideológicas funcionam em primeiro lugar como pistas de significados ‘especiais’ ou estruturas de modelos, podendo,

assim, contribuir também para o processamento especial de tais interpretações do texto e da fala.

Uma ênfase especial nos aspectos gráficos e fonológico pode controlar também a importância da informação ou das crenças e, deste modo, a organização hierárquica dos modelos onde a informação importante está localizada no topo. Inversamente, os significados e as crenças podem ser secundarizados ou ocultados através de estruturas gráficas ou fonológicas não proeminentes que expressam significados inconsistentes com as finalidades ou interesses do falante. A entoação, como o tom dos insultos racistas, também pode assinalar convencionalmente relações sociais específicas, e desta forma assinalar também desigualdade a nível ideológico. Isto é, as estruturas de superfície também influenciam os modelos contextuais do contexto comunicativo. O mesmo se passa com outras formas de comunicação não verbal, como sejam gestos, expressão facial, proximidade e outras, que também podem assinalar relações sociais e interpessoais, e, por conseguinte, significados ideológicos.

Por fim, é bem conhecido que a fala com ‘sotaque’ dos sociolectos ou dialectos expressam ou transmitem a classe social, a etnicidade, o género ou as relações sociais de familiaridade ou intimidade, como tem sido mostrado em muita investigação sociolinguística e sociopsicológica (Giles e Coupland 1991; Montgomery 1986). De novo, é óbvio que essas relações sociais podem também ser estruturadas em conflito e desigualdade, e assim pressuporem diferenças ideológicas. Os sotaques podem então assinalar ou expressar prestígio, acomodação, dominância, resistência ou outro tipo de relações sociais ideologicamente controladas.

Sintaxe

As implicações ideológicas das estruturas sintácticas das orações referidas na literatura são familiares. Por exemplo, tem sido frequentemente mostrado que a ordem das palavras e também as estruturas transaccionais das orações podem codificar a agência subjacente semântica (ou mesmo, cognitiva) (Fowler *et al.* 1979; Kress e Hodge 1993). Em geral, pelo menos em inglês, a agência responsável pelas acções está associada ao sujeito gramatical e à posição inicial. Isto significa que as opiniões ideologicamente monitorizadas sobre a responsabilidade de actos socialmente negativos ou positivos podem ser diversamente expressas em formas sintácticas diferentes. As características negativas atribuídas a exogrupos (*e. g.*, jovens negros) podem ser reforçadas através do enfoque na sua agência responsável (Hamilton e Trolie 1986). Nesse caso as minorias tenderão a ser sujeito e tópico da oração. O mesmo acontece nas *nossas* acções *positivas*. Inversamente, a agência de membros dos endogrupos será sintacticamente desvalorizada pelo uso de frases passivas, e o seu papel pode ser completamente dissimulado por passivas sem sujeito ou por

nominalizações. Uma localização discursiva típico deste tipo de gestão sintáctica das opiniões são os títulos das notícias na imprensa (van Dijk 1991a).

De novo, a explicação teórica desta variação com base ideológica deve ser dada em termos das estruturas dos modelos. A proeminência sintáctica expressa ou sugere proeminência semântica, a qual, por sua vez, pode estar relacionada com a proeminência de actores e suas propriedades em modelos mentais. Se as características negativas dos exogrupos são proeminentes no modelo, isto pode afectar a ordem sintáctica das palavras e a estrutura das orações de um modo tal que a agência e a responsabilidade dos actores do exogrupo são sintacticamente realçadas (para detalhes sobre estas relações entre estruturas de discurso e modelos, ver van Dijk e Kintsch 1983).

Outro elo de ligação entre estruturas sintácticas e ideologia, bem conhecido da investigação sociolinguística, diz respeito à ligação entre a complexidade da oração, por um lado, e a educação ou posição social dos falantes, por outro. Os falantes da elite e as instituições podem restringir a compreensão dos seus discursos deste modo, controlando assim o acesso ao discurso público, *e. g.*, ao texto e à fala políticos e dos *media*. O público pode, por exemplo, ser excluído do debate das elites e da tomada de decisões (Ghadessy 1988; Renkema 1981; Sandig 1986; Wodak 1987; Wodak, Menz e Lalouschek 1989). Os discursos médico e legal também restringem o acesso a intrusos (*outsiders*) através da complexidade das orações (Halliday 1988; Edelman 1977; Fisher e Todd 1986; Di Pietro 1982). Alternativamente, a condescendência com base ideológica, relativa, por exemplo, aos imigrantes que não falam bem a língua, pode ser expressa por várias formas de ‘fala estrangeirada’ simplificada (Dittmar e von Stutterheim 1985). Assim, o poder social pode traduzir para a linguagem, de forma bastante directa, variáveis que são instrumentais para conseguir o acesso simbólico aos recursos do discurso público.

Léxico

A lexicalização constitui um domínio maior e sobejamente conhecido da expressão ideológica e persuasão, como sugere a dupla bem conhecida ‘terrorista’ *versus* ‘libertador’. Para fazer referência às *mesmas* pessoas, grupos, relações sociais ou assuntos sociais, os utilizadores da linguagem podem geralmente escolher entre várias palavras, dependendo do género do discurso, do contexto pessoal (disposição, opinião, perspectiva), do contexto social (formalidade, familiaridade, pertença de grupo, relações de dominância) e do contexto sociocultural (variantes da linguagem, sociolecto, normas e valores). Muitos destes contextos têm uma base ideológica, como são os casos da representação dos participantes na fala (e das suas relações mútuas nos modelos contextuais) e a representação dos participantes e das acções nos modelos de acontecimentos.

Os exemplos abundam e não precisam de ser aqui discutidos em detalhe. Insultos racistas ou sexistas dirigidos a, ou usados sobre, minorias e mulheres, expressam e accionam de uma forma directa relações de poder baseadas em ideologias da desigualdade. (Essed 1993; Greenberg, Kirkland e Pyszczynski 1987, Hurtado e Arce 1987; Schultz 1975). As ideologias políticas são expressas numa lexicalização diferenciada, senão polarizada, dos actores políticos (como no exemplo dos ‘terroristas’) (Edelman 1985; Wodak e Menz 1990). Outras ideologias sociais, sobre o aborto, por exemplo, podem fazer uso de palavras e *slogans* como ‘Pró-Escolha’ ou ‘Pró-Vida’ que enfatizam as implicações positivas das opiniões do endogrupo e os valores e as opiniões negativas dos Outros. O léxico do discurso militar e político pode também distinguir entre a natureza ‘pacífica’ das nossas armas ou operações militares e a natureza catastrófica e cruel das deles (Chilton 1985; Geis 1987a). Nestes domínios são sobejamente conhecidos como eufemismos, “ataques cirúrgicos” ou “bombas inteligentes”, como se pode ver na propaganda militar e nos relatos noticiosos sobre a Guerra no Golfo (Chomsky 1992; Media Development 1991). Durante a Guerra Fria, a União Soviética foi caracterizada como o ‘Império do Mal’. De igual modo, no conflito no Médio Oriente, os nossos oponentes são frequentemente ‘terroristas’, enquanto que, em especial os muçulmanos e os não cristãos, são apelidados de ‘fundamentalistas’, ‘zelotes’ ou ‘fanáticos’. No discurso da elite sobre relações étnicas ou de raça, faz-se um uso similar dos eufemismos, sendo o ‘racismo’ tipicamente negado e substituído por palavras menos duras como ‘xenofobia’, ‘preconceito’, ‘discriminação’ ou ‘ressentimento’ (van Dijk 1993a). Por outro lado, a credibilidade dos refugiados pode ser minada no discurso político e dos *media* através do uso das designações refugiados ‘económicos’, ou ‘estrangeiros ilegais’ em vez de imigrantes ‘sem documentos’. Em todos estes exemplos, encontramos o mesmo quadro geral de controlo ideológico do discurso, a saber, uma auto-apresentação positiva do endogrupo e uma hetero-apresentação negativa do exogrupo.

Semântica local

O que mostramos relativamente à lexicalização também se aplica de uma forma genérica ao controlo do significado. A coerência local depende dos modelos, isto é, de representações ideológicas da situação. Razões tendenciosas e causas que definem as relações no modelo podem, por conseguinte, aparecer em semânticas locais facciosas. O facto de os empregadores dos Países Baixos apontarem as diferenças culturais, a falta de motivação ou de conhecimento da língua para justificar o alto grau de desemprego que se verifica entre as minorias desse país, constitui um exemplo desse tipo de atribuição (van Dijk 1993a). Processos sociocognitivos bem conhecidos, subjacentes à auto-apresentação positiva dos endogrupos e à hetero-apresentação

negativa dos exogrupos, como o erro fundamental da atribuição (Pettigrew 1979) e a culpabilização da vítima (Ryan 1976), podem ser traduzidos também por uma coerência local ‘tendenciosa’ na semântica do texto e da fala. Inversamente, essa semântica ideológica do discurso pode, por seu turno, afectar a construção enviesada de modelos pelos receptores, caso estes não tenham acesso a fontes alternativas de informação. Nos dois casos, assume-se que as ideologias e as atitudes usadas na ‘explicação’ auto-interessada da desigualdade social controlam (ou resultam de) representações auto-interessadas de acontecimentos sociais em modelos mentais (Schuman, Steeh e Bobo 1985).

Outra propriedade importante da semântica do discurso, e da sua relação com modelos mentais subjacentes (e assim com cognições sociais), é a implicação. Já que algumas partes dos modelos podem ser conhecidas dos receptores, os falantes podem pressupor essa informação. Estes processos normais de conhecimento mútuo podem também ser ideologicamente controlados quando se sugere que o conhecimento é partilhado mesmo quando não o é, como acontece quando os jornais falam sobre ‘o aumento do crime’ ou sobre ‘o défice linguístico dos imigrantes’ (Fowler 1991; van Dijk 1988a, 1991a). De uma forma mais global, vemos que, em princípio, toda a informação prejudicial ao endogrupo tenderá a permanecer implícita e que a informação desfavorável ao exogrupo será tornada explícita, e vice-versa (os nossos pontos negativos e os pontos positivos deles permanecerão implícitos).

Mantém-se o mesmo para a variação nos níveis de abstracção e nos níveis de especificidade na descrição de acontecimentos. Os nossos erros ou crimes são descritos não só de um modo eufemístico (e atribuídos a circunstâncias fora do nosso controlo, ou atribuídos às nossas vítimas), como o são em termos mais gerais e abstractos. Por outro lado, quando descrevemos os erros ‘deles’, ‘nós’ usamos um detalhe minucioso, específico de um nível baixo. Em ambos os casos, o objectivo ideológico controlado desse discurso é o controlo de modelos auto-interessados e preferenciais de situações sociais.

As ideologias subjacentes também controlam os contextos comunicativos, e deste modo a auto-definição e gestão da impressão social dos falantes, que geralmente tentarão provocar uma boa impressão ou evitar uma má impressão (Goffman 1967; Tedeschi 1981). Isto é particularmente evidente no uso estratégico de desmentidos. Os exemplos da nossa investigação sobre reprodução do racismo no discurso dessas estratégias semânticas são sobejamente conhecidos e incluem lances clássicos como os desmentidos de *negação aparente* (‘Não tenho nada contra pretos, mas...’, ‘Os refugiados poderão contar sempre com a nossa hospitalidade, mas...’), de *concessão aparente* (‘Claro que nos Países Baixos há uns pequenos grupos racistas, mas no seu todo...’) ou de *transferência de acusação* (‘Eu não tenho qualquer problema com as minorias na loja, mas os meus clientes...’) (van Dijk 1987a). Estes lances têm essencialmente dois efeitos. Contribuem, por um lado, para a estratégia global de auto-apresentação positiva (a saber, ‘nós somos cidadãos tolerantes’), ou para evitar uma impressão negativa; e, por outro, para a hetero-apresentação negativa, já que

a segunda parte destes movimentos, que vem a seguir ao ‘mas’, é sempre negativa acerca dos Outros.

De uma forma mais geral, sabemos que as ideologias de elite diminuem a importância da desigualdade social através de estratégias semânticas que visam legitimar, justificar, naturalizar, racionalizar, autorizar, universalizar ou negar a injustiça, transferi-la para outros grupos (como quando as elites atribuem o racismo ao ‘ressentimento popular’) ou ainda acusar ou culpar a vítima (Eagleton 1991).

Semântica global: tópicos

Os tópicos ou macroproposições semânticas do discurso definem subjectivamente a informação num discurso que os falantes consideram ser o mais relevante ou importante. Isto significa que a posição tópica pode também estar sujeita ao controlo ideológico. Podemos pensar que os falantes do endogrupo não atribuirão o papel de tópico a uma informação incompatível com os seus interesses ou auto-imagem positiva e que, inversamente, colocarão em posição tópica informação que realça as propriedades negativas do endogrupo. Isto aconteceu, por exemplo, nos relatos dos *media* britânicos sobre os distúrbios urbanos desencadeados pela morte de uma mulher negra durante uma ronda policial em Brixton, em 1985. A agressão da polícia foi secundarizada a favor de uma explicação dos ‘motins raciais’ em termos de desvio de jovens negros e crime (drogas, agressão, etc.) (van Dijk 1991a). De igual modo, a fraude imigrante e os crimes das minorias são tópicos proeminentes na imprensa, mas não a (igualmente documentada e acessível) discriminação diária praticada pelos ‘nossos’ políticos, empregadores, jornalistas, polícia ou professores. Esta diferença não pode ser atribuída simplesmente a preferências da imprensa por informação ‘negativa’ ou crimes. Os dois tópicos são negativos e representam crimes sociais. Do mesmo modo, a guerra civil na Bósnia será prontamente topicalizada (por jornalistas homens) como um ‘conflito étnico’ ou uma ‘guerra tribal’ e não como uma forma proeminente de agressão masculina ou de chauvinismo-macho nacionalista ou ainda como uma consequência esperada do comércio mundial de armas. Em resumo, e duma maneira geral, as interpretações indesejadas (ou modelos) de acontecimentos políticos e sociais não se encontrarão em posição tópica no discurso do endogrupo.

Estruturas esquemáticas

Os significados globais, isto é, os tópicos ou as macro-estruturas, podem estar organizados por esquemas convencionais (superestruturas), como aqueles que definem

um argumento, uma conversa ou um relato noticioso. Como acontece em todas as estruturas formais, as estruturas esquemáticas não são directamente controladas pela variação ideológica. Uma história reaccionária e uma progressista são ambas histórias e devem as duas conter categorias específicas da narrativa para poderem ser definidas como tal. De igual modo, um editorial ‘Pró-Escolha’ ou ‘Pró-Vida’ ou outro discurso argumentativo será, formalmente falando, um editorial e uma argumentação. Portanto, a questão é: como é que essas estruturas esquemáticas globais do texto e da fala assinalam ideologias subjacentes?

Já que as categorias esquemáticas também definem a ordem (canónica) do discurso, podem também assinalar a importância ou relevância. Sumários iniciais, como cabeçalhos nas notícias da imprensa, por exemplo, podem ter a função crucial de expressar o tópico mais alto na hierarquia da macro-estrutura, e, por conseguinte, a informação (subjectivamente) mais importante de uma notícia (van Dijk 1988b). Isto significa que este elo entre macro-estruturas e superestruturas pode ser ideologicamente manipulado. Tópicos semanticamente subordinados (isto é, tópicos que organizam a informação local menor no texto) podem ser ‘elevados’ e postos no título, atribuindo-se-lhes assim mais proeminência, e vice-versa: um tópico principal pode ser ‘subordinado’ e colocado num nível mais baixo do esquema, sendo concretizado na categoria das *circunstâncias* das notícias na imprensa. Numa história, um acontecimento pode ser apresentado como a categoria *circunstâncias* da *localização*, enquanto que noutra pode constituir a complicação crucial da história. É evidente que estas variações possíveis de relevância e importância estão abertas ao controlo ideológico. A informação que é incompatível com os interesses dos grupos poderosos pode ser posta em segundo plano, e a informação sobre exogrupos pode ser realçada, colocando-a numa categoria mais proeminente. O discurso político pode conter também categorias específicas do esquema do texto (tais como *problema* e *solução*) que destacam opiniões ideológicas (Schäffner e Porsch 1993).

A argumentação é outro domínio maior em que podem ser expressos pontos de vista ideológicos. O estudo de inúmeras falácias argumentativas tem mostrado que os arguentes poderosos podem manipular as suas audiências tornando mais explícitos ou proeminentes os argumentos que servem os seus auto-interesses, enquanto que os outros argumentos permanecem implícitos. A argumentação estratégica constitui um meio maior de manipulação das mentes dos receptores. Isto pode envolver muitos dos traços que já estudámos anteriormente: o uso de elementos lexicais específicos, artifícios retóricos e outros (Kahane 1971; Windisch 1990; van Eemeren e Grootendorst 1992). Uma análise da argumentação dos editoriais na imprensa britânica sobre os ‘motins’ de 1985 constitui um exemplo. Aí se verifica como as ideologias racistas dos editores dos tablóides da ala da direita se revelaram no facto de terem atribuído a violência à natureza criminosa dos homens jovens das Caraíbas (van Dijk 1992).

Retórica

Determinadas estruturas ‘retóricas’ do discurso, tais como a repetição nas estruturas de superfície (ritmo, aliteraões) ou as ‘figuras’ semânticas como metáforas, podem depender do controlo ideológico quando a informação desfavorável para *nós* é tornada menos proeminente e a informação negativa sobre *eles* é realçada. Muitas das figuras que conhecemos da retórica clássica têm este efeito específico como função principal (e. g., ironia, hipérbole, eufemismo e mitigação, litotes e repetições).

As operações semânticas da retórica, como a hipérbole, a ironia e a metáfora, entre outras, podem ter uma relação mais próxima dos modelos subjacentes e das crenças sociais. Por exemplo, ideologias racistas, sexistas e outras ideologias da desigualdade, podem ser expressas tipicamente, não só através de elementos lexicais pejorativos que se referem a minorias ou mulheres, mas também através de metáforas humilhantes que inferiorizam, marginalizam ou desumanizam os ‘outros’. Assim, a propaganda nazi associava judeus, comunistas ou outras minorias raciais e étnicas com animais sujos (ratos, baratas) (Ehlich 1989). Tendências similares podem ser observadas também na retórica contemporânea da imprensa da ala direita quando escreve sobre imigrantes, minorias, refugiados ou anti-racistas brancos. Apresentamos em seguida alguns exemplos típicos da imprensa conservadora britânica em 1985 (para mais análise, ver van Dijk 1991a):

- (1) Bisbilhoteiros intrometidos
(*Daily Telegraph*, 1 de Agosto, editorial)
- (2) Observadores com cabeças ocas
(*Daily Telegraph*, 30 de Setembro)
- (3) ‘Arcebispos’ do conflito racial
(*Daily Telegraph*, 11 de Outubro)
- (4) A brigada sem sentido
(*Daily Telegraph*, 11 de Janeiro)
- (5) Ele e o seu homem de confiança... este homem odioso, inquisidor da ala esquerda
(*Mail*, 18 de Outubro)
- (6) Esquerdistas lunáticos
(*Sun*, 7 de Setembro)
- (7) Bandos de bisbilhoteiros governamentais
(*Sun*, 16 de Outubro)

De igual modo, o discurso político está repleto de metáforas pejorativas que derogam o ‘inimigo’, como quando Bush se referiu a Saddam Hussein como ‘Hitler’. No entanto, as metáforas políticas podem também ter outras funções ideológicas, como aconteceu quando Gorbachev se referiu à Europa como a nossa ‘Casa Comum

Europeia' (Chilton e Ilyin 1993) ou quando a imprensa ocidental escreveu sobre a unificação da Europa usando metáforas ligadas à arquitectura (Schäffner 1993). Que estas variações possam ser ideologicamente constrangidas é também evidente pelo facto de grupos culturais ou países diferentes, poderem usar diferentes metáforas para denotar 'a mesma coisa'. A França e a Grã-Bretanha, por exemplo, usam metáforas diferentes para se referirem à 'segurança' (Thornborrow 1993). De igual modo, a cobertura jornalística sobre refugiados usa sistematicamente metáforas relativas à 'inundação' (fluxo, cheias, dilúvio, pântano, maré, etc.) para realçar a natureza catastrófica e ameaçadora da imigração de refugiados (van Dijk 1988c). Nos Países Baixos, a resposta 'natural' a essas metáforas consiste em proteger o país contra essas cheias através da construção de diques.

Pragmática

De acordo com a nossa teoria de produção do discurso ideológico, o controlo social dos actos da fala deve operar através dos modelos contextuais que representam a situação comunicativa e seus participantes, finalidades e outras condições de adequação relevantes. Por exemplo, se os falantes partilham atitudes sexistas ou racistas ou ideologias que contêm proposições que implicam a inferioridade das mulheres e das minorias, essas opiniões gerais podem ser aplicadas também a mulheres e a minorias como participantes na fala. Essas avaliações negativas e, regra geral, as relações de desigualdade entre participantes na fala também controlam a produção de actos da fala. Ordens e ameaças, por exemplo, pressupõem relações de dominância e poder e podem ser proferidas contra mulheres ou membros das minorias só por causa da sua pertença de grupo. De igual modo, os preconceitos sobre a inferioridade intelectual dos Outros podem propiciar actos de fala, como, por exemplo, dar conselhos ou proferir asserções completas (em situações em que não são feitas perguntas, ou em que não é apropriado fazê-las), já que ambas as situações pressupõem a ignorância do receptor.

Podemos fazer o mesmo tipo de observações para outras estratégias interaccionais, *e. g.*, de delicadeza, auto-apresentação, gestão da impressão e por aí fora, como já vimos acima. Obviamente, a inferiorização ideológica dos Outros pode levar à inferiorização dos parceiros da fala de tal modo que as regras normais de respeito e delicadeza não são cumpridas (Brown e Levinson 1987). Os dados referentes a minorias confrontadas com acontecimentos racistas mostram que a falta de respeito, a aspereza e outras formas de falta de delicadeza constituem formas rotineiras da discriminação diária verbal (Essed 1991). De novo, o mesmo se aplica aos modos como muitos homens tratam as mulheres nas conversações (Kramarae 1981; Kuhn 1992; Trömel-Plötz 1984).

Interacção dialógica

Estes exemplos levam-nos, por fim, às estruturas ideológicas da interacção discursiva. O que dissemos antes para actos de fala e delicadeza mantém-se genericamente para a interacção e, assim, também para a conversação. Já vimos que as ideologias sexistas e racistas tendem genericamente a favorecer estratégias de auto-apresentação positiva e de hetero-apresentação negativa implementadas por estratégias semânticas locais, como os desmentidos. Isto também acontece nos diálogos com e sobre mulheres e minorias.

De igual modo, as ideologias definem relações de poder, que por sua vez também podem controlar a interacção, isto é, quem tem mais ou menos acesso ao uso de traços dialógicos específicos, como marcação da ordem de trabalhos para reuniões, registo de marcações, abertura e fecho de diálogos, controlo dos turnos (*e. g.*, interrupções), iniciação, mudança e encerramento dos tópicos, selecção do estilo e variação e características mais gerais do discurso acima abordadas. Investigação recente sobre as relações entre conversação, instituições e poder social familiarizou-nos com estas estratégias (ver, *e. g.*, Boden e Zimmermann 1991; Drew e Heritage 1992; R. Lakoff 1990; West 1984).

A natureza interaccional mais específica do diálogo pode reflectir o poder das estratégias de interacção de base ideológica, através das quais os falantes que partilham ideologias da igualdade se podem sentir habilitados a tratar verbalmente como inferiores os seus interlocutores. Isto acontece geralmente quando as regras da conversação ‘normal’ são postas em causa por atitudes como: interromper de forma inconveniente, não dar a vez ou falar durante demasiado tempo, evitar ou mudar de tópicos ‘indesejáveis’, fazer metacomentários negativos sobre o estilo do outro (escolha de palavras) ou outras ‘brechas’ na etiqueta; por outras palavras, usar actos de fala não igualitários, como discutimos antes, e outros.

Virtualmente todo o trabalho que tem sido feito sobre abuso de poder na fala pressupõe assunções tácitas dos falantes sobre a sua própria posição social e as suas relações com os outros. Obviamente, as atitudes de base ideológica sobre outros podem não ser sempre conscientes, e por isso os detalhes subtis da interacção dialógica não são sempre completamente controlados e controláveis. Meios não verbais, bem como meios subtis interaccionais, pragmáticos e estilísticos para controlar o outro parceiro da fala, podem fornecer, por conseguinte, diagnósticos válidos para inferências sobre ideologias subjacentes da desigualdade.

Conclusão

As ideologias precisam de ser analisadas como a interface sociocognitiva entre, por um lado, estruturas sociais de grupos, relações de grupos e instituições; e, por outro, pensamento individual, acção e discurso. Nesta abordagem social e cognitiva combinada assumimos que as ideologias são construídas por uma selecção enviesada de valores sociais básicos e organizadas por um auto-esquema de grupo em que categorias, como (*identidade, tarefas, finalidades, normas, posição e recursos*) desempenham um importante papel. Estas ideologias desempenham funções sociais. Influenciam a interacção social, a coordenação, a coesão do grupo e as actividades organizadas ou institucionalizadas que visam atingir finalidades comuns.

De igual modo, descobrimos que as ideologias desempenham importantes funções cognitivas. Organizam conjuntos de atitudes sociais (de grupos) e monitorizam a sua aquisição e mudança, em função dos interesses dos grupos. Estas atitudes, por sua vez, fornecem as opiniões socialmente partilhadas que podem ser aplicadas pelos membros sociais na construção de modelos mentais de acontecimentos e contextos comunicativos concretos. As interacções do conhecimento pessoal e social e as opiniões, tal como são representadas nos modelos mentais, controlam a produção ou compreensão do texto e da fala. Por outras palavras, as estruturas do discurso só indirectamente expressam ideologias, pois só através da sua ‘instanciação’ em modelos concretos é que constituem a base mental de natureza única e situada de cada ocasião de texto e fala.

A nossa breve revisão das estruturas do discurso que são controladas ideologicamente nos vários níveis do texto e da fala mostra, em primeiro lugar, que tanto nas estruturas de superfície gráficas e fonológicas, como nas estruturas sintácticas e semânticas, existem padrões similares e estratégias de expressão e controlo de modelos mentais tendenciosos. De uma forma global, vimos que a informação preferida, compatível com ou que de alguma forma favorece interesses próprios, será enfatizada, realçada, focada e tornada explícita e proeminente, enquanto na informação não preferida sucede o inverso. Na comunicação persuasiva, isto significa que estas estruturas do discurso têm funções óbvias no controlo das mentes dos receptores. Se não estiver presente uma informação alternativa, haverá uma alta probabilidade de os receptores activarem velhos modelos preferidos ou de construir novos modelos em consonância com os seus objectivos ou interesses.

As estruturas de superfície servem essencialmente para sublinhar crenças importantes ou proeminentes, enquanto que a organização sintáctica pode expressar e transmitir a organização dos papéis dos actores sociais representados em modelos mentais enviesados. Como acontece em virtualmente quase todas as escolhas estratégicas ao nível semântico, estas ‘formas’ assinalarão e realçarão as *nossas* boas acções e as acções negativas *deles*. O que é informação preferida nos modelos mentais resulta, não só de objectivos pessoais e interesses, como também de atitudes baseadas-no-grupo e

ideologias. As cognições sociais, por sua vez, serão adquiridas e reproduzidas precisamente pelas estruturas do discurso que permitem aos falantes controlar as mentes (modelos) dos receptores, *viz.*, destacando informação importante, relevante ou de alguma forma preferida e fazendo o oposto para informação vista como secundária. O conflito ideológico entre *nós* e *eles* pode ser assinalado no discurso de modos diversos: *e. g.*, ênfase e entoação, ordem sintáctica das palavras e, especialmente, desmentidos semânticos como as *negações aparentes* ('Nós não temos nada contra eles, mas...').

Resumindo, as ideologias raramente são expressas directamente no texto e na fala e fazem-no só por proposições ideológicas genéricas que, no entanto, podem ser menos eficientes na persuasão. Um controlo mais subtil e indirecto e a reprodução são efectuados através de atitudes gerais e modelos pessoais específicos, que formam a base da produção do discurso e são o resultado da sua compreensão. Assim, o controlo ideológico do discurso ocorre através do controlo dos modelos mentais, e o mesmo é verdade para a aquisição, a mudança e a reprodução das próprias ideologias. Elas envolvem opiniões gerais e valores que são representados nos modelos dos falantes e indirectamente inferidos das opiniões expressas ou assinaladas nos discursos. Uma análise ideológica adequada deve sempre levar em conta estes vários passos ou interfaces entre as estruturas do discurso e as estruturas ideológicas, como se verifica de modo genérico para as relações entre discurso e sociedade.

Semântica do discurso e ideologia

Resumo

Este artigo apresenta fragmentos de uma nova teoria multidisciplinar da ideologia e suas relações com o discurso, formulada num enquadramento mais geral de uma análise crítica do discurso. As ideologias são definidas como sistemas básicos de cognições sociais fundamentais e como princípios organizadores das atitudes e das representações sociais comuns a membros de grupos particulares. Desta forma, controlam indirectamente as representações mentais (modelos) que formam a base interpretativa e a “inserção” contextual do discurso e respectivas estruturas. Neste modelo, examina-se a forma como estruturas semânticas do discurso (tais como tópico, foco, estrutura proposicional, coerência local, nível de descrição, implicações e macro-estruturas) são orientadas por ideologias subjacentes, como demonstram artigos de opinião publicados no *New York Times* e no *Washington Post*.

Introdução

No âmbito de um novo projecto multidisciplinar de longo prazo sobre discurso e ideologia, este artigo analisa algumas propriedades básicas das ideologias e examina a dimensão discursiva da ligação entre discurso e ideologia, nomeadamente as formas como aquelas se articulam ao nível do significado do discurso. Se partirmos do princípio de que, nas sociedades, é sobretudo através de enunciados escritos e orais – elaborados por actores sociais enquanto membros de um grupo – que as ideologias são produzidas e reproduzidas, parece aceitável que algumas estruturas do discurso realizem esse processo com maior eficiência do que outras. O presente

artigo tem por objectivo identificar e descrever essas estruturas, pretendendo ainda explicar as suas funções ideológicas relativamente às condições sociocognitivas e às consequências do discurso. Os dados recolhidos para esta análise resultam de uma selecção feita a partir de 5750 editoriais e artigos de opinião publicados nos jornais *New York Times* e *Washington Post* em 1993. O modelo conceptual mais abrangente que enquadra este estudo das relações entre discurso e ideologia consiste numa análise crítica do discurso que visa tornar mais explícitas as formas como o abuso de poder, o domínio e a desigualdade estão a ser (re)produzidos por um discurso determinado pela ideologia.

Conceitos básicos de ideologia

A teoria da ideologia que serve de base a esta nossa análise difere, em muitos aspectos, das habituais abordagens filosóficas e sociológicas que caracterizam as centenas de livros e os milhares de artigos sobre ideologia, publicados a partir do momento em que, no século XVIII, Destutt de Tracy apresentou pela primeira vez o conceito (ver estudos e análises anteriores: Centre for Contemporary Cultural Studies 1978; Eagleton 1991; Larrain 1979; Rosenberg 1988; Thompson 1984, 1990).

Não é necessário (nem oportuno) que, no presente artigo, se proceda à reconstituição desta evolução histórica e da investigação do conceito de ideologia no decurso dos últimos dois séculos, nem à revisão das diversas abordagens contemporâneas daquela que é, talvez, a noção teórica mais dúbia no campo das ciências sociais e humanas. E embora seja, em termos de um projecto de investigação, uma presunção pretender começar de raiz, face a um tão elevado número de tentativas anteriores, o nosso projecto visa elaborar – sob uma perspectiva multidisciplinar, sociocognitiva e discursiva – o primeiro esboço de um modelo conceptual um pouco mais explícito e teórico.

A crítica principal que nos merecem as anteriores definições e abordagens não é a de serem incorrectas ou de não estudarem dimensões importantes das ideologias, mas o facto de, na sua maior parte, terem sido formuladas com base numa terminologia filosófica ou sociológica bastante imprecisa. Acresce que, raramente, foram clarificadas questões importantes, como a das estruturas internas concretas das ideologias ou as relações pormenorizadas entre ideologia, discurso e outras práticas sociais. É óbvio que este artigo não consegue, por si só, abordar as inúmeras e complexas questões associadas a uma teoria da ideologia. Concentrar-nos-emos, portanto, em determinados aspectos cruciais, deixando outros para futura investigação.

Podemos resumir a nossa abordagem específica da ideologia – em parte por oposição a outras abordagens – evidenciando as seguintes hipóteses:

a) As ideologias são cognitivas

Embora as ideologias sejam, evidentemente, sociais e políticas e estejam relacionadas com grupos e estruturas societais (ver mais adiante), possuem também uma dimensão cognitiva crucial. Em termos intuitivos, incorporam objectos mentais, tais como ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores. Ou seja, um dos elementos da sua definição leva a crer que se trata de sistemas de crenças (Iyengar e McGuire 1993, Lau e Sears 1986). Exige-se a uma teoria correcta da ideologia que produza resultados a partir da ciência cognitiva, devendo deixar de lado conceitos tradicionais vagos como “falsa consciência”. Por outro lado, sublinhamos também que definir ideologias enquanto sistemas de crenças é demasiado inexacto: as ideologias deveriam, pelo contrário, ser concebidas como a base abstracta, “axiomática”, dos sistemas de crenças que os grupos partilham em sociedade. Isto significa ainda que o facto de definirmos ideologias (também) em termos cognitivos não quer dizer que estas sejam cognições individuais. Pelo contrário, embora os actores sociais individuais, na qualidade de membros de um grupo, as utilizem ou apliquem, são representações sociais por eles partilhadas.

b) As ideologias são sociais

Desde Marx e Engels, pelo menos, que as ideologias têm vindo a ser definidas simultaneamente em termos sociológicos, socioeconómicos sendo, frequentemente, relacionadas com grupos, posições de grupo e conflitos ou interesses de grupo (tais como lutas de classe, sexo ou “raça”) e, por conseguinte, com o poder e dominação sociais, bem como com a sua dissimulação e legitimação. O facto de as ideologias se limitarem apenas a relações de dominação é uma hipótese controversa, mas, na nossa opinião, trata-se, em grande medida, de uma questão de escolha e de definição e não de uma propriedade essencial inerente a um conceito útil de ideologia. Ou seja, ideologias dominantes – no sentido restrito de ideologias de um grupo dominante ou impostas por um grupo dominante – são casos particulares, não sendo próprios a todas as ideologias (cf. estudos de Abercrombie *et al.* 1980, 1990). Partimos, então, do princípio de que não apenas os grupos dominantes mas também os grupos dominados possuem ideologias que controlam a sua auto-identificação, os seus objectivos e as suas acções. O mesmo se aplica a outros grupos sociais, como o dos profissionais (jornalistas, professores universitários), activistas (contra o racismo ou o aborto, ambientalistas, etc.) ou organizações e instituições (burocráticas, policiais).

c) As ideologias são sociocognitivas

A funcionar como elo de ligação entre o cognitivo e o social, temos a dimensão importante relativa aos sistemas de crenças sociais, tais como conhecimentos, opiniões e atitudes, o que equivale a dizer que as ideologias se caracterizam essencialmente pelo facto de serem partilhadas (ou contestadas) pelos mem-

bro de grupos sociais. Tal como não há uma linguagem “privada”, também não há, de acordo com a nossa definição, ideologias pessoais. A noção de “senso comum” – que desde Gramsci tem vindo a ser associada à aceitação política e social das ideologias (Hall *et al.* 1978b) e desenvolvida, teoricamente, através de análises etnometodológicas daquilo que os membros sociais tomam por adquirido e inquestionável (Sharrock e Anderson 1991) – é um exemplo típico de uma noção revestida, ao mesmo tempo, de dimensões cognitivas e sociais. À semelhança das (gramáticas, normas e regras das) línguas naturais, as ideologias são *simultaneamente* cognitivas – pois implicam princípios básicos de conhecimento social, apreciação, compreensão e percepção – e sociais – porque são partilhadas por membros de grupos ou instituições e estão relacionadas com os interesses socioeconómicos ou políticos destes grupos. São “modelos conceptuais interpretativos” comuns a toda a sociedade que proporcionam, aos membros dos grupos, a compreensão da realidade social, das práticas quotidianas e das relações com outros grupos (Button 1991). Nesta medida, as ideologias controlam igualmente as nossas vivências quotidianas (Althusser 1971). Embora o que acabámos de afirmar se aplique ao conhecimento sociocultural e a outras crenças, as ideologias são aqui, todavia, definidas, em termos menos abrangentes, como sistemas mais específicos nos quais se baseiam essas representações sociais e os processos mentais partilhados.

d) As ideologias não são “verdadeiras” ou “falsas”

Não definimos as ideologias, como acontece por vezes nas abordagens tradicionais, em termos de verdade ou falsidade (cf. estudos de Eagleton 1991, Larrain 1979, Mannheim 1976). Isto não impede, por exemplo, a existência de “falsas” crenças por parte dos racistas em relação aos negros ou dos machistas em relação às mulheres. Também não significa que não haja crenças “verdadeiras” por parte das feministas relativamente ao domínio masculino, ou dos ambientalistas acerca da poluição, se tivermos em conta padrões epistemológicos específicos (científicos ou outros) e critérios de conhecimento e de verdade (Kornblith 1994). No entanto, estes mesmos exemplos apontam para o facto de as ideologias não serem, em geral, especificamente “verdadeiras” ou “falsas”. Representam, pelo contrário, a “verdade”, possivelmente preconceituosa, de um grupo social, uma verdade que serve os seus próprios fins. Nesse aspecto, são modelos de interpretação (e de acção) mais ou menos relevantes ou eficazes para esses grupos conforme forem capazes de favorecer os seus interesses.

e) As ideologias podem ter vários graus de complexidade

As ideologias tal como aqui as definimos não precisam de ser sistemas de crenças perfeitamente acabados e explícitos. Por outro lado, embora, de acordo com pesquisas levadas a cabo neste domínio, nem todas as pessoas tenham ideologias políticas muito explícitas, elas podem ter ideologias mais

pormenorizadas acerca de outros assuntos sociais relevantes para o grupo. Estas ideologias vão do grau mais simples ao mais complexo e são constituídas por algumas proposições básicas ou por modelos conceptuais abrangentes, como as ideologias da “democracia” ou do “socialismo”. Na realidade, contrariamente ao uso corrente, oral e escrito, do termo “ideologia”, as ideologias não se limitam aos grandes “ismos” (Skidmore 1993). Deveriam, pelo contrário, ser encaradas como (os axiomas básicos de) uma teoria social, implícita e simplista, formulada por um grupo acerca de si mesmo e da posição que ocupa na sociedade. Modelos conceptuais ideológicos como este não necessitam de ser muito rigorosos, bem organizados ou coerentes. Podem ser difíceis de entender, vagos, confusos e contraditórios, desde que se revelem operacionais (e razoavelmente eficientes) para orientar a interpretação e interacção sociais. Esta variedade pode também estar relacionada com a estratificação social e com as regras sociais, de tal forma que os líderes – as elites ou os que possuem um mais elevado nível de estudos – e, em geral, os “ideólogos” de um grupo podem ser detentores de sistemas ideológicos mais complexos e sofisticados (cf. estudos de Billig 1991; Converse 1964; Lau e Sears 1986; Seliger 1976, Tetlock 1984, 1989, 1991, 1993).

f) As ideologias têm manifestações que variam de acordo com o contexto

As expressões ideológicas de membros de grupos parecem frequentemente inexistentes vagas, confusas, contraditórias ou incoerentes, o que não implica que as ideologias sejam, em si mesmas, contraditórias, ou que não existam. As variações pessoais e contextuais do discurso e da acção ideológicas podem dever-se, por exemplo: (1) ao facto de as pessoas pertencerem a vários grupos, ou com eles se identificarem, podendo assim partilhar ideologias e valores diversificados e contraditórios entre si (Tetlock 1993); (2) a normas ou leis sociais gerais (por exemplo, contra a discriminação) que refreiam acções “livres” com fundamentos ideológicos; (3) a restrições contextuais (finalidades, cortesia, gestão da aparência, etc.); e (4) a experiências pessoais, biografia, motivação, emoções, dilemas (Billig 1988) ou princípios de cada membro da sociedade. Em suma, antes que as ideologias básicas se “expressem” nas práticas sociais, muitos outros factores sociais, sociocognitivos e pessoais podem intervir para influenciar essa expressão. Isto significa igualmente que as ideologias não são deterministas: é possível que influenciem, orientem ou controlem o discurso e a acção sociais, mas não os “provocam” nem “determinam” e também não são os únicos sistemas mentais que controlam a produção e compreensão do discurso.

g) As ideologias são gerais e abstractas

Sob uma perspectiva etnometodológica, a variabilidade contextual (das manifestações) da ideologia pode contribuir para provar que as ideologias são “produzidas localmente” e que a concepção de um sistema geral e abstracto

não é pertinente nem necessária (Button 1991). A nossa teoria propõe uma abordagem alternativa, *i. e.*, que as ideologias, vistas desse modo (ou seja, como sistemas abstractos), não dependem de qualquer situação e que apenas as suas expressões susceptíveis de variação são produzidas localmente e restritas em termos contextuais. A principal razão teórica que justifica a nossa proposta é a seguinte: se não partíssemos do pressuposto de que os sistemas ideológicos são relativamente estáveis e contínuos, seríamos incapazes de explicar por que é que os membros da sociedade são tantas vezes constantes e similares nas suas expressões ideológicas. Não são descrições estritamente locais, situacionais ou contextuais que conseguem explicar que, entre o discurso e a acção de muitos membros de grupos, haja semelhanças independentes de um contexto. O mesmo se aplica ao conhecimento sociocultural que define aquilo que é dado como adquirido no discurso e na interacção. A aceitação deste conhecimento independente de um contexto comum a toda a sociedade implica a formulação de um postulado semelhante no que diz respeito às ideologias que controlam opiniões e apreciações. Por exemplo, os membros de grupos minoritários são, na sua maior parte, capazes de reconhecer procedimentos racistas quando com eles são confrontados, sendo, por conseguinte, capazes de inferir e comparar, independentemente dos contextos, ideologias racistas básicas que presidem a várias formas de discriminação. De igual modo, o seu próprio conhecimento do racismo basear-se-á em ideologias anti-racistas, das quais fazem parte integrante, por exemplo, axiomas gerais acerca da igualdade de diferentes grupos “raciais” (Essed 1991).

Para uma teoria da ideologia

No âmbito desta abordagem geral, uma teoria adequada da ideologia explica, entre outras coisas:

- qual a “aparência” de que se revestem efectivamente as ideologias, definidas enquanto sistemas básicos de cognição social, ou seja:
 - quais são os elementos que as constituem;
 - como se organizam internamente;
 - como influenciam outras cognições sociais, tais como conhecimentos e atitudes comuns aos grupos;
 - as condições societais que presidem à aquisição ou modificação das ideologias;
 - quais as funções sociais, culturais e políticas próprias a estas ideologias;
- e, por fim, a forma como as ideologias são realmente “utilizadas”, quer dizer, a forma como são:

- postas em prática no discurso e noutras práticas sociais;
- partilhadas pelos membros de um grupo;
- modificadas;
- e reproduzidas na qualidade de características sociocognitivas fundamentais de um grupo social.

De entre estas inúmeras tarefas complexas – cada uma das quais reclama a sua própria teoria – resumiremos apenas as que se revestem de um cariz sociocognitivo, analisando depois, com algum pormenor, as relações existentes entre estas estruturas cognitivas e as estruturas semânticas da escrita e da oralidade. Futuramente, e ainda na sequência deste projecto, dedicar-nos-emos ao estudo dos elos que ligam as ideologias (definidas como modelos conceptuais sociocognitivos) e as respectivas funções, condições e consequências sociais, políticas e culturais; examinaremos ainda as relações entre ideologias e outras estruturas do discurso.

O modelo teórico que aqui desenvolveremos pode ser resumido da seguinte forma:

As ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por selecções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indirectamente, as práticas sociais relativas àquele e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais dos seus membros.

Antes de examinar as formas como as ideologias controlam o significado do discurso, procederemos a uma breve análise de alguns conceitos fundamentais deste modelo teórico.

Valores

Ao contrário do conhecimento, as ideologias – tal como aqui as definimos – são sistemas de cognição social essencialmente avaliativos: fornecem, não só as bases a partir das quais se formulam apreciações acerca do que é bom ou mau, certo ou errado, mas, também, directrizes indispensáveis para a percepção e a interacção sociais. Pressupõe-se, então, que os constituintes basilares das ideologias são valores socioculturais como a Igualdade, a Justiça, a Verdade ou a Eficiência. Conforme seria de esperar, estes valores não se limitam a grupos específicos, possuindo uma relevância cultural mais abrangente. Isto significa que os valores podem ser culturalmente específicos e culturalmente variáveis, embora alguns deles sejam, talvez, universais (Hofstede 1980;

Rokeach 1973, 1979). Calcula-se que cada grupo, tendo em conta os seus próprios interesses, proceda a uma selecção destes valores e os organize, hierarquicamente, de acordo com a importância de que, para ele, se revestem, em função da posição social que o grupo ocupa e dos objectivos que pretende alcançar. Por exemplo, as feministas e os grupos anti-racistas podem realçar o valor da Igualdade, enquanto os empresários sublinharão talvez o da Liberdade (de mercado) e os professores universitários ou jornalistas os valores da Verdade e Idoneidade, critérios ideológicos que consideram essenciais às suas finalidades e acções (Eisenberg *et al.* 1989). Deste modo, e relativamente a cada grupo, é lícito esperar que estes valores constituam os critérios avaliativos nos quais assentam as opiniões que definem sistemas ideológicos.

Estruturas de ideologias

À semelhança da maior parte dos sistemas cognitivos, as ideologias não são, provavelmente, um conjunto desordenado de proposições avaliativas. Encontram-se, pelo contrário, organizadas de diversas maneiras. Assim, muitas ideologias – por exemplo, as que se encontram por detrás de relações sociais de conflito, dominação e resistência – podem organizar-se através de uma polarização que defina grupo interno e grupo(s) externo(s) (Abrams e Hogg 1990). É, por exemplo, típica das ideologias racistas e nacionalistas a tendência para categorizar as pessoas nos seguintes termos: Nós contra Eles, *i. e.*, grupos internos e externos, como brancos contra negros, o “nosso” povo contra os estrangeiros ou os “residentes” contra os “forasteiros” (Elias e Scotson 1965). Dada a importância da estrutura social – e, por conseguinte, da posição e da competição no acesso aos recursos sociais –, muitos grupos podem ver representados, nas suas próprias ideologias, um ou mais grupos de referência ou grupos externos.

Esta definição ideológica das relações com outros grupos integra, provavelmente, um esquema mais complexo, que organiza ideologias e outras cognições sociais (Fiske e Taylor 1991, Iyengar e McGuire 1993, Lau e Sears 1986). Ou seja, se todos os membros da sociedade formam ideologias pelo facto de pertencerem a um grupo e se necessitam de o fazer de forma reiterada e eficaz, podemos, então, partir do princípio de que formam, igualmente, um esquema estrutural ao qual se ajustarão os axiomas ideológicos específicos e variáveis. Este esquema é composto por várias categorias básicas e um certo número de regras ou estratégias que definem ou examinam as relações entre cada categoria.

De forma a representar o interesse essencial do (próprio) grupo, consideraremos, provisoriamente, que as ideologias podem ser concebidas como uma espécie de *auto-esquema do grupo*. Tendo como pano de fundo uma teoria sociológica relativa a grupos e composições sociais, este esquema é composto por um número limitado de categorias básicas que organizam as proposições avaliativas definidoras do (tipo de) grupo:

Identidade/Pertença

Quem pertence ao grupo e quem não pertence, quem é aceite e quem o não é? A resposta é particularmente óbvia no caso de ideologias racistas, etnocêntricas, xenófobas ou nacionalistas, segundo as quais apenas “nós, os europeus brancos”, temos lugar na Europa, não sendo os outros aceites, pelo menos não na qualidade de cidadãos (iguais) (Miles 1989; Van Dijk 1984, 1987). O mesmo pode, todavia, aplicar-se às ideologias de resistência de, por exemplo, grupos étnicos minoritários ou feministas. Esta categoria engloba normalmente as propriedades fundamentais (isto é, inerentes ou mais ou menos permanentes) que o grupo autodefine, nomeadamente, a Origem, a Aparência, a “Etnicidade”, o Sexo, a Língua ou a Religião. A discriminação relativamente a outros grupos assenta geralmente nestas características básicas, que são atribuídas a estes outros grupos, mas constituem também a base de ideologias de resistência. Esta categoria é utilizada principalmente na definição de categorias sociais enquanto grupos: mulheres e homens, brancos e negros, velhos e jovens, cidadãos e forasteiros ou imigrantes, etc.

Tarefas/Actividades

Que fazemos “nós” normalmente? Que se espera de nós? Qual é o papel ou a tarefa do nosso grupo? Os jornalistas são, obviamente, (auto-)representados a escrever notícias, os professores universitários a ensinar e a investigar e as feministas a lutar contra o machismo. Esta categoria define normalmente (ideologias de) grupos profissionais e papéis sociais, tais como professores universitários e carpinteiros, mães e pais, grupos de activistas e sindicatos.

Objectivos

As acções características dos grupos são normalmente realizadas visando uma ou mais finalidades sociais de âmbito geral: os jornalistas (consideram que!) redigem notícias para informar o público ou para funcionar como vigilantes da sociedade; os médicos contribuem para a saúde; os professores universitários ensinam para educar os jovens ou investigam para encontrar a verdade, e os ambientalistas protestam contra a poluição de forma a proteger a natureza e a contribuir para a saúde. Os objectivos servem, em primeiro lugar, para definir os grupos que por elas são movidos, como os anti-racistas e as feministas. Recordamos que nos referimos apenas a categorias ideológicas: não se trata (forçosamente) daquilo que os membros de grupos realmente são, fazem ou tentam conseguir, mas da concepção que têm de si mesmos.

Normas/Valores

As tarefas e os objectivos de cada grupo dependem da selecção específica que o grupo faz dos critérios ideológicos que presidem às apreciações, isto é, das normas e valores, tais como a Objectividade das notícias (no caso dos jornalistas), a Justiça na elaboração e aplicação das leis (políticos, juizes) ou a Segurança na protecção do país e dos seus habitantes (polícia, militares). São as normas e valores que definem geralmente grupos políticos e religiosos como os liberais e os conservadores ou os católicos e os protestantes.

Posição

A autodefinição de cada grupo não se faz apenas a partir das características, tarefas, objectivos e valores que lhes são inerentes e que determinam as suas apreciações, mas também em relação a outros grupos específicos: os jornalistas definem-se relativamente ao seu público (ou aos participantes nas notícias), os professores universitários em relação aos seus alunos, os médicos em relação aos doentes e as feministas em relação à generalidade dos homens e mulheres (sexo) e particularmente em relação aos homens machistas. Por outras palavras, a categoria da Posição determina os amigos e os inimigos, os aliados e os adversários, os oponentes e os apoiantes, definindo também as relações sociais de dominação e as de conflito e competição entre os grupos. Como é evidente, é esta a categoria nuclear dos esquemas concebidos pelo próprio grupo e que apelidamos de ideologias. Grupos como as elites e as massas (o “povo”) ou os patrões e os subordinados, por exemplo, são tipicamente definidos a partir da posição que ocupam.

Recursos

Nenhum grupo é capaz de sobreviver ou de se reproduzir se não tiver acesso a recursos sociais mínimos. Determinados grupos podem obtê-los, ou ser definidos através do acesso, que lhes é (preferencialmente) facultado, a materiais ou recursos simbólicos específicos, como, por exemplo, a cidadania, o direito à residência, o estatuto, os direitos humanos, o respeito, o emprego, a saúde, a habitação, a segurança social, os rendimentos, o conhecimento ou o discurso público. Por conseguinte, os jornalistas podem querer proteger o seu acesso privilegiado à informação, os professores universitários ao conhecimento, os empresários ao capital ou aos lucros e as feministas à igualdade de salários. A possibilidade (ou impossibilidade) de ter acesso aos recursos define os ricos e os pobres, os trabalhadores e os desempregados, os sem-abrigo e, em termos gerais, os que Têm e os que Não Têm.

O conjunto destas categorias define aquilo que normalmente apelidamos de interesses de um grupo (embora não sejam analisados como tal). Sublinhamos, mais uma vez, que estas categorias e respectivos conteúdos proposicionais não são necessariamente um reflexo da realidade social, mas sim uma construção ideológica da mesma, que visa servir os interesses do grupo; são uma imagem que o grupo tem de si mesmo e das suas relações com outros grupos (Abrams e Hogg 1990; Turner e Giles 1981).

Atitudes

Uma das principais funções sociocognitivas das ideologias é a de organizar núcleos mais específicos de esquemas de opinião partilhados pelos grupos e relativos a questões sociais, que designaremos através do tradicional termo *atitudes*. Assim, sob o controlo de uma ideologia racista, por exemplo, é possível que encontremos atitudes mais concretas em relação a outras “raças” ou etnias, no âmbito do trabalho, da educação e de outros domínios sociais. Essas atitudes podem, por exemplo, dizer respeito a posições de força, nível de escolaridade, transporte ou ao “politicamente correcto”. Se, por detrás destes núcleos de atitudes, não existisse um conjunto de proposições ideológicas axiomáticas, não seria possível organizá-los; todavia, é lícito presumir que sejam múltiplas as relações que entre eles se estabelecem. Preconceitos comuns a várias atitudes (tais como “Eles foram injustamente favorecidos” no campo da educação, da habitação ou do emprego) podem ser controlados directamente por princípios ideológicos subjacentes. Por conseguinte, mesmo que o discurso ideológico (como os discursos de socialização, a propaganda, os sermões ou os manuais escolares) não transmita directamente as ideologias, podemos, a pouco e pouco, inferi-las a partir de atitudes, antes de serem utilizadas para permitir a construção de novas atitudes, ou a organização e alteração de atitudes já existentes.

Observe-se que a nossa noção de “atitude” difere das que são tradicionalmente usadas e que não estabelecem a distinção entre, por um lado, opiniões gerais, comuns a nível social e, por outro lado, opiniões pessoais específicas (cf. estudo de Eagly e Chaiken 1993). Ou seja, as atitudes, tal como aqui as definimos, são formas esquematizadas de cognição social avaliativa e, por conseguinte, representações sociais comuns aos membros de um grupo (Fiske e Taylor 1991; Resnick *et al.* 1991).

Modelos

Para podermos associar as ideologias e as atitudes sociais, referentes a um determinado domínio por elas controlado, às produções escritas e orais, ou a qualquer outra acção social, necessitamos de uma interface cognitiva, capaz de transformar o

geral no específico, as atitudes sociais em opiniões pessoais e o conhecimento geral em conhecimento pessoal relativamente a acontecimentos e situações actuais.

Esta interface é constituída por *modelos*, como os que se encontram armazenados na memória episódica (pessoal). Os modelos são representações mentais de experiências pessoais relativas a acções, acontecimentos ou situações particulares (razão por que recebem, também, as denominações de “modelos situacionais”, “modelos de acontecimentos” ou “modelos episódicos”). Assim, o facto de um grupo de pessoas partilhar das mesmas atitudes sociais em relação ao contexto situacional em geral, ou à construção de implantações nucleares em especial, não significa, como é óbvio, que membros isolados desse grupo não possuam uma representação específica, isto é, um modelo, relativo à construção de determinada implantação nuclear. De igual modo, certas atitudes racistas serão especificamente “aplicadas” (instanciadas) a acontecimentos étnicos particulares e a membros de grupos de determinadas minorias em contextos concretos de interacção e discurso (Van Dijk 1985).

Isto significa que os modelos formam a base mental do discurso oral e escrito localizado: são aquilo de que as pessoas falam, aquilo a que se referem; são constituídos essencialmente pelas construções subjectivas de acontecimentos passados, presentes ou futuros, e representam experiências pessoais e planos de acção (Johnson-Laird 1983; Van Dijk e Kintsch 1983; Van Oostendorp e Zwaan 1994). Porque são construções mentais subjectivas, os modelos explicam ainda o que pode estar na origem das representações tendenciosas, erradas, fictícias ou despropositadas, que as pessoas têm da realidade e ilustram também, por exemplo, as representações racistas de acontecimentos étnicos.

Chegou o momento de associar as ideologias e outras representações sociais ao significado do discurso. A planificação de (uma parte de) um texto e a sua interpretação implicam a construção de um novo modelo ou a actualização de um modelo antigo, de um acontecimento. Uma vez que repetimos esta operação centenas de vezes por dia, esses processos estratégicos de construção e actualização devem obedecer a um esquema eficaz. Este esquema pode consistir em categorias tão conhecidas como a Localização (espacial, temporal), as Circunstâncias, os Actores, as Acções, etc., cada um dos quais com as suas próprias qualificações. Essas categorias esquemáticas também aparecem na (e explicam a) célebre estrutura funcional (papéis semânticos) de proposições, expressa nos casos e na ordenação de frases. Ou seja, as estruturas-modelo podem ser aplicadas às estruturas semânticas das frases, estabelecendo, dessa forma, a ligação necessária entre o *conhecimento* que temos dos acontecimentos e o *significado* dos nossos discursos acerca dos mesmos.

Os modelos não representam apenas o conhecimento que temos das acções, de outros acontecimentos e dos participantes nesses acontecimentos, mas também as *opiniões* específicas, pessoais, que acerca deles formamos. Daqui se conclui que os modelos são pessoais e avaliativos, subjectivos e únicos: cada pessoa possuirá um modelo específico (plano, interpretação) de cada texto em cada situação. Uma leitura posterior do mesmo texto pode dar origem a um modelo diferente, actualizado ou modificado.

À semelhança da interface entre cognição social e cognição pessoal, os modelos são representações mentais utilizadas para uma análise (produção discursiva ou compreensão) nos dois sentidos. Por um lado, instanciam e aplicam cognições sociais em situações específicas, pessoais. Por outro lado, constituem a base experimental de processos de generalização, abstracção e descontextualização, inerentes à formação do conhecimento e de atitudes, comuns a membros de grupos. Ou seja, as opiniões inscritas em modelos são a base da formação de atitudes. Visto que a influência de atitudes ideológicas pode tornar os modelos tendenciosos, também as suas generalizações podem ser tendenciosas, confirmando assim a existência de estereótipos e preconceitos racistas ou sexistas (Snyder 1981).

Os modelos oferecem uma explicação teórica aliciente para o familiar paradoxo (atrás analisado) entre, por um lado, a variação e a singularidade pessoais e contextuais e, por outro lado, a continuidade e similitude do discurso e da acção em diferentes situações. Quanto mais um modelo se assemelhar ao conhecimento geral (instanciado) e às atitudes de um grupo, mais padronizado e estereotipado será. É este o caso de modelos eivados de preconceitos, nos quais se desprezam características pessoais únicas de actores e circunstâncias de acção exteriores ao grupo, em favor de cognições sociais que lhes são próprias (Van Dijk 1984, 1987, 1991, 1993; cf. também as contribuições de, por exemplo, Hamilton 1981; Zanna e Olson 1993).

Modelos contextuais

Os modelos contextuais pertencem a um tipo de modelo que desempenha um papel crucial no discurso e na comunicação. Tal como outros modelos, são também representações de acontecimentos, situações e actores, nomeadamente os do acontecimento e do contexto comunicativo em curso. Ou seja, ao ler o jornal, construo e actualizo constantemente um modelo do jornal (e das suas características), dos autores das reportagens ou editoriais, de mim mesmo enquanto leitor e ainda de outras particularidades contextuais, tais como a finalidade que preside à minha leitura do jornal. O mesmo se aplica às conversas quotidianas e outros tipos de comunicação.

Os modelos contextuais são imprescindíveis na planificação e compreensão de inúmeras propriedades discursivas – normalmente resumidas em termos “pragmáticos” –, tais como actos de fala, expressões de cortesia e auto-apresentação. No entanto, têm também alguma importância na orientação e interpretação de variações de estilo, uma vez que as escolhas lexicais e a ordem das palavras podem depender do contexto comunicativo, ou melhor, da nossa representação mental (possivelmente tendenciosa) da situação comunicativa em modelos contextuais. Um contexto “informal”, tal como um modelo o representa, influenciará, por conseguinte, a escolha de variantes lexicais “informais” na expressão do significado. Por outras palavras,

a informação (conhecimento e opiniões) que se encontra organizada em modelos contextuais influencia a forma como os modelos de acontecimentos e de acções serão (como atrás referimos) “formulados” no discurso real. Os modelos contextuais definem também o ponto de vista e a perspectiva – bem como as opiniões que lhes estão associadas – a partir dos quais os acontecimentos de um modelo serão descritos a nível discursivo, o que explica as implicações fundamentalmente ideológicas da posição social. Este aspecto da linguagem e da produção discursiva (e sua compreensão) tem, até ao momento, sido objecto de pouca atenção em investigações anteriores no âmbito da psicologia da linguagem e do discurso (Levelt 1989; Van Dijk e Kintsch 1983).

CONTEXTO/INTERACÇÃO	DISCURSO	
Pragmática: actos de fala		
Expressões <ul style="list-style-type: none"> • Estruturas não-verbais • Estruturas fonológicas • Estruturas gráficas 	Estilo (variação de formas)	Retórica (operações especiais)
Forma frásica: Sintaxe <ul style="list-style-type: none"> • Anáfora 		
Significado: Semântica <ul style="list-style-type: none"> • Coerência local, sequencial • Coerência global: tópicos 	Estruturas esquemáticas (superestruturas) <ul style="list-style-type: none"> • Narrativa • Argumentativa 	
	COGNIÇÃO	
Modelo contextual Representação textual	Conhecimento sociocultural <ul style="list-style-type: none"> • Gramática • Léxico • Regras discursivas • Guiões • etc. 	
Modelo de situação/e acontecimentos Modelos de acontecimentos antigos Modelos generalizados Finalidades e princípios pessoais		Atitudes de grupo Ideologias Valores
MEMÓRIA EPISÓDICA (cognição pessoal)		MEMÓRIA SOCIAL (cognição social)

FIGURA 1. Representação esquemática das relações que se estabelecem entre ideologias (e outras cognições) e várias estruturas discursivas nos seus contextos interaccionais e sociais.

Outras cognições sociais

Da mesma forma que todas as nossas experiências pessoais podem ser isoladas do tempo, do lugar e de outras variáveis situacionais, também os modelos de acontecimentos e os modelos contextuais podem ser generalizados. O nosso conhecimento pessoal é, normalmente, de tipo mais geral. Talvez o mesmo se aplique às nossas opiniões pessoais: não necessitamos de as “inventar” para aplicá-las a cada situação; podemos activá-las a partir de modelos gerais que formulámos acerca dos mesmos actores ou tipos de acontecimento. Parte daquilo que costuma definir-se em termos de “eu” e de “personalidade” pode, pois, ser definido em função destes modelos pessoais generalizados e das propriedades que possuem, incluindo as estratégias típicas para actuar ou interagir (“particularidades”, como o facto de se ser extrovertido ou dinâmico). Não procederemos, no presente artigo, a uma análise mais aprofundada destes modelos. No entanto, não deve esquecer-se que, para além dos conhecimentos e atitudes comuns aos membros sociais, estas cognições sociais podem também afectar as estruturas de modelos específicos. Ignoraremos ainda as *paixões* e a *emoção*, que, consoante o contexto e os estados físicos (“excitação”), podem ou não aparecer associados a opiniões e, desse modo, influenciar modelos (Bower 1989; Tan 1994; Zajone 1980).

Modelos “tendenciosos”

Observámos já que, devido à instanciação de atitudes gerais de grupos em opiniões específicas e pessoais, as atitudes ideológicas influenciam também a formação ou actualização de modelos de acontecimentos e de modelos contextuais. Isto significa que, de forma indirecta, os próprios modelos podem ser ideológicos. Deste modo, se nos referimos à interpretação “tendenciosa” de uma situação ou de um texto, queremos dizer que os falantes aplicaram atitudes preconceituosas – ou outras atitudes ideológicas – à construção dos seus modelos desses acontecimentos e ao contexto de comunicação. E, uma vez que os modelos são a base mental do discurso, é através de modelos ideológicos que os próprios discursos podem tornar-se “ideológicos”, ou ser interpretados como tal. Em resumo, uma teoria do modelo mental fornece o (até agora inexistente) elo de ligação entre ideologias e discurso.

É, no entanto, importante assinalar que este elo é indirecto, dado que, entre o discurso e as ideologias, pressupusemos a existência, não só de cognições sociais (tais como atitudes e conhecimento) mas também de cognições pessoais (como os modelos). Isto explica também a razão pela qual o discurso nem sempre apresenta, de forma explícita e directa, estruturas ideológicas, podendo mesmo pôr em evidência

opiniões contraditórias ou a ausência de qualquer posição ideológica. *Por outras palavras, é imprescindível, em termos metodológicos, compreendermos que nem sempre podemos, simplesmente, a partir de estruturas discursivas, “ler” ideologias, sem tomar em consideração as transformações possíveis provocadas por factores intervenientes no processo – factores relativos a acontecimentos pessoais, modelos contextuais e atitudes contraditórias, controladas pelas ideologias de vários grupos, com os quais os falantes se identificam.*

Controlo do discurso ideológico

O modelo teórico esboçado permite-nos formar uma ideia aproximada das relações entre as ideologias e as estruturas da escrita e da oralidade. A figura 1 atrás apresentada mostra um resumo dessas relações.

Encontramo-nos agora preparados a nível teórico para dar início a uma análise mais específica do controlo ideológico do discurso. Podemos utilizar vários processos para tornar esta análise explícita. Uma das hipóteses consiste em começar pelas ideologias e outras cognições – e modelos sociais que estas controlam – para, posteriormente, examinar os possíveis efeitos exercidos por este controlo sobre as estruturas da língua escrita e falada. Semelhante abordagem poderia ser encarada como uma simulação de uma teoria do discurso ideológico sob o ponto de vista da *produção* ou do *falante*: explicar a forma como, no discurso oral e escrito que produzem, os membros de grupos específicos tendem a expor as ideologias próprias ao grupo. Outra hipótese é começar com uma análise sistemática das estruturas discursivas e examinar o seu potencial na expressão da ideologia. Uma abordagem destas seria uma imitação de uma teoria da ideologia sob o ponto de vista da *interpretação* ou do *receptor*, podendo ser dadas indicações acerca da forma como os receptores ouvem ou lêem o discurso considerado ideológico.

Semelhante analogia apresenta, todavia, uma complicação teórica: os receptores não têm apenas um *input* de estruturas discursivas durante a interpretação, mas accionam também grandes quantidades de conhecimentos e outras cognições sociais. Ou seja, mesmo ao interpretar, os receptores tentam continuamente associar, em ambos os sentidos, estruturas discursivas a representações cognitivas.

Semântica do discurso

Entre os vários níveis de discurso, nos quais as ideologias podem manifestar-se, o nível do significado e da referência desempenha um papel central. Representações

cognitivas de atitudes e modelos podem aplicar-se directamente a representações semânticas, sendo, em larga medida, através do significado que os outros níveis do discurso – os níveis superficiais, como a sintaxe, a fonologia ou as estruturas gráficas – são afectados pela ideologia (Kress & Hodge 1993).

Apenas as estruturas pragmática (*i. e.*, ilocutória) e interactiva da escrita e da oralidade (bem como determinados aspectos estilísticos e retóricos) podem encontrar-se sob a orientação directa das estruturas ideológicas, nomeadamente através de modelos contextuais e não por meio de modelos de acontecimentos ou de significado. Um conhecido exemplo desta última forma de controlo não-semântico das estruturas superficiais é a selecção de pronomes pessoais e outras formas de tratamento, em função de factores limitativos (possivelmente com base em fundamentos ideológicos) das expressões de cortesia representadas em modelos contextuais.

Embora a maior parte das noções semânticas (tais como “significado”, “proposição”, “implicação” ou “coerência”), que em seguida utilizaremos, exigisse um estudo e uma análise mais aprofundados, o presente artigo tem por objectivo centrar-se, não na teoria da semântica do discurso, mas nas formas como as ideologias podem afectar o significado do discurso. Contudo, dada a variedade de teorias semânticas (também no campo da análise do discurso), resumiremos do seguinte modo a nossa abordagem à semântica do discurso antes de examinarmos as formas como as ideologias podem afectá-las (para mais pormenores, cf. Van Dijk 1977, 1980):

A semântica linguística é uma abstracção elaborada a partir do âmbito cognitivo mais alargado da semântica do discurso que explica, não apenas estruturas com significado abstracto, mas também os processos e representações reais implicadas na produção e compreensão do significado. Há muitas propriedades do discurso – como a coerência local e global – que necessitam de uma abordagem cognitiva como esta, mais alargada, nem que seja apenas para explicar o papel desempenhado pelo conhecimento na descrição da “expressividade” do discurso (Van Dijk e Kintsch 1983).

A nossa semântica é, obviamente, mentalista, como sucede com a maioria dos psicólogos. De forma a poder explicar aquilo que os seres humanos fazem (e a forma como produzem e compreendem um discurso significativo), consideramos útil trabalhar, a nível teórico, com conceitos como “mente” e “memória” e os seus “processos” e “representações” (mas nada dizemos acerca das possíveis relações que estes estabelecem com as estruturas neurofisiológicas do cérebro). Contudo, isto não significa para nós que as mentes e os seus significados sejam (apenas) individualistas. Pelo contrário, tal como já salientámos, objectos mentais como os significados, o conhecimento, as atitudes e as ideologias podem ser comuns a membros de grupos, comunidades ou culturas, sendo, por conseguinte, também sociais. Na realidade, o discurso é, antes de mais, um dos principais meios, uma das principais condições das “mentes” que os membros sociais têm em comum. De igual modo, podem construir-se significados discursivos específicos, localizados na (e através da) interacção com participantes sociais (Coulter 1989). Por outras palavras, uma teoria cognitiva do significado

do discurso, como a que aqui propomos, necessita de uma teoria sociocultural e interactiva do significado, e vice-versa. Estão aqui envolvidos problemas teóricos e filosóficos fundamentais que, no entanto, este artigo é obrigado a ignorar.

Numa abordagem cognitiva como esta, a distinção entre cognição social e cognição pessoal permite também explicar a diferença entre, por um lado, significados pessoais ou contextuais e, por outro, significados partilhados a nível sociocultural. E evidente que estes últimos (por exemplo, os que se encontram codificados no léxico) são utilizados na construção de significados específicos, localizados, inerentes a determinados discursos.

Embora as estruturas semânticas possam revestir-se de graus variáveis de complexidade, não há fronteiras previamente estabelecidas entre os significados de palavras, sintagmas, orações, frases, sequências de frases, parágrafos ou textos integrais. É frequente que os “mesmos” significados encontrem expressão em diferentes categorias sintácticas, de âmbito variável, dependendo de limitações contextuais, como, por exemplo, as que definem condições estilísticas ou pragmáticas. Ao contrário da semântica da frase, a semântica do discurso explica todos os tipos de significado dos enunciados escritos e orais.

A semântica do discurso não lida apenas com significados ou intenções conceptuais mas também com referentes ou extensões, como sucede com a semântica formal e filosófica (Seuren 1985). Assim, a coerência local implica, frequentemente, a existência de expressões co-referenciais, cuja interpretação se baseia em “coisas” pertencentes ao mundo real ou imaginário. O mesmo se aplica às condições de coerência local com base referencial, em termos, por exemplo, de relações condicionais, causais ou temporais entre “factos” (van Dijk 1977). Tal como já explicámos, a teoria do modelo cognitivo fornece a base interpretativa relevante para uma semântica referencial como esta, ou seja: os discursos são interpretados com base na nossa representação (subjectiva) dos acontecimentos e não em relação à realidade (objectiva). A coerência discursiva é, portanto, relativa, (inter)subjectiva e define-se através de modelos mentais (Garnham 1987).

Observemos agora superficialmente algumas das dimensões principais desta semântica do discurso e examinemos as formas como supomos que as ideologias controlam (parcialmente) a construção de significado e referência no discurso.

Sugerimos que a semântica do discurso deveria explicar, não apenas o significado de estruturas “exteriores” às fronteiras fráscas, mas também os significados de palavras, sintagmas, orações e frases – possivelmente dependentes do discurso – e as suas relações recíprocas. No entanto, porque o espaço de que dispomos é limitado, somos forçados a concentrar-nos em significados específicos do discurso. Não deixaremos, contudo, de resumir brevemente algumas implicações ideológicas das outras propriedades da semântica:

Verdade e falsidade

Observámos já que as noções semânticas fundamentais (referenciais) de “verdade” e “falsidade” foram frequentemente associadas a ideologias (Larrain 1979). Em termos mais específicos, as ideologias foram muitas vezes identificadas como “falsas” crenças ou “falsa consciência” e vistas como sendo inculcadas por grupos dominantes, com o objectivo de legitimar ou dissimular a sua dominação. Optámos, contudo, por uma concepção mais geral de ideologia, na qual a verdade ou a falsidade podem ter um papel determinante, embora isso não seja obrigatório. Tal como atrás dissemos, é óbvio que determinadas ideologias (como as racistas, as sexistas e, para os ateus, também as religiosas) podem basear-se em falsas crenças quando julgadas de acordo com critérios de verdade comumente aceites, mas isso não acontece com todas as ideologias. O que é, todavia, crucial para a definição é o facto de as ideologias definirem a forma como os grupos e os seus membros entendem, interpretam ou constroem a realidade social. Construções como esta, destinadas a servir os fins do próprio grupo, podem incorporar falsas crenças, a partir do momento em que admitimos a validade de uma epistemologia independente do grupo, não-tendenciosa (Kornblith 1994). De igual modo, as ideologias de resistência podem, por outro lado, exigir convicções “verdadeiras”, para poderem funcionar efectivamente como instrumentos de mudança. Em suma, aquilo que para nós são “conhecimentos” pode não passar, para outros, de “meras crença”, e vice-versa. Por conseguinte, na sequência do nosso artigo, não atribuiremos uma grande importância às características de verdade e falsidade do discurso que se encontram sob controlo ideológico.

Proposições

Os significados de frases e de discursos representam-se normalmente em termos de proposições, cujas estruturas (por exemplo, um Predicado, vários Argumentos a desempenhar vários “papéis” e uma ou mais modalidades) eram, segundo se supunha, controladas por esquemas de modelos mentais. Tal como sucede com os modelos, também as estruturas proposicionais podem ser controladas por ideologias, por exemplo, da seguinte maneira:

- as *Modalidades* de “necessidade” e “probabilidade” podem depender da forma como um determinado grupo “define a situação”;
- os *Predicados*, seleccionados enquanto significados para descrever (actores sociais de) grupos externos, podem incorporar opiniões controladas por ideologias, como se verifica no uso de “terroristas” e “combatentes da liberdade”. A lexicalização – que mais adiante desenvolveremos – pode servir para ilustrar este ponto.

Os papéis semânticos de argumentos proposicionais (Agente, Paciente, Objecto, etc.) podem estar dependentes dos papéis que, num modelo, são atribuídos por motivos ideológicos. Assim, num conflito social, podem atribuir-se a diferentes grupos diferentes tipos ou graus de responsabilidade ou envolvimento em acções positivas ou negativas. Tal como depois veremos em maior pormenor, os actores dos grupos internos são quase sempre considerados Agentes responsáveis por actos positivos e Pacientes não-responsáveis pelos actos negativos de Outros, e vice-versa, em relação aos actores de grupos externos.

Estas e outras propriedades “tendenciosas” das proposições também podem ser resumidas pelas noções de perspectiva, ponto de vista ou posição. As proposições são continuamente construídas a partir de modelos mentais em função da posição (contextualizada) do falante e, portanto, possivelmente em função de crenças controladas por ideologias. Uma perspectiva como esta controlará também a representação proposicional do espaço e do movimento, da direcção, da proeminência, do realce e de outros aspectos do significado.

Lexicalização

Embora nos concentremos numa semântica discursiva específica, é importante realçar que a selecção dos significados das palavras – feita através da lexicalização – é, provavelmente, a dimensão primordial de um discurso controlado por ideologias. Podemos, deste modo, partir do princípio de que uma ideologia de teor ecológico controla um elemento lexical como “perigosos” em frases de âmbito geral como “As centrais nucleares produzem detritos perigosos” e em frase mais específicas como “A central nuclear X produz detritos perigosos”. A primeira frase deriva provavelmente de uma atitude em relação à energia nuclear, e a segunda de um modelo esclarecido por essa ideologia (Van der Pligt 1992). Note-se que a segunda pode não ser ideológica. Desta forma, se a frase se apresentar como uma descrição de um acontecimento excepcional e se o seu autor não acreditar que todas as centrais nucleares produzem detritos perigosos, trata-se da afirmação de uma opinião que se baseia numa conclusão tirada a partir das propriedades locais de uma central, não sendo uma “instanciação” de uma atitude mais geral acerca de centrais nucleares. Em síntese, e segundo esta teoria, os elementos lexicais que codificam opiniões representadas apenas em modelos, e não na cognição social, não são ideológicos. Podemos afirmar que o nosso vizinho é um canalha, mas semelhante expressão só será ideológica se, por exemplo, o nosso vizinho for negro e se nós pensarmos que ele é um canalha porque, como outros racistas, acreditamos que todos os negros, ou a sua maioria, são canalhas.

Como demonstram exemplos conhecidos da utilização da linguagem ideológica – e tal como atrás sugerimos –, apelidar um grupo de “terroristas” em vez de “combatentes da liberdade” (ou vice-versa) não é apenas o resultado nominal de uma

categorização e de uma identificação de carácter avaliativo, mas igualmente uma decisão ideológica, devido à posição política do falante e do grupo a que (ele ou ela) pertence. Ilustraremos esta ideia com os seguintes exemplos retirados de editoriais do *New York Times* (sempre que for necessário, apresentar-se-á um breve resumo do texto precedente):

(1) A expulsão de membros do Hamas.

Os defensores de Israel afirmam, com toda a legitimidade, que o mundo presta muito pouca atenção aos crimes terroristas cometidos por extremistas islâmicos e à determinação fanática destes últimos de bloquear qualquer solução de compromisso entre árabes e israelitas. Mas a expulsão desvia os olhares da denúncia feita por Israel. Itzhak Rabin considera acertada a decisão de reduzir os prejuízos rectificando a ordem de expulsão. (*NYT*, edição de 29 de Janeiro de 1993)

(2) O ataque bombista ao World Trade Center. Três dias após a explosão mortífera que transformou os edifícios-símbolo de Nova Iorque em símbolos nacionais de vulnerabilidade urbana, duas questões persistem:

Poderão as autoridades fazer algo mais para evitar que os terroristas e outros sociopatas tenham acesso a explosivos?

Haverá formas de detectar uma arma gigantesca como aquela antes que expluda? (*NYT*, edição de 2 de Março de 1993)

(3) Após o terramoto que o Cairo sofreu no ano passado, por exemplo, o Governo mostrou-se praticamente incapaz de uma ajuda efectiva. Grupos islâmicos independentes intervieram rapidamente, oferecendo alimentação e abrigo. A cidade do Cairo vê-se obrigada a reagir a pulso face aos terroristas que agora atacam os turistas, a polícia e as igrejas coptas em nome de um regime islâmico. No entanto, a não ser que a sua capacidade de reacção aumente muitíssimo, o Governo estará, na melhor das hipóteses, a exercer um controlo provisório da situação. (*NYT*, edição de 7 de Abril de 1993)

(4) Pois bem, esqueçam as suposições. Quer seja ou não um direito constitucional, as mulheres não podem recorrer ao aborto se não houver ninguém que dele se ocupe. E é cada vez mais o que acontece, graças a uma unidade de terroristas domésticos, que assediam os clínicos, e às autoridades médicas, aparentemente pouco dispostas a instruir os futuros médicos acerca de todos os aspectos relativos à saúde de uma mulher. (*NYT*, edição de 12 de Maio de 1993)

No exemplo (1), o termo “terroristas” está, conforme é hábito no mundo ocidental, associado aos fundamentalistas árabes ou muçulmanos, tal como as palavras “extremista” e “fanático, aplicadas em especial a pessoas que fazem uso da violência ao resistir contra a ocupação israelita da Palestina (Chomsky 1984, 1986, 1989; Herman 1992; Herman e Chomsky 1988; Said 1981). Dadas as lexicalizações desta opinião acerca dos palestinianos ou outros árabes, a posição ideológica do enunciador levanta muito poucas dúvidas. Uma análise feita sob o ponto de vista palestiniano

teria recorrido a outros termos. Contudo, o editorial não está incondicionalmente do lado de Israel e condena a expulsão dos membros do Hamas. No entanto, a forma como é feita esta condenação faz lembrar a crítica moderada que dirigimos a um amigo ou a um aliado ideológico: pelo menos neste excerto, os actos do governo israelita *não* são apelidados de “fanáticos” ou “terroristas”, nem se sugere uma violação do direito internacional enquanto crime perpetrado por um Estado (cf. outros estudos sobre a representação dos árabes e palestinianos e sobre o conflito no Médio Oriente nos meios de comunicação social: Alexander e Picard 1991; Barranco e Shyles 1988; Ghareeb 1983; Harsent 1993; Kressel 1987; Lederman 1992; Schmid 1982; Shadeen 1984; Simmons e Lowry 1990; Wilson 1991).

Encontramos expressas nos outros exemplos posições ideológicas semelhantes a esta. Também no extracto (2) se reservam os termos “terroristas” e “sociopatas” para aqueles (supostamente muçulmanos) que atacaram o World Trade Center em Nova Iorque; e no extracto (3) categorizam-se da mesma forma os fundamentalistas islâmicos no Egipto. Apenas no extracto (4) encontramos uma aplicação menos estereotipada deste termo: “terroristas” são aqueles que atacam violentamente as clínicas de aborto.

Vemos que os significados de frases, orações, substantivos, nominalizações e adjetivos são alvos possíveis para a expressão de conteúdos que normalmente tomam a forma de conceitos avaliativos. No entanto, em qualquer dos casos, semelhante representação semântica de opiniões em atitudes ou modelos carece de uma análise contextualizada: a mera utilização ou aplicação de uma palavra como “terrorista” não leva a crer, por si só, que o enunciador acredite que a palavra deva ser aplicada dessa forma, ou que um grupo social seja digno de tal tratamento. Isto significa que em todas as formas do uso da linguagem que sejam indirectas, citadas ou submetidas a qualquer outro tipo de “codificação”, a utilização de termos avaliativos enquanto tais não é indício de uma posição ideológica: quem escreve pode mesmo rejeitar a relevância da aplicação de tais palavras. Nos exemplos (1) a (4) não se verifica nenhuma “codificação” do uso de “terrorista”. Todos os usos são literais, intencionais, deliberados, embora a expressão “terrorista doméstico” possa ser interpretada como uma hipérbole, quando se refere a actividades contra o aborto: raramente se apelidam de “terroristas” os criminosos, homicidas ou adversários políticos violentos norte-americanos.

Podemos entender que o exemplo (4) exprime uma opinião a favor da “Liberdade de Escolha” no âmbito da controvérsia gerada pela questão do aborto: as mulheres devem ter a possibilidade de fazer um aborto sem serem assediadas (Nice 1988). Para além da palavra “terroristas”, esta atitude controla também o elemento lexical “assédio”, que um discurso controlado por uma atitude de “Defesa da Vida” provavelmente evitaria, devido à forma negativa como são qualificadas as acções anti-aborto (Colker 1992; Vanderford 1989). Por fim, este exemplo exprimia também uma opinião negativa relativamente às “autoridades médicas”: o facto de serem incapazes de prestar atenção a este aspecto da saúde de uma mulher. O uso do termo

“autoridades” exprime uma opinião ideológica, se partirmos do pressuposto de que o autor se identifica com um grupo (clientes, doentes, cidadãos) que se opõe ao poder dos médicos e dos profissionais da saúde.

Estruturas proposicionais

Observámos já que os actores sociais – tal como se encontram representados nos modelos – podem desempenhar, nas proposições, diferentes papéis consoante as atitudes e as ideologias subjacentes. Assim sendo, se um grupo social é invariavelmente considerado o agente responsável por acções negativas (criminosas ou violentas), ou se é acusado de “participação” nessas acções – como acontece, frequentemente, com rapazes negros em relatórios sobre crime, drogas ou “motins” –, podemos concluir que semelhante “incriminação” proposicional contribui para a imagem negativa desse grupo, tendo, portanto, uma base ideológica (Fowler 1991; Fowler *et al.* 1979; Van Dijk 1988b, 1991). Se, pelo contrário, se atribuir continuamente a esse mesmo grupo um papel de não-agente ou não-responsável, sempre que seja agente de acções positivas (o que, de facto, se verifica nas referências mediáticas aos rapazes negros), a estrutura semântica torna-se marcadamente ideológica (Sykes 1985). O oposto pode aplicar-se a Nós (e a outros grupos que nos rodeiam) quando as nossas acções positivas estão relacionadas com o facto de desempenharmos um papel de responsabilidade, de Agentes, e quando se procura desviar a atenção das nossas acções negativas atribuindo-nos um papel mais passivo, menos responsável – como se se tratasse de algo que nos *acontece*, ou que os outros, ou as circunstâncias, nos obrigam a fazer.

No exemplo (3), atrás analisado, descrevem-se as autoridades egípcias da seguinte maneira:

“A cidade do Cairo vê-se *obrigada* a reagir a pulso face aos terroristas que agora atacam os turistas, a polícia e as igrejas coptas em nome de um regime islâmico.”

A formulação desta frase sugere que, embora se descrevam as autoridades egípcias como os agentes que vão “reagir a pulso” (um eufemismo conhecido para o terror estatal), a escolha dos termos “obrigada” e “reagir” aponta para uma forma de intervenção simultaneamente reactiva e inevitável, e por conseguinte menos responsável (também pelas suas consequências). Faz parte do estilo corrente dos meios de comunicação social representar a polícia como sendo “obrigada” a agir “com firmeza” quando confrontada com “motins” ou qualquer outro tipo de distúrbios sociais, o que sugere que a perspectiva da polícia (e as desculpas que apresenta para a violência policial) é adoptada pelos meios de comunicação social (Van Dijk 1988b, 1991).

Tanto a estrutura proposicional como a utilização de palavras que dizem algo acerca da natureza do envolvimento, ou acerca daquilo que provocou ou condicionou a acção (como, no exemplo anterior: “face aos terroristas que agora atacam os turistas”), elucidam-nos, de alguma forma, relativamente à perspectiva que preside à descrição desse envolvimento. Os eufemismos que minimizam a acção negativa (a violência, por exemplo) por parte das autoridades completam esta construção tendenciosa do significado. Isto demonstra, mais uma vez, que é preciso analisar toda a frase – ou até mesmo todo o texto (e contexto) – para que seja possível chegar à conclusão de que os significados incorporam posições ideológicas. A atribuição semântica de papéis temáticos não é, por si só, ideológica; é, contudo, um elemento estrutural que, ao conferir determinados tipos de envolvimento e responsabilidade relativamente a boas ou más acções, pode ser usado para exprimir posições ideológicas. Estes “erros de atribuição”, com fundamentos ideológicos, são uma conhecida característica da cognição social tendenciosa (Pettigrew 1979; Stephan 1977).

O que se verifica ao nível da produção do significado aplica-se também à sua compreensão e influência: um discurso invariavelmente tendencioso pode, do mesmo modo, fomentar a construção de modelos do recipiente correspondentes às estruturas do significado, a não ser que se apresentem atitudes alternativas que ponham em causa essas sugestões estruturais com vista à construção de “modelos preferenciais”. Isto demonstra, igualmente, que a distribuição dos papéis de agente (ou outros), bem como a ênfase que lhes é dada em modelos mentais, pode basear-se em papéis de agente, patentes nas atitudes sociais de que os grupos partilham, e, por conseguinte, na ideologia. Face a exemplos desse género, podemos falar de *transparência estrutural* das proposições ideológicas: se, nas suas atitudes e ideologias, um grupo for representado como um Agente responsável por acções sociais negativas, ser-lhe-á atribuído o mesmo papel participativo, tanto nos modelos como nas estruturas semânticas construídas a partir desses modelos. É evidente que as estruturas de texto e de contexto podem, ocasionalmente, intervir nessas instanciações de proposições ideológicas, tal como o demonstram também as estruturas sintácticas variáveis: nem todos os Agentes responsáveis desempenham a função sintáctica de Sujeito.

Tópico, comentário, foco, fundamento, importância, relevância, etc.

O conjunto de conceitos que explicam a distribuição e a ênfase da informação e, em termos mais genéricos, as relações *funcionais* que se estabelecem entre os elementos proposicionais, constitui uma abordagem diferente do significado proposicional. Embora tenham sido alvo de frequentes estudos, muitas destas noções carecem ainda de precisão teórica e continuam a revestir-se de uma ambiguidade incómoda, no que diz respeito à sua estrutura superficial (sintáctica) e ao seu estatuto semântico

e pragmático; por isso, é necessário definir o significado de alguns destes termos. A distinção entre “tópico” e “comentário” costumava estar associada à noção de informação “nova” e “antiga”, transformando-se assim num conceito sintáctico e não cognitivo-semântico, a não ser quando aplicado a partes da *frase* que contivessem essa informação nova e antiga. Estas noções funcionais exigem obviamente a utilização de uma abordagem discursiva, visto que o facto de a informação contida numa proposição ser “nova” ou “antiga” depende das informações expressas, ou sugeridas por frases anteriores, no discurso escrito ou oral (Givón 1979, 1989; Tomlin 1987). Estas noções são também reveladoras das estreitas relações (que atrás sublinhámos) existentes entre o significado e a informação ou o conhecimento (cognitivos). Deste modo, as informações, proposições ou partes de proposições podem, ou não, ser objecto de foco ou atenção; além disso, podem encontrar-se *realçadas* ou *secundarizadas* noções que se revestem igualmente de uma importante dimensão cognitiva. Todas estas noções funcionais são caracterizadas pelo facto de se encontrarem estruturadas em termos de oposição gradual ou absoluta relativamente às suas correspondentes: o comentário de uma frase ou proposição é a parte que não constitui o tópico; uma informação é realçada relativamente a uma informação secundária, ou é alvo de maior ou menor focalização.

Noções semânticas, pragmáticas ou cognitivas, como os graus *proeminência*, *importância* ou *relevância*, encontram-se intimamente associadas a vários destes conceitos teóricos. Assim, num determinado texto, pode exprimir-se com maior ou menor proeminência uma informação: num título de jornal (por exemplo, com caracteres de maior dimensão), no início ou no fim, ou através de repetições; estas são as diversas marcas de proeminência susceptíveis de assinalar a importância relativa ou a relevância da informação, de acordo com o ponto de vista de quem escreve. É isto que normalmente acontece na organização do discurso noticioso (van Dijk 1988b). A proeminência é, portanto, uma noção formal relativa à superfície estrutural, e a sua definição faz-se em termos do conjunto de dispositivos textuais que exprimem a importância ou relevância da informação. Embora a importância da informação (que se distingue, por exemplo, da importância social de acontecimentos ou acções) seja um conceito bastante impreciso, podemos defini-lo com base no conjunto das suas consequências cognitivas, tais como a série de inferências a que pode dar origem essa informação. De acordo com este critério, informações relativas ao sistema sociopolítico de determinado país (quer se trate de uma democracia ou de uma ditadura) seriam, na generalidade, mais importantes do que informações acerca do número dos seus rios. Por outro lado, a relevância da informação é um critério mais pragmático, mais interactivo, podendo ser definido em termos da utilidade da informação para receptores específicos.

Mesmo que, neste artigo, não analisemos em maior detalhe estas noções funcionais, examinaremos brevemente as suas dimensões ideológicas. Escusado será dizer que a importância e a relevância da informação são afectadas pela ideologia. Aquilo que, para um grupo social, é uma informação importante, pode não o ser para um outro

grupo, e o mesmo se aplica às formas através das quais essa informação é reproduzida na semântica do discurso. Tanto os racistas como os anti-racistas se interessam pelas minorias e pelos imigrantes; portanto, as informações relacionadas com esses temas são normalmente importantes para ambos os grupos porque vão dar origem a (ou pressupor) uma série de inferências baseadas em conhecimentos e atitudes. No entanto, para os racistas, será, em termos gerais, mais importante ter conhecimento das características e acções negativas – e não das positivas – respeitantes às minorias ou obter informações acerca das suas reivindicações sociais e económicas, em vez de estar a par da contribuição que dão à economia, ou das discriminações de que são alvo. Ou seja, os enquadramentos ideológicos e as atitudes que em torno deles se organizam definem também a importância relativa dos acontecimentos e das informações acerca destes, determinando ainda, normalmente, o nível de interesse que os membros de grupos têm por determinados tópicos ou tipos de informação. Em resumo, a importância das informações define-se relativamente às cognições sociais (conhecimentos, atitudes ou ideologias) de um grupo social, incluindo (a representação de) as suas finalidades, normas e interesses.

A noção de *relevância* – que tem, também, muito em comum com a de importância, especialmente no que diz respeito aos interesses práticos dos grupos – pode ser definida de forma mais específica em termos contextuais: a informação é mais ou menos relevante para o discurso oral ou escrito em curso (por exemplo, porque condiciona a interpretação de expressões posteriores), para o contexto de interacção (por exemplo, porque esse conhecimento é indispensável a acções subsequentes) ou, mais genericamente, para as necessidades que dela têm, no momento, determinados receptores. A partir do momento em que tomamos esta noção mais extensiva e nos referimos à “utilidade” que a informação tem para um grupo – por exemplo, como condição que preside à sua identidade, finalidades, organização ou sobrevivência –, a sua importância assume proporções gigantescas. É, contudo, possível restringir a noção de “importância”, enquanto medida abstracta da informação, em termos da amplitude das suas implicações ao nível do conhecimento (nomeadamente, o número de inferências) e agir da mesma forma em relação à “relevância” enquanto medida da utilidade – dependente de um contexto e relacionada com o grupo – da informação, como condição indispensável à acção em curso ou à vida quotidiana. É possível chegar à conclusão de que, em termos conceptuais, se trata de duas noções distintas, se tivermos em consideração o seguinte facto (sobejamente conhecido): há informações relativamente dispensáveis que podem muito bem ser relevantes e vice-versa.

Como é evidente, tanto a importância como a relevância são controladas por ideologias. Numa perspectiva feminista, as informações relativas ao aborto e aos infanticídios podem ser consideradas mais importantes (embora, na sociedade contemporânea, sejam, normalmente, mais relevantes para as mulheres do que para os homens, tendo em conta a forma como na sociedade se procede à atribuição das responsabilidades domésticas) do que informações acerca da bolsa de valores ou da criação de cavalos. Tanto para os que defendem o “Direito à Escolha” como para

os que lutam pelo “Direito à Vida”, qualquer informação acerca do aborto terá uma importância primordial, quer essa informação possa, ou não, definir-se (exclusivamente) pelo papel relevante que desempenha na vida quotidiana dessas pessoas (por exemplo, ao decidir ter ou não um filho, ou ao optar por manifestar-se contra ou a favor de uma clínica de abortos). Segundo a nossa definição experimental, a importância baseada em ideologias deriva, nesses casos, do facto de certos tipos de informação poderem ter mais implicações cognitivas para determinados grupos do que para outros. Quando essa informação tem também mais implicações sociais para determinado grupo, é mais, ou menos, relevante. Uma vez que, na maior parte dos casos, as ideologias controlam igualmente a acção social, importância ideológica (ou interesse) significa também relevância ideológica (ou utilidade). Mas estas noções devem ser discriminadas: informações relativas aos infantários ou à igualdade de salários podem ser, a nível ideológico, importantes para todas as feministas, visto que permitem tirar conclusões acerca do âmbito da independência, qualidade e autonomia das mulheres, mesmo que essas informações não sejam relevantes para todas as feministas (por exemplo, para as que não têm filhos ou para as que já recebem um salário igual ao dos homens).

As informações importantes e relevantes podem ser associadas de várias maneiras às estruturas de significado do discurso, tal como acontece com as suas implicações ideológicas. Tanto a importância como a relevância podem ser assinaladas através de vários dispositivos de proeminência: os títulos ou parágrafos iniciais em textos jornalísticos, a posição inicial (“tópica”) em frases, a parte das conclusões em artigos académicos, ou os grandes planos no cinema e na fotografia. Por conseguinte, realçar a importância de informações sobre os “crimes e violência de natureza étnica” através de cabeçalhos ou de artigos de primeira página, que relacionem negros com assaltos, drogas ou motins é, obviamente, uma atitude de carácter ideológico, baseada, por exemplo, em estereótipos ou ideologias respeitantes às minorias, em geral, ou às pessoas negras ou homens negros, em particular (Hall *et al.* 1978a; Van Dijk 1991).

Entre estas estruturas de expressão e as noções abstractas, cognitivas ou sociais de importância ou relevância, existem noções semânticas, como a articulação entre tópico e comentário e o destaque e a focalização subjacentes a variações ao nível da frase ou da ordem de palavras. Mas de que forma poderá a distribuição da informação, no interior de (sequências de) frases ou proposições, ser afectada pelas ideologias? É possível abordar esta questão por intermédio das noções de perspectiva e tópico, noções mais abstractas, situadas a um nível mais elevado. Ou seja, se John é o protagonista principal de uma história acerca das suas acções, faz todo o sentido que “John” (ou outras expressões ou conceitos co-referenciais) seja, regularmente, o tópico de frases ou proposições. Serão frequentemente apresentadas outras pessoas relacionadas com ele (por exemplo, pessoas que ele conhece, vê ou em quem pensa); essas pessoas serão mencionadas na parte “comentário” da frase ou proposição. Tal como sucede com a atribuição preferencial de papéis de agentes aos referentes do

discurso, podemos, neste caso, contar com a proeminência de determinados actores em funções de tópico e outros em funções de comentário: os actores a quem são atribuídas funções de tópico são, na maior parte das vezes, Agentes iniciadores, enquanto aqueles que desempenham outros papéis aparecerão mais frequentemente na parte do “comentário”. Os actores conhecidos ou os protagonistas “conduzem”, assim, o texto, bem como as suas estruturas proposicionais-funcionais (tópico-comentário) e (as que presidem às ordenações) frásicas. Importa observar que se trata apenas de uma tendência genérica: também os actores secundários ou menos importantes serão representados a agir, podendo, portanto, aparecer em tópicos proposicionais.

O que importa, no entanto, é o facto de modelos situacionais controlados por ideologias poderem atribuir a membros de diferentes grupos diferentes estatutos de actuação, importância e iniciativa. Por outras palavras, e pelo menos relativamente a papéis neutros ou positivos, os homens podem encontrar-se em posição tópica mais vezes do que as mulheres, os brancos mais vezes do que os negros, etc., consoante a forma como, a nível ideológico, se define a sua importância, responsabilidade e atribuição de papéis de agente ou de tópico. É possível que o mesmo aconteça com membros de grupos sociais ou políticos externos – podem, em termos funcionais, “conduzir” e ser alvo de “topicalização” quando encarados como agentes responsáveis por acções negativas, tal como atrás referimos. Nesse caso, os membros do grupo interno podem representar-se como sendo as vítimas sociais e os predicados semânticos, geralmente mencionados na parte “comentário” da proposição.

Este enquadramento ideológico torna-se, é claro, ainda mais acentuado no caso das relações funcionais de destaque e focalização. Em enunciados escritos ou orais, a escolha entre realçar uma informação ou relegá-la para um plano secundário dependerá da sua importância, da sua relevância contextual e, por conseguinte, também daquilo que é importante ou relevante para o enunciador enquanto membro de um grupo. Assim sendo, no relato de um crime, podemos realçar ou secundarizar a informação relativa ao grupo étnico ao qual os suspeitos pertencem; na política internacional, um editorial pode realçar ou secundarizar o papel benéfico ou prejudicial dos EUA ou de outros países; por fim, numa notícia sobre um derrame de crude, as acções ou a responsabilidade de políticos, fretadores ou activistas ambientais podem ser realçadas ou secundarizadas, sempre em função da ideologia de quem escreve. Estas estratégias de realce ou secundarização podem ser associadas à estrutura hierárquica do significado (por exemplo, uma informação realçada pode transformar-se no tópico principal do discurso), aos esquemas tradicionais (a informação realçada pode encontrar-se expressa no título ou na conclusão de um texto) ou directamente às estruturas superficiais, tais como a ordenação e a organização inter- ou intra-frásicas (a informação realçada pode ser expressa antes da informação secundarizada, ou em orações principais em vez de orações subordinadas, ou ainda em orações completas em vez de nominalizações).

Para ilustrar o papel (controlado pelas ideologias) que as relações tópico-comentário e as noções de importância e relevância desempenham no discurso, examinemos

alguns excertos de um artigo de opinião da autoria de Jim Hoagland publicado no *Washington Post* (numerámos os parágrafos de forma a facilitar referências posteriores):

(5) KADHAFI: POSE SINISTRA

- 1 Chega um momento em que um tirano ultrapassa o derradeiro limite. Sob o domínio da megalomania, torna-se incapaz de elaborar estimativas racionais acerca das perdas e dos ganhos. Ataca, movido pela raiva e pelo receio, decidido a destruir, mesmo que isso signifique que a destruição se voltará contra ele.
- 2 Saddam Hussein, o líder iraquiano, ultrapassou esse limite na Primavera de 1990. Mas o resto do mundo não ligou muita importância até à invasão do Kuwait nesse Verão. Moammar Kadhafi acaba de ultrapassar esse limite. A comunidade internacional não deve repetir o erro que cometeu com Saddam. No domingo, Kadhafi convidou os dois terroristas palestinos que gozam de pior reputação a nível mundial, Ahmed Jibril e Abu Nidal, a visitar Tripoli, talvez com o intuito de aí estabelecerem quartel-general. O líder líbio disse a uma multidão entusiasta da cidade de Azizia que os convites se destinavam a desafiar as Nações Unidas.
- 3 Kadhafi demonstrou já não dar valor ao véu de silêncio e aquiescência que procurava comprar ou extorquir para encobrir a sua actuação maléfica. Está numa posição de ataque, conduzindo, até ao ponto de ruptura, o velho confronto que mantém com o Ocidente.
- 4 Durante vários meses, diplomatas egípcios – temendo os danos que Kadhafi podia provocar no país –, bem como empresários petrolíferos europeus e advogados de Washington – fascinados pelo lucro que ele podia fazer-lhes chegar às mãos –, referiram-se à nova “moderação” de Kadhafi e instaram a comunidade internacional a tratá-lo com sensatez e paciência.
- 5 Estava, segundo declararam os advogados, prestes a modificar os seus objectivos terroristas. Era, de acordo com as palavras dos egípcios, mal interpretado e, de qualquer forma, representava um mal menor do que os fundamentalistas islâmicos que declararam guerra ao regime egípcio. Era, na opinião dos homens do petróleo, o líder com quem conseguiam negociar em condições favoráveis.
- 6 Os seus pedidos de paciência caíram por terra, agora que Kadhafi voltou a abraçar publicamente o terrorismo, em palavras e em actos. Reagiu de forma cáustica e ameaçadora às moderadas sanções económicas lançadas contra o seu regime pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 7 O Conselho de Segurança exigiu que Kadhafi enviasse para julgamento no estrangeiro dois dos seus seguranças, acusados pelos Estados Unidos do ataque bombista ao voo da Pan Am em 21 de Dezembro de 1988. A recusa de Kadhafi em obedecer originou sanções destinadas a restringir as entradas e saídas de aviões da Líbia e a congelar os rendimentos petrolíferos que o país tinha depositado no estrangeiro.
- 8 Relatórios dos Serviços Secretos associam Jibril e a sua organização Comando Geral à programação do massacre da Pan Am, que custou 270 vidas. Embora não haja ainda certezas acerca do papel concreto que Jibril desempenhou, o convite de Kadhafi vem desmascarar o alegado interesse do líder líbio em que, neste caso, seja feita justiça.

- 9 Tão sinistra como este convite aos dois directores executivos de Terror SARL é a suspeita de que Kadhafi estaria envolvido no rapto – ocorrido no fim-de-semana no Cairo ou em Mansour Kikhiya – do seu ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, que se dissociou das actividades terroristas de Kadhafi para se tornar um dissidente de relevo e passar a residir nos Estados Unidos, devendo, no próximo ano, ser-lhe concedida a cidadania americana. (...)
- 10 Kadhafi encontra-se numa encruzilhada semelhante àquela com que Saddam se viu confrontado na Primavera e no Verão de 1990. Reage de forma idêntica, agredindo os que podem contrariá-lo, mesmo correndo o risco de envergonhar um governo egípcio que o defendeu.
- 11 A Líbia, ao contrário do Iraque, não se encontra falida, nem gravemente enfraquecida, em consequência de uma longa guerra. Mas Kadhafi está cercado e humilhado pelas sanções, que têm demonstrado à população líbia que ele não é o líder onnipotente e respeitado que afirma ser.
- 12 Em vez de se submeter à impotência, Saddam foi à guerra. Kadhafi não dispõe de um exército nacional que lhe permita tomar essa decisão. Tem, no entanto, um exército de terroristas internacionais, incluindo aqueles que, obedecendo às suas ordens, levaram a cabo o atentado bombista ao avião da Pan Am, faz este mês cinco anos.
- 13 É impossível saber se Kadhafi estava apenas a recordar ao mundo as suas capacidades sinistras ou a anunciar novas atrocidades através do acolhimento público aos terroristas. Mas avisou o mundo de que deve ser vigiado e defrontado novamente, após uma temporada de paz fictícia.

(Jim Hoagland, 15 de Dezembro de 1993)

A primeira forma de topicalização deste texto aparece no título e marca, desde logo, a importância macro-estrutural dos tópicos do discurso. Verifica-se que, em vez do habitual recurso à oração reduzida ou à nominalização, o autor coloca uma referência a Kadhafi, em posição inicial, num aposto topicalizado seguido de dois pontos. A redacção mais corrente do título teria sido “A pose sinistra de Kadhafi”. Assim, a partir do modelo de acontecimentos subjacente a este texto, Kadhafi é seleccionado, sendo-lhe atribuído um papel central, patente também na macroproposição expressa no título. Por conseguinte, a estrutura sintáctica do título encontra-se organizada de tal forma que Kadhafi não apenas é colocado em posição inicial, tópica, mas ainda posto em evidência através de um sintagma nominal isolado. A outra parte do título é um resumo da macroproposição que organiza este artigo, isto é, uma opinião muitíssimo negativa relativamente a Kadhafi no que respeita à pessoa (“sinistra”) e às suas acções (“pose”).

Esta opinião, com fundamentos ideológicos, é também traduzida pela longa lista de elementos lexicais tendenciosos que o autor utiliza para descrever Kadhafi e outros “tiranos” (tal como já vimos). Para a questão que agora nos ocupa, importa, em primeiro lugar, referir que, em quase todas as frases e orações deste texto, a referência a Kadhafi aparece em posição tópica, ou seja, em orações principais e em posição inicial. É a ele que se atribuem as acções negativas, é ele que se encontra representado

como aquele que manda, é sobre ele que recai a máxima responsabilidade. Ninguém o força ou provoca, e nunca se descrevem as suas acções como sendo uma reacção à forma como o Ocidente o trata. Pelo contrário, considera-se que ele provoca o Ocidente, tal como fez Saddam Hussein. Apesar de se lhe atribuir a responsabilidade das suas acções, a primeira frase temática deste texto sugere, contudo, que Kadhafi age de forma irracional e que um tirano levado pela megalomania “ataca, movido pelo receio”. A megalomania do tirano é também topicalizada, através da anteposição de um sintagma preposicional. A aliteração (*raiva e receio*) e a repetição (*destruir, destruição*) contribuem ainda mais para a expressão retórica que consiste em realçar, neste texto, os aspectos e traços negativos de Kadhafi, deixando implícito, ou secundarizando, o papel do Ocidente, ou dos EUA, no Médio Oriente, em geral, e no conflito israelo-palestiniano, em particular.

É curioso verificar que, mesmo quando é objecto dos comentários de outrem (como sucede no parágrafo 5), a referência a Kadhafi não aparece numa oração subordinada, introduzida por “que” – por exemplo “Os advogados declararam que ele estava...” – mas, mais uma vez, topicalizada e anteposta (“Estava, declararam os advogados...”). Deste modo, é a Kadhafi que se atribui a ênfase, é ele que aparece realçado, enquanto se secundariza a identidade das pessoas cuja opinião é expressa. Da mesma forma, no resto do texto, Kadhafi ocupa quase sempre o lugar de Agente, de Sujeito, ou a posição inicial, para que o significado represente directamente a sua proeminência no modelo.

Pode apelar-se o sistema ideológico que serve de base aos juízos avaliativos acerca de Kadhafi “antiterrorista” ou democrático (ao estilo ocidental). No entanto, o essencial para a nossa análise é o facto de, ao nível da política internacional, os Estados Unidos sempre terem considerado Kadhafi o seu inimigo predilecto (Chomsky 1987; Rosenberg 1988). E esta a ideologia que aqui prevalece e que controla a selecção de termos como *tirano, raiva, maléfica, ataque, confronto*, etc., orientando ainda o uso das aspas na palavra “moderação”, usada com referência a Kadhafi, por pessoas ingénuas ou com interesses próprios a defender.

Esta ideologia inclui igualmente Kadhafi e Hussein na categoria dos “árabes”, sobretudo por causa da atitude de hostilidade e desafio relativamente ao mundo ocidental – e não apenas devido a actos de agressão e terrorismo, visto que não se estabelece qualquer relação ou comparação entre Kadhafi e outros políticos da América Central, possivelmente responsáveis por mais mortes e actos de tortura do que ele. Isto significa que, tal como já observámos e voltaremos ainda a referir, o “antiterrorismo”, aqui exemplificado, não é simplesmente uma especificação dos valores humanitários contra a violência, mas uma forma de ataque – ideológica, controlada por perspectivas políticas – dirigida contra aqueles que desafiam o Ocidente, em geral, e os Estados Unidos em particular.

Implicação

A semântica da frase e do discurso apresenta uma característica bem conhecida: os significados nem sempre são expressos de maneira explícita, podendo estar, de alguma forma, implícitos a nível semântico, ou vir na sequência de outras expressões explícitas e respectivos significados. Uma explicação séria dos significados implícitos exige uma base cognitiva. Se, ao exprimir o significado A, o enunciador quer também dizer B, os receptores apenas serão capazes de deduzir a implicação com base em inferências feitas a partir de um conhecimento – por eles partilhado a nível cultural – dos significados linguísticos (por exemplo, os que estão representados no léxico da língua) ou, em termos mais gerais, com base no conhecimento que a todos é comum, incluindo um conhecimento específico acerca do conhecimento do enunciador. Neste sentido familiar, quando apelidamos alguém de “solteiro”, está implícito que ele não é casado. Ou seja, aplicamos as regras de significado das componentes da cognição social (o conhecimento que temos dos homens solteiros na nossa cultura) às de modelos específicos: se sabemos que o João é solteiro, podemos inferir – com base em estruturas mais gerais de conhecimento social – que o João não é casado, aplicando simplesmente a regra do *modus ponens* (mental) que nos permite chegar a uma consequente específica (q) de uma implicação específica (p implica q) face a um antecedente específico (p) e ao antecedente e respectiva consequente de uma implicação de carácter geral (p implica q).

Repare-se que, na linguagem e discurso naturais, estas implicações não são apenas de carácter lógico-semântico (implicações estritas) baseadas no conhecimento conceptual (conhecer o significado da palavra “solteiro” implica que um homem ao qual se aplique esse termo não seja casado). Há também implicações, ou implicaturas, que podem derivar do conhecimento que temos de factos empíricos. Quando se afirma que o João se atirou do topo do Empire State Building, podemos inferir, como consequência empírica, que esse acto resultou na morte dele, a não ser que tenha ocorrido algo de verdadeiramente inesperado para evitar um tão “natural” decurso dos acontecimentos (e são essas ocorrências inesperadas que alimentam as narrativas “interessantes”). É desta forma que o conhecimento que temos do mundo nos permite proceder a uma grande quantidade de inferências, o que explica que, de cada proposição expressa no discurso, derivem séries de implicações. Como é evidente, nem todas estas implicações serão relevantes em cada (con)texto, e podemos, na realidade, restringir o número de implicações relevantes às proposições que são necessárias para interpretar declarações posteriores de um texto (por exemplo, ao fazer referência à viúva do João ou ao enterro dele, depois da frase em que se declara que ele se atirou do Empire State Building) (Graesser e Bower 1990).

Essas implicações são tão rigorosas como as relações de necessidade empírica (por exemplo, as de causalidade) que se estabelecem entre os factos nos quais se baseiam, pelo menos de acordo com o nosso conhecimento cultural – ou o conhecimento que o enunciador pressupõe. Isto significa que as implicações podem assumir formas

menos rigorosas, tais como *alegações, sugestões, alusões* e outras correspondências semânticas no âmbito de modelos entre proposições como estas, baseadas em relações factuais, mais ou menos necessárias. É possível que, ao cair de uma escadaria, fracturemos o pescoço, mas tal resultado não é nem provável nem necessário; é exactamente por isso que a consequência dessa implicação geralmente precisa de ser explicitada, como acontece, por exemplo, em narrativas ou notícias relativas a acidentes. Assim, dado o conhecimento que temos da corrupção (e das condições a que obedece) e das ofertas de dinheiro a funcionários públicos (bem como das consequências que isso traz) podemos sugerir enfaticamente – embora, em rigor, tal não esteja implícito – que uma funcionária pública é corrupta ao afirmar que ela recebeu de um cliente, dinheiro ou um presente.

As implicações podem desempenhar importantes funções ideológicas, a partir do momento em que os significados implícitos, com maior ou menor ênfase, em proposições assertivas são interpretados com base em atitudes e ideologias. Deste modo, pode estar *ideologicamente implícito* que se estão a limitar os direitos civis das mulheres, se declararmos que elas estão a ser vítimas de assédio ou que o funcionamento das clínicas de abortos está a ser dificultado, tal como acontece, de facto, no editorial do *New York Times* que atrás analisámos (acerca das atitudes e ideologias relativas ao aborto, cf. estudos de, por exemplo, Condit 1990; Falik 1983; Fried 1988; Rosen 1992). Repare-se que esta implicação pode ser verdadeira apenas para aqueles que partilham desta ideologia. É possível que os que se manifestam a favor da “Defesa da Vida” não o reconheçam de maneira nenhuma; podem declarar que estão a impedir as mulheres ou os seus médicos de “matar bebés”, violando desse modo os direitos humanos dos que ainda não nasceram (Von Paczernsky 1990). Por conseguinte, embora pressuponham geralmente um conhecimento partilhado, a nível cultural ou social, as implicações podem basear-se em atitudes comuns e nas ideologias que lhes estão subjacentes.

Examinemos brevemente alguns artigos de opinião (publicados no *New York Times*) em que ideologias como esta, baseadas nas diferenças de sexo, estão patentes:

(6) (Discriminação das mulheres no Congresso dos EUA)

Enquanto trabalhava no projecto de lei destinado a abranger igualmente o sistema judiciário federal, ouvi comentários que continuam a surpreender-me. O meu preferido foi feito por um juiz. As mulheres não podiam ser contratadas nem promovidas porque, dizia, o parque de estacionamento do Tribunal estava mal iluminado. Como poderia ele pedir a uma mulher que fosse funcionária judicial? Então e se tivesse de sair muito tarde do trabalho? (Martin Lynn, 23 de Janeiro de 1993)

(7) (Exemplos de assédio sexual diário de que é vítima um membro feminino da Assembleia)

Estes actos não são, de facto, assédio sexual. Foram os três supostamente perpetrados por pessoas que não exerciam qualquer poder sobre Ms. Hill. Os homens não se encontravam em posição de privá-la de algo a que tivesse direito, nem tentaram

fazê-lo. A não ser que se tornem tão frequentes e generalizados que uma mulher deixe de conseguir desempenhar as suas funções, os comentários estúpidos não passam de observações insensíveis. São, na sua maioria, frases de engate de mau gosto. O resultado normal das frases de engate de mau gosto é o fracasso. Se forem mesmo deploráveis, o resultado pode ser o ostracismo social, a que é votado pelos colegas de carácter mais nobre aquele que as profere. Mas a lei não considera, nem deveria considerar, que semelhante comportamento constitua uma violação de qualquer direito consagrado na lei. (Sheryl E. Reich, 23 de Janeiro de 1993)

(8) (Nomeação de Zöe Baird para o cargo de ministro da Justiça dos EUA)

Tomemos como exemplo a história da nomeação de Zöe Baird e imaginemos a situação inversa: um homem – o conselheiro jurídico da Aetna, que ganhava 500 000 dólares por ano – tinha sido nomeado Procurador-Geral. A sua mulher era professora de Direito na Universidade de Yale e tinha contratado imigrantes ilegais para tomar conta dos filhos, depois de ter discutido o assunto com advogados especialistas em questões da imigração. Teria o recém-nomeado sido fustigado por uma onda de críticas populares? Não tenho a certeza, mas duvido. Penso que muitos dos que se insurgiram contra a nomeação de Zöe Baird devem ter dito a si mesmos que é à mulher que compete cuidar das crianças. Julgo que, se tivesse sido um homem o nomeado, o seu cargo de ministro da Justiça teria sido assegurado, mesmo que nenhum dos outros factos se alterasse. Fazer uma afirmação destas, ou apenas considerar esta possibilidade, equivale a entender que aqui havia algo mais, algo que ultrapassava uma saudável manifestação popular de revolta contra a nomeação de um ministro que tivesse violado a lei. E o que havia a mais era o facto de Zöe Baird ser uma mulher – e uma mulher de sucesso. (Anthony Lewis, 25 de Janeiro de 1993)

Estes excertos de três dos mais importantes casos de “natureza sexual”, noticiados em 1993, não podem ser entendidos (nem aprovados ou desaprovados) sem antes serem tidas em consideração variadíssimas implicações ideológicas. Assim, no exemplo (6), está implícito que o juiz é um conservador sexista. Como o sabemos? Em primeiro lugar, este excerto deve ser interpretado à luz do resto do artigo, que demonstra que o autor, também na qualidade de ex-ministro do Trabalho, (diz que) lutou activamente para denunciar actos de discriminação contra as mulheres que integravam o Congresso. Está aqui implícito que aqueles que ele critica pertencem, provavelmente, à facção ideológica que se lhe opõe, isto é, (na sua maioria) homens que discriminaram as mulheres. Neste caso, a crítica traduz-se em vários exemplos, e o eufemismo “comentários que continuam a surpreender-me” sugere que o autor ficou verdadeiramente perplexo com os ditos comentários, deixando implícito que eles exemplificam bem as atitudes sexistas da vida quotidiana. Por fim, está ideologicamente implícito no próprio exemplo – dado o conhecimento que temos do universo do trabalho, das relações entre os sexos e dos direitos civis – que “proteger” as mulheres de um hipotético perigo (um parque de estacionamento mal iluminado), não as contratando, é um pretexto barato e ridículo: todos sabemos que

(mesmo considerando que ele estava certo ao afirmar a existência de problemas de iluminação), se se colocassem mais alguns candeeiros no parque de estacionamento, passaria a ser-lhe possível contratar uma mulher qualificada. Para darmos conta de *todas* as implicações relevantes, teríamos de proceder a uma mais extensa série de inferências; no entanto, a questão principal é o facto de Martin Lynn não afirmar efectivamente que o juiz é conservador ou sexista, deixando-o implícito através da descrição de um caso evidente de discriminação e da referência aos seus pretextos, sem dúvida ridículos, para não contratar uma mulher. Ou seja, segundo a posição ideológica do autor deste artigo, o juiz está a ser discriminatório, adoptando uma postura reveladora de determinadas atitudes acerca dos direitos das mulheres ao trabalho e de axiomas ideológicos básicos relativos à igualdade dos sexos.

Martin Lynn coloca simultaneamente em questão a simpatia que aparenta ter pelas mulheres um juiz que alega (ou melhor, insinua) estar a protegê-las de serem atacadas. Esta última implicação é, por si só, interessante, pois sugere que o facto de se tomarem medidas (ou de se utilizarem argumentos) aparentemente em favor das mulheres nem sempre pressupõe uma ideologia não-sexista, igualitária. Devemos também tomar em consideração as consequências e o contexto de decisões como esta, aparentemente tomadas de forma a favorecer as mulheres. Se o resultado é a recusa em contratar uma mulher e se o argumento utilizado é implicitamente apelidado de desculpa “surpreendente”, podemos concluir que o que está, na realidade, ideologicamente implícito é o seguinte: o argumento do enunciador baseia-se numa atitude sexista.

O exemplo (7) provém de uma base ideológica diferente, mais complexa. Neste caso, uma profissional, uma advogada experiente, nega que as queixas de um membro feminino da Assembleia sejam exemplos de assédio sexual. Menciona, depois, alguns critérios que presidem à sua própria definição de assédio sexual (ausência de desequilíbrios de poder, impossibilidade de privar a mulher dos direitos que lhe assistem) e prossegue defendendo que as mulheres que, no decurso das suas carreiras, atingem lugares cimeiros devem estar preparadas para ouvir comentários “estúpidos” dos homens, ou para reagir de forma adequada quando estes lhes são dirigidos. A autora insinua que a simples “insensibilidade” ocasional não pode ser apelidada de assédio sexual e deixa, indirectamente, implícito que este membro da Assembleia está a exagerar, a queixar-se sem qualquer razão e, talvez mesmo, a prejudicar as mulheres, por ser demasiado “sensível”.

Uma análise contextual (a autora é uma profissional) sugere – embora tal não esteja, em rigor, implícito – que a autora não é sexista, sendo lícito que a consideremos capaz de defender os direitos das mulheres. É o conteúdo de algumas das afirmações que faz no texto (nomeadamente acerca do que *constitui* assédio sexual) que, em parte, justifica a possibilidade desta atitude. A sua intervenção pode, contudo, ser alvo de controvérsia, havendo quase de certeza mulheres prontas a recusar a validade do argumento ideológico que ela apresenta, com base nas suas próprias atitudes ideológicas relativamente à questão do assédio sexual. É possível que ob-

servem que, em muitas situações da vida quotidiana, o assédio sexual de que as mulheres são vítimas ocorre em contextos de “igualdade” social, ou seja, parte de colegas (do sexo masculino), de parentes, de estranhos com os quais se cruzam em lugares públicos, ou mesmo de subordinados. Podem ainda alegar que, em situações dessas, não estão em jogo quaisquer consequências a nível dos direitos sociais (tais como um emprego), mas que as mulheres têm também outros direitos, nem que seja apenas o de estarem a salvo das situações de assédio sexual a que os homens podem sujeitá-las no quotidiano. São capazes de acrescentar que comentários ocasionais, ou quaisquer outras atitudes intencionais (tocar-lhes ou impedir-lhes a passagem, etc.), podem também ser formas de assédio (Barr 1993; Bursik 1992; Ehrenreich 1990; Sharpe e Marcia-Lees 1993).

A elaboração desta contra-argumentação feminista pressupõe a existência de uma atitude ideológica diferente, mostrando ainda que as observações de Sheryl Reich são igualmente ideológicas, pois pressupõem uma atitude específica em relação ao assédio sexual e à forma como com ele se deve lidar. Se partirmos do princípio de que a autora deste artigo se inscreve numa espécie qualquer de ideologia feminista, podemos concluir que ela defende uma versão um tanto ou quanto severa e circunspecta dos direitos da mulher, versão essa que pode resumir-se através do *slogan*: “Não exagere e tome você mesma as atitudes necessárias”. Esta visão equivale a defender que se encare (novamente) o problema em termos pessoais e não públicos ou políticos, “privatizando”, assim, as políticas de combate ao assédio sexual (Weeks *et al.* 1986). Como é óbvio, esta posição ideológica adapta-se muito melhor às atitudes ideológicas, relativamente à questão do assédio sexual, predominantes no universo masculino, partilhadas inclusivamente por homens liberais que, por outro lado, se opõem a manifestações (sérias e reiteradas) de assédio sexual. Esta ideologia predominante do “senso comum” (“o assédio sexual existe, mas as mulheres não deviam exagerar”) é, possivelmente, também defendida pelos editores do *New York Times*, o que explicaria o facto de, para começar, Sheryl Reich ter tido acesso à página dos artigos de opinião, enquanto feministas “radicais” não o teriam conseguido tão facilmente (Creedon 1989).

Por fim, no exemplo (8), deparamos com um argumento ideológico semelhante ao do exemplo (6), ou seja, alega-se que Zöe Baird foi interrogada a propósito da contratação de imigrantes ilegais pelo facto de ser uma mulher. Não se afirma, mas insinua-se de forma bastante directa que se trata de uma decisão sexista ou, pelo menos, baseada em motivos incorrectos que permitiram que argumentos legalistas (a contratação de trabalhadores desprovidos de documentação legal, facto que ocorreu antes da nomeação) se sobrepusessem à nomeação de uma mulher e que levassem os membros (do sexo masculino) do Congresso a pôr em causa essa candidatura, em termos que provavelmente nunca utilizariam para questionar a candidatura de um homem. A posição ideológica baseia-se, então, claramente, em atitudes que privilegiam os direitos das mulheres ao trabalho ou à contratação e, possivelmente,

em atitudes relativas aos direitos que os imigrantes “ilegais” têm de obter emprego, em detrimento de atitudes legais de acordo com as quais um ministro da Justiça nunca deveria ter violado a lei. Além disso, os argumentos a favor de Zöe Baird levam também em linha de conta os problemas que a assistência aos filhos coloca às mulheres que têm uma carreira. O argumento global é bastante explícito, mas não deixa de ser ideológico, pois discrimina as opiniões gerais de relevo que podem associar-se a esta ideologia pró-feminina.

Há, no entanto, um argumento de natureza ideológica que não é tratado em pormenor neste artigo: a classe. Embora Zöe Baird tenha, sem dúvida, sido interrogada, em primeiro lugar, por ser mulher, e embora o rendimento anual de meio milhão de dólares que auferia no anterior emprego não agradasse, possivelmente, a homens sexistas ou invejosos, este artigo não toma em consideração o facto de, com semelhante salário, Zöe Baird ter possibilidades de remunerar funcionários legais (caros). Deste ponto de vista, a forma ideológica como o autor defende Zöe Baird pode – à luz de uma outra “leitura” ideológica – ser entendida principalmente, não como uma defesa das mulheres que trabalham, mas como uma defesa da contratação de mão-de-obra barata por parte das elites.

Estes exemplos demonstram que muitas implicações das frases e dos discursos – normalmente em combinação com informação contextual e conhecimentos gerais de cariz social ou cultural – se baseiam em ideologias, apenas sendo “válidas” relativamente ao posicionamento ideológico de quem escreve.

Pressuposição

A pressuposição é um caso específico e conhecido de implicação semântica. Em termos formais, uma proposição q é pressuposta por p se estiver implícita em p e em $não-p$. Em termos algo mais adequados, mas menos formais: qualquer proposição cuja veracidade seja aceite pelo enunciador de forma a permitir-lhe produzir um enunciado, mas que não se encontre declarada nesse enunciado, é uma pressuposição do enunciado. Em termos ainda menos precisos, mas mais relevantes a nível cognitivo, as pressuposições são simplesmente o conjunto de conhecimentos culturais tácitos que dão significado ao discurso. A nível linguístico, no entanto, as pressuposições resumem-se às proposições verdadeiras não-expressas que são assinaladas por sintagmas estruturais ou outros elementos (como artigos definidos, orações relativas e antepostas com *that*) ou ainda pelo significado de palavras específicas como “*even*” (Kempson 1975; Oh e Dineen 1979; Petöffi e Franck 1973).

As pressuposições podem desempenhar, no discurso, funções ideológicas de grande relevo (Mosher 1991). É precisamente por dizerem respeito a conhecimentos ou outras

crenças que não são declaradas que o locutor as toma simplesmente por verdadeiras e que são capazes de “apresentar” proposições ideológicas cuja verdade não é, de forma nenhuma, incontestável. Tal como no caso das implicações, permitem àquele que fala ou escreve não só fazer afirmações sem que, na realidade, estas se encontrem expressas, como também tomar por certas determinadas crenças que podem não sê-lo.

As pressuposições são um dos elementos principais dos argumentos ideológicos. Assim, o juiz sexista retratado no exemplo (6) pressupõe que as próprias mulheres não *quereriam* trabalhar para ele se não houvesse luz suficiente no parque de estacionamento. No texto (8), a pergunta “Teria o candidato sido fustigado por uma onda de críticas populares?” pressupõe que Zöe Baird foi, de facto, fustigada por uma onda de críticas populares. Esta pressuposição pode, em parte, ser considerada verdadeira, tendo em consideração os conhecimentos dos leitores do *New York Times* (na sua maioria, provenientes de notícias publicadas anteriormente), mas a forma como se encontra formulada exprime também uma opinião (negativa) acerca destas reacções (“fustigada”, “onda de críticas”), tal como o autor do artigo as representa no seu modelo, evidenciando, ao mesmo tempo, uma atitude favorável ao trabalho das mulheres, ou uma atitude antilegalista relativamente à contratação de mulheres. Duas frases mais adiante, o exemplo pressupõe também que “muitas pessoas se insurgiram contra a nomeação”. A proposição que encontramos no parágrafo seguinte – e segundo a qual Zöe Baird teria, na realidade, violado a lei – apresenta implícitos e pressupostos muito menos marcados.

Segue-se um outro excerto de um editorial de opinião acerca do mesmo caso, escrito por um conhecido cronista, Anthony Lewis. Sob o título “Estrangeiras no próprio país: é tudo uma questão de sexo, seu idiota”, o autor tece os seguintes comentários:

- (a) E onde está o movimento feminista? As organizações que dele fazem parte mantiveram-se em silêncio durante o caso Baird. Irão acordar e perceber que o que está a acontecer vem contribuir para afastar um elevado número de mulheres do desempenho de altos cargos governamentais? Já está na hora de todas as pessoas sensatas acordarem e por fim a esta caça às bruxas. Está na hora de dar atenção ao verdadeiro problema: as leis que tornam tão difícil encontrar pessoas competentes e em situação legal para tomar conta das crianças. Está na hora de parar de brincar com o que há de político em tudo isto e perceber a verdadeira questão: os preconceitos contra as mulheres. (*New York Times*, 8 de Fevereiro de 1993)

Neste excerto, estão, entre outras, pressupostas as seguintes proposições:

- O movimento feminista está a dormir.
- O que está a acontecer vem contribuir para afastar um elevado número de mulheres do desempenho de altos cargos governamentais.
- Houve uma caça às bruxas.
- O caso Baird não é o verdadeiro problema.

- As pessoas têm andado a brincar.
- A verdadeira questão são os preconceitos contra as mulheres.

Como acontece com a generalidade das pressuposições, a maioria destas proposições é introduzida por um “que” relativo ou integrante. No entanto, nem todas as orações subordinadas exprimem pressuposições, fazendo-o apenas consoante o significado da oração principal ou de expressões específicas nela contidas. Assim, a utilização da expressão factiva “perceber que” pressupõe normalmente a veracidade da oração subordinada (“não perceber que” tem também esta consequência). De igual modo, “parar” (ou “não parar”) pressupõe a veracidade da oração subordinada. Em termos menos claros, o uso de expressões como “o verdadeiro problema é que” (ou “que... não é um verdadeiro problema”) pressupõe também geralmente a veracidade da oração subordinada, embora, nestes casos, a oração seja mais ou menos assertiva: Lewis declara realmente que a verdadeira questão são os preconceitos contra as mulheres, não o pressupõe – embora possa “lembrar” aos leitores que a assistência aos filhos e os preconceitos contra as mulheres são a verdadeira questão. “Lembrar” é um interessante caso intermédio entre declarar e pressupor – diz respeito a um conhecimento partilhado e, conseqüentemente, fácil de pressupor, mas, em termos cognitivos, esse conhecimento precisa, antes de mais, de ser “activado” pelo autor (Schank 1982).

Estas pressuposições são parcialmente ideológicas, uma vez que implicam atitudes também elas ideológicas relativamente ao trabalho das mulheres e à assistência aos filhos no enquadramento de uma ideologia liberal mais geral a favor dos direitos das mulheres. Isto torna-se evidente se formularmos um contra-argumento oposto ao de Lewis, baseado noutras ideologias – como a já referida ideologia legalista, ou uma ideologia francamente conservadora e antifeminina susceptível de questionar, para começar, o direito ao trabalho das mulheres que têm filhos. Ideologias como estas não aceitariam a pressuposição segundo a qual um elevado número de mulheres seriam afastadas do desempenho de altos cargos governamentais: argumentariam, por exemplo, que não podemos generalizar o caso Baird, que Zöe Baird tinha violado a lei, que poderia ter pago a uma pessoa em situação “legal” ou então – argumento ainda mais marcadamente ideológico – que Baird e outras mulheres com filhos não deveriam ser admitidas em altos cargos governamentais.

Em resumo, muitas das implicações e pressupostos de editoriais e artigos de opinião baseiam-se em complexas atitudes e ideologias, relativas às normas sociais, valores, direitos e interesses dos grupos. Para que esses argumentos ideológicos possam ser entendidos, aprovados, ou rejeitados, os modelos subjacentes e as cognições sociais dos autores e dos leitores devem ser explícitos, de forma a que possa saber-se qual das informações implícitas é ideológica (Andsager 1990; Burkhart e Sigelman 1990).

Nível de descrição e grau de especificidade/pormenorização

Há dois aspectos semânticos – frequentemente ignorados na literatura relativa à semântica do discurso – que podem desempenhar importantes funções ideológicas: o nível de descrição e o grau de especificidade de um discurso ou de um fragmento de um discurso (Van Dijk 1977). Tal como os próprios termos sugerem, podemos descrever pessoas, locais e acontecimentos com mais ou menos pormenores e a diferentes níveis de abstracção. Na generalidade, tendemos a descrever pessoas, locais e acontecimentos mais pormenorizadamente e a um nível mais concreto (menos abstracto) a partir do momento em que se tornam mais relevantes e importantes. Repare-se que estas noções não são sinónimas: a cada nível (mais ou menos concreto) podemos ter mais ou menos pormenores.

Neste momento, o critério crucial é a noção um tanto ambígua de “relevância” (textual) que, no entanto, pode ser definida como uma condição interpretativa: uma informação é menos relevante se não for necessária para a interpretação ou compreensão do resto do texto. Estas descrições “irrelevantes” podem, como é óbvio, desempenhar uma função estética em determinados géneros, nomeadamente na literatura. Nas narrativas policiais, por exemplo, os momentos de tensão podem ser objecto de descrições muito pormenorizadas – as expressões faciais, um gesto ou uma maçaneta a rodar – que, noutra contexto, seriam consideradas detalhes de baixo nível, nunca sendo aqueles momentos referidos em descrições mais gerais, de nível mais elevado. A relevância e, por conseguinte, os níveis e a especificidade da descrição estão, portanto, estreitamente ligados a um género e a uma situação.

As opiniões e as atitudes – e, conseqüentemente, as implicações ideológicas – podem, da mesma forma, ser associadas por descrições mais ou menos completas ou específicas como as que mencionámos. Todos sabemos, por exemplo, que o relato mediático de um crime pode dar a conhecer o pormenor (que, noutra situação, seria irrelevante) da origem ou aparência (“rosto”, cor) dos criminosos (embora essas referências não sejam tão frequentes quando se trata de brancos), sugerindo, dessa forma, a existência de uma relação elucidativa entre a pertença a um grupo étnico e o crime. Do mesmo modo, há uma tendência para descrever as mulheres de maneira diferente dos homens, cuja aparência é considerada muito menos relevante, por exemplo em notícias de cariz político ou económico. Em resumo, os pormenores irrelevantes de uma narrativa podem ser mencionados, veiculando, assim, estereótipos ou preconceitos com fundamentos ideológicos (Silver 1986; Tuchman *et al.* 1978; Van Zoonen 1994).

Os editoriais e os artigos de opinião não pertencem a um género propenso a exibir pormenores a um nível concreto e detalhado. Pelo contrário, os aspectos semânticos típicos dos artigos de opinião são, nomeadamente, raciocínios abstractos e descrições sumárias de acontecimentos relatados de forma mais pormenorizada em notícias e artigos de fundo. Portanto, o fornecimento de pormenores relativos a situações,

peçoas, lugares e acontecimentos pode ter implicações de carácter argumentativo, retórico e, possivelmente, ideológico. É claro que um discurso público de elite como o do *New York Times* e o do *Washington Post* evitará, geralmente, estereótipos óbvios; contudo, é interessante tentar encontrar exemplos mais subtis de descrição.

Os textos que se seguem ilustram a informalidade com que Kathleen Brown, candidata ao governo da Califórnia, é retratada num artigo, de resto bastante positivo, acerca de mulheres que se destacaram no mundo da política:

- (10) No passado mês de Agosto, quando o Comité Político Nacional das Mulheres (National Women's Political Caucus) realizou aqui a sua convenção, Kathleen Brown foi a rainha da festa, a super-estrela afável e espirituosa que colocaria, pela primeira vez, o governo do "Estado Dourado" nas mãos de uma mulher e que, segundo os seus admiradores, viria muito provavelmente a ser a primeira mulher a integrar uma lista vencedora das eleições presidenciais. Mas a Kathleen Brown que, na manhã do sábado passado, compareceu a uma entrevista, num restaurante de Hollywood envergando um descontraído fato de treino, era uma sóbria figura política de 48 anos que sabe que nada lhe será oferecido de bandeja (...). O charme feminino e a obediência à lei podem não chegar para pessoas zangadas e assustadas. (*Washington Post*, David Brooker, 31 de Outubro de 1993)

Um excerto como este em nada se compara às descrições machistas de que tradicionalmente são alvo as mulheres, sobretudo as que ocupam cargos políticos e posições de destaque. Na sua maioria, os homens que actualmente escrevem para a imprensa de qualidade norte-americana exprimem-se a favor dos direitos das mulheres e dão provas de respeito por aquelas que ocupam lugares cimeiros. Neste exemplo, contudo, há alguns detalhes subtis – como "afável e espirituosa", "descontraído fato de treino" e "charme feminino" – que poderiam ser menos relevantes, ou mesmo, provavelmente considerados irrelevantes na descrição de figuras políticas masculinas. Na verdade, nenhum dos candidatos (do sexo masculino) a cargos governamentais mencionados neste artigo é descrito em termos tão pessoais. Como é óbvio, trata-se de uma hipótese empírica que necessitaria de comprovação a nível estatístico (Bybec 1990, Leder 1986).

Muito mais claro é o discurso (com fundamentos ideológicos) sobre *Os Nossos Inimigos*. Após a queda do Império Soviético, o "Império do Mal", outros demónios passaram a povoar o discurso ocidental, inclusivamente nas páginas dos jornais dedicadas a artigos de opinião. Esta realidade foi tão flagrante que alguns autores críticos se insurgem contra o uso de estereótipos, como os do exemplo seguinte, que reproduzimos quase na íntegra, por estar directamente ligado às questões tratadas neste artigo:

- (11) Não restam dúvidas de que, desde o bombardeamento do World Trade Center e a subsequente captura de supostos terroristas, os árabes, muçulmanos e fundamentalistas islâmicos têm vindo a ser premiados com um palavreado bastante injurioso

– e tratados, por vezes, como se entre eles não existisse qualquer diferença. O *New Republic*, por exemplo, descobriu a existência de uma “cultura árabe em Brooklyn, Jersey City e Detroit que incentiva os criminosos e sente por eles uma terrível atracção”. (...) Numa outra publicação, Steven Emerson, um especialista na questão do terrorismo no Médio Oriente, escreveu que o ataque bombista ao World Trade Center “traiu um fanatismo cruel, superior a tudo o que o Ocidente alguma vez já testemunhou”. Outros ainda deram a sua contribuição. Um autor avisa-nos de que “o Islão (...) se encontra num estado de fúria activa contra o Ocidente” e um outro afirma que “o fundamentalismo islâmico é uma peste que infecta a totalidade do mundo islâmico, de Marrocos à Índia” (...). O medo do Islão tem raízes profundas na cultura ocidental. Hoje em dia, manifesta-se na paranóia e nos preconceitos dos sérvios bósnios, que alegam estar a combater o Islão em nome de um Ocidente cristão. Mais motivos temos, portanto, para parar de atribuir etiquetas a uma imensa religião (o Islão) ou a todo um povo (os árabes) cuja diversidade é impressionante. É claro que eles têm os seus fanáticos, mas, antes de atirmos pedras de generalizações abusivas, devíamos olhar para os nossos telhados de vidro. (*Washington Post*, artigo de opinião, Richard Cohen, 27 de Julho de 1993)

A associação dos muçulmanos, fundamentalistas e terroristas ao novo império do mal (exemplo principal: o Irão) encontra-se, como já referimos, expressa em muitos artigos de opinião. Eis um excerto de um artigo combativo, redigido pelo cronista Charles Krauthammer, no primeiro dia do ano de 1993:

- (12) O Irão é o centro do novo *Comintern* mundial. É igualmente messiânico e ideológico, cruel e disciplinado, implacavelmente hostil ao liberalismo ocidental (embora por razões diferentes), estando, por isso, isento da sua moralidade convencional. Daí advém, por exemplo, o elo que os une: o terrorismo. O objectivo supremo é a constituição de uma frente islâmica unida para enfrentar a arrogância ocidental. O objectivo imediato é a destruição de regimes pró-ocidentais, a apropriação do Golfo e das suas áreas fracas, mas ricas em petróleo e controladas por xeques, e a erradicação da maior ameaça ao Islão: Israel. (*Washington Post*, artigo de opinião, 1 de Janeiro de 1993)

O que, neste momento, pretendemos com a nossa análise é demonstrar que a especificidade da descrição não reside tanto nos pormenores relativos às acções, como na referência concreta a juízos globais ideológicos: o Irão e os restantes terroristas por ele liderados são descritos como sendo “messiânicos”, “cruéis”, “implacavelmente hostis ao liberalismo ocidental” (leia-se anti-americanos, o pior dos pecados) e, entre outras coisas, “isentos da (...) moral convencional”. E Krauthammer não está sozinho: nos 49 artigos de opinião em que escreve sobre os árabes, a palavra “terrorista” aparece 45 vezes. Bombardeamentos como o do World Trade Center trouxeram, inesperadamente, o terrorismo ao território dos EUA. Os discursos que se lhe seguem depressa se revestem de um estilo apocalíptico, como escreve Jim Hoagland:

- (13) Podemos acabar por descobrir que o ataque bombista ao World Trade Center foi obra de um indivíduo com perturbações mentais, motivado por aquilo a que os jornais chamam um ódio “pessoal”, ou então que foi perpetrado por um grupo de criminosos. De qualquer forma, este bombardeamento foi um acto de terrorismo calculado: um golpe contra o espírito humano e uma violação da mente. Não é necessária uma complicada manobra política para que seja digno desta etiqueta. (*Washington Post*, artigo de opinião, 3 de Março de 1993)

Quando um crime violento de natureza política é, pelo contrário, dirigido contra Nós, deixa de ser descrito nos termos abstractos da política internacional e passa a ser representado (no mesmo nível de abstracção, mas, desta vez, em termos morais) como “um golpe contra o espírito humano e uma violação da mente”. Descrições como esta sugerem, sem dúvida, que Nós nos identificamos com a humanidade e que a mente de um terrorista não concebe a existência de vítimas inocentes. Nestes casos, as descrições de acções não deixarão de incluir os protótipos da inocência, tais como “criancinhas ou avozinhas bondosas que se atravessam no caminho do mal”.

O *New York Times* e o *Washington Post* publicaram, em 1993, 176 artigos nos quais a palavra “terrorista” aparecia 355 vezes. A excepção de certos casos, a palavra é usada exclusivamente em relação aos árabes, embora se descrevam, também, do mesmo modo, alguns outros inimigos oficiais (como os “narcoterroristas” colombianos e o Khmers Vermelhos). Determinados árabes – corno o líder da OLP, Yasser Arafat – são apelidados de “ex-terroristas”. À violência política ou de qualquer outro género, da autoria, por exemplo, de Estados patrocinados pelos EUA e de regimes “amigáveis” ou “moderados”, raramente é atribuído o epíteto “terrorista”. Este rótulo não descreve, portanto, nenhuma espécie de violência política; trata-se, antes, de um descritor ideológico, tal como atrás referimos a propósito da lexicalização de cariz ideológico.

Coerência local

Ao nível de frases subsequentes, o discurso é considerado coerente se as proposições que o constituem se relacionam em termos intensionais e extensionais.

A coerência extensional ou referencial baseia-se em relações condicionais, causais, espaciais ou temporais entre “factos” de um mundo possível (Van Dijk 1977). No âmbito de um enquadramento de teor mais cognitivo, diríamos que essas proposições devem relacionar-se, relativamente às representações desses factos, num modelo mental (subjectivo), elaborado pelos falantes (Van Dijk e Kintsch 1983). Esses factos, representados num modelo, apresentarão também os objectos ou pessoas individuais aos quais fazem referência várias expressões discursivas, tais como os nomes e a anáfora.

Para além deste modo de coerência referencial, baseado em modelos mentais de situações do mundo reais ou fictícias, as proposições de um discurso podem também estar relacionadas em termos intensionais, ou seja, através de relações funcionais de significado. Desta forma, uma proposição pode estar coerentemente relacionada com uma proposição que a precede, se funcionar como uma Generalização, uma Especificação, um Contraste ou um Exemplo dessa proposição anterior.

A coerência pressupõe um conhecimento do mundo, em geral, e um conhecimento específico de situações, acontecimentos e indivíduos concretos, em particular. Podemos falar acerca do Médio Oriente e depois referir “os palestinianos” (através de um pronome definido) com base no conhecimento geral que, a nível político e geográfico, temos dos povos do Médio Oriente. A coerência depende, então, das cognições sociais que nos são comuns, o que permite a ocorrência de formas “tendenciosas” do discurso e, por conseguinte, da orientação ideológica. Usando ainda o mesmo exemplo (ou ilustração), podemos pressupor a existência da Palestina, ou da Margem Ocidental Ocupada, num local a que outras pessoas se refeririam como sendo a Judeia ou a Samária.

De igual modo, as explicações baseiam-se tradicionalmente em relações de condição e de causalidade. Se, na Holanda, as entidades patronais consideram que o elevado índice de desemprego que atinge as minorias étnicas é causado pela ausência de escolaridade, motivação insuficiente ou deficiente competência linguística dessas mesmas minorias, em vez de ser provocado pela discriminação, este ponto de vista manifestar-se-á também nas relações de coerência estabelecidas entre as proposições que constituem os seus discursos orais ou escritos: por exemplo, naquelas que são expressas através de conectores causais (porque, por conseguinte, etc.) ou da relação funcional de uma explicação. Assim, as seguintes orações alternativas (por nós elaboradas) acerca dos trabalhadores imigrantes na Europa representam diferentes explicações e diferentes posições ideológicas:

- (14) a) A economia prosperou. A Europa recebeu trabalhadores imigrantes.
A Europa recebeu trabalhadores imigrantes. A economia prosperou.

O facto de a prosperidade da Europa do pós-guerra se dever, em parte, à mão-de-obra imigrante não é exactamente algo a que se atribua muita ênfase nos meios de comunicação social, em geral, ou na imprensa conservadora e nas trocas conversacionais quotidianas, em particular (Van Dijk 1993). É muito mais frequente o preconceito generalizado, segundo o qual os imigrantes são atraídos pelas nossas riquezas e “só vêm para cá para viver às nossas custas”.

De igual modo, as representações (orientadas por ideologias) das relações entre os sexos ou das estruturas de classe podem afectar as relações de coerência local de um discurso acerca dessas questões. Assim, quando Charles Krauthammer, ao escrever sobre o Irão (exemplo 12), afirma que

É implacavelmente hostil ao liberalismo ocidental (...) estando, *por conseguinte*, isento da sua moralidade convencional. *Daí* advém, por exemplo, o elo que os une: o terrorismo. (Itálico nosso.)

o uso de marcadores de coerência *por conseguinte* e *daí* pressupõe que a atitude de hostilidade relativamente ao liberalismo ocidental não se coaduna com a (sua) moralidade, sendo essa a causa do terrorismo. Como é evidente, esta coerência tem fundamentos ideológicos e depende inteiramente da forma como Krauthammer concebe o liberalismo ocidental e aqueles que alegadamente lhe são hostis.

Movimentos semânticos locais

As relações entre as proposições de um discurso podem também ser de natureza mais estratégica. Podem ser passos ou movimentos funcionais, que ocorrem no âmbito de estratégias discursivas, globais, das quais fazem parte apresentar-se a outrem em termos positivos, salvaguardar as aparências, persuadir alguém ou defender-se. Um exemplo sobejamente conhecido que encontramos em muitos discursos racistas é a própria negação do racismo em frases como “Não tenho nada contra os negros, mas...” (Van Dijk 1984, 1987). Uma negação como esta é, na maioria das vezes, apenas aparente, visto ser provável que a parte do texto que vem a seguir ao *mas* contenha afirmações negativas acerca dos negros, contradizendo, desse modo, a negação. Semelhante procedimento é um elemento típico de uma estratégia mais geral de auto-apresentação positiva ou de gestão da impressão que causamos aos outros. Essa estratégia é utilizada pelos que se exprimem oralmente ou por escrito com o objectivo de evitar causar má impressão ao receptor. Do mesmo modo, estas estratégias globais podem incluir Concessões Aparentes (“É claro que há negros muito trabalhadores, mas...”), Contrastes (“Nós sempre tivemos de trabalhar muito para ganhar o nosso dinheiro, mas *eles*...”), etc.

Estes conhecidos exemplos, tirados de análises de enunciados orais e escritos de teor racista, revestem-se também de uma importante dimensão ideológica, especialmente a partir do momento em que a gestão da impressão que o enunciador causa aos outros deixa de ser algo pessoal para passar a ser social, como acontece com o racismo. O enunciador pretende que o considerem um cidadão decente, conhecedor das normas e valores pelos quais se rege a sociedade; não quer que o vejam como um racista. Na realidade, exemplos como este não se referem frequentemente a indivíduos, mas ao próprio grupo (“Alguns de nós podem fazer afirmações racistas, mas...”). Importa notar que a gestão da impressão social e a construção de uma auto-imagem positiva são características que presidem à identificação ideológica. Isto significa, também, que as atitudes relativamente ao grupo interno serão de natureza positiva, enquanto as atitudes em relação a grupos externos de vários tipos podem ser negativas.

As posições e os conflitos de grupo, tal como são tipicamente representados em estruturas ideológicas, controlam, portanto, também as atitudes que envolvem proposições nas quais se estabelecem comparações favoráveis entre Nós e Eles, ou desfavoráveis entre Eles e Nós. Os exemplos (atrás analisados) retirados da imprensa norte-americana e relativos ao terrorismo, aos árabes e ao Islão, por um lado, e a “Nós”, “os Americanos” ou “o Ocidente”, por outro, são uma importantíssima ilustração contemporânea dessa orientação ideológica das atitudes e dos modelos concretos de acontecimentos (nomeadamente em relação ao ataque bombista ao World Trade Center) que, com base nelas, são construídos. É este conflito de grupo com fundamentos ideológicos que os vários movimentos semânticos locais, atrás analisados, deixam transparecer. Portanto, quando um leitor do *New York Times* defende que se tomem medidas enérgicas contra os terroristas e outros “sociopatas”, acrescenta o seguinte desmentido:

(15) É claro que muitas das reacções de um Estado ao terrorismo são, efectivamente, exemplos de terror estatal, e está correcto que critiquemos as violações dos direitos humanos cometidas em nome do combate ao terrorismo. (*New York Times*, artigo de opinião, Mark D. W. Edington, 2 de Março de 1993)

Faz todo o sentido que uma manobra argumentativa como esta apareça antecedida de *é claro* (ver o presente exemplo), ou, mais típico ainda, seguido de um *mas* e de proposições afirmativas de medidas radicais, tal como, de facto, acontece neste caso. Afinal, “nós” temos de ser “realistas” face aos terroristas que nos ameaçam, como também afirma este autor. Estas partes concessivas de desmentidos bipartidos têm também uma base ideológica. Embora a maior parte do artigo seja inspirada por uma ideologia relativa à segurança nacional, a parte mais pequena do desmentido baseia-se numa ideologia humanitária e numa visão liberal do terrorismo estatal. No entanto, a nível da argumentação geral, estas concessões podem apelidar-se de “aparentes”, se analisarmos o equilíbrio global da estratégia argumentativa: a ideia principal (o contraterrorismo norte-americano) é explicada pormenorizadamente e apresentam-se, em seu favor, argumentos abundantes; contudo, as dimensões humanitárias e de terror estatal do desmentido não são objecto de qualquer especificação ou justificação. Conforme todos sabemos (e tal como já aqui demonstrámos), aqueles que se concentram na análise do terrorismo fundamentalista, árabe ou muçulmano, raramente defendem a tomada de posições de força por parte dos EUA em relação ao terrorismo estatal de países da América Central. Na verdade, verificámos que a própria palavra “terrorismo” raramente se aplica a estes casos. Pode, no máximo, criticar-se com prudência o “cadastro de direitos humanos” das “jovens democracias” (Chomsky 1985).

Num dos inúmeros artigos que escreveu acerca da conspiração terrorista mundial, A. M. Rosenthal, cronista do *New York Times*, apresenta a sua diatribe contra o fundamentalismo muçulmano através do seguinte desmentido:

- (16) A maioria dos muçulmanos não se encontra ligada ao fundamentalismo nem ao terrorismo. Por isso, é essencial que se fale acerca do ódio religioso sem contratitudes de ódio. Mas, no interesse dos muçulmanos e dos que o não são, há algo que precisa de ser dito sem evasivas: milhões de muçulmanos, espalhados pelo mundo fora, apoiam o extremismo fundamentalista, devido ao receio que têm de sofrer o contágio da liberdade política, religiosa e sexual do Ocidente. (*New York Times*, artigo de opinião, 29 de Junho de 1993)

Este é o desmentido clássico. Declarar-se-á, de passagem e frequentemente numa oração subordinada, que é “claro” que, na sua maioria, árabes, muçulmanos, negros, etc., não são terroristas, fundamentalistas ou criminosos; mas a parte maior e mais insistente desses artigos declara, ou sugere, de forma concisa uma ligação elucidativa entre a pertença a um grupo e a marginalidade. Análises como esta não referem apenas a “violência política” e não condenam todas as espécies de violência política (incluindo a ocupação da Palestina, ou da parte ocidental de Beirute pelo exército israelita, ou os esquadrões da morte treinados pelos EUA e que operam na América Central); associam-na, pelo contrário, a um grupo específico. Conforme vimos, após o término da Guerra Fria e o colapso do Comunismo, a lógica das ideologias dos grupos externos necessitava de outros inimigos de peso (no interior ou no exterior): foi este o cenário que levou a que árabes, muçulmanos e fundamentalistas se tenham tornado os alvos principais dos ataques a grupos externos. Uma vez que a generalização viola os princípios da tolerância, os desmentidos são necessários, servindo para conservar a validade da argumentação e manter as aparências. Para a nossa análise, as negações e concessões aparentes que funcionam como desmentidos – entre outros movimentos semânticos locais inerentes a estratégias globais de argumentação e de formação de impressões – tornam-se interessantes por serem o terreno em que tipicamente coexistem ideologias contraditórias, uma mais humanitária e tolerante, e outra mais autoritária e intolerante. A primeira, que ocupa a oração inicial do parágrafo, é objecto de pouca atenção; a segunda ocupa a maior parte do texto que se segue ao *mas*.

Repare-se como, no mesmo exemplo, o uso da expressão “no interesse dos muçulmanos e dos que o não são” desempenha igualmente uma função de desmentido. Embora A. M. Rosenthal fale, na generalidade, a favor do Ocidente, de Nós ou dos Americanos, causará melhor impressão se também se referir aos muçulmanos em termos favoráveis, se se demonstrar preocupado com os interesses deles. As ideologias preocupam-se, acima de tudo, com os “nossos” interesses, e a preocupação com os interesses dos outros revestir-se-á, decididamente, de uma aparência de liberalidade. Contudo, face à questão do Médio Oriente, o principal alvo da preocupação deste autor é Israel, não o destino do comum cidadão árabe ou palestino. Por conseguinte, a atenção que se presta ao terrorismo fundamentalista não ignorará “os milhões de muçulmanos [que] apoiam o extremismo fundamentalista”. Expressões como “no seu próprio interesse” funcionam, portanto, também como uma manobra argumentativa e interaccional de auto-apresentação positiva, que poderemos apelidar

de Altruísmo Aparente. Esta manobra é frequente no contexto de um discurso racista, que alega que os imigrantes deveriam permanecer no seu próprio país “para o seu próprio bem”; por exemplo, para contribuir para o desenvolvimento da sua pátria, ou porque, de contrário, apenas conseguirão, no “nosso” país, tornar-se vítimas do rancor popular (Van Dijk 1993).

Em resumo, na concretização semântica de atitudes e ideologias subjacentes, é indispensável que se atenuem, escondam ou neguem as implicações mais ásperas dessas ideologias. Movimentos semânticos como os desmentidos são passos estratégicos muito importantes, que alguém dá quando se apresenta a outrem como uma pessoa flexível, humana ou altruísta e pouco propensa a generalizações abusivas. Embora sejam comuns nas trocas conversacionais quotidianas – especialmente entre estranhos –, estes movimentos são de utilização obrigatória no discurso público mediático ou político, contextos em que é crucial que se transmita uma imagem positiva e que se consiga persuadir um público composto por pessoas provenientes das mais variadas facções ideológicas.

Tópicos

Os discursos não são apenas coerentes a nível local, possuindo também uma coerência global que pode definir-se em termos de temas ou tópicos e explicar-se, teoricamente, recorrendo a macro-estruturas semânticas, derivadas de proposições expressas no texto (Van Dijk 1980). Assim, um resumo ou um título exprimem geralmente uma parte, ou a totalidade, das macroproposições constituintes dessa macro-estrutura. Tal como sucede relativamente à coerência local, o facto de estes tópicos derivarem das proposições locais de um texto exige um conhecimento sociocultural do mundo, bem como um conhecimento representado em modelos mentais de acontecimentos específicos.

Em termos intuitivos, os tópicos exprimem aquela que é considerada a informação mais “importante” de um discurso. Consequentemente, a atribuição de tópicos por parte dos destinadores ou dos destinatários não é apenas mais ou menos subjectiva, mas também susceptível de sofrer um controlo ideológico. Uma notícia relativa a uma violação pode ser globalmente definida, por muitos homens conservadores, como um exemplo do aumento da criminalidade, enquanto a maioria das mulheres (e alguns homens) a consideraria um exemplo do abuso de poder e da dominação masculinos. De igual modo, uma manifestação contra a guerra do Vietname, contra as armas nucleares ou contra a ausência de intervenção ocidental na Bósnia ou no Ruanda pode ser interpretada como uma acção “perturbadora” ou “indigna de um americano”, ou mesmo considerada um crime; por seu lado, os participantes encaram-na, principalmente, como um imperativo moral.

Nos exemplos relativos ao bombardeamento do World Trade Center em Nova Iorque, vimos que se definia este ataque como um “acto de terrorismo calculado”, “um golpe contra o espírito humano e uma violação da mente”. Raramente se definem nestes termos outros crimes perpetrados nos Estados Unidos, sobretudo os que resultam de uma liberdade, quase total, de acesso às armas. De qualquer modo, não seriam certamente colonistas de direita a fazê-lo. Como já vimos, o terrorismo encontra-se ideologicamente ligado a inimigos específicos, nomeadamente o Irão, a Líbia ou os árabes em geral. Isto significa, também, que o conceito avaliativo de “terrorismo” é susceptível de aparecer em tópicos, ou na representação destes em títulos, exprimindo, desse modo, através de macro-estruturas semânticas, uma perspectiva ideológica em estruturas textuais de superfície, tais como elementos lexicais, conforme anteriormente referimos.

Por outras palavras, a “definição” da situação depende, como se sabe, não apenas do conhecimento do mundo mas também de atitudes e ideologias de carácter mais geral. Isto aplica-se, igualmente, à atribuição de “importância”, sugerida pela selecção dos tópicos ou temas de um discurso.

Embora o que acabámos de afirmar se verifique na derivação de tópicos a partir de proposições, por exemplo no decurso da construção – feita “de baixo para cima” – de tópicos a partir de proposições locais, este controlo ideológico é também exercido na direcção oposta: quando as macroproposições de base ideológica se encontram expressas em títulos “tendenciosos”, podem orientar a interpretação – no sentido inverso, ou seja, “de cima para baixo” – de significados locais de frases. Se, em termos globais, se define um relato como sendo um exemplo de terrorismo, os significados locais contribuirão, supostamente, para exemplificar este tópico global. Devido à importância da influência – exercida “de cima para baixo” – dos tópicos na compreensão textual, isto pode significar que sejam excluídas, ou inibidas, interpretações alternativas dos factos, por exemplo, em termos de “resistência por parte dos combatentes da liberdade”.

O excerto seguinte é exemplificativo de uma das várias maneiras de atribuir a títulos ou resumos um carácter tendencioso. Um dos editoriais que Karl E. Meyer escreveu para o *New York Times* intitula-se “Uma injúria aos verdadeiros crentes” e foi resumido da seguinte forma:

- (17) Karl E. Meyer alega que o fanatismo religioso pode vir a suplantar o comunismo enquanto ameaça global à paz mundial, chegando à conclusão de que o terrorismo, nascido do fundamentalismo religioso, é, sem dúvida, imperdoável e faz cair em descrédito o fundamentalismo. (14 de Março de 1993)

Este resumo do artigo pode estar, em parte, correcto, não deixando, todavia, de ser tendencioso, uma vez que omite o factor crucial – “fanatismo religioso” e “fundamentalismo” referem-se *apenas*, em todo o artigo, ao fundamentalismo muçulmano, à excepção de uma breve referência aos hindus. Do artigo não consta qualquer

referência ao fundamentalismo cristão. Isto é, ou o título e o resumo generalizam de forma abusiva o significado do texto, ou então – hipótese mais provável e mais ideológica – “fundamentalismo” e “fanatismo” são definidos, exclusivamente, em relação ao Islão (Abaza e Stauth 1988; Harding 1991). Esta leitura ideológica é sustentada ainda pelo paralelismo que se estabelece entre os comunistas e a ameaça dos fundamentalistas (muçulmanos), os novos inimigos dos EUA (ou da “paz mundial”, conforme alega este artigo). Uma semana depois, o *New York Times* publicou um artigo de opinião da autoria de Bradford McGuin com um título semelhante – “Porque estão os fundamentalistas a ganhar” – e que também se refere apenas aos muçulmanos.

Conclusão

Os pressupostos e análises de cariz teórico apresentados na parte final do presente artigo sugerem que o significado do discurso – construído no decurso da sua produção e compreensão – é susceptível de incorporar opiniões derivadas de ideologias subjacentes. Desde o nível bastante linear da lexicalização até às estruturas mais complexas de proposições, relações de implicação ou coerência entre proposições e, ainda, tópicos ou significados globais, as representações de pessoas e acontecimentos, em modelos mentais subjacentes, podem transmitir às estruturas semânticas do discurso avaliações formuladas com base no grupo.

Nas gramáticas do discurso e na psicologia do processamento de texto, o significado do discurso é, normalmente, explicado através de conceitos abstractos, estruturas lexicais ou regras de significado, ou, então, através de modelos mentais baseados no conhecimento sociocultural. Torna-se, agora, evidente que devemos também explicar grande parte do significado do discurso em termos do controlo ideológico exercido por intermédio de atitudes, definidas como sendo representações sociais, e respectiva instanciação de modelos mentais episódicos relativos a acontecimentos e contextos. Ou seja, acabámos de dar mais um passo em direcção à formulação de uma teoria susceptível de tornar explícitas as dimensões relevantes do discurso e seus significados, incluindo o “posicionamento” ideológico, factor geralmente ignorado em anteriores análises formais do discurso. Atingimos este objectivo por termos dado um passo em frente em relação à forma intuitiva como as ciências sociais e os estudos críticos do discurso explicam a ideologia. Necessitamos agora de um modelo conceptual explícito capaz de esclarecer, em pormenor, a forma como as propriedades do significado discursivo derivam de cognições sociais e pessoais subjacentes, especificando, por exemplo, a forma como os modelos mentais controlam a construção do significado, tanto ao nível da produção como ao nível da compreensão. Uma futura investigação neste campo deverá ainda prestar atenção

à base ideológica de expressões fonológicas e gráficas, da sintaxe, da retórica, das propriedades pragmáticas e das dimensões interaccionais do discurso.

Ao mesmo tempo, um novo modelo conceptual como este, destinado ao “processamento ideológico do discurso”, pressupõe, antes de mais, que saibamos exactamente o que são as ideologias. Afirmámos que constituem o enquadramento – socialmente partilhado e baseado em valores – de proposições avaliativas fundamentais, desenvolvidas e utilizadas por grupos sociais, no âmbito de estruturas societais. Formulámos, também, algumas propostas experimentais relativamente à organização global esquemática de certas ideologias, em termos de um esquema canónico composto pelo próprio grupo e susceptível de definir a identidade e interesse de cada grupo social. Estamos, contudo, ainda longe de uma teoria explícita acerca da organização interna das ideologias.

As ideologias desempenham um papel fundamental, tanto no posicionamento e reprodução societais, ao nível mais geral, como nos discursos quotidianos e outras formas de interacção dos membros de grupos. Embora este artigo tenha começado a explorar algumas das dimensões do elo que une a ideologia ao discurso, uma futura investigação, no âmbito deste projecto, necessita, também, de examinar estas relações no enquadramento mais alargado das funções societais, políticas e culturais das ideologias e respectiva organização e expressão, tanto a nível cognitivo como discursivo.

Opiniões e ideologias na imprensa

1. Objectivos

De uma maneira geral, presumimos que os editoriais e os artigos de opinião na imprensa expressam opiniões. Dependendo do tipo e da posição do jornal, as opiniões podem variar consideravelmente nas suas pressuposições ideológicas. Esta formulação bastante familiar parece implicar que as ideologias dos jornalistas influenciam de alguma forma as suas opiniões, as quais por sua vez influenciam as estruturas do discurso dos artigos de opinião. Dentro do quadro de um projecto mais amplo sobre discurso e ideologia, este capítulo examina algumas das propriedades teóricas das relações complexas entre ideologia, opiniões e discurso dos *media*. Por exemplo, precisamos de explicitar o que quer dizer exactamente aqui ‘ideologia’, qual é a natureza da noção de senso comum de ‘opinião’ e através de que estruturas do discurso elas podem ser expressas.

A um certo nível de análise, as opiniões e as ideologias envolvem crenças ou representações mentais e por isso a nossa abordagem adopta em primeiro lugar uma perspectiva cognitiva. Por outro lado, as ideologias e as opiniões dos jornais usualmente não são pessoais, mas *sociais*, *institucionais* ou *políticas*. Isto requer uma explicação em termos de estruturas sociais ou societais. De facto, integramos ambas as abordagens numa única teoria sociocognitiva que lida com representações sociais partilhadas e a sua aquisição e usos em contextos sociais. E por fim, já que examinamos em particular as expressões textuais, por vezes subtis, de opiniões ideológicas, esta orientação sociocognitiva estará inserida num quadro analítico de discurso (para detalhes, ver van Dijk 1995).

Esta abordagem é única na medida em que rejeita a redução teórica que caracteriza virtualmente todas as abordagens passadas e contemporâneas de ideologia. Tal como a linguagem e conhecimento, as ideologias também são fenómenos sociais

muito complexos, que requerem uma análise conceptual e uma descrição empírica independente a vários níveis teóricos. Por conseguinte, reconhecer que as ideologias são socialmente partilhadas e usadas pelos grupos e pelos seus membros não significa que por esse motivo não podem, nem devem, ser descritas *também* em termos cognitivos. A esse respeito, as ideologias são como o conhecimento e a linguagem natural (ou antes, como as gramáticas e os sistemas de regras discursivas que subjazem ao uso da linguagem). Por isso, a nossa distinção entre mental e social é uma distinção teórica e analítica, feita para explicar as diferentes dimensões da ideologia.

Assim, de acordo com a ciência cognitiva contemporânea, as crenças e os sistemas de crenças ideológicas precisam de ser explicados *também, embora não exclusivamente*, em termos de estruturas neurobiológicas do cérebro. Isso não implica, de forma alguma, uma redução a posições individualistas, dualistas ou mentalistas. Pelo contrário, o que procuramos mostrar de um modo preciso é a forma como os elementos da estrutura societal (tais como grupos, instituições, poder e desigualdade), assim como as práticas sociais diárias do discurso e outras formas de interacção entre indivíduos enquanto membros de grupos, estão sistematicamente relacionadas com as dimensões construídas socialmente das mentes desses membros.

Para nós, então, a mente é simultaneamente um conceito do senso comum e um conceito teórico. Não é nem mais nem menos ‘real’ ou ‘material’ do que o são as estruturas sociais e as práticas sociais igualmente invisíveis. As últimas estão ‘apenas na mente’, tanto quanto as ideologias e as outras crenças estão apenas na interacção ou no discurso. Na nossa visão, só teorias sociocognitivas integradas permitem explicar em detalhe a forma como as ideologias sociais ‘monitorizam’ as práticas diárias dos actores sociais como os jornalistas e, inversamente, explicar a forma como as ideologias são formadas e mudadas através da interacção quotidiana e do discurso dos membros em contextos sociais de relações de grupos e de instituições como a imprensa.

Os nossos exemplos serão retirados de artigos de opinião do *New York Times* e do *Washington Post*, os quais podem ser vistos como a expressão de uma variedade de opiniões e de ideologias mais ou menos liberais e mais ou menos conservadoras, dependendo dos assuntos em causa, e como exemplos, provavelmente em simultâneo, de uma perspectiva ideológica global ‘americana’ sobre os acontecimentos noticiados e o mundo.

2. Ideologias

O conceito de ‘ideologia’ é uma das noções mais esquivas no campo das ciências sociais, e este capítulo não será capaz sequer de tentar sumariar o longo debate teórico sobre esta noção (ver, entre muitos outros livros, Centre for Contemporary Studies (CCCS) 1978; Eagleton 1991; Larrain 1979; Thompson 1984, 1990).

Em vez disso, neste capítulo temos como objectivo dar um passo em frente no desenvolvimento (lento) de uma nova teoria da ideologia que pretende substituir as noções até agora bastantes vagas de ideologia na filosofia e nas ciências sociais. Esta nova teoria tem três componentes principais:

A. Funções sociais Uma teoria das funções que as ideologias desempenham para grupos ou instituições dentro da estrutura societal. Esta teoria responde à questão simples de saber, antes de mais, por que razão as pessoas desenvolvem e usam ideologias.

B. Estruturas cognitivas Dentro deste quadro, é desenvolvida uma teoria acerca da natureza mental, dos componentes internos e das estruturas das ideologias, bem como sobre as suas relações com, por um lado, outras estruturas cognitivas ou representações sociais (como os valores, as normas, as atitudes, as opiniões e o conhecimento partilhado socialmente) e os modelos pessoais e contextuais (experiências, intenções, planos, etc.), por outro. Esta teoria permite responder às questões da constituição das ideologias, e do modo como elas orientam as práticas sociais.

C. Expressão discursiva e reprodução Uma teoria dos modos como as ideologias são expressas, adquiridas e reproduzidas pelas estruturas do texto e da fala socialmente situados. Esta teoria constitui um caso especial de uma teoria mais ampla relativa aos modos como as ideologias são expressas e reproduzidas em geral pelas práticas sociais.

Funções sociais

Uma vez que as funções sociais das ideologias têm sido amplamente discutidas na literatura clássica, seremos sucintos no que a elas se refere. No entanto, contrariamente à visão convencional, não limitamos as ideologias ao seu papel na reprodução e na legitimação da dominação de classe. Para começar, os grupos dominados também precisam de ideologias, por exemplo, como base para a resistência. Em segundo lugar, isto significa que, em geral, as ideologias não são ‘verdadeiras’ nem ‘falsas’, mas sim mais ou menos efectivas na promoção dos interesses de um grupo. Por último, iremos por conseguinte assumir que a função social principal das ideologias reside na coordenação das práticas sociais dos membros de grupos para a realização efectiva das finalidades de um grupo social e para a protecção dos seus interesses. Isto aplica-se tanto às práticas sociais internas ao grupo, como à interacção com membros de outros grupos. Dada esta função genérica das ideologias, é obviamente verdade que muitas ideologias se desenvolvem precisamente para sustentar, legitimar ou controlar conflitos de grupo, bem como relações de poder e de dominância.

Estruturas cognitivas

Para que as ideologias desempenhem essas funções sociais de um modo efectivo, os seus conteúdos cognitivos e as suas estruturas e estratégias devem estar talhados de alguma forma para estas funções sociais. Por outras palavras, o que as pessoas fazem como membros de grupos deve reflectir o que elas pensam enquanto tal; esta é uma relação que é estudada em termos de ‘cognição social’ (Fiske e Taylor 1991). Portanto, as práticas sociais pressupõem vastas quantidades de crenças socioculturais e específicas de grupos ou de representações sociais, tais como conhecimento, atitudes, normas, valores e ideologias. A nossa teoria propõe que as ideologias são a base ‘axiomática’ das representações mentais partilhadas pelos membros de um grupo social. Isto é, elas representam os princípios básicos que governam o julgamento social – aquilo que os membros dos grupos pensam estar certo ou errado, ou ser verdadeiro ou falso.

Como são constituídas as ideologias? Apesar da vasta literatura sobre ideologias, não sabemos. Mas podemos especular sobre os conteúdos típicos e, em particular, sobre a estrutura das ideologias. Por exemplo, muitas ideologias de grupo envolvem a representação do *self* e de outros, Nós e Eles. Por isso muitas parecem ser polarizadas – Nós somos Bons e Eles são Maus – especialmente quando estão envolvidos interesses conflituosos.

Essas proposições de base de auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro podem influenciar a miríade de opiniões e de atitudes que Nós temos sobre Eles em domínios sociais mais específicos. Por conseguinte, as ideologias racistas que integram essas proposições axiomáticas podem coordenar atitudes preconceituosas de grupos sobre minorias ou imigrantes (por exemplo, relativas a assuntos de imigração, residência, emprego ou educação). Por outras palavras, a função cognitiva principal das ideologias é a de organizar atitudes de grupo específicas. Isto não significa que as ideologias ou que as atitudes ideológicas sejam consistentes, embora possam ser coerentes noutro sentido, relativamente aos interesses básicos do grupo.

De forma mais genérica, propomos que as ideologias reflectem os critérios básicos que constituem a identidade social e definem os interesses de um grupo. Isto é, as ideologias podem ser representadas como uma espécie de *auto-esquema* do grupo, composto por categorias como *Pertença* (‘Quem pertence ao nosso grupo? Quem pode ser admitido?’), *Actividades* (‘O que fazemos?’), *Finalidades* (‘Fazemos isto com que fins?’), *Valores* (‘Como devemos fazer isto?’), *Posição* (‘Onde nos situamos? Quais são as nossas relações com outros grupos?’) e *Recursos* (‘O que temos, o que não temos?’). Dado que estes esquemas são ideológicos, os modos como os grupos e seus membros se representam a si próprios e aos outros podem sem dúvida ser ‘tendenciosos’, quando vistos do ponto de vista dos outros (incluindo do nosso ponto de vista como analistas).

Para os jornalistas enquanto grupo, estas categorias ideológicas serão compostas por informação básica sobre quem é reconhecido como jornalista (*e. g.*, através da posse de um diploma ou de uma carteira profissional), o que fazem habitualmente

os jornalistas (*e. g.*, escrever notícias e editoriais), as suas finalidades (*e. g.*, informar o público, servir como ‘cão-de-guarda da sociedade’), os seus valores e normas (*e. g.*, verdade, fidedignidade, imparcialidade), a sua posição relativamente aos seus leitores ou autoridades e o seu recurso de grupo típico (informação).

As ideologias e outras representações sociais da mente são ‘sociais’ na medida em que são partilhadas pelos membros de grupos sociais. Tal como a gramática e outras formas de conhecimento, essas representações partilhadas devem ser vistas como gerais e abstractas. Usando um critério prático, podemos dizer que todas as representações que habitualmente estão pressupostas num discurso e noutras práticas sociais são partilhadas socialmente. Claro que os membros individuais podem adquirir, através da socialização, versões ligeiramente diferentes destas representações sociais. Alguns membros (*e. g.*, “os ideólogos”) de um grupo podem ter um sistema ideológico mais detalhado e completo do que outros (ver a discussão em Lau e Sears 1986). Aqui reside a primeira fonte de variação individual no accionamento de práticas sociais ideológicas, mas isso não significa (como por vezes é argumentado) que as ideologias não existem, pois também não se pode dizer que as gramáticas, as regras de discurso ou o conhecimento sociocultural não existem porque alguns dos membros têm mais conhecimento do que outros sobre as mesmas. Dito de outra forma, como já antes sugerimos, a análise das ideologias deve ter lugar ao nível abstracto dos grupos, e não ao nível da cognição individual. Além disso, uma vez que os indivíduos podem pertencer ou identificar-se a mais do que um grupo social, eles podem ter várias ideologias, cada uma das quais influenciando de um modo diferente as suas práticas sociais, dependendo da situação social. Isto também explica por que razão os usos pessoais das ideologias em situações concretas podem ser variáveis e parecem ser frequentemente contraditórios.

Modelos

As ideologias gerais partilhadas pelos membros de um grupo e as atitudes de grupo específicas que elas organizam podem ser expressas directamente no discurso: por exemplo, através de expressões genéricas como ‘As mulheres são menos competentes’ na ideologia machista chauvinista. No entanto, a maioria do discurso de opinião, incluindo o da imprensa, é mais específica e expressa, não só opiniões partilhadas pelo grupo, mas também conhecimento pessoal e opiniões sobre pessoas específicas, acontecimentos e situações (‘Eu não aprovo esta invasão’). Essas opiniões pessoais e específicas derivam de atitudes ou de opiniões partilhadas socialmente, assim como da forma como são representadas nos chamados *modelos mentais* as experiências e avaliações pessoais.

Os modelos constituem a interface crucial entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico, entre representações sociais e a sua aplicação no discurso e noutras práticas sociais. Essencialmente, os modelos representam as experiências quotidianas das pessoas, como sejam a observação ou a participação em acções, eventos ou discurso.

Ao contrário das representações sociais, são pessoais, subjectivos e dependentes do contexto: eles são constituídos por aquilo que as pessoas sabem e pensam sobre acontecimentos particulares, e explicam o facto de esses acontecimentos e acções serem subjectivamente interpretados. Assim, os modelos explicam a razão pela qual as interpretações do discurso são construtivas.

As pessoas ‘modelam’ continuamente os acontecimentos das suas vidas diárias, incluindo os eventos comunicativos em que se engajam, ou sobre os quais lêem na imprensa. Por conseguinte, as acções de lembrar, contar uma história ou editar envolvem a activação de modelos passados, enquanto as intenções, planos, ameaças e anúncios envolvem modelos sobre acontecimentos futuros e acções. Em suma, todas as nossas práticas sociais são monitorizadas (intencionadas, percebidas) segundo os modelos mentais.

Embora estes modelos, como um todo, sejam únicos, pessoais e variáveis segundo o contexto, grande parte deles são claramente sociais no sentido em que o conhecimento e as opiniões que integram são apenas ‘instanciações’ do conhecimento sociocultural e das opiniões partilhadas por membros de um grupo. Dito de outra maneira, os modelos constituem de facto a interface entre, por um lado, representações sociais, incluindo ideologias, e, por outro, práticas sociais e discurso.

Dos modelos ao discurso

Agora temos o elo de ligação vital que faltava entre ideologia e discurso. As ideologias organizam as atitudes de grupo específicas; estas atitudes podem ser usadas na formação de opiniões pessoais tal como estas são representadas pelos modelos; e, por último, estas opiniões pessoais podem ser expressas no texto e na fala. Este é o modo usual, indirecto de expressão ideológica no discurso. No entanto, vimos acima que, em algumas formas de discurso, as ideologias podem ser expressas também de forma directa, isto é, em frases genéricas.

Porque os modelos representam o que as pessoas sabem e pensam sobre um acontecimento ou situação, eles controlam essencialmente o ‘conteúdo’ ou a semântica do discurso. No entanto, já que as pessoas sabem e pensam habitualmente muito mais do que aquilo que precisam de dizer por razões pragmáticas, regra geral apenas uma fracção da informação num modelo será expressa no texto e na fala. Claro que o mesmo se verifica no respeitante às opiniões: as pessoas não consideram ser necessário ou apropriado dizer ou escrever sempre o que pensam. Em muitos aspectos um texto constitui apenas o topo do icebergue da informação que está representada mentalmente nos modelos. E, inversamente, devido à forma como o modelo é construído, os indivíduos compreendem geralmente muito mais de um texto do que aquilo que expressam.

Já sugerimos que os indivíduos formam não só modelos sobre acontecimentos por si conhecidos (através da experiência pessoal ou através da comunicação), mas

também modelos específicos acerca dos eventos comunicativos em que participam. Estes modelos contextuais integrarão tipicamente a definição global de uma situação (*e. g.*, uma aula, uma conversa com um amigo ou ler um jornal), bem como crenças subjectivas sobre os participantes em diferentes papéis, finalidades globais, localização (espacial, temporal) e outras. Os modelos contextuais são cruciais na produção e na compreensão do discurso. Enquanto que os modelos de acontecimentos representam aquilo que está a ser comunicado, os modelos contextuais regulam, em grande medida, a forma como isso está a ser feito, quer dizer, a variação formal fonológica, sintáctica, lexical e outro tipo de variação do texto e da fala. À semelhança do modelo de acontecimentos, esses modelos contextuais podem integrar sem dúvida opiniões, como sejam crenças avaliativas sobre os outros participantes na comunicação, os seus papéis, credibilidade e outras. Portanto, a leitura de editoriais envolve usualmente a formação de opiniões não só sobre o que é dito, mas também sobre o escritor ou o jornal.

Devemos sublinhar, mais uma vez, que o quadro sociocognitivo aqui apresentado não implica qualquer primazia das dimensões cognitiva ou social do discurso ou da ideologia. Em vez disso, quer mostrar as relações próximas entre mente e sociedade. No entanto, implica que, tanto teórica como empiricamente, as estruturas sociais não podem ser relacionadas directamente com as estruturas discursivas de forma alguma. Isto só se torna possível através dos actores sociais e das suas mentes, isto é, através das interpretações mentais ou construções das estruturas sociais e situacionais pelos membros de grupos. Todas as explicações que ignoram a análise cognitiva dos processos envolvidos no desenvolvimento e nos usos da ideologia constituem, segundo o nosso ponto de vista, simplificações ou reduções. De facto, se as estruturas sociais (como as da dominação) pudessem influenciar (causar?) directamente as práticas sociais e o discurso, nem as ideologias nem outras representações sociais partilhadas da mente (tal como o conhecimento) seriam necessárias. E se as experiências individuais e interpretações (como são representadas nos modelos) fossem ignoradas, isto implicaria que todos os actores sociais num grupo fariam e diriam a mesma coisa.

3. Opiniões

Antes de examinarmos com algum detalhe as expressões discursivas das opiniões nos editoriais, precisamos de examinar em si mesma e dum modo sucinto a noção bastante dúbia de ‘opinião’. Acima, definimos opiniões como ‘crenças avaliativas’, isto é, crenças que integram um componente avaliativo. Em muitos casos, isto não levanta qualquer tipo de problema. Qualquer crença pressupõe um valor (o que envolve um julgamento sobre alguém ou alguma coisa) e é avaliativa (por exemplo: ‘x é bom / mau / bonito / horrível / honesto / inteligente’), dependendo dos valores

de um grupo ou cultura. Alguns julgamentos são avaliativos só indirectamente ou em situações específicas, por exemplo, quando se acredita que alguém ou algo é pequeno ou grande, leve ou pesado, e quando essa crença factual em si pressupõe um julgamento valorativo (*e. g.*, ‘ser pequeno é mau’).

O mesmo se passa com as categorizações, por exemplo quando se acredita que alguém é ladrão ou terrorista. Estas podem ser crenças factuais. Se forem aceites socialmente, os critérios gerais para essa categorização podem ser especificados, como é o caso do julgamento de um tribunal. Por outro lado, se os critérios factuais são menos relevantes, e o conceito é usado apenas ou sobretudo para fazer um julgamento de valor (alguém é mau), então nós estamos a lidar com uma opinião. Obviamente que, tal como se verifica com todos os valores e julgamentos, estas podem variar cultural e socialmente. E a partir do momento em que estão envolvidos grupos e interesses de grupos conflituosos, podemos dizer que essas opiniões são ideológicas.

Esta explicação extremamente simplificada tem implicações práticas para a análise do discurso. Esconde problemas fundamentais da cognição e da filosofia, como as bases do conhecimento e da crença, das avaliações e dos julgamentos (Kornblith 1994; Lehrer 1990). Na psicologia das opiniões e atitudes, habitualmente ignoram-se estes assuntos (Eagly e Chaiken 1993).

Em particular numa discussão sobre ideologia, os critérios de verdade e falsidade tornam-se relevantes. Assim, se definirmos as opiniões como crenças avaliativas, e se as colocarmos em oposição às crenças factuais, como fizemos, estamos a supor como verdadeira a impossibilidade de distinguir entre crenças avaliativas e crenças factuais. Ambas envolvem um julgamento; mas dizer simplesmente que este julgamento pressupõe valores nas opiniões e critérios de verdade nas crenças factuais exige novamente mais explicação. De facto, para pegar num exemplo contemporâneo, a crença ‘fumar prejudica a nossa saúde’ é uma opinião ou uma crença factual? Integra um conceito tipicamente avaliativo (‘prejudica’) e como tal parece uma opinião, nomeadamente sobre o acto de fumar ou sobre fumadores. Por outro lado, quando baseada em conclusões da investigação científica, a crença pode ser vista como factual.

Por outras palavras, depende da base ou dos critérios de julgamento. Se estas bases forem uma mera norma cultural ou de grupo ou um valor (‘é mau prejudicar a nossa saúde pelo acto de fumar’), então a crença é uma opinião. No entanto, se as bases forem critérios de verdade partilhados socialmente (*e. g.*, observação, comunicação fidedigna, inferência válida, investigação científica, etc.), ou outro conhecimento baseado nesses critérios, então a crença é factual (verdadeira ou falsa). Ambos os tipos de julgamento são social, histórica e culturalmente relativos. Da mesma forma, os critérios de verdade podem ser diferentes em períodos diferentes ou para grupos diferentes. Mas, para as crenças serem factuais, só é necessário que sejam aplicados dentro de cada cultura ou grupo critérios de conhecimento aceites pelos mesmos. E sempre que estes critérios favoreçam em particular um determinado grupo, o sistema de conhecimento em si e os critérios de verdade podem ser baseados em ideologias.

De realçar que não usamos aqui o conceito de ‘opinião’ para fazer referência a crenças falsas, como por vezes acontece no uso quotidiano da linguagem. As crenças falsas também são factuais se puderem, em princípio, ser avaliadas relativamente a um sistema de critérios de verdade. Inversamente, diz-se frequentemente que as opiniões e as ideologias representam a ‘verdade’ para indivíduos ou grupos específicos, mas em nenhum sentido isso faz com que eles sejam factuais. A partir do momento em que estão envolvidas normas e valores, elas são avaliativas e não factuais.

Ignoramos aqui muitas outras noções relevantes que habitualmente são usadas na distinção entre conhecimento e opiniões, como sejam a subjectividade, a objectividade ou a noção de consenso. De igual modo, uma definição mais discursiva de conhecimento e de crenças não será também proposta. Embora as opiniões sejam usualmente objecto de discórdia e sejam debatidas em estruturas argumentativas específicas, o mesmo pode ser verdadeiro relativamente às crenças factuais. Isto é, a posição defendida num argumento pode ser ou factual ou avaliativa. Também não aceitamos a redução das opiniões e do conhecimento ao discurso. Para nós, assim como para a maioria dos psicólogos, estas são representações mentais, e não estruturas do discurso. Isto é, dizemos que as pessoas ‘têm’ e partilham opiniões, independentemente de elas as expressarem no discurso ou não e de o fazerem tanto em contextos específicos como através dos mesmos. Que as crenças sejam adquiridas, construídas, mudadas e usadas socialmente (também) através do discurso é óbvio, mas isso não as torna discursivas no sentido usual de ‘serem uma propriedade do discurso’.

4. Estruturas do Discurso

Depois deste breve sumário da nossa teoria da ideologia e da opinião, precisamos agora de examinar em detalhe a forma como estas podem ser expressas no texto e na fala em geral, e em artigos de opinião da imprensa em particular. Uma abordagem analítica de discurso a esta questão fará essa tarefa através de um exame dos vários níveis e dimensões do discurso.

Unidades lexicais

A análise das unidades lexicais é a análise tradicionalmente mais conhecida nos estudos da ideologia e da linguagem. Podem ser escolhidas palavras que geralmente ou contextualmente expressem valores ou normas, e que sejam usadas para expressar um julgamento valorativo (*e. g.*, ‘terrorista’, ‘racista’). Mas, embora haja muitos predicados que são usados normalmente para expressar uma opinião (*e. g.*, ‘bonito’, ‘sujo’ etc.), outros podem ser usados quer factualmente quer avaliativamente (*e. g.*,

‘poluído’, ‘democrático’, ‘inteligente’), dependendo de estar pressuposto no seu uso um conhecimento ou um sistema de valores, como discutimos acima.

No entanto, especialmente numa abordagem analítica de discurso, queremos ir para além destas análises óbvias das unidades lexicais. As opiniões podem ser expressas de muitos outros modos, mais complexos, no texto e na fala: por exemplo em títulos, estruturas das histórias, argumentos, disposições gráficas, estruturas sintácticas, estruturas semânticas da coerência, tópicos globais e outras. Vamos examinar com mais cuidado alguns destes modos e desta forma focar as várias estruturas semânticas do discurso, já que elas formam o cerne do ‘conteúdo’ da expressão das opiniões ideológicas (van Dijk 1995; para as noções semânticas aqui usadas, ver van Dijk 1985). Seguindo a convenção, faremos agora referência a significados, conceitos e proposições (e assim a opiniões) através do uso de aspas simples, e a palavras concretas, frases e outras expressões de tais significados com aspas duplas ou itálico.

Proposições

Os conceitos e as suas expressões em unidades lexicais não surgem sozinhos, mas combinados em *proposições* expressas por orações e frases. Assim, a ocorrência de palavras que parecem implicar opiniões (tais como “terrorista”) não significa muito se não soubermos o significado das frases em que ocorrem (e, claro, de todo o texto e contexto, um assunto sobre o qual falaremos a seguir). Por exemplo, há uma diferença considerável entre a proposição ‘ele é um terrorista’ e a sua negação ‘ele não é um terrorista’, mesmo que as duas contenham o conceito de terrorista, e mesmo que as duas possam ser vistas como expressões de opiniões.

As proposições são analisadas usualmente em termos de um predicado principal (usualmente interpretado como propriedade, acontecimento ou acção) e de um número de argumentos que desempenham papéis semânticos diferentes, como Agente, Predicado, e outros, como se verifica na proposição ‘mortos (Agente: terroristas; Predicado: reféns)’. Esta proposição pode ser mais modificada através de modalidades como ‘Foi necessário (possível, improvável etc.) que’.

Cada categoria da proposição pode ser modificada novamente por outro predicado. Por exemplo, ‘(terroristas) desesperados’ e ‘(reféns) aterrorizados’. Como foi discutido anteriormente, cada um destes conceitos pode integrar opiniões implícitas. Portanto, escolher ‘desesperado’ em vez de ‘insensível’ como um modificador para ‘terrorista’ implica outra opinião, menos negativa, que sugere que o terrorista não teve outra opção senão a de matar os reféns. Esta implicação pode ser inferida também a partir da escolha de modalidades do tipo ‘eles foram obrigados a...’. Constatamos este uso bastante frequente das modalidades de necessidade em estratégias que atenuam as acções negativas das autoridades do endogrupo, tal como ‘A polícia teve de agir de forma dura contra os manifestantes’ (para exemplos em relatos noticiosos sobre acções da polícia, ver van Dijk 1988a).

No entanto, não são apenas os conceitos envolvidos na proposição que se revelam interessantes, mas também a estrutura proposicional em si mesma, dado que ela pode expressar opiniões. Se os actos negativos são atribuídos a pessoas que aparecem no papel de Agente, então elas são tidas como mais responsáveis por essas acções do que se aparecessem em papéis diferentes. Além disso, a estrutura sintáctica da frase que expressa essas proposições pode variar de um modo tal que a agência de um determinado indivíduo ou grupo é secundarizada, como se verifica nas construções passivas (*e. g.*, “Os manifestantes foram mortos pela polícia” ou “Manifestantes (foram) mortos”). Desta forma, a NOSSA gente tende a aparecer primordialmente como actor quando os actos são bons, e a DELES quando os actos são maus, e vice-versa: a gente DELES aparecerá menos como actor quando as acções são boas do que aparecerá a NOSSA gente (para uma análise detalhada destas estratégias, ver, *e. g.*, Fowler 1991; Fowler *et al.* 1979; van Dijk 1991).

Vimos aqui uma primeira estratégia geral para a expressão de atitudes partilhadas baseadas no grupo e de ideologias através de modelos mentais. Esta estratégia de polarização – descrição do endogrupo positiva, e descrição negativa do exogrupo – tem portanto a seguinte estrutura abstracta avaliativa, que podemos denominar de ‘quadrado ideológico’:

- Enfatizar as nossas propriedades/acções boas
- Enfatizar as propriedades/acções más deles
- Mitigar as nossas propriedades/acções más
- Mitigar as propriedades/acções boas deles

Estes lances funcionais na estratégia global de satisfação do interesse ideológico, presentes na maioria dos conflitos sociais e acções (*e. g.*, no discurso racista, sexista, etc.), podem ser expressos na escolha de unidades lexicais que implicam avaliações positivas ou negativas, bem como na estrutura de proposições completas e suas categorias (como nas activas/passivas, etc.). Aqui ‘nossos’ pode referir-se ao endogrupo ou aos seus amigos e aliados, e ‘eles’ ao exogrupo e aos seus amigos e aliados (para estudos sociopsicológicos destes princípios, por exemplo na atribuição, ver, *e. g.*, Fiske e Taylor 1991; para a dimensão da gestão das impressões, ver Tedeschi 1981).

Implicações

As opiniões não precisam de ser sempre explicitamente expressas numa proposição, mas podem ser implicadas. Teoricamente, isso significa que, dada uma proposição (expressa) P, uma ou mais proposições Q1, Q2... podem ser inferidas a partir de P com base num modelo do acontecimento ou do contexto. Estes modelos podem eles próprios incorporar conhecimento instanciado ou atitudes. Assim, num editorial sobre a expulsão de Israel de quatrocentos membros do Hamas (um movimento islâmico palestiano), o *New York Times* conclui da seguinte forma:

- (1) Quaisquer que tenham sido as ofensas de Israel, os árabes, ao sugerirem que a expulsão é equivalente aos crimes de Saddam Hussein contra o Kuwait ou à cumplicidade da Líbia no terrorismo de Estado, estão a falsear a realidade. Israel desobedeceu seguramente às Convenções de Genebra. Mas não exagerem a escala e a natureza da infracção.

As primeiras frases implicam a proposição de opinião que os árabes estão a exagerar, enquanto que a última frase implica que a “infracção” dos israelitas é menor de facto, o que também é uma opinião. Também a escolha do próprio conceito de “infracção” constitui em si uma forma de mitigação. Já que os israelitas estão do NOSSO lado, e Saddam Hussein e a Líbia são tipicamente inimigos e logo ELES, também vemos expresso o quadro ideológico básico que explica a operação da mitigação, bem como as proposições implicadas (em baixo, na nossa análise detalhada de um artigo de opinião, veremos que Saddam Hussein pode ser usado pelos EUA para caracterizar outros inimigos).

Pressuposições

As proposições podem estar implicadas, porque se presume que elas sejam conhecidas, ou podem ser pressupostas, dado um determinado modelo do acontecimento. Podem ser usadas estrategicamente para introduzir de forma oblíqua num texto proposições que podem nem sequer ser verdadeiras. Este é também o caso para as pressuposições que incorporam opiniões. Portanto, no exemplo prévio foi pressuposto que os “árabes” exageraram de facto na escala e na natureza da infracção, o que por si mesmo é uma ideia facciosa sobre a reacção dos árabes. Previamente no mesmo editorial, pode ler-se a seguinte passagem:

- (2) Os defensores de Israel argumentam justamente que o mundo atribui pouca importância aos crimes terroristas cometidos pelos extremistas islâmicos e à sua determinação fanática para impedir qualquer tipo de acordo entre israelitas e árabes (*NYT*, Ed., 29 Jan. 1993)

O *NYT* defende que o argumento de Israel é válido e também partilha as pressuposições desse argumento, nomeadamente que “os extremistas islâmicos” cometem crimes terroristas e impedem a efectivação de qualquer tipo de compromisso. O fraseado desta pressuposição, uma vez que não é atribuída (por citação) a Israel, é da responsabilidade do *NYT*, e deste modo também as opiniões implicadas pelo uso de unidades lexicais como “crimes terroristas”, “extremistas” e “determinação fanática”. Nenhuma destas palavras é usada para descrever a expulsão israelita de quatrocentos palestinianos. Pelo contrário, o artigo afirma explicitamente que esta “infracção” não deve ser exagerada. Mais atrás, tinha sido descrita como um “erro

estúpido” e não como um “crime terrorista” do Estado de Israel, uma formulação que provavelmente os palestinianos adoptariam. Vemos de novo a forma como as opiniões sobre amigos e inimigos estão a ser descritas, implicadas e pressupostas seguindo o quadro ideológico proposto antes.

Descrições

Indo agora para o nível discursivo concreto das sequências das proposições, vemos que os acontecimentos podem ser descritos a vários níveis de generalidade ou de especificidade, e com muitas ou poucas proposições em cada nível (van Dijk 1977). Se aplicarmos o quadro ideológico a este fenómeno, podemos esperar que as Nossas boas acções e as acções más Deles tenderão a ser descritas em geral a um nível mais baixo, mais específico, com muitas proposições (detalhadas). O oposto será verdadeiro para as Nossas más acções e as acções boas Deles, que, se chegarem sequer a ser descritas, tal ocorrerá para ambas em termos bastantes genéricos, abstractos e por essa razão “distanciados” e com poucos detalhes.

Assim, de novo no exemplo do *NYT* antes citado, a expulsão dos membros do Hamas é sumariada avaliativamente com o predicado “erro estúpido” e como “violando a Convenção de Genebra”. A seguir, estes palestinianos são descritos como “amontoados em tendas no Líbano num sítio deserto e gelado”, o que pode ser lido como implicando algo de negativo para os israelitas. No entanto, esta constitui a única forma negativa de descrição das políticas israelitas neste artigo, enquanto que as dos “terroristas” palestinianos e dos Estados “árabes” são descritas com muito mais detalhe, como vimos antes na descrição dos “crimes terroristas” e da “determinação fanática”, bem como nas passagens seguintes:

- (3) Mas isso reforçaria o erro e poria em risco as conversações de paz para o Médio Oriente se os Estados árabes fizessem pressão a favor da aplicação das sanções das Nações Unidas antes de pelo menos estar estabelecida a equipa do Presidente Clinton... (palestinianos amontoados em tendas...). Isso serve perfeitamente os militantes islâmicos banidos, já que a sua situação difícil estagnou de forma efectiva as conversações de paz a que se opunham vigorosamente. (*NYT*, Ed. 29 Jan. 1993)

Assim, os palestinianos são descritos como querendo impedir as conversas “vigorosamente” estando “fanaticamente determinados” a fazê-lo, e o mesmo ocorre noutras partes do texto: as reacções negativas dos árabes são explicitadas em detalhe (e postas em evidência), e as acções negativas israelitas são postas em segundo plano, mitigadas ou estruturalmente subordinadas.

Metodologicamente, exemplos simples como estes provam pouco; seria preciso uma demonstração adicional quantitativa para estabelecer que a estratégia global é de facto aplicada. O exemplo dado é meramente ilustrativo para o tipo de operação

em funcionamento: o que queremos saber diz respeito à forma como as opiniões e as atitudes podem ser expressas no discurso. Outro trabalho pode examinar então a frequência desta operação e se a hipótese empírica (sobre o diferencial das descrições de endogrupos e exogrupos) se confirma em comparações quantitativas.

Coerência local

Uma das condições semânticas cruciais da textualidade diz respeito à coerência, isto é, à propriedade das sequências de frases (ou de proposições) no texto e na fala que define por que razão elas ‘se agrupam’ ou formam uma ‘unidade’ e não constituem um conjunto arbitrário de frases. Tanto em estudos formais de discurso, como na nossa abordagem sociocognitiva, a coerência é definida em relação aos modelos. Ou seja, falando em termos grosseiros, uma sequência de frases é coerente se podermos construir um modelo a partir da mesma. Isto pode envolver relações causais ou condicionais entre os factos tal como eles estão representados num modelo. Por outras palavras, a coerência é tanto relativa como referencial. Quer dizer, é definida segundo as relações entre os factos num modelo a que se faz referência ou sobre o qual se fala.

Se a coerência tem na sua base modelos, e os modelos podem incorporar opiniões, as quais por sua vez podem ser ideológicas, podemos esperar que a coerência também envolva opiniões e ideologias. Se os empregadores holandeses acreditarem, como muitos acreditam, que os trabalhadores imigrantes não trabalham tanto quanto deviam, ou que não conhecem suficientemente bem a língua, ou que não têm educação, estamos perante opiniões; mas, uma vez que se acredita que são ‘verdadeiras’, podem funcionar como a parte causal das explicações e deste modo tornar coerente os textos dos empregadores (pelo menos segundo a sua perspectiva ideológica). Outros podem preferir atribuir a alta taxa de desemprego das minorias à discriminação dos empregadores, em vez de culpar as vítimas, e a ‘coerência ideológica’ do seu discurso explicativo seria por isso bastante diferente (para uma análise detalhada desta conversa tendenciosa produzida por gestores de grandes empresas, ver van Dijk 1993).

Para além desta forma de coerência referencial ou extensional, as sequências de proposições podem também estar relacionadas através de relações intensionais ou funcionais. Uma proposição pode ser uma Generalização, uma Especificação, um Contraste ou um Exemplo de outra proposição. Já que são os significados e não os modelos que parecem estar envolvidos aqui, é difícil ver a forma como essas relações podem ser controladas ideologicamente pelas opiniões. No entanto, o uso dessas relações funcionais pode desempenhar funções estratégicas, argumentativas ou retóricas. Por conseguinte, uma coisa é um editorial descrever um ‘motim’ em termos de ‘violência’ negra, mas outra completamente diferente é acrescentar a Generalização que ‘é sempre o mesmo caso’, como também se verifica em muitas

histórias conversacionais negativas sobre minorias (van Dijk 1984, 1987a). De modo semelhante, na mesma história, um contador pode referir que Nós temos de esperar anos a fio por um apartamento, mas que Eles arranjam um apartamento novo de imediato. Deste modo, os contadores de histórias podem fazer uma afirmação geral, por exemplo sobre a inadaptação cultural dos imigrantes, e depois juntar um exemplo (que pode tornar-se numa história completa). Em suma, as relações intensionais também podem reflectir de forma precisa as relações conflituosas entre grupos e as operações cognitivas de generalização e de especificação, de comparação e de contraste, as quais podem estar imbuídas obviamente de opiniões ideológicas. Isto ocorre no exemplo discutido antes respeitante às consequências políticas da expulsão dos quatrocentos membros do Hamas de Israel:

- (4) Agora o maior desafio reside no reatamento das estagnadas conversações de paz. Para fazer isto, a Administração precisa da ajuda árabe. Agora que Israel se comprometeu numa questão de princípios, estarão os líderes árabes disponíveis para fazer o mesmo? (NYT, Ed., 3 Fev. 1993)

A oposição e a comparação entre israelitas e árabes torna-se particularmente clara na última frase, que está baseada num contraste entre a acção “positiva” de Israel (que garantiu o regresso de cem dos 394 palestinianos expulsos) e o cepticismo sobre qualquer tipo de acção positiva por parte dos líderes árabes. Em ambos os casos, estão envolvidas opiniões, e opor as duas partes, como se faz neste exemplo, constitui um lance na estratégia mais global de auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro (de facto, a frase que se segue é “Como seria de prever, a OLP precipitou-se a dizer não.”).

Coerência global e tópicos

A coerência local entre as proposições do texto e da fala é uma condição necessária, mas não suficiente para a coerência discursiva. Está em funcionamento outro princípio unificador, nomeadamente o da coerência global e, como tal, esta é definida pelos ‘tópicos’ dos parágrafos, por trechos longos do texto ou por discursos completos. Esses tópicos podem ser descritos formalmente como macro-estruturas semânticas que são derivadas de micro-estruturas locais com regras específicas de identificação. No processamento concreto do discurso, estas regras ganham a forma de macro-estratégias eficientes (mas falíveis) para a construção ou a execução local dos tópicos (van Dijk e Kintsch 1983).

Já que as proposições podem ser proposições de crenças, as macroproposições podem representar opiniões, como é tipicamente o caso nos editoriais. Local e globalmente, um editorial expressará opiniões locais e globais, respectivamente, como se torna claro habitualmente nos sumários. De facto, o editorial do NYT do qual acabámos

de analisar um fragmento, é sumariado da seguinte forma na base de dados Lexus a partir da qual foi descarregado:

- (5) Um editorial congratula o Presidente Clinton pelo seu primeiro sucesso na política externa relativa ao Médio Oriente ao ter conseguido concessões de Israel no que respeita à deportação de quatrocentos palestinianos; o artigo conclui que a melhor forma de os países árabes promoverem a nova seriedade da lei internacional reside no regresso às conversações de paz. (NYT, Ed., 3 de Fev. 1993)

Portanto, o acto de fala de congratulação no início pressupõe que Clinton fez algo bem feito (uma opinião) e (o sumário de) a recomendação no fim envolve também uma opinião sobre o que os árabes devem fazer. Assim, de uma forma mais genérica, podemos esperar com toda a certeza que os editoriais expressem, pressuponham ou impliquem opiniões também ao nível global e macro.

Podemos concluir a partir do mesmo exemplo que essas opiniões reflectem opiniões partidárias e ideologias. Podemos inferir de que lado estão os editores do NYT no conflito do Médio Oriente pelo facto de congratularem Clinton por “ter conseguido” uma concessão de Israel, em vez de o culparem por ter sido incapaz de forçar os israelitas a cumprir a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ordenando o regresso de todos os que foram ilegalmente expulsos). Esta é a sua posição, apesar do criticismo tecido a Israel, que também é evidente neste editorial. De facto, uma opinião crítica ao nível local sobre Israel não é o mesmo que uma opinião negativa macro e global sobre Israel. Pelo contrário, as opiniões negativas sobre Israel ocorrem tipicamente em frases de baixo nível, subordinadas.

Lances semânticos

Estratégias globais ideológicas de auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro podem ser implementadas também ao nível local das frases e das sequências de frases. Deste modo, uma oração pode expressar uma proposição que realiza uma estratégia, e a oração seguinte uma proposição que realiza outra estratégia. Um caso típico são os lances semânticos locais chamados desmentidos: “Eu não tenho nada contra negros, mas...”. Nesta chamada Negação Aparente, a primeira oração enfatiza a tolerância do falante, enquanto que o resto da frase (e frequentemente também o resto do texto) que se segue ao *mas* pode ser muito negativo. Do mesmo modo, nós podemos encontrar no mesmo paradigma racista as Concessões Aparentes (“Também há estudantes negros inteligentes, mas...”), a Empatia Aparente (“Claro que os refugiados têm problemas, mas...”) e outras.

As próprias estratégias em que esses lances se baseiam visam precisamente controlar opiniões e impressões, isto é, aquilo que os nossos interlocutores nas conversações pensarão acerca de nós. Assim, para evitar a impressão negativa criada por ser um

indivíduo intolerante ou um intolerante ignorante, os desmentidos são usados como prefácios estratégicos para a parte negativa do texto. Isso não significa que esses lances sejam meramente retóricos. Obviamente, os falantes podem estar plenamente convencidos, tendo como base outras ideologias (humanitárias), de que nós não *devemos* ter nada contra os negros (Billig 1988).

Na parte final do exemplo (1), temos duas Concessões Aparentes em que são admitidas a “infracção” de Israel e as suas obrigações (em orações iniciais mas subordinadas), mas o enfoque principal é colocado na ridicularização das afirmações dos árabes (comparando Israel com Saddam Hussein). Claro que, este tipo de lances, ou de movimentos, pode ser aplicado também às outras partes, como acontece quando o *NYT* critica o Primeiro-Ministro Rabin por ter concordado com a expulsão:

- (6) Quaisquer que sejam os custos políticos para o Sr. Rabin, a magnanimidade serviria melhor os interesses mais alargados de Israel. (*NYT*, Ed., 29 Jan. 1993).

Assim, a parte relativa à concessão elogia a oposição interna ao levantamento da interdição respeitante aos palestinianos expulsos, mas o ponto principal do argumento centra-se naquilo que o *NYT* vê como sendo o melhor para Israel. A propósito, repare-se também no estilo da recomendação, nomeadamente a escolha do termo muito positivo “magnanimidade”, o qual dificilmente parece compatível com a anulação da expulsão de quatrocentos cidadãos e com o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. Será que o *NYT* descreveria um terrorista que libertasse alguns dos seus reféns como ‘magnânimo’? Quer dizer, uma posição crítica face a amigos pode também ser feita com luva de pelica e expressar de facto opiniões ideológicas. Este é um exemplo típico da estratégia de colocar em evidência as Nossas boas acções.

Integração?

Tendo revisto a forma como se pode fazer o levantamento de opiniões a partir de várias estruturas semânticas, podemos perguntar-nos se é possível derivar alguns princípios gerais das nossas análises. Há alguma “lógica” no modo como as avaliações ideológicas (e outras) tendem a manifestar-se no significado do discurso?

Para responder a esta questão, iremos voltar a traçar sucintamente o itinerário teórico que nos levou das ideologias aos discursos. Os significados dos discursos derivam dos modelos mentais de acontecimentos, os quais são controlados por modelos contextuais. Estes modelos podem incorporar opiniões pessoais e opiniões sociais instanciadas sobre acontecimentos, ou sobre qualquer um dos seus aspectos relevantes (os participantes e respectivas propriedades e acções, etc.). As opiniões sociais ‘aplicadas’ a um acontecimento específico e contexto podem ser organizadas em atitudes, que por sua vez se podem basear em ideologias partilhadas por grupos. Estas ideologias são representações mentais cujas categorias codificam esquematica-

mente as dimensões sociais maiores dos grupos (identidade, actividades, finalidades, posição, valores, recursos) e envolvem selecções de valores feitas com base em interesses que subjazem às avaliações e práticas sociais dos membros de grupos.

Assim, não obstante a variação pessoal e contextual, podemos esperar que as opiniões sobre acontecimentos expressem quadros ideológicos subjacentes que também orientam as práticas sociais, e portanto também o discurso de uma forma estratégica, visando a satisfação dos interesses do grupo. Especialmente no discurso institucional e público convirá, genericamente falando, que a informação seleccionada de um modelo e realçada num discurso seja positiva para o grupo do falante, e negativa para os oponentes ou Outros. O inverso é igualmente verdadeiro: não será do nosso interesse seleccionar e enfatizar informação que é negativa para/sobre nós, ou positiva para/sobre os Outros. Isto é precisamente o que o quadro ideológico anteriormente discutido sugere como sendo a estratégia global para identificar modelos no texto e na fala.

Como é que esta estratégia global influencia a semântica do discurso? Quais as estratégias semânticas que implica a todos os níveis do significado do discurso? Podemos tentar responder a estas questões distinguindo várias dimensões dos lances que traduzem as estratégias ideológicas globais em estruturas semânticas.

Volume Os modelos são, em geral, muito mais detalhados do que os textos que os expressam. Usualmente sabemos mais do que dizemos, e o mesmo se passa com as nossas opiniões, que podemos frequentemente ‘guardar para nós próprios’, por boas razões contextuais. Isso significa que somos capazes de dizer mais ou menos sobre um acontecimento. Podemos descrevê-lo em poucas proposições gerais, ou usar muitas proposições que caracterizam o acontecimento (e as nossas opiniões sobre o mesmo) em detalhe. Obviamente, essa variação pode ser constrangida pelo quadro ideológico de um modo óbvio: dizer muito sobre as Nossas coisas boas e as coisas más Deles, e dizer pouco sobre as Nossas coisas más e as coisas boas Deles.

Importância Os modelos, assim como a maioria dos esquemas mentais, são organizados hierarquicamente: têm proposições globais (macro-estruturas) a um nível mais alto, e proposições mais específicas a um nível mais baixo; pela mesma razão, alguma informação é importante em termos conceptuais, e outra informação é menos importante na representação global de um acontecimento. Já que as pessoas podem compreender e por esse motivo modelar cada acontecimento de forma diferenciada, as estruturas hierárquicas dos acontecimentos podem também ser diferentes. De igual modo, por razões estratégicas, essas diferenças de importância podem ser manipuladas no significado do discurso. Algumas proposições só aparecerão ao nível mais baixo das micro-estruturas, outras funcionarão tipicamente como macroproposições abrangentes. Assim, um ‘motim racial’ poderá ser conceptualizado como um acto de ‘violência da turba negra’, como o fariam os políticos conservadores e os *media*, ou como uma forma de ‘resistência urbana’, como o poderiam fazer os

radicais brancos e negros. A organização macro-estrutural dos modelos (a forma como o acontecimento é globalmente interpretado) influenciará assim a selecção dos tópicos do discurso, e dessa forma a sua coerência global e aquilo que é apresentado como informação importante ou menos importante. O mesmo pode ser verdadeiro ao nível micro, onde a importância pode ser traduzida numa estrutura preposicional (e depois ao nível da oração), como é o caso do tópico-comentário ou da organização do enfoque. Como estratégia, esperamos então que a informação que é favorável sobre/para Nós e desfavorável sobre/para Eles seja construída como macro-informação importante ou como um tópico, e vice-versa.

Relevância A dimensão pragmática da relevância diz respeito à importância utilitária da informação para (muitos) utilizadores da linguagem ou participantes, e por isso é controlada por modelos contextuais. A informação importante pode ser ainda menos relevante para os leitores ou a audiência, e inversamente, os detalhes secundários podem bem ser relevantes para eles, se medirmos a relevância em termos da gravidade ou da extensão das consequências para os seus utilizadores. Trivialmente, podemos esperar que os Nossos discursos integrem informação e opiniões que são particularmente relevantes para Nós, e irrelevantes para Eles, e vice-versa. Por exemplo, a informação sobre o racismo branco, embora seja importante, pode ser considerada menos relevante pelos editores brancos dos jornais e ser-lhe atribuída por este motivo menos ‘noticiabilidade’ (*newsworthiness*), como é de facto o caso (van Dijk 1991).

Implicação/Explicitação A presença ou ausência de informação dos modelos pode ser semanticamente construída como explicitação ou implicação. A influência do quadro ideológico estratégico é aqui óbvia: tornar explícita a informação e as opiniões que são boas para Nós, e más para Eles, e vice-versa. Mais uma vez, isso pode ser efectivado ao nível global do discurso (como vimos para a quantidade), ou ao nível das palavras e frases.

Atribuição: Em contextos de explicação, os actos podem ser atribuídos aos actores de várias maneiras e explicados em termos das suas características ou da situação (Antaki 1988; Jaspars, Fincham e Hewstone 1983). A agência, a responsabilidade e a culpa podem ser atribuídas também em função da orientação ideológica: os actos bons serão usualmente auto-atribuídos a Nós mesmos (ou aos nossos aliados) e os actos maus hetero-atribuídos aos Outros (ou aos seus aliados), e em ambos os casos atribui-se o controlo total e a responsabilidade a estes grupos pelos seus actos. O inverso é verdadeiro para os Nossos actos maus e os actos bons Deles: os nossos actos maus serão postos em segundo plano e atribuídos a circunstâncias fora do nosso controlo, e o mesmo se passa para os actos bons Deles (“eles apenas tiveram sorte”). Estas diversas estratégias de atribuição podem aparecer a todos os níveis da descrição da acção e também na ordem das palavras (a agência responsável pode ser expressa preferencialmente por meio de sujeitos gramaticais e na posição inicial).

Perspectiva Inerente às noções de ideologia, de atitudes e de opiniões específicas baseadas nelas temos a noção de ‘posição’. Os acontecimentos podem ser descritos e avaliados partindo da posição, do ponto de vista ou da perspectiva do falante. Esta perspectiva pode ser cultural, social, pessoal ou situacional, e pode ser aplicada a todos os níveis e dimensões do discurso. Ou seja, os julgamentos são por definição relativos, como sugere o conceito de *standpoint* (um sinónimo de ‘opinião’). Isto é tanto verdade para o ponto de vista subjectivo do indivíduo, como o é também para as opiniões partilhadas, intersubjectivas, de membros de grupos. A perspectiva situacional é expressa, em primeiro lugar, em deícticos dependentes do contexto (pronomes demonstrativos e advérbios tais como ‘aqui’, ‘agora’ e ‘hoje’), verbos (como ‘vir’ e ‘ir’) e substantivos dependentes da posição ou da relação (como ‘lar’, ‘irmã’ e ‘vizinho’), entre outras expressões. A perspectiva pessoal manifesta-se em expressões fixas triviais como sejam ‘do meu ponto de vista’, ‘na minha opinião’ ou ‘no que me diz respeito’. As formas plurais dessas expressões podem indicar uma perspectiva social (‘do nosso ponto de vista’, etc.), que pode ser expressa no entanto simplesmente por pronomes pessoais da primeira pessoa do plural, como no bem conhecido exemplo “Nós não estamos habituados a isso aqui”, usado para expressar opiniões negativas sobre os actos dos estrangeiros. Um *slogan* bem conhecido que expressa uma perspectiva sociopolítica (e geográfica) (anti-americana) é claro “*Yankee, go home!*”. Implicitamente este também é o caso do *slogan* racista da Frente Nacional (*Front National*) em França: “Os franceses primeiro” (*Les français d’abord*), o qual sugere evidentemente que a pessoa que está a falar é francesa.

Em suma, dado um modelo de acontecimento específico e um modelo contextual do evento comunicativo em curso, os princípios estratégicos globais examinados acima permitem que os utilizadores da linguagem expressem as suas opiniões não apenas através de palavras explicitamente avaliativas, mas também através da:

- generalidade *vs* especificidade e quantidade de proposições dos modelos usada na descrição dos acontecimentos;
- explicitação *vs* a implicação das proposições dos modelos;
- importância atribuída às proposições relativamente a outras;
- relevância contextual atribuída às proposições;
- atribuição da agência, da responsabilidade e da culpa pelas acções;
- perspectiva a partir da qual os acontecimentos são descritos ou avaliados.

Estas diferentes estratégias discursivas desempenham várias funções, como a de realçar o colorido das descrições ou a credibilidade das explicações; para a nossa análise elas são particularmente relevantes na expressão da perspectiva ideológica e das opiniões dos grupos e dos seus membros. Em cada caso, então, a estratégia aplica-se ‘via’ o quadro ideológico: o tipo de descrição (geral, ou explícita etc.) deve ser em Nosso favor, no Nosso interesse, ou de qualquer outro modo contribuir positivamente e persuasivamente para a Nossa auto-apresentação e gestão da impressão,

ou inversamente, contribuir para a apresentação negativa dos nossos oponentes, inimigos ou Outros em geral.

Estruturas de superfície

Nas secções prévias centramo-nos na identificação de opiniões e de ideologias nas estruturas semânticas do discurso. Os significados são, no entanto, expressos em várias ‘formas’ ou ‘estruturas de superfície’, isto é, em unidades lexicais concretas, na estrutura das orações e das frases, nas categorias sintácticas, na ordem das palavras, na entoação do discurso, em estruturas gráficas e na organização das macro-estruturas em esquemas convencionais, como os da narração, da argumentação ou do relato noticioso na imprensa.

Muitas das estruturas semânticas antes examinadas, bem como as opiniões que elas integram, precisam portanto de ser inferidas a partir dessas estruturas de superfície. No entanto, estas estruturas ou formas podem desempenhar também o seu próprio papel na expressão de opiniões. Um dos modos de fazer isto é através da implementação formal do quadro ideológico. Os significados, e assim as opiniões, podem também ser postos em destaque ou colocados em segundo plano pelas suas expressões. Podem ser expressos também no topo (como nos títulos da imprensa), no início de um texto (como nos *leads* dos relatos noticiosos), em posições de tópico (iniciais) nas frases, ou através de um sistema complexo de ‘figuras de estilo’ retóricas (repetição, paralelismo, metáfora, comparação, ironia, litotes, etc.), ou o oposto para significados/opiniões que precisam de ser postas em segundo plano. Não iremos investigar mais neste capítulo os detalhes destas estruturas de expressão de opiniões, mas não devemos esquecer que muitas das estratégias discursivas da expressão ideológica são formais. Inversamente, na compreensão do texto, estas estruturas de expressão influenciam a interpretação semântica, e por este motivo também a construção de opiniões em modelos.

5. Um exemplo

Para ilustrar a análise teórica acima proposta, iremos neste ponto examinar com algum detalhe a forma como as ideologias e as opiniões podem ser expressas e combinadas a diferentes níveis num ‘artigo de opinião’ típico. Aqui pegamos num extracto de um artigo de opinião do *Washington Post* (15 de Dezembro 1993), da autoria de Jim Hoagland (© *Washington Post Writers’ Group*; reimpresso com permissão):

- 1 Chega um momento em que um tirano entra num caminho sem retorno. Sob o domínio da megalomania, ele é incapaz de elaborar cálculos racionais acerca dos custos e dos ganhos. Ataca, movido pela raiva e o receio, decidido a destruir, mesmo que isso signifique que a destruição se voltará contra ele.
- 2 Saddam Hussein, o líder iraquiano, entrou nesse caminho na Primavera de 1990. Mas o resto do mundo deu pouca importância até à invasão do Kuwait nesse Verão. Moammar Kadhafi acaba de ultrapassar esse limite. A comunidade internacional não deve repetir o erro que cometeu com Saddam.
- 3 No domingo, Kadhafi convidou os dois terroristas palestinianos mais conhecidos do mundo, Ahmed Jibril e Abu Nidal, a visitar Tripoli, talvez com o intuito de aí instalarem um quartel-general. O líder libanês disse a uma multidão entusiasta da cidade de Azia que os convites se destinavam a desafiar as Nações Unidas.
- 4 Kadhafi mostrou já não dar valor ao véu de silêncio ou aquiescência que procurava comprar ou extorquir para encobrir a sua actuação maléfica. Está numa posição de ataque, conduzindo até ao ponto de ruptura o duradouro confronto que mantém com o Ocidente.
- 5 Durante meses, os diplomatas egípcios (que temiam os danos que Kadhafi podia provocar no país), bem como os empresários petrolíferos europeus e os advogados de Washington, atraídos pelos lucros que ele podia fazer-lhes chegar às mãos, referiram-se à nova ‘moderação’ de Kadhafi e impulsionaram a comunidade internacional a tratá-lo com sensatez e paciência.
- 6 Estava, segundo os advogados, prestes a mudar os seus objectivos terroristas. Era, de acordo com os egípcios, mal interpretado e representava de todos os modos um mal menor do que os fundamentalistas islâmicos que tinham declarado guerra ao regime egípcio. Era, na opinião dos homens do petróleo, um líder com quem se podia negociar em condições favoráveis.
- 7 Os seus pedidos de paciência caíram por terra, agora que Kadhafi voltou a abraçar publicamente o terrorismo, em palavras e em actos. Ele respondeu de forma cáustica e ameaçadora às suaves sanções económicas instauradas contra o seu regime pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 8 O Conselho de Segurança exigiu que Kadhafi enviasse para julgamento no exterior dois dos seus seguranças, acusados pelos Estados Unidos do ataque bombista ao voo da Pan Am n.º 103 em 21 de Dezembro de 1988. A recusa de Kadhafi motivou sanções destinadas a restringir as entradas e saídas de aviões da Líbia e a congelar os lucros do petróleo que o país tinha depositado no exterior.
- 9 Relatórios dos Serviços Secretos ligam Jibril e a sua organização de Comando General aos planos do massacre do Pam Am, que custou 270 vidas. Embora não seja conhecido exactamente o papel de Jibril, o convite de Kadhafi vem desmascarar o seu interesse em que seja feita justiça neste caso.
- 10 Tão sinistra como o seu convite aos dois directores executivos do Terror SARL é a suspeita de que Kadhafi estaria envolvido no sequestro ocorrido no fim-de-semana no Cairo de Mansour Kikhiya, o seu antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, que se dissociou das actividades terroristas de Kadhafi para se tornar um dissidente de grande relevo – e um residente dos Estados Unidos, devendo,

- no próximo ano, ser-lhe concedida a cidadania americana.
- 11 Os associados de Kikhiya disseram-me que ele foi para o Cairo com alguma relutância, e só depois de os agentes oficiais egípcios lhe terem garantido pessoalmente segurança na passagem. Ele estava bem consciente da presença da polícia secreta libanesa e dos esforços do governo egípcio para proteger Kadhafi da punição internacional através duma argumentação contra as sanções.
 - 12 Mas no dia 10 de Dezembro Kikhiya desapareceu do seu quarto de hotel no Cairo. Ficaram no quarto a insulina e a seringa de que Kikhiya precisa para tratar de oito em oito horas a diabetes.
 - 13 Visitantes politicamente sensíveis como Kikhiya são um alvo rotineiro da vigilância dos serviços secretos internos egípcios. O seu desaparecimento levantou suspeitas sobre a cumplicidade egípcia ou sobre a sua tolerância face a uma conspiração da Líbia para eliminar o movimento libanês no exílio. O movimento começou a preocupar Kadhafi, que rotula os exilados de ‘cães vadios e escravos do dólar’.
 - 14 Kadhafi encontra-se numa encruzilhada similar àquela com que Saddam se viu confrontado na Primavera e no Verão de 1990. Reage de forma idêntica, agredindo os que podem contrariá-lo, mesmo correndo o risco de envergonhar um governo egípcio que o defendeu.
 - 15 A Líbia, ao contrário do Iraque, não está arruinada, ou gravemente enfraquecida, em resultado de uma longa guerra. Mas Kadhafi está cercado e humilhado pelas sanções. As sanções mostram à população libanesa que Kadhafi não é o líder onnipotente respeitado que afirma ser.
 - 16 Em vez de se sujeitar à impotência, Saddam partiu para a guerra. Kadhafi não dispõe de um exército nacional que lhe permita tomar essa decisão. Mas tem de facto um exército de terroristas internacionais, incluindo aqueles que, sob as suas ordens, levaram a cabo o atentado bombista ao avião da Pam Am, n.º 103, faz este mês cinco anos.
 - 17 Abu Nidal também favoreceu o período das férias cristãs e católicas de fim de ano para a realização de ataques terroristas. Os seus homens abriram fogo nos aeroportos em Roma e Viena em Dezembro de 1985.
 - 18 É impossível saber se Kadhafi estava apenas a lembrar ao mundo as suas capacidades sinistras, ou a anunciar novas atrocidades através das suas boas-vindas públicas aos terroristas. Mas avisou o mundo de que deve ser vigiado e de novo confrontado, após uma temporada de paz podre.

Iremos agora analisar as estratégias avaliativas e ideológicas deste artigo parágrafo a parágrafo, começando com o título.

KADHAFI: UMA POSTURA SINISTRA

Neste título, bem como no resto do texto, o alvo principal do ataque de Hoagland é seguramente Kadhafi, vulgarmente conhecido na política externa conservadora dos Estados Unidos como a encarnação do diabo. Estruturalmente, a importância de Kadhafi é destacada em primeiro lugar através da referência ao seu nome, o que

significa que ele é o actor de uma macroproposição. Em segundo lugar, a colocação do seu nome numa posição inicial no título sublinha ainda mais a sua agência e responsabilidade através da palavra “pose”, um efeito que seria menos óbvio se a ordenação desta frase fosse a normal ‘A pose sinistra de Kadhafi’. Então, as opiniões negativas de Hoagland são explicitamente expressas na escolha de “sinistra” e de “pose”, estando o primeiro predicado associado a forças secretas e malignas, e o segundo a afectação e presunção, já que ele de facto não passa de um “zé-ninguém”. Ambos os predicados têm um sentido político, e por esta razão expressam não tanto a opinião pessoal de Hoagland, mas uma avaliação de Kadhafi partilhada nos EUA. Note-se também que o *que* Kadhafi fez não constitui um tópico do título, sendo apenas o modo *como* o fez, resultando daí a colocação em evidência da avaliação em si mesma. No sistema do quadro ideológico, isto constitui um exemplo claro da apresentação negativa do Outro, bem como um exemplo da forma como se ressaltam estas propriedades negativas do Outro.

Chega um momento em que um tirano entra num caminho sem retorno. Sob o domínio da megalomania, ele é incapaz de elaborar cálculos racionais acerca dos custos e dos ganhos. Ataca, movido pela raiva e o receio, decidido a destruir, mesmo que isso signifique que a destruição se voltará contra ele.

As opiniões relevantes aqui expressas aparecem em primeiro lugar no estilo lexical, isto é, em palavras como *tirano*, *megalomania*, *ataca*, *raiva* e *destruir*, todos predicados de um ditador imaginário, mas (depois do título) claramente significados como uma descrição genérica que se aplica a Kadhafi. A avaliação política torna-se óbvia na escolha de *tirano*, que o categoriza não só como não democrático ou mesmo ditador, mas também como alguém que oprime de forma doentia o seu povo. Além disso, a escolha de *tirano* faz parte de uma longa tradição das descrições ocidentais dos ‘déspotas’ do Oriente, também aplicada, por exemplo, a Saddam Hussein, mas raramente aplicada a ditadores ‘ocidentais’, como Batista em Cuba, Pinochet no Chile ou Stroessner no Paraguai. Isto é, há vários tipos de denominação, e o critério político mais importante para a escolha de predicados de opinião reside no facto de os ditadores serem “Nossos” ou “Deles”, seguindo o princípio ideológico que as Nossas coisas más tendem a ser mitigadas, e as Deles postas em evidência (ver também Herman 1992; Herman e Chomsky 1988).

Outra sequência avaliativa ou ‘linha de opinião’, continuando a ideia de *pose* no título, é visível na palavra *megalomania*. De novo, Kadhafi está a ser descrito negativamente como alguém que pensa que é mais do que efectivamente é, mas este termo também implica uma forma de deficiência mental: ele é um lunático. Esta avaliação pessoal de alguém que ‘perdeu a cabeça’ também aparece na frase onde se diz que Kadhafi é incapaz de fazer cálculos racionais, que ataca movido pela raiva e pelo receio e é autodestrutivo. Portanto, num primeiro momento, Kadhafi é colocado politicamente para lá dos limites da democracia e da humanidade, sendo agora excluído

também do mundo de ‘nós, pessoas sãs’. Estas avaliações variadas pressupõem que Hoagland fala do ponto de vista dos indivíduos ocidentais, americanos, racionais e democráticos, e por isso a polarização ideológica usual opõe aqui este grupo a um dos seus principais inimigos, na medida em que Kadhafi é a encarnação das forças anti-ocidentais, anti-americanas, anti-democráticas, etc.

Em terceiro lugar, Kadhafi não é apenas um tirano (sob o seu próprio povo) e um lunático, mas também uma ameaça, já que se diz que ele está “decidido a destruir”, o que acarreta a perspectiva internacional relevante já abordada acima. Repare-se que a opinião de que Kadhafi constitui uma ameaça não é expressa directamente; é antes baseada numa inferência, nomeadamente partindo da opinião explícita de que ele é destrutivo, e no conhecimento implícito de que ele é um chefe do Estado: ditadores violentos, loucos, são uma ameaça para o mundo, como já tinha sido sugerido pelo uso posterior neste parágrafo do conceito de ‘destruição’.

Talvez mais interessante neste parágrafo seja a frase aparentemente inocente “mesmo que isso signifique que a destruição se voltará contra ele”, já que a dimensão internacional da agressividade de Kadhafi parece sugerir aqui uma legitimação da retaliação, seguindo a máxima derivada de ideologias militaristas: é permitido destruir alguém que está decidido a destruir-nos. Foi precisamente esta legitimação que Reagan usou quando as forças aéreas americanas bombardearam Trípoli há alguns anos atrás, matando um largo número de civis, entre eles um filho de Kadhafi. (A propósito, neste caso foi a alegada postura de Kadhafi, e não a sua natureza destrutiva, que serviu como razão suficiente para atacar Trípoli.)

Saddam Hussein, o líder iraquiano, entrou nesse caminho na Primavera de 1990. Mas o resto do mundo deu pouca importância até à invasão do Kuwait nesse Verão. Moammar Kadhafi acaba de ultrapassar esse limite. A comunidade internacional não deve repetir o erro que cometeu com Saddam.

Como seria de esperar, um ‘tirano’ como Kadhafi convida a fazer comparações com outros demónios da política externa dos EUA: Saddam Hussein. A mesma metáfora usada na Guerra do Golfo (sobre a linha traçada na areia do deserto) é agora aplicada ao caso da Líbia, de forma a acentuar a similaridade das ameaças postas à comunidade internacional por ambos os ditadores. Repare-se que “o resto do mundo deu pouca importância” parece ser uma frase factual, mas de facto implica uma opinião, nomeadamente a de que, segundo Hoagland, o resto do mundo devia ter dado mais atenção; esta é uma implicação normativa, como também o é, evidentemente, a última frase deste parágrafo (“não deve repetir o erro”). Aqui identificamos o acto de fala típico de recomendação que constitui uma parte convencional dos editoriais e dos artigos de opinião: depois de uma análise sobre o que está errado (uma opinião), também se conclui o que deve ser feito, o que semanticamente também é uma opinião, e pragmaticamente um acto de conselho ou de recomendação.

No domingo, Kadhafi convidou os dois terroristas palestinianos mais conhecidos do mundo, Ahmed Jibril e Abu Nidal, a visitar Tripoli, talvez com o intuito de aí instalarem um quartel-general. O líder libanês disse a uma multidão entusiasta da cidade de Azia que os convites se destinavam a desafiar as Nações Unidas.

Depois da introdução avaliativa do editorial, observamos aqui os ‘factos’ noticiáveis que formam a causa imediata ou ‘pretexto’ da peça de opinião, a saber, o convite de Kadhafi a dois palestinianos. A avaliação implicada pelo uso de *mais conhecidos e terroristas* é prática corrente, e faz parte da coerência global deste artigo, representando fragmentos da atitude de Hoagland e de muitos dos seus colegas sobre o conflito no Médio Oriente. A última frase deste parágrafo é mais interessante. Como tal, é um frase factual, e não uma opinião; de facto, pode ser verdadeira ou falsa, e os critérios de verdade não são subjectivos (embora possa haver alguma disputa no que concerne ao momento em que um grupo de pessoas forma uma ‘multidão’ e ao momento em que as suas acções podem ser designadas como ‘entusiastas’). E Kadhafi pode ter desafiado de facto as Nações Unidas, embora possamos duvidar quanto ao facto de ele o ter dito dessa maneira. No entanto, dada a autoridade das Nações Unidas, desafiá-las seria regra geral um acto negativo (embora os EUA tenham desafiado as resoluções da ONU muitas vezes). Isso significa que, ao afirmar isto, pode haver pelo menos uma opinião implícita, baseada na crença avaliativa geral de que é errado desafiar instituições legítimas. Esta descrição está ligada à caracterização anterior de Kadhafi como um perigoso megalómano, e ao mesmo tempo fornece a ‘prova’ para essa caracterização: aquele que desafia as Nações Unidas tem de ser simultaneamente agressivo e louco.

Kadhafi mostrou já não dar valor ao véu de silêncio ou aquiescência que procurava comprar ou extorquir para encobrir a sua actuação maléfica. Está numa posição de ataque, conduzindo até ao ponto de ruptura o duradouro confronto que mantém com o Ocidente.

As opiniões aqui são muito explícitas, como evidencia a forma convencional de descrever os oponentes mais terríveis: eles são o *mal*, fazendo-nos lembrar a famosa descrição de Reagan sobre a ex-URSS como o ‘império do mal’. As palavras *extorquir*, *atacar* e *confronto* são retiradas de um conhecido repertório lexical usado para descrever os actos do inimigo. Repare-se, no entanto, que a opinião não implica meramente uma avaliação negativa da agressão. Há muita agressão no mundo que habitualmente Jim Hoagland e o *Washington Post* não referem nos seus escritos. A questão crucial, como também está expresso pelo verbo anterior *desafiar*, é que Kadhafi nos confronta a Nós no Ocidente (e especialmente a Nós, americanos). Ou seja, a polarização ideológica entre Nós e Eles (ou neste caso entre Nós e Ele) está a ser aplicada aqui para influenciar a organização de opiniões neste artigo. Como a teoria prevê, isso acontecerá usualmente através de atitudes específicas sobre os Outros, neste caso sobre a violência ‘Deles’ e a agressividade em geral, e o seu

terrorismo em particular. Hoagland segue este cenário avaliativo convencional de uma forma bastante fiel.

Durante meses, os diplomatas egípcios (que temiam os danos que Kadhafi podia provocar no país), bem como os empresários petrolíferos europeus e os advogados de Washington, atraídos pelos lucros que ele podia fazer-lhes chegar às mãos, referiram-se à nova ‘moderação’ de Kadhafi e impulsionaram a comunidade internacional a tratá-lo com sensatez e paciência.

O discurso de opinião de Hoagland muda agora para aqueles que estão preparados para aceitar Kadhafi, e a escolha de *atraídos pelos lucros* implica que o gosto pelo lucro é aqui visto negativamente – não porque isso divirja dos princípios básicos do capitalismo que tanto Hoagland como o *Washington Post* indubitavelmente partilham, mas sim porque isso significa negociar com o inimigo. O uso de citações na descrição de Kadhafi como sendo ‘moderado’ implica que Hoagland discorda em absoluto dessa categorização, como de facto os seus anteriores epítetos neste extracto o demonstraram de forma inequívoca. A velha regra segundo a qual os amigos dos nossos inimigos nossos inimigos são parece aplicar-se aqui; assim, neste caso, os executivos petrolíferos e os advogados são avaliados de acordo com aquela.

- (6) Estava, segundo os advogados, prestes a mudar os seus objectivos terroristas. Era, de acordo com os egípcios, mal interpretado e representava de todos os modos um mal menor do que os fundamentalistas islâmicos que tinham declarado guerra ao regime egípcio. Era, na opinião dos homens do petróleo, um líder com quem se podia negociar em condições favoráveis.

Os argumentos daqueles que partilham uma visão menos negativa de Kadhafi são repetidos, mas mais uma vez a lexicalização desses argumentos não parece implicar acordo. O uso das expressões *segundo* e *na opinião de* sugere isso; do mesmo modo, a expressão *prestes a mudar os seus objectivos terroristas* revela as sérias dúvidas de Hoagland sobre a mudança de Kadafhi. O paralelismo retórico das estruturas das frases deste parágrafo evidencia ainda mais esta dúvida de Hoagland sobre as afirmações proferidas por aqueles que ele critica. Interessante para a nossa análise é que as opiniões também aparecem quando as pessoas avaliam as opiniões dos outros.

Os seus pedidos de paciência caíram por terra, agora que Kadhafi voltou a abraçar publicamente o terrorismo, em palavras e em actos. Ele respondeu de forma cáustica e ameaçadora às suaves sanções económicas instauradas contra o seu regime pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A justificação do cepticismo de Hoagland está contida neste parágrafo. É usada uma nova enumeração dos males de Kadhafi para desmentir aqueles que querem um apaziguamento: *abraçar o terrorismo; forma cáustica e ameaçadora*. Estas opi-

niões enquadram-se na caracterização globalmente negativa de Kadhafi como um terrorista perigoso. À luz desta opinião, ser paciente é visto claramente como uma resposta inadequada. Para a nossa análise isto é interessante, porque mostra que as palavras que usualmente implicam opiniões positivas são usadas aqui de uma forma crítica.

O Conselho de Segurança exigiu que Kadhafi enviasse para julgamento no exterior dois dos seus seguranças, acusados pelos Estados Unidos do ataque bombista ao voo da Pan Am n.º 103 em 21 de Dezembro de 1988. A recusa de Kadhafi motivou sanções destinadas a restringir as entradas e saídas de aviões da Líbia e a congelar os lucros do petróleo que o país tinha depositado no exterior.

Aparentemente estas frases factuais estão apenas a explicar o *background* histórico das sanções (suaves) económicas contra a Líbia, e não a expressar de forma explícita opiniões. No entanto, mencionar que Kadhafi é acusado de bombardear um avião está em sintonia com, e apoia, a qualificação anterior de Kadhafi como um terrorista; simultaneamente, a referência à sua recusa para anuir às exigências do Conselho de Segurança constitui uma especificação da descrição avaliativa anterior de desafio. Por outras palavras, as frases factuais sobre acções negativas (bombardear um avião) podem não expressar opiniões, mas sugerir fortemente tal opinião, que neste caso pode ser a do leitor. Além disso, as frases factuais podem apoiar frases opinativas: bombardear um avião é uma forma de terrorismo e a recusa em anuir às exigências da comunidade internacional (e especialmente das Nações Unidas), uma forma de megalomania.

Relatórios dos Serviços Secretos ligam Jibril e a sua organização de Comando General aos planos do massacre do Pam Am, que custou 270 vidas. Embora não seja conhecido exactamente o papel de Jibril, o convite de Kadhafi vem desmascarar o seu interesse em que seja feita justiça neste caso.

Uma descrição negativa similar dos ‘factos’ é dada aqui relativamente a outro inimigo, Jibril; a selecção das expressões *massacre* e *custou 270 vidas* é claramente gerida por uma opinião fortemente negativa. Note-se também o desmentido *embora não seja conhecido exactamente o papel*, que mantém alguma distância jornalística relativamente às provas dos relatórios dos Serviços Secretos, mas que também sugere que o se segue é avaliado negativamente.

-) Tão sinistra como o seu convite aos dois directores executivos do Terror SARK é a suspeita de que Kadhafi estaria envolvido no sequestro ocorrido no fim-de-semana no Cairo, de Mansour Kikhiya o seu antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, que se dissociou das actividades terroristas de Kadhafi para se tornar um dissidente de grande relevo – e um residente dos Estados Unidos, devendo, no próximo ano, ser-lhe concedida a cidadania americana.

A palavra-chave do título, *sinistra*, aparece de novo aqui para qualificar as acções de Kadhafi como sendo ameaçadoras e ominosas, em sintonia com o resto do seu retrato como terrorista. O retrato é aqui completado pela (suspeita de) envolvimento de Kadhafi no sequestro de um seu anterior associado. Convidar dois terroristas, e tão importantes quanto estes, é em si um acto negativo e chamar ao mesmo ‘sinistro’ evidencia este ponto. Marcando a articulação usual Nós vs Eles do discurso ideológico, Kikhiya é agora promovido ao estatuto de dissidente: os inimigos dos nossos inimigos tornam-se nossos amigos, e pode ser-lhes concedida cidadania. Dito de outro modo, Kadhafi não é apenas suspeito de sequestrar um ex-parceiro (de facto, por que razão isso seria relevante para ‘Nós?’), mas na verdade de sequestrar na verdade um cidadão (quase) americano, e por essa razão de atacar os EUA.

Os associados de Kikhiya disseram-me que ele foi para o Cairo com alguma relutância, e só depois de os agentes oficiais egípcios lhe terem garantido pessoalmente segurança na passagem. Ele estava bem consciente da presença da polícia secreta libanesa e dos esforços do governo egípcio para proteger Kadhafi da punição internacional através duma argumentação contra as sanções.

Mas no dia 10 de Dezembro Kikhiya desapareceu do seu quarto de hotel no Cairo. Ficaram no quarto a insulina e a seringa de que Kikhiya precisa para tratar de oito em oito horas a diabetes.

A única expressão de opinião nestes dois parágrafos pode ser a referência à polícia secreta libanesa: se só as ditaduras têm uma polícia secreta, então a Líbia é uma ditadura. Repare-se também na referência a uma fonte, um lance fora do comum num artigo de opinião, mas aqui estrategicamente efectivo já que torna as acusações mais credíveis. Também indirecta é a referência a Kikhiya como sendo um doente que precisa de medicação regular, que deixou os seus medicamentos no quarto de hotel; esta referência sugere que ele deve ter sido sequestrado. Esta ‘prova’ de rapto põe simultaneamente em evidência as características negativas dos Outros: eles até raptam homens doentes e não lhes dão a sua medicação.

Visitantes politicamente sensíveis como Kikhiya são um alvo rotineiro da vigilância dos serviços secretos internos egípcios. O seu desaparecimento levantou suspeitas sobre a cumplicidade egípcia ou sobre a sua tolerância face a uma conspiração da Líbia para eliminar o movimento libanês no exílio. O movimento começou a preocupar Kadhafi, que rotula os exilados de ‘cães vadios e escravos do dólar’.

Repare-se que não se designa a força de segurança do ‘nosso amigo’ Egipto como uma ‘polícia secreta’, mas como um “serviço secreto interno”, diferenciando assim lexicalmente os que estão associados a Nós e os associados a Eles. O uso da palavra *rotular* na última frase implica que Hoagland discorda da forma como Kadhafi descreve os seus oponentes, e a natureza da descrição em si é tão absurda que basta mencioná-la para a qualificar. Que os exilados sejam rotulados de “escravos do

dólar” por Kadhafi reforça ainda mais a polarização entre Nós e Eles, já que os ‘dólares’ estão associados com o Ocidente ou os EUA.

Kadhafi encontra-se numa encruzilhada similar àquela com que Saddam se viu confrontado na Primavera e Verão de 1990. Reage de forma idêntica, agredindo os que podem contrariá-lo, mesmo correndo o risco de envergonhar um governo egípcio que o defendeu.

A Líbia, ao contrário do Iraque, não está arruinada, ou gravemente enfraquecida, em resultado de uma longa guerra. Mas Kadhafi está cercado e humilhado pelas sanções. As sanções mostram à população libanesa que Kadhafi não é o líder omnipotente, respeitado que afirma ser.

O parágrafo 14 é uma paráfrase de partes anteriores do texto, usando a mesma comparação com Saddam Hussein, e “*agredindo*” continua a frase “ele ataca movido pela raiva e receio” usada no primeiro parágrafo. Ambas têm implicações negativas. A opinião no final do parágrafo 15 é complexa e interessante. O uso do verbo “mostrar” implica que o falante considera que a proposição é verdadeira, de modo que Kadhafi não é nem omnipotente nem respeitado pelo seu povo, sendo por este motivo um ditador. Da mesma forma, uma vez que prejudicam Kadhafi e não o seu povo, as sanções são também legitimadas, o que é uma opinião indirecta.

Em vez de se sujeitar à impotência, Saddam partiu para a guerra. Kadhafi não dispõe de um exército nacional que lhe permita tomar essa decisão. Mas tem de facto um exército de terroristas internacionais, incluindo aqueles que, sob as suas ordens, levaram a cabo o atentado bombista ao avião da Pam Am, n.º 103, faz este mês cinco anos.

Abu Nidal também favoreceu o período das férias cristãs e católicas de fim de ano para a realização de ataques terroristas. Os seus homens abriram fogo nos aeroportos em Roma e Viena em Dezembro de 1985.

Embora não se possa comparar Saddam Hussein e Kadhafi em termos militares, Kadhafi habilita-se a isso devido ao seu “exército de terroristas” e ao facto de ter coordenado o ataque bombista ao voo da PanAm n.º 103. O que anteriormente era no texto uma acusação relativa ao envolvimento de Kadhafi é aqui apresentada como um facto. E, como antes, se Kadhafi se associa com o terrorista Abu Nidal, também ele é um terrorista. Estes exemplos dificilmente expressam opiniões explícitas, mas a descrição das pessoas com quem ele se associa como “terroristas” e das acções das mesmas como “ataques terroristas” revela claramente uma avaliação negativa.

É impossível saber se Kadhafi estava apenas a lembrar ao mundo as suas capacidades sinistras, ou a anunciar novas atrocidades através das suas boas-vindas públicas aos terroristas. Mas avisou o mundo de que deve ser vigiado e de novo confrontado, após uma temporada de paz padre.

Neste parágrafo de conclusão, é usada mais uma vez a descrição avaliativa *sinistra*; a palavra *atrocidades* continua na linha das descrições negativas dos actos de Kadhafi. A recomendação final (de que ele deve ser vigiado) é, ela própria, claramente baseada em normas e valores que informam esta peça, sendo por conseguinte uma opinião política. Mesmo o conceito positivo de ‘paz’ associado a Kadhafi pode ser convertido em “paz podre”, transformando assim Kadhafi em alguém que não inspira confiança, mesmo quando se mantém calado: nunca podemos confiar nele.

6. Sumário

Tendo comentado sucintamente os vários tipos de expressão de opiniões num artigo de opinião tipicamente conservador da imprensa norte-americana, podemos neste ponto tentar sumariar as nossas observações de uma forma mais analítica à luz do quadro teórico anterior.

Polarização

As opiniões podem estar organizadas segundo o padrão ideológico que polariza endogrupos e exogrupos: Nós *vs* Eles. Estes princípios estão na base de conclusões variadas que podem ser expressas na forma de máximas, tais como ‘O inimigo do nosso inimigo nosso amigo é’. Neste caso, as ideologias duais básicas usadas são as conhecidas ideologias da superioridade ocidental e da inferioridade árabe, em que *Nós* estamos associados a valores positivos como democracia, racionalidade e não-violência, e *Eles* a ditadura, violência e irracionalidade. Mais especificamente, a ideologia da inferioridade árabe centra-se aqui nas atitudes sobre terrorismo, organizando um conjunto de opiniões partilhadas socialmente sobre vários aspectos do terrorismo e suas associações (como ataques bombistas, sequestro, assassinio de inocentes, etc.). Além disso, seguindo a lógica das relações endogrupo-exogrupo, os Outros são apresentados como uma ameaça.

Coerência de opinião

As opiniões específicas sobre terroristas específicos (Kadhafi, Nidal, Jibril) podem seguir a aplicação desta atitude geral. Juntamente com as concepções sobre ataques terroristas e/ou sequestros de oponentes políticos, esta instanciação numa atitude também sustém aquilo que designamos como ‘coerência de opinião’ do discurso em que são discutidos vários aspectos do terrorismo.

Atribuição

As atribuições de acções negativas aos nossos inimigos requerem que os nossos inimigos sejam descritos como agentes responsáveis, que consciente, intencional e cinicamente sabem o que estão a fazer e as consequências das suas acções, mesmo que essas acções possam ser simultaneamente rotuladas de irracionais ou loucas. Por outro lado, aqueles que de entre Nós agem de uma forma demasiado amigável face aos nossos inimigos não compreendem completamente o que estão a fazer e por esse motivo podem ser aconselhados a corrigir os seus procedimentos.

Descrição

As descrições identificadoras dos grupos e das instituições relacionadas com Nós e Eles também seguem o princípio da polarização ideológica. Assim, as forças de segurança Deles são denominadas “polícia secreta”, enquanto que as Nossas são ‘agências de serviços secretos’.

Interesse

As opiniões positivas ou negativas sobre as Nossas acções ou as acções Deles seguem basicamente uma lógica avaliativa assente numa construção daqueles que são os nossos melhores interesses. Assim, a ‘pose’ de Kadhafi não é julgada primordialmente por ser má em si (de facto, muitos dos Nossos amigos, tal como Israel, fazem o mesmo), mas é julgada má por ser vista como uma ameaça aos Nossos (americanos, ocidentais) interesses no mundo.

Implicação

As opiniões podem ser explícitas e implícitas, directas e indirectas. Algumas opiniões neste artigo podem ser derivadas de uma combinação de frases factuais como normas, valores e posições do autor. Por conseguinte “ultrapassar o limite” não é um predicado avaliativo em si mesmo, mas no contexto presente expressa a opinião de que Kadhafi foi longe demais. Da mesma maneira, a descrição factual dos actos terroristas (como o bombardeamento de um avião) também não expressa uma opinião, mas as atitudes sociais partilhadas sobre esses actos permitem que os leitores retirem as conclusões apropriadas.

Meta-opiniões

As opiniões podem incidir sobre outras opiniões. Assim, opiniões (demasiado) positivas sobre os nossos inimigos são desqualificadas (por serem demasiado moderadas, suaves). Do mesmo modo, as opiniões podem ser aplicadas aos actos de fala dos outros. Por conseguinte, podemos expressar dúvidas sobre os conteúdos das asserções dos outros se as desacreditarmos como sendo meras ‘alegações’ ou ‘conjecturas’.

Expressão

A expressão de opiniões pode ser reforçada pelo uso de vários procedimentos estilísticos e retóricos. As palavras que descrevem actos negativos podem ser tiradas do repertório da saúde mental, e os oponentes podem ser descritos como irracionais, lunáticos e megalómanos. Outra estratégia consiste em comparar um inimigo-alvo com outro inimigo certificado, *e. g.*, Kadhafi com Saddam Hussein, e Saddam Hussein com Hitler, e todos eles com diabos e demónios. As caracterizações negativas são reforçadas também pelos contrastes retóricos: opondo acções negativas realizadas por Eles com as Nossas acções positivas (*e. g.*, sanções suaves da ONU confrontam-se com a postura sinistra e as ameaças da campanha terrorista). Também as aliteraões (raiva e receio), os paralelismos e especialmente a repetição lexical (*sinistra*) podem atrair a atenção para opiniões específicas. Do mesmo modo, opiniões negativas sobre Eles tendem a ser detalhadas, repetidas e ilustradas com exemplos concretos: assim o terrorismo de Kadhafi, Jibril e Nidal é detalhado através da referência ao ataque bombista do voo da Pan Am, ao sequestro de um dissidente libanês, etc.

O não-dito

A informação negativa e por esta razão as opiniões negativas sobre Nós (isto é, a autocrítica) podem ser deixadas completamente por dizer no confronto ideológico violento. Kadhafi é totalmente mau, enquanto que Nós (os EUA, o Ocidente, etc.) somos totalmente bons. Nós nada fizemos para provocar Kadhafi. Portanto, o bombardeamento de Tripoli, igualmente terrorista, perpetrado pela força aérea norte-americana, matando crianças inocentes, não é sequer mencionado, embora seja indiciado através da frase “a destruição se voltará contra ele”. Por conseguinte, os nossos ataques contra os nossos inimigos são sempre provocados e, nessa medida, sempre justificados.

Argumentos

As opiniões precisam habitualmente de ser apoiadas. Ou seja, são precedidas ou seguidas de uma sequência de asserções que as torna mais plausíveis através de várias regras de inferência, baseadas em atitudes e valores. De igual modo, possíveis opiniões negativas sobre nós são precedidas de contra-argumentos implícitos contra tais opiniões. As opiniões em artigos de opinião são habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um acto de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar, que define o âmago pragmático ou a conclusão de um artigo de opinião.

Usando a história

As opiniões ideológicas invocam e escondem a história de um modo selectivo. Assim, o terrorismo é apresentado como um mal atemporal. Não é dada nenhuma explicação de fundo para a violência Deles contra Nós, não se faz uma referência ao conflito do Médio Oriente, nem sequer se faz um breve desmentido sobre os apuros dos palestinianos. Por outro lado, é necessário mostrar a continuidade histórica, de forma a que aprendamos com a história: daí a referência à Guerra do Golfo e a Saddam Hussein. Do mesmo modo, de um ângulo mais cultural, precisamos de continuidade na apresentação dos árabes como o inimigo do Ocidente, o que se verifica na descrição dos mesmos segundo as opiniões ideológicas que fazem parte de uma longa tradição da superioridade ocidental e da inferioridade árabe.

Sumariamos os resultados da nossa análise na forma de um conjunto de lances bastantes específicos que são típicos para a expressão de ideologias subjacentes a artigos de opinião. Estes lances põem em prática, de uma maneira geral, as estratégias globais principais do discurso ideológico, nomeadamente as de auto-apresentação positiva e de hetero-apresentação negativa. Ao mesmo tempo, as estruturas do discurso envolvidas permitem ver ‘ao nível superficial’ algumas das trajectórias subjacentes que relacionam ideologias com discurso, como sejam os valores envolvidos em frases ideológicas, a sua polarização, a sua implementação em atitudes relacionadas com certos domínios (neste caso sobre a política internacional), a sua influência em modelos específicos sobre acontecimentos específicos e participantes (o que fez Kadhafi) e os modos como estes são apresentados em função de um modelo contextual (de Hoagland a escrever para o *Washington Post*, especialmente para os cidadãos dos EUA, e mais especificamente dirigindo-se a políticos norte-americanos e outras elites, tais como pessoas ligadas aos negócios).

7. Sugestões para uma análise ideológica

Não há um modo único, convencional, de fazer análise crítica do discurso, nem análise de ideologias dos editoriais ou de outros tipos de texto e fala. No entanto, da discussão neste capítulo, bem como do meu outro trabalho, podemos retirar as seguintes sugestões práticas para fazer análise ideológica: (a) examinar o contexto do discurso; (b) analisar os grupos, relações de poder e conflitos que estão envolvidos; (c) explicitar o pressuposto e o implicado; e (de) examinar todas as estruturas formais que salientam (ou o contrário) opiniões de grupo polarizadas.

Backgrounds

Não é possível uma análise ideológica séria sem pelo menos um conhecimento dos ‘factos’ sobre o *background* histórico, político ou social do conflito, os seus principais participantes, as bases do conflito, as posições precedentes e os argumentos. Muitos lances ideológicos envolvem um uso rigoroso e abusivo dos ‘factos’ que servem os fins de um grupo social.

Contexto

Para compreender a posição ideológica do autor (escritor ou falante), temos de descrever o contexto comunicativo: a(s) pertença(s) de grupo do autor, os objectivos do evento comunicativo, o género, a(s) audiência(s) intencionada(s), a localização (tempo, local), o veículo mediático, etc. Através da ocorrência contextual ou das funções do discurso, as suas funções ideológicas podem ser explicitadas. Por exemplo, um editorial pode funcionar como uma crítica e um conselho para grupos específicos (frequentemente elites) ou instituições e envolver por isso relações (de poder) entre os *media* e escritores dos *media* por um lado, e esses outros grupos, por outro. Este contexto também define a dimensão ideológica dos actos de fala envolvidos (*e. g.*, avisos como um meio de pôr em prática o poder).

Categorias ideológicas

As ideologias são os ‘axiomas’ básicos das representações sociais que os grupos partilham sobre eles mesmos e sobre as suas relações com outros grupos, incluindo categorias como critério de pertença, actividades, finalidades, valores e recursos cruciais de grupo. Devem procurar-se expressões no texto que digam respeito a estas categorias básicas que definem os *interesses* ou a *identidade* do grupo a que o autor pertence.

Polarização

Muitas ideologias sustentam e reproduzem o conflito social, a dominação e a desigualdade. Este conflito pode envolver qualquer um dos tipos de interesse (tipicamente recursos simbólicos ou materiais) antes mencionados e está caracteristicamente organizado de um modo polarizado, isto é, representado como Nós *vs* eles. Esta polarização está na base da maior parte do discurso ideológico, quer dizer, enquanto estratégia de auto-apresentação positiva e de apresentação negativa do outro. Se as ideologias envolvem valores, elas manifestam-se tipicamente como crenças avaliativas ou opiniões. Devem ser encontradas todas as *opiniões* no texto que ponham em prática esta *avaliação polarizada* de Nós e Eles. É necessária pouca perícia analítica discursiva para fazer este tipo de ‘leitura’ ideológica do texto.

O implícito

No entanto, as opiniões ideológicas não estão sempre expressas de forma explícita. Isto é, muito frequentemente elas estão implícitas, pressupostas, escondidas, negadas ou são dadas como adquiridas. Logo, é necessário examinar mais sistematicamente a *estrutura semântica* do texto para as várias formas de implicação, indirectos ou negação, como mostrámos antes. De facto, descrições de ‘factos’ aparentemente não avaliativas, não ideológicas, podem implicar opiniões positivas sobre Nós e opiniões negativas sobre Eles. Também os modos como as frases do discurso se articulam entre si (*e. g.*, com base na causalidade) podem fazer parte desta manifestação implícita da ideologia. Da mesma forma, a coerência global do discurso em termos de tópicos ou temas indica a informação (e opiniões ideológicas) mais ou menos importante, reflectindo assim as estruturas dos modelos mentais ideológicos, das atitudes e das ideologias subjacentes.

Estruturas formais

Indirectamente, as várias formas de um discurso podem também estar envolvidas na expressão ou sinalização de posições ideológicas. O quadro ideológico da polarização também se aplica aqui. Os traços estruturais podem fazer sobressair ou pôr em segundo plano informação ou opiniões sobre Nós e Eles: estruturas de som na fala (*e. g.*, entoação, ênfase, volume, ‘tom’, aplauso, risos); estruturas gráficas no texto impresso (títulos, colunas, colocação, tipo de letra, fotos, etc.); organização (esquemática) global do discurso (*e. g.*, argumentação); escolha lexical e variação na descrição de Nós *vs* Eles; e estruturas sintácticas das orações e das frases.

Discurso, conhecimento e ideologia

Reformulando velhas questões

Introdução

Neste artigo gostaria de reformular um conjunto de velhas questões e de fazer algumas novas propostas sobre as relações entre discurso, conhecimento e ideologia. Estamos obviamente perante um campo vastíssimo, de forma que num único artigo apenas poderemos aflorar alguns assuntos. Um desses assuntos refere-se à questão de saber se todo o nosso conhecimento é ideológico, como é frequentemente assumido também na Análise Crítica do Discurso. Outro assunto diz respeito à forma como a ideologia e o conhecimento são controlados na produção do discurso e na compreensão.

A presente discussão insere-se na minha investigação anterior sobre ideologia (van Dijk 1998) e integra o meu trabalho actual sobre conhecimento e a sua relação com discurso (*e. g.*, van Dijk 2002).

As abordagens mais tradicionais à ideologia definem-na de forma mais negativa em termos de crenças erradas, falsa consciência ou noções vagas semelhantes (para uma revisão histórica, ver, *e. g.*, Billig 1982; Eagleton 1991; Larraín 1979). No trabalho mais recente, por exemplo na Ciência Política ou na Psicologia Social, as ideologias são vistas simplesmente como sistemas de crenças (ver, *e. g.*, Freedon 1996).

Embora integre alguns dos aspectos destas abordagens anteriores, propus-me desenvolver uma nova teoria multidisciplinar sobre ideologia definida fundamentalmente como sendo a base das representações socialmente partilhadas pelos membros de grupos sociais (van Dijk 1998). Por exemplo, uma ideologia racista pode constituir a base das atitudes que os indivíduos partilham acerca da imigração, da integração ou dos estrangeiros no mercado de trabalho. Estas ideologias não são conjuntos arbitrários de crenças sociais, mas esquemas específicos de grupo, organizadas por uma série de categorias que representam a identidade, a estrutura social e a posição de um grupo, tal como a ‘nossa’ aparência, actividades, finalidades, normas, relações de grupo e recursos.

Muitas questões estão ainda por resolver nesta tentativa de criação de um quadro teórico como, por exemplo a que se refere às relações precisas entre estruturas de grupos sociais e a organização mental das ideologias: de facto, quais são os grupos que tipicamente desenvolvem ideologias e quais são os que o não fazem? Um dos problemas fundamentais diz respeito à relação entre ideologias e outras representações sociais partilhadas por grupos e pelos seus membros. Portanto, acabei de sugerir que as ideologias constituem tipicamente a base das atitudes sociais. Podemos ter, por exemplo, opiniões progressistas, conservadoras, feministas ou antifeministas sobre, por exemplo, o aborto, o divórcio e muitas relações de género. Isto é, as atitudes são (também) organizadas de acordo com as ideologias que lhes subjazem. De facto, é frequente reconhecermos uma pessoa racista ou anti-racista quando observamos as suas atitudes perante assuntos sociais.

Já que o conhecimento partilhado socialmente é também uma forma de representação social, depreende-se daqui que, se as ideologias formam a base das representações sociais, também o nosso conhecimento é ideologicamente enviesado. De facto, é isto que se verifica de forma frequente, e muito do trabalho moderno sobre ideologia assume isso, a saber que o nosso conhecimento socialmente partilhado não poderá ‘evitar’ uma inclinação ideológica (Fairclough 1995; Laclau 1979; para discussão, ver também Zížek 1994).

Embora esta tese possa ser verdadeira (grosso modo) para certos tipos de conhecimento e de grupos, penso que é demasiado forte, demasiado vaga e geral e deve ser rejeitada. Por outras palavras, no meu quadro teórico seria simplesmente inconsistente assumir que todo o conhecimento é ideológico. Em vez disso, eu proponho que cada cultura tem um *common ground* de conhecimento partilhado por todos em geral, indisputável, e por isso a-ideológico ou pré-ideológico.

Esse conhecimento cultural pode ser visto efectivamente como ‘ideologicamente enviesado’ por outras culturas, por pessoas da mesma cultura noutro período, ou mesmo por um analista crítico. O critério crucial, no entanto, é que dentro do próprio grupo há um consenso sobre o facto de que o conhecimento partilhado de *common ground* é ‘verdadeiro’ e não uma ficção ideológica. Isto pode ser constatado, por exemplo, no facto de esse tipo de conhecimento ser em geral pressuposto nessa cultura, e também entre os grupos que são oponentes ideológicos.

Sublinhe-se que não me proponho repor a velha oposição entre conhecimento e ideologia, em que o conhecimento constitui simplesmente crença verdadeira ou os ‘factos’ sociológicos, e a ideologia crença falsa, como se verifica na maioria das disputas clássicas, tanto marxistas como anti-marxistas (ver, e. g., Mannheim 1936). Veremos que o conhecimento de grupo pode ser de facto ideológico, mas, numa cultura, tem de existir conhecimento cultural partilhado por todos e conhecimento pré-ideológico.

Conhecimento

Claro que o argumento sobre a natureza (não) ideológica do conhecimento engrena não apenas numa teoria consistente de ideologia, mas também numa teoria do conhecimento. Aqui entramos numa área vasta de especulação académica (por exemplo, na Epistemologia), e num conjunto de fragmentos de teoria (por exemplo, na Ciência Cognitiva e nas Ciências Sociais). Torna-se necessário sublinhar mais uma vez que poderei incidir apenas sobre alguns pontos de um velho debate, ignorando vastíssimas áreas dos estudos sobre conhecimento.

A definição clássica de conhecimento na Epistemologia é a de ‘crença verdadeira justificada’ (entre muitos outros estudos e textos clássicos, ver, *e. g.*, Bernecker & Dretske 2000; Greco & Sosa 1999; Lehrer 1990; Pojman 1999). Nas últimas décadas esta definição encontrou vários tipos de objecções (os bens conhecidos contra-exemplos de Gettier), que não afectam, no entanto, de forma fundamental a abordagem global, mas apenas mostram a sua irrelevância para uma teoria contemporânea do conhecimento. Portanto, do meu ponto de vista, esta definição está pelo menos parcialmente errada. Por exemplo, integra a noção de ‘verdade’, que penso ser uma noção que só se aplica a frases ou asserções, sob condições pragmáticas específicas, não a pensamentos ou crenças. No máximo, as crenças são ‘sobre’ algo. A Epistemologia também não fornece conhecimento sobre a natureza (cognitiva) das crenças, ou sobre as condições sociais e culturais da ‘justificação’.

Atalhando uma discussão complexa, seguirei uma via menos filosófica e optarei antes por definir conhecimento em termos pragmáticos de crenças e de critérios de conhecimento que são socialmente partilhados. Por conseguinte, se eu disser que a Maria ‘sabe’ que o Pedro está doente, ou que a lua é um satélite da Terra, isso implica primeiro de tudo que para mim a Maria acredita em algo que eu também acredito sobre o Pedro ou a lua. Mesmo que a Maria diga que sabe que o Pedro está doente, mas se eu acreditar que ela está apenas a conjecturar, e/ou se eu souber de facto que o Pedro não está doente, eu não descreverei as crenças da Maria como conhecimento, mas antes como (mera) crença. E quando descrevo as minhas crenças como conhecimento, *e. g.*, quando digo explicitamente que ‘sei que p’, ou quando simplesmente afirmo p, isto implica que penso que satisfaço os critérios culturalmente relevantes que me permitem descrever ou pensar na minha crença como conhecimento, por exemplo, porque eu próprio sinto, observo, concluo ou tenho informação de confiança de que p é efectivamente o caso.

Esta explicação muito sucinta, que ignora muitas complicações menos relevantes para este artigo, mostra que o nosso conceito quotidiano de conhecimento inclui os traços seguintes:

- A natureza cognitiva do conhecimento: o conhecimento é um tipo de crença.
- A natureza social do conhecimento: o conhecimento é um tipo de crença que satisfaz critérios culturais de avaliação.

- A relatividade do conhecimento: o conhecimento é social e culturalmente relativo.
- A subjectividade do conhecimento (ou da atribuição de conhecimento): o conhecimento é relativo ao conhecimento das pessoa(s) que descreve(m) ou atribui(em) esse conhecimento a outros.

Nesta breve caracterização vemos que uma teoria de conhecimento apropriada envolve dimensões cognitivas, sociais e discursivas. A dimensão cognitiva, nomeadamente que o conhecimento é algum tipo de crença, reúne consenso. A dimensão social está implícita na bem conhecida condição de que o conhecimento só conta como tal quando é ‘justificado’ – de forma a excluir como conhecimento as crenças de alguém que correspondem por acaso a factos, mas que são o resultado de uma adivinhação afortunada e não estão fundamentadas em critérios de ‘verificação’ culturalmente aceites.

Se a ‘verdade’ é definida desta forma mais social, por exemplo, em termos de um acordo, de uma partilha ou de critérios sociais, então não há qualquer problema no uso desta noção. No entanto, não aceitamos a concepção objectivista ou universalista de verdade como sendo algo que se aplica a crenças (ou mesmo a frases) de um modo absoluto, socialmente fora do contexto. Da mesma forma que o conhecimento está sujeito às pessoas que conhecem, assumimos que a ‘verdade’ está relacionada com as pessoas que atribuem valor de verdade a crenças ou frases; por isso, ela não constitui uma propriedade abstracta das frases ou proposições, como se afirma na Lógica e em muita da Epistemologia.

A dimensão discursiva é relevante no sentido em que, no discurso quotidiano ou especializado, as crenças são descritas como ‘conhecimento’ apenas em condições específicas, tais como quando há um acordo entre o falante e o conhecedor, como antes argumentámos. De facto, observe-se que, se tal acordo não existir, muitas linguagens marcam essa diferença, como ilustram os seguintes exemplos com *que* (*that*) e *se* (*whether*), respectivamente.

(1a) A Maria sabe que (*that*) o João está doente

(1b) A Maria sabe se (*whether*) o João está doente.

No exemplo (1a), tanto o falante como a Maria sabem que o João está doente, mas em (1b) o conhecimento da Maria não é partilhado pelo falante. E como receptores somos incapazes de inferir a partir de (1b) se o João está ou não realmente doente. Em seguida, iremos voltar aos muitos outros modos de relacionamento entre conhecimento e discurso, mas precisamos de enfatizar desde já que o conhecimento está estreitamente ligado a crenças partilhadas socialmente.

A dimensão cognitiva do conhecimento

Depois destes comentários breves e de natureza mais geral sobre conhecimento, precisamos obviamente de explicitar com algum detalhe os vários componentes das teorias. Se o conhecimento é um tipo de crença e as crenças são um tipo específico de fenómeno mental, então o conhecimento precisa também de ser analisado enquanto estrutura mental de algum tipo, como sejam representações, redes, etc. Nesta abordagem cognitiva, ignorarei aqui a base neurológica do conhecimento (ver, *e. g.*, Gazzaniga, *et al.* 1998).

Apesar de haver muita investigação na Psicologia Cognitiva e na Inteligência Artificial, e agora de uma forma mais geral na Ciência Cognitiva, sobre o conhecimento e as suas estruturas mentais e processos, ainda não está suficientemente claro na Psicologia o que realmente conta como conhecimento e o que não conta. Na Psicologia do Processamento do Discurso, a noção vaga de ‘conhecimento do mundo’ tem sido usada, por vezes com algumas observações relativas à sua representação como uma espécie de *script*, *frame* ou uma estrutura similar, mas não se faz uma distinção rígida entre conhecimento e crença (ver, *e. g.*, Britton & Graesser 1996; Markman 1999; Schank & Abelson 1977; Van Dijk & Kintsch 1983; Wilkes 1997). De facto, a distinção entre conhecimento e crença não é meramente cognitiva, mas é também social: conhecimento é crença que se aceita ser sobre acontecimentos que são vistos como tal com base nos critérios sociais de uma cultura.

O que não sabemos exactamente, no entanto, é o que as crenças são, cognitivamente falando. Podemos simplesmente dizer que elas são representações mentais de estados da situação – de coisas ou pessoas que têm alguma característica ou relação –, mas essa definição introduz provavelmente mais problemas do que aqueles que resolve. No entanto, cognitiva e filosoficamente importante, é o facto de que as crenças são sobre algo – ou ‘intencionais’, no sentido filosófico do termo. Alguém que acredita que *p* pensa que aquilo sobre que *p* versa, digamos o seu referente, é (possivelmente) o caso. No discurso quotidiano isto significa usualmente que alguém acredita em coisas que versam sobre aquilo a que se chama o ‘mundo real’, mas em muitas situações, como no caso das crenças religiosas ou das crenças sobre mundos ficcionais ou futuros, nós também admitimos que as crenças não precisam de versar sobre o mundo real. Neste caso uma crença errada é simplesmente uma representação de uma situação que não existe no mundo, e que por este motivo só é ‘real’ mentalmente para aquele que acredita.

Estas reflexões na fronteira entre a Filosofia e a Psicologia Cognitiva parecem sugerir que nós podemos precisar de um conceito ainda mais fundamental, nomeadamente o de pensamento, de forma a que as crenças sejam algum tipo de pensamento, a saber, pensamentos sobre estados de assuntos reais ou ficcionais. Quer dizer, em termos virtuais podemos pensar em qualquer coisa, mas nem sempre acreditamos de facto que esses pensamentos correspondem à realidade ou a algum ‘mundo’

fictício. Assim, podemos simplesmente ter alguns pensamentos como ‘uma/a vaca está a voar’ ou ‘eu sou transparente’ sem acreditar de facto nisso, isto é, sem os relacionar com factos do mundo real – exceptuando, claro, comigo próprio como pensador. Não irei desenvolver aqui mais estas ideias, mas sublinharei apenas que a própria noção de crença pode precisar por si só de uma fundamentação cognitiva mais aprofundada.

Mais relevante para o tópico deste artigo é outro assunto, em especial, o da diversidade do conhecimento. A noção de senso comum de ‘conhecimento do mundo’ abrange vários tipos de conhecimento. Em forma de sumário, propomos como exemplo as seguintes características dos diferentes tipos de conhecimento, a saber:

- tipo: saber que (representação) *vs* saber como (procedimentos);
- alcance social: pessoal, interpessoal, social (grupo), cultural;
- nível de referente: específico/particular, acontecimentos/estados gerais;
- ontologia: acontecimentos reais, concretos, abstractos, ficcionais, históricos, futuros, etc.;
- firmeza: estar absolutamente certo *vs* estar mais ou menos certo.

Estes tipos de critérios podem ser combinados numa variedade maior de tipos de conhecimentos, cada um com o seu tipo específico de representação. Assim, primeiro encontramos a distinção familiar entre conhecimento de procedimentos (saber como) e conhecimento ‘declarativo’ (representacional). Em seguida, entre os tipos representacionais de conhecimento, podemos incluir o conhecimento sobre acontecimentos pessoais que estão tipicamente associados com a memória episódica (pessoal) de experiências pessoais; por seu lado, o conhecimento interpessoal é característico da interacção, o conhecimento social é partilhado por um grupo e o conhecimento cultural por todos os membros competentes de uma cultura; estes três últimos tipos estão assim associados com a memória social.

Apesar de ter feito algumas destas distinções, por razões cognitivas e sociais, é óbvio que elas não são suficientes. Muito conhecimento sociocultural é geral e abstracto (como é o nosso conhecimento sobre grupos ou sobre acontecimentos sociais, do tipo comer no restaurante), mas também partilhamos socialmente um conhecimento sobre acontecimentos específicos, como sejam os ataques do 11 de Setembro nos EUA ou o Holocausto. Podemos ter conhecimento sobre acontecimentos concretos ou tipos de acontecimentos que ocorrem naquilo a que chamamos de mundo ‘real’, mas também ter conhecimento sobre o que aconteceu numa novela ou num filme, sobre o que acontecerá em breve ou sobre factos linguísticos ou matemáticos abstractos; ancoramos assim os ‘factos’ que conhecemos numa ontologia rica de mundos e situações diferentes, ou noutros âmbitos sobre os quais podemos pensar.

Por fim, faz sentido diferenciar conhecimento pelo seu grau de força ou firmeza. Geralmente distinguimos entre conhecimento e (meras) crenças; claro que podemos chamar crenças aos tipos de conhecimento sobre os quais não temos uma certeza,

mas tanto nas situações quotidianas como na interacção científica e no discurso, temos usualmente uma concepção menos rígida de conhecimento. É possível que muitas pessoas saibam que Amesterdão é a capital dos Países Baixos, mas poucas poriam as mãos no fogo por isso, quando questionadas se Haia não poderá ser a capital...

Esta tipologia não constitui apenas um exercício epistemológico óbvio, mas também é cognitivamente relevante. Vimos que algumas distinções podem envolver diferentes tipos de memória de longo prazo, como a memória episódica *vs* semântica (ou antes social) (Tulving 1983). Crenças sobre acontecimentos concretos como os ataques do 11 de Setembro têm a estrutura de acontecimentos dos modelos mentais, mas o conhecimento geral sobre ataques é mais parecido com os *scripts* e não tem as especificidades dos eventos (tempo, lugar, actores, etc.).

O grau de firmeza da crença está provavelmente relacionado com o processo complexo de raciocínio, inferências e rede de relações que ligam itens de conhecimento a critérios de conhecimento mais ou menos estritos. Assim, de um modo geral, estou mais certo sobre o que eu próprio vi do que sobre aquilo que sei a partir de uma fonte (ainda que de confiança), mais confiante nas crenças que partilho com outros do que naquelas em que só eu acredito e mais seguro naquilo que se provou repetidamente ser o caso do que naquilo que só aconteceu uma vez, etc. Portanto, temos uma 'teoria' implícita muito complexa, culturalmente partilhada, das coisas ou dos eventos sobre os quais estamos mais ou menos certos nas nossas vidas diárias. A academia desenvolveu o seu próprio critério metodológico para fazer o mesmo. Por último, esta tipologia de conhecimento está também enraizada no discurso e na interacção. Isto é, os vários tipos de conhecimento estão associados de uma forma diferente a implicações e pressuposições no texto e no contexto. Assim, o conhecimento pessoal, em princípio, não está pressuposto no discurso, mas precisa de ser explicitado quando é relevante. O conhecimento interpessoal pode estar pressuposto na conversação, mas não no discurso público. O conhecimento de grupo só fornece as pressuposições para o discurso entre os membros do grupo e precisa de ser socialmente adquirido para que não possa estar pressuposto em situações didácticas ou na comunicação entre grupos. O conhecimento cultural também precisa de ser adquirido, mas a partir de então passa a ser pressuposto em todos os discursos por todos os membros competentes. Talvez só possa precisar de ser explicitado em encontros interculturais, a não ser que seja um tipo específico de conhecimento universal. Dito de outro modo, há um sistema complexo pragmático-semântico onde os vários tipos de conhecimento dos participantes na fala controlam o modo como a informação permanece implícita ou é explicitamente formulada, pressuposta, recordada, evocada ou afirmada.

Podemos fazer observações similares para os correlativos discursivos de outros tipos de conhecimentos. O conhecimento geral pode ser expresso em expressões genéricas, enquanto que o conhecimento específico pode requerer expressões definitivas, e o conhecimento não específico expressões indefinidas. Dependendo da linguagem,

podemos ter de forma semelhante uma variedade rica de expressões que sinalizam o grau de realidade ou de confiança do nosso conhecimento, como acontece nas assertivas (Chafe 1986). Frases contrafactuais, expressões modais e outros marcadores podem sinalizar se sim ou não as nossas frases devem ser interpretadas em situações reais ou noutras situações ou mundos. Os advérbios e as expressões modais podem sinalizar por fim quão certos estamos das coisas em que acreditamos de uma forma mais ou menos firme. O mesmo se passa ao nível da organização do discurso, onde as notícias, histórias, estórias, teorias, previsões, etc., estão associadas estrutural e semanticamente a tipos diferentes de estados da situação (passado *vs* futuro, abstracto *vs* concreto, etc.). A relação entre discurso e conhecimento está tão próxima, que alguns psicólogos antimentalistas preferem examinar o conhecimento apenas segundo os seus accionamentos socialmente relevantes (Edwards 1997; Potter 1996).

Em suma, os muitos tipos de estruturas de conhecimento que temos e usamos na produção do discurso podem controlar muitas das características semânticas e outras propriedades do discurso. Já que esse conhecimento não é apenas relevante para o falante mas também para o receptor, precisamos de um modelo mental complexo da ‘situação de conhecimento’ do evento comunicativo. Este ‘modelo de conhecimento’ faz parte, claro, dos modelos de contexto dos participantes (van Dijk 1999). Isto é, a interface entre as várias estruturas de conhecimento da mente e o processamento actual das características semânticas e de outras características do discurso é controlado por um mecanismo-chave especial (-C) no nosso modelo contextual do evento comunicativo (van Dijk 2001). Apenas começamos a compreender uma pequena parte do trabalho complicado que esse mecanismo precisa de efectuar de forma a que possamos falar, escrever, ler e ouvir adequadamente em situações sociais onde muitos tipos de conhecimento são estrategicamente (tornados) relevantes.

Discurso e ideologia

Na discussão anterior sobre diferentes tipos de conhecimento, já nos deparámos com vários elementos que estão na fronteira de um debate sobre a diferença entre conhecimento e ideologia. De facto, a distinção clássica entre conhecimento (*episteme*) e crença (*doxa*) está estreitamente relacionada com a distinção entre conhecimento e ideologia. Este debate sobre a diferença entre conhecimento e ideologia tornou-se uma praga nas ciências sociais durante quase dois séculos desde que Destutt de Tracy inventou a noção de ‘ideologia’ como a ciência das ideias. Até hoje, também na Análise Crítica do Discurso, encontramos discussões sobre se há ou não conhecimento ‘objectivo’, ou apenas conhecimento social, intersubjectivo; discute-se também em que medida é que esses conhecimentos mais não são do que um mero constructo social ou se são ‘verdadeiros’ sobre os ‘factos’.

Neste contexto irei ignorar a longa história deste debate e examinarei de uma forma mais cuidada apenas as relações entre ideologia e conhecimento à luz das minhas concepções actuais destas noções, bem como em relação a uma teoria do discurso. Vimos antes que as ideologias são por definição sociais e partilhadas pelos membros de um grupo. Também assumimos que são gerais, abstractas e fundamentais e que organizam outras formas ou representações sociais, como as atitudes. Podem envolver categorias abstractas de grupo, como identidade e relações de grupo, mas também finalidades colectivas, normas e valores. Por esta razão as ideologias definem frequentemente o que é bom e mau, e o que é certo ou errado, mas também controlam as nossas crenças sobre o mundo, como se verifica nas ideologias científicas e religiosas. Por outras palavras, as ideologias estão muito próximas daquilo que antes designamos de conhecimento do grupo partilhado socialmente, como seja o conhecimento específico partilhado pelos estudantes, linguistas, feministas, colecionadores de selos ou cidadãos de Barcelona.

A próxima questão que deveremos então colocar é a de saber se as ideologias de grupo e o conhecimento de grupo são ou não simplesmente uma e única coisa ou se, pelo contrário, faz sentido, pelo menos numa teoria do discurso, fazer por exemplo uma distinção clara porque elas afectam de forma diferente as estruturas do discurso e as estratégias de produção. No meu quadro actual de pensamento, faz sentido distinguir entre a ideologia de um grupo, por um lado, e as suas representações sociais, incluindo o conhecimento, do outro. Como antes expliquei, as ideologias são mais fundamentais e estão na base das representações sociais do grupo como o conhecimento e as atitudes. Isto também significa que essas representações sociais de um grupo são necessariamente tendenciosas.

Isto é óbvio no caso de representações sociais como são as atitudes, *e. g.*, sobre imigração, aborto, divórcio, o mercado livre, e um conjunto de outras atitudes. Mas qual será o caso do conhecimento (específico) de grupo? Penso que esse conhecimento é necessariamente enviesado: o que os anti-racistas sabem sobre imigração, as feministas sobre género, os médicos sobre doenças, e por aí adiante, é de facto conhecimento que está organizado de muitas formas de acordo com os parâmetros do grupo, incluindo as suas finalidades, interesses, etc. Isto é, os membros de um grupo tendem a interpretar e a representar a realidade de acordo com o que são os melhores interesses do seu grupo. É óbvio que, por razões pessoais e devido a modelos mentais pessoais diferentes e modelos contextuais, os membros individuais de um grupo podem ‘desviar-se’ dessa forma dominante de representação social.

Repare-se que esse conhecimento tendencioso de grupo pode também ser denegrido como mera crença ou opinião por membros de outros grupos. No entanto, o critério que estabelecemos para o conhecimento é o de saber se se considera que as crenças representam estados da situação segundo os critérios da comunidade epistémica. Dito de outra forma, tanto nas suas percepções e interações, como nos discursos, os membros do grupo lidam com essas crenças como se elas correspondessem aos ‘factos’. Pressupõem essas crenças no discurso intra-grupal.

Diga-se, no entanto, que esta forma restrita da hipótese relativa à base ideológica do conhecimento de grupo não significa que todo o conhecimento é ideologicamente tendencioso, como se assume frequentemente. Mantenho que para lá do grupo há conhecimento que não é ideológico, mas largamente partilhado e pressuposto na cultura global. É este *common ground* geral, cultural, que forma a base de toda a cultura. Sem ele as pessoas de grupos diferentes e com diferentes ideologias seriam incapazes de cooperar ou de comunicar. Esse conhecimento é assim pré-ideológico, pelos menos dentro de um período específico. Claro que isto pode mudar ao longo da história: o que era antes conhecimento consensual de uma cultura pode-se tornar mera crença mais tarde (como é o caso, por exemplo, de muitas crenças míticas ou religiosas), e vice-versa, por exemplo, quando as crenças científicas de um pequeno grupo de académicos são aceites mais tarde como conhecimento geral.

Concluimos que a questão relativa à natureza ideológica do conhecimento deve, por conseguinte, ser resolvida desta forma: algum conhecimento, especialmente de grupos, pode ser ideologicamente tendencioso, e mesmo assim não ser designado pelo próprio grupo como crença ideológica. Por outro lado, num contexto mais vasto temos de assumir a presença de um conhecimento geral que não é ideologicamente enviesado, pelo menos não no seio da mesma cultura. Sem este *common ground* geral, a interação e o discurso seriam impossíveis, tanto dentro do grupo como entre grupos diferentes. Posto isto de forma trivial, no discurso, os utilizadores da linguagem de grupos diferentes precisam de partilhar pelo menos algum conhecimento de forma a serem capazes de se compreenderem mutuamente. Se, mais tarde, ou a partir de uma outra perspectiva, esse conhecimento de *common ground* da cultura for considerado mera crença ideológica, isso não quer dizer que deixe de ser conhecimento dentro da cultura em si mesma.

Dizendo as coisas de outra forma, o conhecimento está inerentemente ligado à comunidade epistémica em que é definido como tal. Isto abre o caminho para o relativismo generalizado? Não, é uma definição daquilo a que se poderia chamar de relativismo relativo. Isto é, uma forma consequente de relativismo também torna o relativismo relativo. O conhecimento é sempre conhecimento em relação a uma comunidade epistémica, e nesse sentido é relativo, como deve ser. Por outro lado, dentro da comunidade epistémica, o conhecimento é aceite como crença de confiança, como deve ser, de forma a que a interação e comunicação sejam possíveis. Os conflitos epistémicos sobre conhecimento e crença ou opinião existem tipicamente através das fronteiras de grupo e da cultura.

Discurso, conhecimento e ideologia

É dentro deste quadro teórico genérico que precisamos de explorar em pormenor as relações entre discurso, conhecimento e ideologia. Sabemos que o conhecimento é

fundamental para a produção e compreensão do discurso. Também assumimos que, pelo menos para alguns aspectos do conhecimento de grupo, esse conhecimento pode ser ideologicamente tendencioso, o que deve ser observável também no discurso. Por outro lado, para os tipos de conhecimento gerais e culturais que não são ideológicos, isso deve ser também observável, por exemplo, nas estruturas semânticas das pressuposições, nas implicações e noutros aspectos do significado que fazem parte da interpretação mas que não são, enquanto tal, expressos no discurso.

Vamos considerar mais cuidadosamente estas relações através do exame de um artigo de opinião escrito por Charles Krauthammer, publicado no *Washington Post* no dia 12 de Setembro de 2001, o dia a seguir aos ataques contra o *World Trade Center* em Nova Iorque e o Pentágono. Este artigo apela de forma explícita e aberta à guerra. Que as crenças expressas neste artigo não constituem somente as visões extremistas de um colunista norte-americano conservador, mas são parte integrante de uma ideologia dominante que seria transformada numa política concreta, pode tornar-se óbvio tendo em conta facto de que logo a seguir os EUA entraram em guerra com o Afeganistão.

O objectivo da minha análise é o de desenredar algumas das relações complexas entre discurso, conhecimento e ideologia e mostrar com algum detalhe como as estruturas de conhecimento envolvidas na produção deste texto são controladas, em parte, por ideologias de grupo subjacentes. Já que uma análise completa das estruturas semânticas e cognitivas relevantes deste texto estaria claramente para lá das fronteiras de um só artigo, seleccionaremos alguns parágrafos cruciais para uma análise mais detalhada (para o texto integral, ver Apêndice). A análise será feita parágrafo a parágrafo, de forma a manter a unidade temática de cada fragmento. Na análise, as expressões (palavras, frases, orações, etc.) serão impressas em itálico ou indexadas em fragmentos de texto num tipo diferente de carácter, e os significados e conceitos entre aspas simples.

Para a Guerra, não para o Tribunal

De Charles Krauthammer

Quarta-feira, 12 de Setembro, 2001; página A29

Isto não é um crime. Isto é guerra. Uma das razões que explicam por que existem terroristas por aí à solta suficientemente capazes e audaciosos para levarem a cabo o ataque mais mortífero de sempre contra os EU é que, enquanto eles declararam guerra contra nós, nós no passado respondemos (com a excepção de alguns ataques infrutíferos de mísseis de cruzeiro contra tendas vazias no deserto) através de intimações.

Na maior parte da imprensa ocidental, os artigos de opinião são, por definição, textos de opinião pessoal sobre acontecimentos recentes. Tal como o é este artigo e tal como é a sua conclusão global expressa no título, que acciona o acto de fala

global de uma recomendação para ir para a guerra em vez de recorrer ao tribunal. Podemos pressupor que, potencialmente, todos os leitores do *WP* sabem e esperam que nesse dia muitos artigos de opinião e notícias sejam sobre os ataques terroristas do dia anterior. Este é o tipo de conhecimento pressuposto que caracterizamos como conhecimento público sobre acontecimentos específicos. E dada a gravidade dos acontecimentos (definida em termos das suas consequências, como o número das mortes e a guerra subsequente) e a difusão da informação sobre eles, é também o tipo de acontecimento que define o conhecimento histórico. Isto é, o conhecimento sobre o acontecimento será pressuposto de forma geral no seio dos discursos da mesma cultura, e provavelmente também o será através de muitas outras culturas. Mais especificamente, os editoriais e artigos de opinião pressupõem, pelo menos parcialmente, conhecimento por parte dos leitores acerca dos acontecimentos sobre os quais falam; quando não é assim, os acontecimentos relevantes serão sumariados no começo do artigo de opinião.

Neste caso, vemos que este conhecimento faz parte também do fragmento dos modelos contextuais partilhados pelo autor e o público, como se evidencia no uso extraordinário da expressão deíctica *isto* que começa a primeira oração do texto: neste caso, nem sequer é necessária uma descrição definitiva (como os ‘ataques de ontem’ ou um breve sumário dos acontecimentos). ‘Os’ eventos estão representados de uma forma proeminente na memória episódica da maior parte dos leitores. A negação semântica expressa na oração ‘*Isto não é um crime*’ acciona uma negação pragmática pressupondo que alguém (cuja opinião é importante e de mérito para ser comentada) descreveu os ataques dos S11 como um crime. Isto é, Krauthammer expressa esse conhecimento, e deste modo afirma de forma indirecta – ou relembra os leitores conhecedores – que alguém fez de facto tal observação. Repare-se que neste caso o conhecimento sobre um acontecimento específico é conhecimento sobre uma opinião (ou sobre um discurso específico prévio em que essa opinião foi expressa), estabelecendo por conseguinte a relação intertextual usual entre artigos de opinião e outro tipo de discurso público.

Para além destes itens de conhecimento específico sobre determinados acontecimentos e discurso prévios sobre esses acontecimentos, o uso da negação também pressupõe conhecimento geral, sociocultural, *e. g.*, sobre crime, mais especificamente sobre assassinio em massa, terrorismo, e crimes relacionados. Neste ponto, já entramos no âmbito cognitivo, social e discursivo em que o conhecimento, a opinião e as ideologias se sobrepõem. De facto, a categorização de um acto de assassinio em massa como um crime constitui uma expressão do nosso conhecimento sobre ‘crime’, ou das nossas atitudes ideologicamente baseadas sobre o que conta como um crime ou não. Como se torna evidente na resposta à sua própria questão retórica na segunda oração, para Krauthammer a denominação dos ataques de ‘mero’ crime é inadequada. Escolhendo a alternativa ‘guerra’ como sendo o rótulo adequado, o autor pressupõe que pelo seu critério as características deste acto de violência são de

outra ordem, concretamente da ordem da guerra. Claro que, dada a proeminência destes conceitos tanto no título como nas primeiras frases temáticas, quer para o autor quer para os leitores, os primeiros domínios de conhecimento activados por este artigo são os de crime e de guerra.

O conhecimento comunicativo dos leitores sobre artigos de opinião gera neste caso a expectativa de que o autor irá a partir daí argumentar sobre o seu ponto de vista, como está expresso na segunda frase. Note-se que o mesmo modelo contextual activa o conhecimento geral cultural de que o *Washington Post* é um jornal conservador norte-americano e o conhecimento nacional de grupo de que Charles Krauthammer é um dos seus escritores (conservadores). Aplicadas às suas expressões reais e opiniões, tanto a sua negação como a sua posição principal podem ser vistas como consistentes com o *background* ideológico do jornal e dos seus escritores.

Por conseguinte, enfatizando retoricamente a gravidade do evento ao declará-lo um acto de guerra, o autor também se centra no traço principal que distingue o crime da guerra, nomeadamente o de que a guerra é um acto de agressão entre Estados ou um acto de agressão contra uma nação. De facto, o ataque terrorista contra o edifício do governo em Oklahoma poucos anos antes não foi declarado um acto de guerra, embora inicialmente tivessem sido feitas algumas tentativas para o ligar a terroristas estrangeiros, em particular aos árabes ou aos muçulmanos fundamentalistas. No caso dos ataques ao WTC, não há provas ainda de um ataque estrangeiro; por isso o autor está meramente a especular, como veremos mais pormenorizadamente a seguir. O nosso interesse consiste meramente em mostrar que a lexicalização (como guerra) da sua definição da situação, como está representada pelo seu modelo mental dos ataques, é apresentada como uma re-categorização dos ataques, dado o próprio conhecimento do autor dos conceitos de crime e de guerra. No entanto, que esta re-categorização não é meramente baseada no conhecimento mas que também é ideológica, pode ser concluído partindo do facto de que os ataques alegadamente perpetrados por terroristas estrangeiros são denominados de ‘guerra’ e os do crime doméstico designados como ‘crime’. Isto significa que os ataques não são o que parecem ser, nomeadamente a destruição do WTC ou do Pentágono, mas são ataques contra a *América*. E é esta definição da situação que está enraizada numa ideologia nacionalista.

Vamos agora considerar a frase seguinte. Esta frase dá uma explicação (‘razões’) de outro facto pressuposto pelo autor, a saber, que há muitos terroristas por aí, uma pressuposição certamente partilhada por muitos dos leitores do *WP*: o conhecimento geral sobre ataques terroristas (morte de civis) implica que, sendo ponto assente que o ataque sobre o WTC tem aquelas características, os seus perpetradores devem ser terroristas. Há pouca controvérsia sobre isto dentro da comunidade ideológica do autor e da maioria dos seus leitores, mas vale a pena referir que os homens que escolhem morrer por uma causa podem ser descritos como heróis por membros de outro grupo. Isto é, mesmo a mera lexicalização não constitui apenas a expressão

de uma conceptualização baseada em conhecimento, mas é controlada mais profundamente pelas ideologias que estão subjacentes, por um lado, a este conhecimento de grupo ou nacional, e, por outro, a interpretação ideologicamente controlada do acontecimento. O resto da frase expressa o conhecimento pressuposto partilhado sobre os acontecimentos (que os terroristas devem ter sido suficientemente capazes e audaciosos, que foi o ataque mais mortífero de sempre contra os EUA, etc.). Talvez esta informação tenha sido fornecida anteriormente, e neste caso este fragmento seria intertextual, mas pode ser também que seja uma avaliação do autor que é partilhada de forma geral, uma vez que é facilmente dedutível a partir da natureza dos ataques. Por outras palavras, os modelos mentais largamente partilhados dos ataques contêm, sem dúvida alguma, as inferências relevantes do conhecimento sociocultural geral, segundo as quais a possibilidade de desviar vários aviões em simultâneo, de os conduzir para os seus alvos, etc., requer planeamento, organização e audácia. Relevante para a minha discussão é que não só as fronteiras entre conhecimento e ideologias são ténues, como também o são as que separam a informação pressuposta da informação afirmada. Estruturalmente, o autor pressupõe estas características dos terroristas, mas ao mesmo tempo ele parece estar a argumentar indirectamente sobre o seu caso ao dar a sua própria opinião acerca da capacidade e audácia dos terroristas.

Por fim, a expressão *o ataque mais mortífero de sempre contra os EU* pressupõe conhecimento (histórico) sobre ataques anteriores e suas vítimas, um item de conhecimento que é público, mas provavelmente intertextual, tendo sido usado antes por peritos (políticos, jornalistas ou historiadores). Este não é o tipo de conhecimento sociocultural que é largamente partilhado na cultura global ou mesmo na nação. Assim, neste artigo, pode funcionar como um lembrete intertextualmente baseado para esse conhecimento histórico. O que está pressuposto nesta frase é que os terroristas declararam guerra contra ‘nós’, uma pressuposição que pode ser inferida do ataque, mas só se descrevermos esse ataque como um acto de guerra. De novo, vemos que o que é sugerido como sendo conhecimento partilhado sobre terroristas e seus ataques consiste de facto numa asserção indirecta de uma proposição ideológica. Esta constitui uma das características mais comuns do uso manipulativo das pressuposições. É só aí que o autor chega à oração principal e frase afirmativa, nomeadamente a de que *nós* nos limitamos a impor sanções em reacção a esses actos de guerra – embora ele insira um desmentido concessivo sobre mísseis de cruzeiro, cuja gravidade é de imediato desconsiderada, ao dizer que esses mísseis se limitaram a algumas tendas –, implicando assim que os EUA nunca responderam com uma guerra total. Obviamente, esta breve referência a tendas pressupõe conhecimento sobre tendas, sobre o Médio Oriente e talvez algum conhecimento sobre beduínos. Mais uma vez se evidencia que este conhecimento é ideologicamente tendencioso, porque assume que os árabes vivem usualmente em tendas. De novo, é necessária a aplicação de vastos domínios de conhecimento sobre lei e guerra para sermos capazes de produzir e de compreender esta parte da frase. O eufemismo retórico ‘intimações’

foi usado para realçar quão pouco fizeram os EUA para lutar contra o terrorismo. Claro que aqueles leitores que têm mais conhecimento histórico do que aquele que é aqui pressuposto, podem interrogar-se sobre a Guerra do Golfo, o bombardeamento contínuo do Iraque, a bomba contra a Líbia ordenada por Reagan, o ataque à bomba contra um laboratório farmacêutico no Sudão, e outros; dificilmente se poderá dizer que todas as acções dos EUA tiveram como alvos simples tendas. Isto é, para compreender este texto, os leitores precisam de vastas quantidades de diferentes conhecimentos, incluindo conhecimento histórico sobre a política externa dos EUA. Por outro lado, estar na posse de demasiado conhecimento desse tipo pode ser contraprodutivo, pelo menos na perspectiva dos autores, já que pode produzir inferências inconsistentes com aquilo que é afirmado ou implicado pelo autor.

O segundo parágrafo começa com uma referência a Colin Powell, cuja função seria habitualmente pressuposta, mas que aqui é acrescentada para aqueles que possam desconhecê-la. Todavia, saber que Colin Powell é visto, regra geral, como ‘moderado’ nos assuntos externos dos EUA e mais aberto às opiniões dos outros países do que alguns dos seus companheiros de Washington da linha dura (tanto na Casa Branca, como no Governo e nos *media*, como é o caso do Sr. Krauthammer) constitui uma ajuda efectiva. Isto explicaria a última crítica beligerante a Powell e a sua ênfase na guerra e não na justiça. O resto da frase pressupõe, mais uma vez, conhecimento histórico (sobre o ataque japonês a Pearl Harbor). Dado que esta referência histórica foi repetidamente usada nos comentários sobre o 11 de Setembro, deve estar activa nas mentes dos leitores, de forma que não parece necessário lembrá-los aqui desse facto. Não parece necessário dar mais explicações para mostrar que este ‘conhecimento histórico’ dificilmente estará livre de aspectos nacionalistas ideológicos. Tal como o presente ataque, esse ataque foi um ataque dirigido contra Nós. O mesmo se passa com a referência histórica a Roosevelt, que activa o conhecimento histórico ou a inferência de que nesse momento ele seria o presidente. Então o resto da frase pode servir apenas para traçar a comparação argumentativa entre o caso actual, em que Powell fala sobre justiça, e o passado, em que Roosevelt, pelo contrário, se empenhou na guerra. Sem dúvida que o Sr. Krauthammer teria gosto em saber que o presidente dos EUA de então, George W. Bush, procedeu exactamente da mesma forma que o seu antecessor, entrando em guerra em vez de levar a tribunal os terroristas ou usar meios não-violentos para parar as acções dos mesmos.

O terceiro parágrafo continua o argumento principal, nomeadamente o de que apenas a guerra pode parar os combatentes estrangeiros, negando desta forma aos atacantes o estatuto de ‘simples criminosos’. A expressão metafórica *espalhar a destruição* vai para além da conceptualização da noção de destruir, e o conhecimento sobre guerra e aviões sugere uma interpretação mais específica em termos de ‘bombardeamento’. Uma reviravolta surpreendente na argumentação acontece quando o autor defende que a guerra já tinha sido declarada há muitos anos atrás aos EUA. Mesmo aqueles leitores que têm algum conhecimento histórico podem perguntar-se se quem declarou de facto guerra aos EUA, tem neste momento legitimidade para continuar a

guerra. Os parágrafos seguintes tornam claro que é o terrorismo, e em especial o Islão fundamentalista, que declarou guerra aos EUA, o que constitui evidentemente um modo de falar hiperbólico – parte da estratégia retórica usual para realçar as coisas más dos oponentes. Repare-se também no *topos* sobejamente conhecido de que o 11 de Setembro é ou deve ser um ponto de viragem, repetido de uma forma geral na maior parte dos discursos políticos e dos *media*, quer pró-americano quer anti-americano. Tal como vimos em meio ano de estado de guerra, amplamente apoiado pela população norte-americana, a decisão astuta de ir para a guerra, limitar muitas liberdades pessoais e aumentar dramaticamente as despesas militares foi de facto uma mudança fundamental provocada e legitimada pelo 11 de Setembro. A simples menção de milhares de vítimas (inocentes) basta por si só como argumento. É evidente que todo o argumento assenta sobre a assunção tácita de que os terroristas só podem ser combatidos de forma eficiente através da acção militar e da violência, uma assunção que pode ser para Krauthammer um item de conhecimento, mas para outros uma opinião meramente pessoal ou uma atitude social.

O parágrafo seguinte identifica explicitamente o inimigo pós-Guerra Fria: os terroristas estrangeiros. Isto é, enquanto que na Guerra Fria as forças conservadoras nos EUA usavam o anti-comunismo como o quadro ideológico dominante, Krauthammer formula agora fragmentos de uma ideologia militar anti-terrorista. Para reforçar a descrição do inimigo como *formidável* o autor precisa apenas de descrever alguns elementos do 11 de Setembro, como faz no resto do parágrafo. Já que se pode assumir que estes elementos do conhecimento fazem parte do conhecimento dos leitores, este fragmento constitui em parte um lembrar da gravidade do ataque, o qual é um passo argumentativo na apresentação negativa dos terroristas como Outros. Note-se porém que embora o autor lembre os leitores dos “factos” ocorridos a 11 de Setembro, isso não implica que a descrição destes factos esteja despida de implicações ideológicas, como sugere a selecção lexical *a mais forte potência do mundo*. Também o facto de sugerir que a nação como um todo teria de fechar fronteiras e que os líderes teriam de esconder-se em abrigos, constitui no mínimo um exagero hiperbólico dos ‘factos’, retoricamente relevante para realçar a força do inimigo, um argumento necessário para apoiar a tese principal deste artigo, a saber, fazer guerra contra os terroristas. Mais uma vez, vemos as relações dinâmicas entre conhecimento, factos e opiniões meramente ideológicas. Tal como podemos esperar de um texto que expressa a representação ideologicamente controlada dos acontecimentos no modelo mental do autor, a situação global é definida de forma a servir o seu argumento, bem como a sua inclinação ideológica. Por fim, vamos sumariar de uma forma mais esquemática os tipos de conhecimento presentes nos parágrafos seguintes do artigo e mostrar como estes estão intimamente associados a sistemas ideológicos subjacentes. Obviamente que apenas podemos apresentar uma selecção das formas de cognição social envolvidas.

<p>1. Nem o inimigo é um inimigo sem rosto ou misterioso. Nós não temos certezas relativamente a quem deu a ordem final, mas conhecemos os movimentos que estiveram na base. O inimigo identificou-se a si próprio em público e abertamente. As nossas sensibilidades delicadas impediram-nos de pronunciar o seu nome.</p>	<p>(Os que nos atacaram) “o inimigo” Conhecimento específico: quem deu a ordem? Dúvida: “nós não temos certezas” Certeza: “Nós conhecemos...” Critérios de conhecimento: Eles identificaram-se a si mesmos Pressuposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nós temos sensibilidades delicadas (Opinião) • Nós não pronunciamos o seu nome
<p>2. O seu nome é Islão radical. Não o Islão como é praticado pacificamente por milhões de fiéis à volta do mundo, mas um movimento político de uma franja específica, dedicada a impor a sua ideologia fanática nas suas próprias sociedades e a destruir a sociedade dos seus inimigos, sendo o maior deles os EUA.</p>	<p>Conhecimento sociopolítico: identificação do inimigo. Ideologia: anti-radicalismo. Desmentido (negação aparente): “não o Islão como é praticado...” Conhecimento sociopolítico e descrição negativa ideológica do outro: “movimento de uma franja” Implicação: “nas suas próprias sociedades” eles são ou não devem apenas ser os nossos inimigos. Facto ideológico: “sendo o maior deles os EUA”.</p>
<p>3. Israel constitui, também, uma afronta ao Islão radical e deve por isso ser erradicado. Mas esse é o peixe mais pequeno de todos. O cérebro do mal – com os seus militares na Arábia Saudita, Kuwait, Turquia e Golfo Pérsico; com uma cultura que “corrompe” a juventude islâmica; com uma economia e tecnologia que domina o mundo – são os EUA. Foi por isso que fomos atacados tão ferozmente.</p>	<p>Chave: autodescrição feita a partir da perspectiva deles e das suas palavras: Lembrete do conhecimento histórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Israel constitui uma afronta e deve ser” • “Os EUA corrompem a juventude islâmica” • “Os EUA dominam o mundo” <p>Explicação do ataque: “foi por isso que...”</p>

<p>4. Como sabemos? Quem mais treina quadros de assassinos fanáticos suicidas que vão para a sua própria morte com gozo? E um terrorista vulgar não coordena quatro desvios de aviões no espaço de uma hora. Nem conduz um avião contra a silhueta estreita de um único prédio. Para isso precisamos de pilotos experimentados que procuram o martírio. O poço de onde eles são tirados não é muito fundo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de conhecimento explícito • Implicação: nós não estamos apenas a adivinhar • Questão retórica • Pressuposição política: O Islão radical treina quadros... • Negação: eliminar possíveis suspeitos: o terrorista comum não o faz • Implicação: a operação deve ter sido executada por uma grande organização • Conhecimento geral sobre a condução de aviões. • Conclusão sobre a identidade.
--	---

<p>5. Estas são as tropas de choque do inimigo. E o inimigo tem muitas ramificações. Hezbollah no Líbano, Hamas e Jihad Islâmica em Israel, a organização de Osama bin Laden com o seu quartel-general no Afeganistão e várias “frentes de libertação” árabes com base em Damasco. E depois há os governos: entre eles, o Irão, o Iraque, a Síria e a Líbia. Qual deles é o responsável? Em breve descobriremos.</p>	<p>Crenças gerais sociopolíticas</p> <p>Identificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “eles são tropas de choque...” • “eles têm muitas ramificações” <p>(Crenças sobre organizações terroristas e Estados terroristas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem conhecimento acerca do acontecimento: “Qual deles foi o responsável?”
--	--

<p>6. Mas, quando o fizermos, não devemos dizer que queremos levar essas pessoas à “justiça célere”, como prometeu receosamente Karen Hughes ontem a meio da tarde. Um acto aberto de guerra exige uma resposta militar, não uma resposta de tipo judicial.</p>	<p>Opinião pessoal: “Nós não devemos...”</p> <p>Norma ideológica (militarista) geral: “Um acto de guerra exige uma resposta militar” .</p>
---	--

<p>7. Resposta militar contra quem? É absurdo fazer guerra contra os indivíduos que mandaram estas pessoas. Os terroristas não podem existir no vácuo. Precisam de uma base territorial de protecção soberana. Durante trinta anos nós temos evitado esta verdade. Se bin Laden esteve por detrás disto, então o Afeganistão é nosso inimigo. Qualquer país que o abriga e protege é nosso inimigo. Nós devemos levar a guerra deles para eles.</p>	<p>Pressuposição: A guerra é contra os Estados, não contra os indivíduos.</p> <p>Conhecimento geral sobre terrorismo.</p> <p>Opinião sobre os nossos actos anteriores.</p> <p>Inferências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “O Afeganistão é nosso inimigo” • “Todos os Estados que protegem terroristas são nossos inimigos”
---	---

<p>8. Nós devemos considerar seriamente a possibilidade de uma declaração de guerra do Congresso. Essa convenção parece estranha e não é usada desde a Segunda Guerra Mundial. Mas há duas virtudes na declaração de guerra: anuncia o nosso empenhamento, quer junto da nossa população quer junto do inimigo, e dá-nos certos direitos como beligerantes (de bloqueio, por exemplo).</p>	<p>Opinião pessoal sobre o curso de acção: declarar guerra</p> <p>Desmentido (concessão aparente): isto pode parecer estranho...</p> <p>Conhecimento militar: vantagens em declarar guerra.</p>
--	---

<p>9. O período da “paz duradoura” acabou. Nós procuramos tanto esta guerra como a guerra contra a Alemanha Nazi e o Japão Imperial ou a Guerra Fria com a União Soviética. Mas, quando a guerra se impôs à geração mais crescida, transformou-se num desafio. A questão é: Iremos nós?</p>	<p>Crença sobre a situação actual. Conhecimento histórico, Negação: “Nós procuramos... tanto”</p> <p>Crença/dúvidas sobre se a nossa geração se defenderá a si própria de forma idêntica.</p>
---	---

Examinando estas breves observações com mais atenção, somos de novo surpreendidos pelos muitos tipos de crenças aqui envolvidas, que vão desde crenças gerais, sociais, políticas e culturais, por exemplo sobre o que é o Islão, e da forma como difere do *Islão radical*, sobre *Estados fanáticos* e perigosos. Encontramos também várias pressuposições de conhecimento histórico, como quando o autor se refere

ao que os EUA (não) fizeram em ocasiões anteriores. Estas formas de crenças gerais, socialmente partilhadas são apresentadas como base e *background* de crenças mais pessoais, como a opinião do autor de que deve ser declarada guerra, o tópico central desta peça de artigo de opinião. Interessante para a nossa discussão é a formulação explícita de conhecimento e critério de conhecimento, como se verifica no parágrafo 4. Krauthammer admite casualmente que temos pelo menos algum conhecimento (de onde vem os autores), usando pelo menos alguns critérios, por exemplo sobre a sua identidade (muçulmana). De novo vemos aqui que o conhecimento pode ser gradual e vago. Na área das opiniões ideológicas estão claramente as frases (de novo no parágrafo 1) sobre as nossas sensibilidades, e sobre os EUA como sendo a *mais forte*, bem como as pressuposições sugeridas que nós nunca pronunciamos o nome do inimigo, uma pressuposição que parece estranha quando sabemos quão largamente anti-Islão, e especialmente anti-Islão radical têm sido tanto os políticos como os *media*.

O desmentido em (2) pressupõe que o escritor sabe que não é politicamente correcto culpar todos os muçulmanos e que por conseguinte devemos fazer uma distinção entre os bons e os maus entre Eles.

No parágrafo 3, o autor usa a tática discursiva bem conhecida de fazer de advogado do diabo, de forma a ser capaz de fazer inferências sobre aquilo em que o inimigo acredita (que os EUA corrompem a juventude, etc.). Isto também produz o efeito retórico de ridicularizar as opiniões ou as palavras do Outro.

Por fim, encontramos expressões de normas gerais e valores controlados por sistemas ideológicos: por exemplo nós devemos responder militarmente a qualquer ataque. É esta implicação geral que está a ser usada como justificação da opinião pessoal sobre a situação actual: os EU devem declarar guerra. Teoricamente mais interessante é a existência de uma vasta área de cognição social onde as distinções entre conhecimento específico e opinião pessoal, entre conhecimento geral e ideologia, são vagas ou contextualmente relativas – ao autor ou ao seu grupo.

Sumariando os tipos de conhecimento neste editorial, encontramos os seguintes exemplos:

- Modelos mentais pessoais de acontecimentos (definição pessoal da situação): *Isto é guerra, ... o maior massacre na história da América..., fechar a potência mais forte do mundo....*
- Opiniões pessoais: [*Reacção de Colin Powell*] *Isto está definitivamente errado, Este é um inimigo formidável.*
- Conhecimento do acontecimento específico: *... como a Karen Hughes... ontem prometeu.*
- Conhecimento do contexto: *como Karen Hughes... ontem a meio da tarde.*
- Conhecimento geral do acontecimento: *No passado temos respondido.... Pessoas dispostas a matar... não são cobardes.*
- Conhecimento sobre o futuro (previsões): *Até que declaremos guerra em jeito de retorno....*

- Conhecimento social (de grupo): *[O Inimigo] O seu nome é Islão radical, Quem mais treina quadros de assassinos suicidas fanáticos..., Sabemos de que movimento vêm?*
- Atitudes sociais: *Nós levamos os criminosos à justiça; nós espalhamos a destruição sobre os combatentes, Nós devemos considerar seriamente a possibilidade de uma declaração de guerra do Congresso.*
- Conhecimento histórico do acontecimento: *Franklin Roosevelt..., Baía dos Porcos..., Alemanha Nazi...*
- Conhecimento sociocultural implícito (*Common ground* geral): *Nós vivemos na era pós-Guerra Fria. Islão é uma religião. Os Estados Unidos são um país, etc., etc..*
- Ideologias: *[A era pós-Guerra Fria] Será a partir daqui conhecida como a idade do terrorismo. Um acto aberto de guerra exige uma resposta militar, Qualquer país que... é nosso inimigo.*

Como também mostra este sumário, é difícil, e por vezes arbitrário, fazer distinções entre um tipo de conhecimento ou de opinião e outro. Assim, para Krauthammer, isto é, no seu modelo mental, o ataque terrorista é um acto de guerra, e enquanto para ele isto pode ser um facto, para outros isto pode ser uma opinião pessoal. Para ele os ataques do 11 de Setembro podem ser o maior massacre na história da América, mas os nativos do Norte da América têm outra concepção, declarando por isso que os “factos” de Krauthammer são opiniões etnocêntricas. Vimos também que não são só as opiniões explícitas do autor (*e. g.*, sobre Powell, ou de que se deve declarar guerra) mas também os próprios factos tal como são definidos por ele que são controlados por atitudes subjacentes e ideologias, por exemplo, sobre o Islão radical, os terroristas, etc.

Nota conclusiva

Uma teoria explícita de discurso precisa de uma teoria explícita de conhecimento. Obviamente, uma teoria cognitiva da produção do discurso e da compreensão é impensável sem uma análise detalhada do papel do conhecimento na construção do significado e dos modelos mentais. O mesmo é verdade, no entanto, para a descrição de muitas outras propriedades do conhecimento em termos de vários tipos de crenças partilhadas por comunidades epistémicas. A teoria da interface conhecimento-discurso precisa de integrar um mecanismo de conhecimento que regule as condições subtis sob as quais estes vários tipos de conhecimento são activados, usados, expressados ou pressupostos. Apenas começamos a perceber as bases essenciais desse tipo de explicação multidisciplinar do conhecimento e do seu papel no discurso.

Apêndice

PARA A GUERRA, NÃO PARA O TRIBUNAL

De Charles Krauthammer

Quarta-feira, 12 de Setembro, 2001: página A29

Isto não é um crime. Isto é guerra. Uma das razões que explicam por que existem terroristas por aí à solta suficientemente capazes e audaciosos para levar a cabo o ataque mais mortífero de sempre contra os Estados Unidos é que, enquanto que eles declararam guerra contra nós, nós no passado respondemos (com a excepção de alguns ataques infrutíferos de mísseis de cruzeiro infrutíferos contra tendas vazias no deserto) através de intimações.

A primeira reacção do secretário de Estado Colin Powell no dia da infâmia foi a de se comprometer a “levar os responsáveis à justiça”. Isto está definitivamente errado. Franklin Roosevelt não respondeu a Pearl Harbor comprometendo-se a levar o comandante da aviação naval japonesa à justiça. Comprometeu-se a forçar o Japão a ajoelhar-se. Os criminosos levam-se à justiça; a destruição espalha-se sobre os combatentes. Esta é uma distinção fundamental que deve deixar de ser evitada. Os bombardeamentos de 11 de Setembro de 2001 devem marcar um ponto de viragem. A guerra já foi declarada contra nós há muito tempo atrás. Até respondermos com uma declaração de guerra, teremos ainda mais milhares de vítimas inocentes. Não temos de procurar mais um nome para classificar a era pós-Guerra Fria. Será a partir daqui conhecida como a idade do terrorismo. O terror organizado mostrou o que pode fazer: levar a cabo o maior massacre da história da América, fechar as fronteiras da mais forte potência do mundo e mandar os seus líderes para abrigos subterrâneos. Tudo isto, sem sequer ter recorrido às armas químicas, biológicas ou nucleares de destruição em massa.

Este é um inimigo formidável. Desconsiderá-lo como um bando de cobardes que cometem actos de violência sem sentido é um absurdo complacente. Pessoas dispostas a matar milhares de inocentes ao mesmo tempo que se matam a si próprios não são cobardes. São guerreiros viciados, mortais e precisam de ser tratados como tal. Nem os seus actos de violência são sem-sentido. Têm um fim específico: vingar alegados erros históricos e pôr de joelhos o grande Satanás americano.

Nem o inimigo é um inimigo sem rosto ou misterioso. Nós não temos certezas relativamente a quem deu a ordem final, mas conhecemos os movimentos que estiveram na origem dos acontecimentos. O inimigo identificou-se a si próprio em público e abertamente. As nossas sensibilidades delicadas impediram-nos de pronunciar o seu nome.

O seu nome é Islão radical. Não o Islão como é praticado pacificamente por milhões de fiéis em todo o mundo. Mas um movimento político de uma franja específica,

dedicada a impor a sua ideologia fanática nas suas próprias sociedades e a destruir a sociedade dos seus inimigos, sendo o maior deles os EUA.

Israel constitui, também, uma afronta ao Islão radical, e deve por isso ser erradicada. Mas é a arraia-miúda. O cérebro do mal – com os seus militares na Arábia Saudita, Kuwait, Turquia e Golfo Pérsico; com uma cultura que “corrompe” a juventude Islâmica; com uma economia e uma tecnologia que dominam o mundo – são os EUA. Foi por isso que fomos atacados tão ferozmente.

Como sabemos? Quem mais treina quadros de assassinos fanáticos suicidas que vão para a sua própria morte com gozo? E um terrorista vulgar não coordena quatro desvios de aviões no espaço de uma hora. Nem conduz um avião contra a silhueta estreita de um único prédio. Para isso precisamos de pilotos experimentados que procuram o martírio. O poço donde eles são tirados não é muito fundo.

Estas são as tropas de choque do inimigo. E o inimigo tem muitas ramificações. Hezbollah no Líbano, Hamas e Jihad Islâmica em Israel, a organização de Osama bin Laden com o seu quartel-general no Afeganistão e várias “frentes de libertação” árabes com base em Damasco. E depois há os governos: entre eles, o Irão, o Iraque, a Síria e a Líbia. Qual deles é o responsável? Nós descobriremos em breve.

Mas, quando o fizermos, não devemos dizer que queremos levar essas pessoas à “justiça célere”, como prometeu receosamente Karen Hughes ontem a meio da tarde. Um acto aberto de guerra exige uma resposta militar, não uma resposta de tipo judicial.

Resposta militar contra quem? É absurdo fazer guerra contra os indivíduos que mandaram estas pessoas. Os terroristas não podem existir no vácuo. Precisam de uma base territorial de protecção soberana. Durante trinta anos nós temos evitado esta verdade. Se bin Laden esteve por detrás disto, então o Afeganistão é nosso inimigo. Qualquer país que o abriga e protege é nosso inimigo. Nós devemos levar a guerra deles para o país deles.

Devemos considerar seriamente a possibilidade de uma declaração de guerra do Congresso. Essa convenção parece estranha e não é usada desde a Segunda Guerra Mundial. Mas há duas virtudes na declaração de guerra: anuncia o nosso empenhamento quer junto da nossa população, quer junto do inimigo, e dá-nos certos direitos como beligerantes (de bloqueio, por exemplo).

O período de “paz duradoura” acabou. Procuramos tanto esta guerra como procuramos a guerra contra a Alemanha Nazi e o Japão Imperial ou a Guerra Fria contra a União Soviética. Mas, quando a guerra se impôs à geração mais crescida, transformou-se num desafio. A questão é: Iremos nós declarar guerra?

© 2001 *The Washington Post Company*

Da gramática do texto à análise crítica do discurso

Neste artigo gostaria de esquematizar, de uma forma breve, a evolução do meu trabalho desde a ‘gramática do texto’, nos princípios dos anos 70, até aos meus estudos actuais na Análise Crítica do Discurso (ACD). Isto parece-me especialmente útil porque a maioria do meu trabalho traduzido em espanhol permanece ainda na primeira fase do meu percurso académico, na dimensão gramatical do texto, sendo ainda pouco conhecido o meu trabalho sobre discurso e racismo e sobre análise crítica do discurso.

Gramática do texto

Para compreender o meu interesse nas gramáticas do texto, temos de recordar que o meu primeiro amor académico foi a teoria literária. Depois de me especializar em Língua e Literatura Francesa (com um interesse especial na poesia surrealista), também estudei Teoria Literária. Nesse estudo centrei-me, sobretudo, na língua literária e quis saber se a Literatura poderia ser caracterizada especificamente pela sua forma típica de uso da linguagem. Sob a influência da Gramática Generativa Transformacional de Chomsky, nos finais dos anos 60, essa questão traduziu-se num conjunto especial de regras que “gerariam” (quer dizer, descreveriam estruturalmente) os textos literários. De facto, a GGT nunca foi desenvolvida para explicar as estruturas dos textos e, portanto, o objectivo de conceber uma “poética generativa” foi rapidamente substituído pelo objectivo mais importante de me concentrar numa gramática generativa do texto.

A razão de ser dessas gramáticas do texto residia no facto de as mesmas poderem fornecer uma descrição explícita das estruturas (gramaticais) dos textos. A tarefa mais

óbvia deste tipo de descrição seria dar conta das relações (semânticas) de coerência semântica entre as orações (van Dijk 1972). Apesar de as gramáticas das orações necessitarem também de tornar explícito o modo como estão semanticamente relacionadas as orações das frases complexas, não existia então uma investigação séria que pudesse estender-se à semântica linear do discurso. Sob a influência da semântica estrutural francesa (Greimas), assumi primeiro que as relações de significado entre as orações tinham de ser definidas em termos da identidade dos ‘lexemas’ ou ‘semas’ das palavras usadas nessas mesmas orações. Mais tarde, vi que esta suposição estava totalmente errada, ainda que a mesma tivesse mantido a sua popularidade na semântica francesa durante vários anos. O importante é que não são apenas as relações de significado entre as orações que definem a coerência, mas também as relações referenciais, quer dizer, as relações entre as “coisas” que as orações denotam num texto, como veremos mais abaixo.

O que era novo e interessante nesta teoria emergente da gramática do texto foi a introdução de ‘macro-estruturas’, uma noção desconhecida em todas as formas da gramática da oração. O fundamental das macro-estruturas consistia na ideia de que os textos não tinham apenas relações locais ou micro-estruturais entre orações subsequentes, mas apresentavam também estruturas gerais que definiam a sua coerência e organização global. Nos meus próprios trabalhos, estas macro-estruturas eram de duas classes diferentes: quer dizer, estruturas globais de significado e estruturas globais de forma. Mais tarde, introduzi a noção de ‘superestrutura’ para me referir a estas últimas estruturas, ou seja, às estruturas abstractas, esquemáticas, que organizam a forma geral do texto, como as conhecemos a partir da teoria da narrativa ou da teoria da argumentação (van Dijk 1980).

Após mais de 25 anos, pergunto-me se essas gramáticas do texto estavam certas ou erradas. Tal como vejo agora a questão, diria que os princípios básicos da gramática do texto ainda fazem sentido hoje, como se vê na grande quantidade de trabalho que se continua a fazer em muitos tipos de gramáticas do discurso, às vezes, muito sofisticadas (como o trabalho de Talmy Givon e Sandra Thompson nos EUA). Com efeito, do mesmo modo que uma gramática da oração explica por que razões as sequências arbitrárias de palavras não definem orações, uma gramática do texto necessita de mostrar que as sequências arbitrárias de orações não definem um texto. Com efeito, o modo como nós então fazíamos de facto a gramática do texto, era ainda muito primitivo, bastante especulativo, impreciso e, em parte, mal orientado. O que ficou sem dúvida foi a importância da noção de coerência em toda a teoria semântica do discurso e a ideia óbvia de que os textos também estão organizados em níveis mais globais e mais gerais de descrição.

Estudos posteriores, também em psicologia, acerca da coerência local (interaccional) e global (textual) ganharam formas mais sofisticadas. Foi assim que o meu livro *Texto e Contexto* (1977) sublinhou que a coerência local entre orações deveria estar baseada em relações referenciais entre ‘factos num mundo possível’; por isso usei então a noção popular da semântica formal e da filosofia de ‘mundo possível’.

Quer dizer, duas proposições subsequentes P1 e P2 são coerentes se denotam dois factos F1 e F2 que estão (por exemplo, condicional ou causalmente) relacionados. No meu trabalho posterior com Walter Kintsch sobre a psicologia do processamento de texto, esta relação referencial não foi definida em termos de factos ‘em algum mundo possível’ mas na forma de modelos mentais (ver mais abaixo).

Pôs-se, sem dúvida, em evidência outra dimensão da coerência local. As orações (e os seus significados: proposições) não só são coerentes devido às relações entre os factos que denotam, mas também devido às relações entre os seus próprios significados. Posto de um modo mais formal: a coerência não só era ‘extensional’, como também ‘intensional’. Com efeito, esta relação de significado não estava definida em termos dos significados das palavras isoladas (como na semântica estruturalista) mas segundo as relações entre proposições complexas. Por exemplo, as proposições P1 e P2 podem também ser coerentes se P2 é uma Generalização, uma Especificação, uma Explicação ou um Exemplo de P1. Ou seja, estas noções definem uma relação funcional entre proposições subsequentes: P2 tem a função de ser uma Generalização de P1, etc. A investigação posterior na Teoria da Estrutura Retórica (RST) de Mann & Thompson desenvolve mais ainda (a fundo) este tipo de relações funcionais entre as orações dos textos.

Ao mesmo tempo, a noção de macro-estrutura definiu-se nesse momento de uma forma específica em termos de regras semânticas bastante precisas para a derivação de macroproposições a partir de sequências de microproposições. Deste modo, temos uma explicação formal do fenómeno familiar de ‘resumir’ um texto partindo da sua informação fundamental. Na psicologia do processamento de texto, estas macro-estruturas tiveram logo um papel essencial no esclarecimento do modo como os utentes da linguagem compreendem, armazenam e recordam os textos. É sem dúvida estranho ver ainda hoje gramáticas do discurso que só operam ao nível ‘linear’ das orações ou proposições subsequentes, ignorando completamente as estruturas globais principais (macro-estruturas, superestruturas) que definem o significado e a forma geral dos textos. Uma razão importante para esta omissão reside, provavelmente, no facto de que as macro-estruturas constituem ainda objectos estranhos na teoria gramatical, estruturas que necessitam de uma explicação diferente das estruturas do significado das orações ou das relações entre orações.

A psicologia do processamento do texto

Precisamente porque os meus colegas linguistas, mesmo na gramática do texto, não se sentiam muito cómodos com noções estranhas como a noção de ‘macro-estruturas’, virei-me para a psicologia em busca de inspiração e apoio, e conheci assim Walter Kintsch. Este psicólogo americano descendente de austríacos tinha escrito em 1974

um livro (*A Representação do Significado na Memória*) que pela primeira vez na psicologia afirmava, explicitamente, que o objecto de estudo de uma psicologia cognitiva da compreensão nunca deveriam ser orações isoladas mas textos completos. A partir daí referia-se à minha tese de doutoramento de 1972 sobre gramática do texto. Encontrámo-nos quando eu estava a escrever o meu livro *Texto e Contexto*, e durante mais de dez anos, até os meus estudos sobre a pragmática do discurso (van Dijk 1981), trabalhámos juntos em vários artigos e por fim num livro (van Dijk & Kintsch 1983).

Muitas das ideias originais da gramática do texto, incluindo as referidas macro-estruturas, acabaram por se enquadrar numa teoria cognitiva da compreensão do texto. No entanto, se bem que no princípio os processos e as representações mentais envolvidas no processamento estivessem ainda demasiado próximas das estruturas e regras das gramáticas do texto, no que à forma diz respeito, mais tarde descobrimos que os usuários da linguagem real são certamente mais flexíveis e, ao mesmo tempo, mais falíveis: cometem erros. Por isso criou-se a noção de compreensão ‘estratégica’ para poder explicar de maneira mais realista o que realmente fazem os utentes da linguagem quando compreendem um texto. Por exemplo, enquanto uma gramática atribui uma estrutura a uma oração ou a sequências de orações que já tenham sido ‘dadas’ (de uma forma abstracta), os usuários da linguagem começam logo com a (tentativa de) interpretação das primeiras palavras de uma oração antes de a escutarem ou lerem na íntegra. Dito de outro modo, a compreensão é feita ‘on line’ ou linear, e não ‘post hoc’. Esta compreensão estratégica é muito rápida e efectiva, sendo, no entanto, hipotética: os erros podem ser vistos posteriormente. Também de uma forma diferente das gramáticas, os utentes da linguagem podem usar informação do texto e do contexto ao mesmo tempo, ou operarem simultaneamente aos vários níveis do texto (fonológico, sintáctico, semântico, pragmático) para o interpretarem. Em resumo, o processamento real do texto é muito diferente da análise formal, estrutural, do texto.

Para além disso, os usuários da linguagem representam as orações e os seus significados na memória. Quer dizer, uma teoria psicológica é uma teoria do processamento mental. Isto significa, por exemplo, que a Memória de Curto Prazo (MCP) pode ter uma capacidade limitada e precisa de ser esvaziada regularmente, depois de a sua informação interpretada ser armazenada na Memória de Longo Prazo (MLP). Assim, para todos os níveis do discurso, Kintsch e eu descrevemos as estratégias envolvidas na sua análise, interpretação e armazenamento na memória. Em vez de termos condições e regras para a coerência local, ou para a derivação de macro-estruturas, nesse momento tínhamos estratégias efectivas para a sua manipulação nas mentes dos utentes da linguagem. O resultado deste processo de compreensão é uma Representação do Texto na parte Episódica da MLP, ou seja, a parte da MLP que representa as experiências pessoais dos indivíduos. A noção de macro-estrutura tinha um papel básico neste processo e representação: era uma estrutura construída pelo usuário da linguagem para organizar a representação de um texto

na memória. Por outras palavras, as macro-estruturas numa teoria psicológica são subjectivas: explicam a forma como os usuários da linguagem compreendem o que é mais importante num texto.

Foi necessário introduzir outro elemento importante que faltava na gramática do texto: o conhecimento. Para compreender um texto é preciso pressupor uma vasta quantidade de conhecimento sociocultural do ‘mundo’. De facto, sem este tipo de conhecimento é frequentemente impossível definir relações de coerência entre as orações, ou construir macro-estruturas. Na mesma época (em 1977), Schank e Abelson publicaram o seu famoso livro sobre situações estereotipadas como as de fazer compras ou comer num restaurante. Noutras palavras, para compreender um texto, os utentes da linguagem instanciam por regra um ou mais guiões (*scripts*) e usam informação pertinente na construção de uma Representação do Texto na Memória Episódica.

No nosso trabalho posterior, Kintsch e eu introduzimos outra noção importante: um modelo (situação), uma noção que também foi usada, ainda que de um modo diferente, pelo psicolinguista Johnson-Laird no seu livro *Modelos Mentais* (1983). O que era importante nesta noção era a ideia de que os usuários da linguagem não constroem unicamente uma representação (semântica) do texto na sua memória episódica, mas também uma representação do facto, ou situação, de que o texto fala, por exemplo, um acidente de carro. Esta noção de modelo deu muitos frutos. Explicava muitas coisas que até então permaneciam obscuras ou ignoradas. Em primeiro lugar, dava uma base maravilhosa para a teoria da coerência textual: as orações (ou as suas proposições) definem-se simplesmente como coerentes em relação a um modelo. Quer dizer, se as pessoas são capazes de construir um modelo possível e plausível para uma sequência ou um texto completo, então o texto (pelo menos subjectivamente) é coerente. De igual modo, as ‘macro-estruturas’ dos textos podiam relacionar-se com as ‘macro-estruturas’ dos modelos de nível superior. Em segundo lugar, os modelos também forneciam uma explicação elegante para o facto de que, quando as pessoas se recordam de um texto, fazem-no usualmente de um modo falso, recordando informação que nunca foi expressa no texto original. Sem dúvida, se supomos que as pessoas durante a compreensão também constroem um modelo do facto, e se muita da informação desse modelo pode ser derivada de um conhecimento mais geral, sociocultural, então estas falsas lembranças podem ser explicadas pelos conteúdos do modelo construído para um texto. De outra maneira, aquilo que as pessoas se lembram de um texto não é tanto o seu significado, mas sim o modelo que constroem acerca do acontecimento abordado no texto. Isto parece ser trivial quando dizemos que a maioria dos leitores está interessada não tanto no significado abstracto de um texto, mas na informação acerca da ‘realidade’. Resumindo, compreender um texto significa que o indivíduo é capaz de construir um modelo mental para o texto. E, inversamente, na produção do texto, o modelo é o ponto de partida para todo o processamento: a pessoa sabe algo acerca de um acontecimento, o qual está representado no seu modelo de acontecimento (ou modelo situacional); este modelo servirá como base, por exemplo, para contar uma história sobre aquele acontecimento.

Por último, os modelos também explicam o modo como o conhecimento geral está relacionado com o processamento do texto: enquanto que os modelos são pessoais, subjectivos e *ad hoc* (provisórios) (ligados ao contexto corrente da compreensão), o conhecimento pode ser visto como uma generalização e abstracção feita a partir desses modelos. Por conseguinte, a aprendizagem através das experiências próprias consiste tipicamente numa operação sobre modelos. Inversamente, o conhecimento geral é usado através de fragmentos de ‘instanciação’ desse conhecimento em modelos específicos. Muitas experiências posteriores na psicologia cognitiva confirmaram que os modelos desempenham seguramente um papel crucial na compreensão e na recordação.

Para além dos modelos de acontecimentos sobre os quais se fala ou escreve, os usuários da linguagem também constroem modelos da situação comunicativa em que participam. Estes assim chamados ‘modelos do contexto’, ou ‘modelos contextuais’ têm como características as representações subjectivas de si próprio, dos outros participantes da fala, da localização (tempo e espaço), das relações sociais entre os participantes e seus propósitos e dos objectivos gerais. Estes modelos contextuais formam, portanto, a base mental para dar conta dos actos de fala dependentes do contexto, do estilo e da retórica. Dito de outro modo, estes modelos controlam a maneira como se selecciona a informação dos modelos de acontecimentos e eventualmente a forma de se expressar no discurso.

Enquanto neste trabalho cognitivo sobre o discurso o enfoque mais importante foi posto no processamento individual, e apenas foi prestada uma atenção limitada às representações gerais, abstractas e partilhadas socialmente (tais como o conhecimento), o meu trabalho posterior sobre ideologia (ver abaixo) permitiu juntar a postura de que os modelos, e portanto o discurso neles baseado continha também crenças avaliativas, quer dizer, opiniões sobre os acontecimentos sociais e comunicativos. Estas opiniões são, em parte, puramente pessoais e estão baseadas em parte nas estruturas de opinião partilhadas socialmente: atitudes e ideologias. Uma grande parcela do meu trabalho durante os anos 80, incluindo o trabalho sobre preconceitos, centrou-se sobre estas ‘cognições sociais’ subjacentes ao processamento do texto.

Pragmática do discurso

Ao contrário da maioria dos investigadores, tenho uma concepção mais restrita e precisa da pragmática (formal), por exemplo, o estudo dos actos de fala e das sequências de actos de fala. Enquanto que a sintaxe lida com as formas, e a semântica com os significados ou as referências, a pragmática lida com a acção. E enquanto que a sintaxe dá as regras da boa formação, e a semântica as condições de significação, a pragmática formula as condições da boa execução dos enunciados definidos como

actos (de fala). Ou seja, a pragmática para mim não é o estudo do ‘uso da linguagem’ (ou como Charles Morris disse há sessenta anos atrás – o estudo das relações entre os ‘signos’ e seus usuários’). Se fosse este o caso, a psicolinguística, a sociolinguística, a etnolinguística e a análise do discurso fariam todas parte da ‘pragmática’. Isto constituiria uma extensão inútil do alcance da pragmática. O mesmo também se aplica ao estudo das estratégias interacionais específicas, tais como de cortesia e de gestão da impressão. Estas fazem parte de uma teoria da interacção (conversacional) e não, na minha opinião, de uma teoria da pragmática. Mas, como disse, a noção de pragmática é usada de uma forma um tanto geral e vaga para denotar estudos sobre a acção, interacção e relações entre os participantes da fala.

Os meus estudos sobre pragmática centraram-se, naturalmente, na pragmática do discurso, e não na pragmática das orações isoladas (van Dijk 1981). É interessante constatar que a teoria da coerência semântica foi usada como um exemplo para uma teoria da coerência pragmática de sequências de actos de fala: os actos de fala A1 e A2 são coerentes se A1 for uma condição possível para o sucesso e a boa execução de A2. Da mesma forma que podemos encaixar sequências de proposições em macroproposições, podemos organizar sequências de actos de fala em macro-actos de fala gerais. Quer dizer, um relato noticioso, como um todo, é uma afirmação, e uma nota de resgate constitui uma ameaça em termos globais. Isto pode ser também o que os usuários da linguagem recordam de uma conversa: não tanto os actos de fala locais detalhados, mas sim o âmbito pragmático de um discurso, quer dizer, o seu acto de fala global. Ao mesmo tempo, a noção de macro-acto de fala foi sistematicamente relacionada com macro-estruturas semânticas: o ‘conteúdo’ proposicional de um acto de fala consiste tipicamente numa macroproposição.

Discurso e racismo

Em 1980 o meu trabalho seguiu numa direcção um pouco diferente. Também motivado pela minha primeira estadia prolongada num país do ‘Terceiro Mundo’ durante um curso em que ensinava no Colégio do México, finalmente decidi que tinha chegado a hora de fazer algo de mais sério. As Gramáticas do Texto e as teorias psicológicas tinham muito pouco que ver com os problemas reais deste mundo, e pensei que tinha chegado a hora de trabalhar em problemas mais sociais e políticos. Um destes problemas fundamentais, especialmente na Europa, era o racismo. Por isso, comecei a interessar-me sobre os modos como o racismo se expressa, reproduz e legitima através do texto e da fala.

Conversações

Em vários projectos de longa duração estudei, de forma sistemática, os modos como as maiorias brancas pensam, falam e escrevem sobre as minorias étnicas, os imigrantes, os refugiados e as pessoas do Sul em geral. Um projecto maior, por exemplo, centrou-se no modo como os membros de um grupo maioritário da Holanda e da Califórnia falam acerca dos Outros nas conversações quotidianas. Depois de gravar, transcrever e de analisar centenas de entrevistas espontâneas em vários bairros de Amsterdão e de San Diego, os meus estudantes e eu próprio verificámos que essas conversações são bastantes típicas a todos os níveis da estrutura (van Dijk 1984, 1987).

Por exemplo, ao nível dos temas, constatámos que, ao contrário de outro tipo de conversações, tende a surgir somente um número muito limitado de temas quando as pessoas falam sobre ‘estrangeiros’. Tipicamente, esses temas versam sobre Diferenças Culturais, Desvios (crime, violência, etc.) e Ameaças (económicas, sociais, culturais), expressando e reproduzindo desse modo estereótipos e preconceitos maioritários. Ao nível local das relações semânticas entre orações, verificámos que as pessoas usam geralmente ‘lances’ semânticos específicos, entre eles a negação aparente (“não tenho nada contra os negros, mas...”) e a concessão aparente (“Nem todos os negros são criminosos, mas...”). Estes lances parecem implementar ao nível local estratégias conversacionais gerais de auto-apresentação positiva (“não somos racistas”, “somos tolerantes”, etc.) e de Apresentação Negativa do Outro (a parte negativa que se segue ao *mas*). Pode inferir-se que a parte ‘positiva’ consiste, na sua maioria, em formas de manter a imagem, partindo do facto de que a maior parte das conversações são negativas acerca ‘deles’.

Numa análise do relato de contos, vimos ainda que a categoria narrativa obrigatória da Resolução está amiúde ausente nas histórias sobre imigrantes. Isto parece sugerir que nos seus modelos mentais dos acontecimentos étnicos, as pessoas brancas não vêem, de facto, realmente uma ‘solução’ para o ‘problema dos estrangeiros’. Por conseguinte, as histórias incidem sobre a Complicação (geralmente negativa) e convertem-se por isso efectivamente em histórias de queixas que têm uma função de argumento, no qual as experiências pessoais da história servem como premissas credíveis de conclusões negativas, por exemplo: “Eles não querem adaptar-se” ou “Eles vêm para aqui só para viver à nossa custa”, etc.

O estilo, a retórica e outras características formais destas conversações completam esta imagem global. Por exemplo, os pronomes e demonstrativos podem ser usados selectivamente para realçar a distância social, por exemplo, quando os falantes preferem fazer referência aos seus vizinhos turcos através do pronome “eles” ou “essa gente” em vez de, como seria normal, usarem a frase descritiva “os meus vizinhos turcos”. Constatámos também que nas conversações as pessoas tendem a hesitar,

a cometer erros ou a fazerem correcções quando têm que nomear os Outros, uma brecha na fluidez explicável por preocupações de salvaguarda das aparências (cognitiva e social), e pelo funcionamento de estratégias de gestão da impressão na fala sobre um tema ‘delicado’ como é o das minorias.

A Imprensa

Os outros estudos sobre a expressão do preconceito étnico e sobre a reprodução do racismo no discurso centraram-se no texto e na fala institucionais e da elite. Um dos projectos maiores incidiu sobre o papel da imprensa. Analisámos assim muitos milhares de notícias na imprensa inglesa e holandesa (van Dijk 1991). O objectivo principal foi saber a forma como as principais cadeias de diários escrevem acerca dos Outros e o papel que a imprensa desempenha nas relações étnicas, na propagação dos estereótipos e na reprodução da dominação branca, quer dizer, no racismo, em geral.

É interessante, ainda que inesperado, que seja possível observar muitos dos traços das conversações de todos os dias também na imprensa, e podemos supor por isso que existem relações mútuas entre o que o público em geral diz acerca dos ‘estrangeiros’ e o que dizem os seus diários. Por exemplo, também na imprensa, a selecção de tópicos importantes sobre as minorias é estreita e estereotipada, quando não negativa. De novo, verificámos um enfoque muito especial na Diferença, no Desvio, e na Ameaça. O crime étnico, também na imprensa respeitável e liberal, constitui um tema importante como também o é o tema dos muitos problemas associados com a imigração. Isto significa que o lado positivo da imigração (contribuições para a economia, variação cultural, etc.) raramente se constitui como um tema da imprensa. As minorias são sempre retratadas como Gente Problemática, enquanto que os problemas que ‘nós’ causamos a ‘eles’, como a falta de hospitalidade, as leis duras de imigração, a discriminação e o racismo, raramente são importantes.

Os modos de citação são previsíveis de forma similar. Pelas suas próprias regras de equilíbrio, seria de esperar que a imprensa citasse sempre também vozes minoritárias competentes e credíveis que falam acerca dos acontecimentos étnicos. No entanto, nada está mais longe da verdade: citam-se especialmente as instituições e as elites da maioria branca. E quando as minorias são citadas, nunca o podem fazer sozinhas. Isto é mais evidente quando surgem temas difíceis, tais como discriminação ou racismo: se permitem aos ‘Outros’ que falem sobre isso, tal está sempre marcado como uma acusação não sustentada (e, portanto, o ‘racismo’ aparece na maioria das vezes entre aspas) e não como um facto.

Estas estruturas tendenciosas, que também podem ser observadas nas negações e concessões aparentes, nas descrições dos actores minoritários, nas estruturas dos

títulos, no estilo e na retórica, podem ser previsíveis quando damos conta de que a redacção da maioria dos diários da Europa é ainda virtualmente ‘branca’: muitos poucos jornalistas das minorias trabalham para grandes diários, e nunca aos níveis editoriais mais elevados. Igualmente, as organizações e vozes minoritárias são vistas como menos credíveis, menos ‘objectivas’, e portanto dá-se-lhes um menor acesso à imprensa.

A conclusão desta investigação a grande escala foi portanto que, não obstante o facto de a imprensa reflectir em alguns aspectos meramente o que os políticos ou o grande público diz acerca das minorias, ela também tem o seu próprio papel e responsabilidade nos problemas étnicos. Especialmente pelo seu espectro imenso e poder: ao contrário de um falante tendencioso numa conversação, uma notícia ou editorial tendencioso pode ter milhares de leitores, e – como é o caso dos tablóides ingleses – algumas vezes milhões de leitores, e portanto tem uma enorme influência. Na nossa investigação das conversações quotidianas, tivemos oportunidade de observar frequentemente esta influência da imprensa. Por isso, concluímos que a imprensa da Europa desempenha um papel central na manutenção (e algumas vezes no agravamento) do ‘*statu quo* étnico’, ou na reprodução do racismo.

Os estudos do papel da imprensa na reprodução do racismo correm paralelamente a outro projecto nos anos 80, que consistiu num estudo sistemático sobre as estruturas, a produção e a recepção das notícias na imprensa (van Dijk 1988a, 1988b). Surpreendentemente, tem-se feito muito pouco trabalho analítico do discurso sobre esta forma de discurso escrito que provavelmente é a que mais penetra na nossa vida quotidiana. Em vários estudos teóricos e empíricos, tentou-se assim estender a análise do discurso a um dos seus domínios mais óbvios de aplicação: a investigação dos meios de comunicação de massa. Assumi que o discurso das notícias tinha uma estrutura canónica ou ‘esquema das notícias’ que organizam as notícias e enfatizei o facto de que também a produção de notícias é, em grande medida, uma forma de processamento do texto, quer dizer, dos muitos textos-fonte (escritos ou falados) que o jornalista usa quando escreve uma notícia. Um dos estudos empíricos examinou como no mundo da imprensa foi coberto um acontecimento (neste caso, o assassinato do presidente eleito Bechir Gemayel do Líbano em Setembro de 1982). Deste modo, foram estudadas sistematicamente centenas de histórias num grande número de diários escritos em muitas línguas para ver se havia ‘universais’ das notícias, e/ou se as notícias de diferentes países, línguas, culturas e sistemas políticos forneciam tipicamente um ‘quadro’ diferente do facto. Uma das nossas conclusões desta investigação foi que as notícias em todo o mundo, possivelmente sob a influência dos repórteres das agências de notícias internacionais, eram bastante semelhantes. No entanto, notam-se diferenças entre a imprensa de qualidade e a imprensa popular, o tablóide.

Manuais

Outra fonte importante de estereótipos e de preconceitos étnicos, dos quais são vítimas centenas de milhares de crianças, são os manuais nas escolas. Para o efeito, analisámos um grande número de manuais das ciências sociais das escolas secundárias e quisemos responder às mesmas questões que tínhamos construído nos outros projectos: o que dizem acerca das minorias? e qual o seu papel na reprodução do preconceito e do racismo? Ainda que a situação esteja a melhorar lentamente, especialmente nos EUA, com a introdução de mais materiais de aprendizagem ‘multicultural’, a maioria dos manuais, especialmente na Europa, continua ou a ignorar completamente as minorias (implicando assim que a Europa – e as aulas – são ainda homogeneamente ‘brancas’) ou a confirmar estereótipos simples ou mesmo preconceitos racistas. Tanto as minorias como as pessoas do Sul em geral são ainda representadas não só como ‘pobres’, ‘atrasadas’ ou ‘primitivas’, mas também como criminosas e agressivas, como sucede nos *media* e nas conversações de todos os dias. A atenção e a problematização incidem especialmente sobre o ‘desvio’ cultural relativo, por exemplo, a outros hábitos, outra linguagem e outra religião. Tal como se verifica no discurso da elite e institucional sobre problemas étnicos, raras vezes se escolhem como tópicos a discriminação e o racismo, que chegam mesmo a ser negados.

Debates parlamentares e outros “discursos da elite”

Outro domínio importante envolvido no discurso dos problemas étnicos é a política. Por isso, analisámos debates parlamentares sobre a imigração, as minorias e a ‘acção afirmativa’ (há quem a designe como ‘discriminação positiva’) na Holanda, França, Alemanha, Grã-Bretanha e EUA. Obviamente, esse discurso público e oficial raras vezes é abertamente racista, à excepção das afirmações dos membros dos partidos da extrema-direita. No entanto, ainda que de um modo mais indirecto e subtil, é frequente encontrar muitos dos traços típicos da ‘fala dos estrangeiros’ que também estão presentes nos *media* e nos manuais.

Especialmente interessantes são os muitos lances estratégicos usados para limitar a imigração ou os direitos das minorias. Condenar a vítima é uma das principais estratégias: condenam-se as minorias pela sua própria posição marginal, falta de trabalho e de habitação, etc. Sugere-se que as minorias deveriam ficar no seu país ‘para o seu próprio bem’ e para contribuírem para o desenvolvimento da sua pátria. De uma forma bastante cínica pode dizer-se também neste discurso que será melhor para elas não terem de se confrontar com o racismo nos bairros pobres onde teriam

de viver. E, como seria previsível, a imigração e os imigrantes surgem associados sobretudo a problemas financeiros, de emprego e de habitação, quando não com crime, drogas, etc.

O discurso corporativo

Dado o seu papel no emprego e no mercado de trabalho, também se estudou o discurso dos gestores das corporações, com base em entrevistas feitas a gestores de pessoal. Como seria de esperar, os empresários, como outras elites brancas, negam a existência de discriminação e racismo nas suas empresas. Ao mesmo tempo, opõem-se totalmente a qualquer forma de Acção Afirmativa (que eles denominam de ‘Discriminação Positiva’). Eles podem preocupar-se com o desemprego das minorias (na Holanda três ou mais vezes superior ao desemprego da maioria), mas culpam sempre os ‘Outros’: não falam a nossa linguagem, têm uma cultura diferente, têm uma educação insuficiente, falta-lhes motivação, etc. O facto de outra investigação mostrar que mais de 60% dos empregadores preferem contratar um homem branco, em vez de mulheres ou homens das minorias, não faz parte obviamente das suas explicações predominantes do desemprego daquelas. Este também não é o caso dos debates na política e nos *media*: se as minorias têm problemas, de alguma forma são sempre elas que os causam a si próprias.

O discurso da elite

Por fim, como também se mostrou para o discurso académico, como seja o dos manuais contemporâneos de sociologia, todas estas formas de discurso dominantes, maioritárias, e especialmente de géneros distintos do discurso da elite, revelam muitas semelhanças. Para além dos estereótipos e dos preconceitos ideológicos, encontrámos então estereótipos ‘textuais’ nos modos como se tende a descrever as minorias e as relações étnicas. A estratégia principal no texto e na fala é a da apresentação positiva de si mesmo e da apresentação negativa do outro. O ‘nosso’ racismo é sistematicamente negado, ou pelo menos atenuado, ao mesmo tempo que são focalizadas e realçadas as características negativas ‘deles’. Se o racismo existe na ‘nossa’ sociedade, então deveríamos procurá-lo nos *guetos* urbanos, isto é, entre os brancos pobres, e nunca entre as elites das salas dos directores, das redacções ou dos tribunais. Portanto, as elites apresentam-se sempre a si próprias como sendo tolerantes e modernas, ao mesmo tempo que culpam as pobres vítimas sociais. Simultaneamente, a política

populista refere-se precisamente (e democraticamente) ao ressentimento entre as pessoas contra mais imigração. Também pelo seu papel na tomada de decisões, no ensino, na investigação, no emprego, na informação e na comunicação, as elites e as suas ideologias e práticas étnicas têm um impacto tremendo sobre a sociedade. Ainda que raras vezes sejam muito abertas e duras, as elites amiúde pré-formulam o que será aceite na sociedade (branca) em geral. Por outras palavras, as elites desempenham um papel central na reprodução do racismo.

Análise crítica do discurso

Depois desta vasta investigação sobre discurso e racismo, os começos da década de 90 obrigaram a estender este trabalho ao estudo mais geral do discurso, do poder e da ideologia. Assim, examinei num estudo o modo como o ‘acesso ao discurso (público)’, por exemplo, o discurso dos *media*, é distribuído entre vários grupos de indivíduos. Verifiquei que o acesso ao discurso constitui um importante (porque escasso) recurso social para os indivíduos e que, em geral, as elites podem também definir-se em termos do seu acesso preferencial ao discurso público, ou em função do controlo que exercem sobre o mesmo. Este controlo pode estender-se aos elementos do contexto (Tempo, Lugar e Participantes), assim como a diferentes traços do texto (tópicos, estilo, etc.)

Partindo desta ideia, e em conjunto com outros investigadores na análise do discurso e disciplinas relacionadas, propôs-se que a análise do discurso adquirisse também uma dimensão ‘crítica’. Quer dizer, na escolha da sua orientação, tópicos, problemas e questões, a análise do discurso deveria participar activamente, com o seu estilo académico próprio, nos debates sociais e fazer investigações que poderiam servir aqueles que mais precisam delas, em vez de servir aqueles que pagam mais. Deste modo, a ACD está a tornar-se um movimento de investigadores que prestam mais atenção aos problemas sociais do que a paradigmas académicos, e que estudam em geral muitas formas de (abuso) de poder nas relações de género, étnicas e de classe, como o sexismo e o racismo. Querem saber como o discurso actua, expressa, justifica ou contribui para a reprodução da desigualdade. Ao mesmo tempo, estes investigadores escutam as experiências e as opiniões dos grupos dominados e estudam os modos mais efectivos de resistência e dissensão.

Em muitos países os investigadores críticos estão a formar uma rede internacional, o *CRITICS* (Centers for Research into Text/Talk, Information and Communication in Society – Centro de Investigações em Texto/Fala, Informação e Comunicação na Sociedade) que em breve pode vir a ter também um sítio na Internet. Em 1990 foi fundada a revista internacional *Discourse e Society* para servir como um fórum amplo para este trabalho sociopolítico mais crítico. Depois do meu próprio trabalho

crítico sobre o racismo, um dos modos como continuo a contribuir para fortalecer as bases da ACD passa pelo estudo das relações entre discurso e ideologia (usando, por exemplo, como dados principais editoriais do *Washington Post* e do *New York Times*). O objectivo deste projecto consiste primeiro em redefinir ideologias de um modo específico e preciso, por exemplo, como sistemas básicos da ‘cognição social’, ou seja, como representações mentais partilhadas socialmente que controlam outras representações mentais, como as atitudes sociais de grupo (incluindo preconceitos) e os modelos mentais. Postula-se que as ideologias também têm um esquema interno fixo, quer dizer, o mesmo esquema que o da auto-representação dos grupos. Estas ideologias, também controlam o discurso e outras práticas sociais (e vice-versa: frequentemente faz-se uso do texto e da fala para transmitir ideologias de modo persuasivo).

Em segundo lugar, queremos investigar sistematicamente as estruturas de discurso através das quais se manifestam as opiniões ideológicas no texto e na fala, entre elas as de natureza semântica (tópicos, coerência), a sintaxe, o léxico, os actos de fala, etc. Por último, esta dimensão combinada de discurso e cognição estará incluída num quadro sociopolítico, que explica parte do seu fundamento e das suas funções e as formas das ideologias e dos discursos no seu contexto social (por exemplo, as relativas a interesses de grupos sociais). Completar este complexo projecto começado em 1994 levará seguramente vários anos.

Conclusão

O itinerário académico acima esboçado, como toda a história e relato, também precisa de uma conclusão, senão de uma moral. Depois de mais de 25 anos a fazer análise de discurso, teria de se aprender alguma coisa acerca da disciplina e dos seus praticantes. Um ponto importante para sublinhar é que, apesar da variedade dos tópicos por mim estudados e da ampla orientação do meu trabalho como académico, tenho apenas uma compreensão muito limitada do que se passa hoje em dia em muitos países, no agora muito vasto campo da análise do discurso. Há vários domínios e direcções de investigação que apenas conheço. Sem dúvida que, como editor de revistas (a *Text* e o *Discourse & Society*) e editor do *Handbook of Discourse Analysis* e de outra introdução de dois volumes (*Discourse Studies A multidisciplinary contribution*), tentei sempre integrar, unificar e desenvolver os diferentes domínios de estudo do texto e da fala, na forma de uma nova interdisciplina de ‘estudos do discurso’.

Outra conclusão importante diz respeito ao facto de o meu trabalho representar apenas uma das orientações, dos métodos, das teorias e das direcções de investigação. Emergente do Estruturalismo Francês na poética e na semiótica, logo se centrou na linguística moderna, seguindo-se a psicologia cognitiva e as ciências sociais. O meu objectivo tem sido sempre ser claro e pedagógico e visa evitar uma escrita esotérica:

o critério crucial deve ser sempre que também os nossos estudantes, e não só os iniciados, possam ler e compreender o nosso trabalho. Isto não significa, porém, que as outras formas da análise do discurso sejam menos interessantes para mim, no que concerne ao domínio da investigação, dos métodos e do estilo da escrita. O problema reside no facto de que mesmo depois de tantos anos a pessoa tem de se restringir.

Para pena de alguns dos meus leitores, evitei ficar preso num problema ou paradigma, e quis sempre mudar de campo e explorar novos problemas e modos de fazer análise do discurso. Espero que mais pessoas queiram mais amiúde ser suficientemente “loucas” para deixarem o seu campo habitual de investigação, onde se sentem em casa, e comecem a explorar campos vizinhos, nomeadamente, o da análise do discurso. É precisamente nos limites dos campos e das disciplinas que se observam novos fenómenos e se desenvolvem novas teorias.

Como se torna óbvio a partir do relato anterior, para mim, a análise do discurso é essencialmente multidisciplinar e envolve a linguística, a poética, a semiótica, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a história e a investigação em comunicação. Porém, o que me parece crucial é que, precisamente pela sua natureza multifacetada, esta investigação multidisciplinar deveria ser integrada. Deveríamos conceber teorias complexas que dessem conta da dimensão cognitiva, social, política e histórica do discurso. De facto, um problema como o do racismo não pode ser completamente compreendido na sua totalidade à luz de uma só disciplina, ou em termos de teorias simples.

Com a disciplina em geral, aprendi muito acerca do discurso durante os últimos 25 anos. E, não obstante, tenho consciência ao mesmo tempo de que muito do que sabemos está incompleto e mal orientado. Não temo cometer erros e vejo isso como um problema inevitável de todas as disciplinas novas e das explorações originais em terrenos virgens. Isto, desde que, posteriormente, estejamos dispostos a admitir tais erros, quando outras investigações mostram que e onde nos enganámos. Comparado com as ‘gramáticas do texto’ primitivas do início dos anos 70, o trabalho formal contemporâneo sobre estruturas do discurso é certamente muito mais sofisticado. E, comparado com os modelos cognitivos simplistas sociais e interaccionais do texto e da fala de há vinte anos atrás, o novo trabalho sobre processamento de textos, estudos do discurso sociopolítico e análise conversacional também avançaram muito.

Muitos géneros diferentes de discurso em muitos domínios sociais têm sido estudados, na política, nos *media*, na educação, no direito, etc. Multiplicaram-se os níveis e as dimensões, assim como as categorias analíticas, de tal forma que a análise do discurso contemporânea é incomparavelmente mais complexa e empiricamente mais precisa que há duas décadas atrás.

Sem dúvida que há ainda muito para fazer. Há campos que ainda estão subdesenvolvidos (como é o caso da ciência política do discurso). E, mais importante, só agora começamos a estudar o discurso nesse marco muito mais relevante dos problemas sociais sérios, que é o racismo. Na minha opinião, o valor real da análise do discurso como uma disciplina na sociedade depende da sua contribuição para a solução de tais problemas.

Os meus livros mais importantes acima citados

- Some Aspects of Text Grammar* (Haia: Mouton, 1972)
Text and Context (Londres: Longman, 1977)
Macrostructures (Hillsdale, N. J. Longman, 1980)
Studies in the Pragmatics of Discourse (Haia: Mouton, 1981)
Strategies of Discourse Comprehension (com W. Kintsch; Nova Iorque: Academic Press, 1983)
Prejudice in Discourse (Amesterdão: Benjamins, 1984)
Communicating Racism (Newbury Park, CA: Sage, 1987)
News as Discourse (Hillsdale, N. J. Erlbaum, 1988)
Racism and the Press (Londres: Routledge, 1991)
Elite Discourse and Racism (Newbury Park, CA: Sage, 1993)

Outros livros meus

- Discourse and Communication* (Ed.) (Berlim: de Gruyter, 1985)
Handbook of Discourse Analysis (Ed.) (4 vols., Londres: Academic Press, 1985)
Discourse and Discrimination (Detroit: U. P. do estado de Wayne, 1988) (com Geneva Smitherman, eds.).
Racism and the Press (Londres: Routledge, 1991)
Discourse Studies, 2 vols. (Ed.) (Londres: Sage, 1997)
Ideology (Londres: Sage, 1998)

Trabalhos traduzidos em castelhano

Livros

- Texto y contexto*. Madrid: Catedra, 1980.
La ciencia del texto. Barcelona/Buenos Aires: Paidos, 1983.
Las estructuras y funciones del discurso. México: Siglo XXXI, 1981 (7.^a edição, 1991)
La noticia como discurso. Comprension, estructura y produccion de la informacion. Barcelona, Paidos, 1990.
Prensa, Racismo e Poder. México: Universidad IberoAmericana, 1995.
Racismo y analisis critico de los medios. Barcelona: Paidos, 1997.

Artigos

- Aspectos de una teoria generativa del texto poetico. *In* A. J. Greimas, e AA.VV. *Ensayos de semiotica poetica* (pp. 239-271). Barcelona: Planeta, 1976.

- Gramaticas de texto y estructuras narrativas. In C. Chabrol, *Semiotica narrativa y Textual*. (Barcelona: Planeta, 1976).
- El procesamiento cognoscitivo del discurso literario. *Acta Poetica* 2, 1980, 4-26.
- Algunas notas sobre la ideologia y la teoria del discurso. *Semiosis* (Jalapa, Mexico) 5, 1980, 37-54.
- Estructuras textuales de las noticias de la prensa, *Analisi* 7/8, 1983, 77-105.
- La pragmatica de la comunicaci3n literaria. In J. A. Mayoral (Ed.), *Pragmatica de la comunicacion literaria* (pp. 170-194). Madrid: Arco, 1987.
- El discurso y la reproducci3n del racismo. *Lenguaje en Contexto* 1 (1988), pp. 131-180.
- Nuevos desarrollos en el analisis del discurso, 1978-1988. In Teun A. van Dijk, *Estructuras y funciones del discurso* (7.^a ediç3o) (pp. 147-185). M3xico: Siglo XXI, 1991.
- Discurso y desigualdad, *Estudios de Periodismo* 1, 1992, 5-22.
- El racismo de la elite. *Archipiélago* 14 (1993), 106-111.
- Modelos en la memoria. El papel de las representaciones de situacion en le procesamiento del discurso, *Revista Latina de Pensamiento y Lenguaje* (Mexico), 2 (1), 39-56 (1993-1994).
- Prensa y poder. In Teun A. van Dijk, *Prensa, racismo y poder*. (Pp. 45-95). Mexico: Universidad IberoAmericana, 1995.
- De la gramatica del texto al analisis critico del discurso. *Beliar* (Buenos Aires, 2 (6), 20-40, 1995.
- Analisis ideologico del discurso. *Version* (Mexico) 6, (1996), pp. 15-43.
- Opiniones e ideologias en la prensa. *Voces y Culturas* (Barcelona), 10, 1996, pp. 9-50.

Nota biobibliogr3fica

É imposs3vel citar as refer3ncias, nem que sejam apenas as mais importantes, dos trabalhos dos investigadores que mais me influenciaram, ou com os quais aprendi muito durante os 3ltimos 25 anos. Grande parte destas refer3ncias ser3o as mesmas para a maioria dos linguistas e analistas do discurso que se mant3m atualizados em termos de literatura. Diga-se tamb3m que esta influ3ncia foi, regra geral, passageira porque me fui interessando por outras disciplinas, campos, t3picos e metodologias. N3o sou o tipo de acad3mico que cultiva Mestres Venerados.

Estruturalismo

Como estudante da Língua e Literatura Francesa e jovem estruturalista nos anos 60, influenciou-me muitíssimo a semiótica que surgia então na França, praticada por pessoas tão diversas como Greimas, Barthes, Todorov, Kristeva e outros, que conheci (conheço) pessoalmente durante os meus estudos em Paris em 1969 e em encontros posteriores. Nesse período, interessei-me especialmente por A. J. Greimas, *Semantique Structurale* (Larousse, 1966), e pela análise da narrativa da *Communications* 8 (Seuil, 1966), entre muitas outras publicações.

Do estruturalismo ao generativismo

A influência da gramática generativa sobre as minhas ideias acerca da poética generativa e depois sobre as Gramáticas do Texto deve-se, em primeiro lugar, a Noam Chomsky, cujos livros a maioria seguramente conhece, e que me levaram mais e mais para a linguística, para fora da teoria literária. Deveria mencionar todos os livros de Chomsky dessa época, mas *Aspects of the Theory of Syntax* (Cambridge, MA: MIT Press, 1965) foi o livro mais influente de então. Já que estava mais interessado na semântica, foram sobretudo os trabalhos de George Lakoff e de James McCawley que me influenciaram de forma óbvia (não um livro em particular; estes trabalhos eram amiúde artigos manuscritos publicados apenas mais tarde). O meu interesse na ‘gramática generativa’ causou um rebuliço no seminário de Greimas em Paris. Quando fiz uma apresentação sobre semântica generativa nesse seminário, Greimas interrompeu-me cada cinco minutos e também deixou muito claro o que pensava sobre a semântica generativa. Este foi um dos desencontros evidentes que conheço entre a gramática generativa nos EUA, que então conquistava também a Europa, e a linguística francesa, que logo ficou reduzida a um fenómeno local francês (ainda que actualmente ela permaneça no trabalho dos semióticos e dos investigadores de literatura em todo o mundo).

Gramática do texto

O meu trabalho sobre Gramática do Texto foi feito parcialmente em colaboração com amigos e colegas na Alemanha como Janos Petofi, Hannes Rieser, Jens Ihwe, e mais genericamente, também com Siegfried Schmidt. Ver, por exemplo, os seguintes estudos: Petofi, J. S. & Rieser, LL (Eds.) *Studies in Text Grammar* (Dordrecht: Reidel, 1973) e S. J. Schmidt *Texttheorie* (Munich: Fink, 1973).

Psicologia

Na psicologia do processamento do texto, o que mais me influenciou foi o primeiro livro programático de Walter Kintsch sobre o tópico: *the Representation of Meaning in Memory* (Hillsdale, N. Erhbaum, 1974). Entre os muitos livros e inúmeros artigos que li sobre psicologia cognitiva, Inteligência Artificial e processamento do texto em particular, deveria mencionar também a influência crucial do livro de Schank e Abelson sobre guiões (*scripts*), planos, objectivos e compreensão. *An inquiry into human knowledge structures* (Hillsdale, N. Erhbaum, 1977). Nos anos 80, alarguei então a minha visão especificamente para a psicologia social, e mais uma vez um livro se destacou como um texto (recomendado) até hoje: Fiske, S. T. & Taylor, S. E. *Social Cognition* (Nova Iorque: Mac Graw Hill, 1991, 2.^a edição).

Notícias

Dos muitos livros que li sobre notícias, o que mais gosto é o excelente estudo de Gaye Tuchman, *Making News* (Nova Iorque, Free Press, 1978), e depois também livros de Doris Graber, tais como *Processing the news* (Nova Iorque, Longman 1984); estes livros não tratam da linguagem e do discurso: o primeiro aborda a micro-sociologia e o segundo a psicologia cognitiva do “uso” das notícias.

Racismo

É especialmente difícil assinalar as fontes mais importantes e influentes sobre o meu trabalho dedicado ao discurso e racismo. Na prática não houve simplesmente outro trabalho sobre o tema. A inspiração diária e mais consistente na compreensão e no estudo do racismo foi a minha esposa, Philomena Essed, cujos livros inspiradores *Everyday Racism* (Claremon, CA: Hunter House, 1990) e especialmente *Understanding Everyday Racism* (Newbury Park, C.A: Sage, 1991) considero os melhores no campo.

Análise crítica do discurso

O campo da análise crítica do discurso, e especialmente o estudo da ideologia em que estou empenhado agora, é ainda muito jovem para assinalar as últimas influências que perduram. Sem dúvida o estudo de Roger Fowler e dos seus colegas foi uma importante fonte de inspiração. Fowler, R. Hodge, B., Foress, G. & Trew, T. *Language and control* (Londres: Routledge & Keagan Paul, 1979). Depois também os estudos críticos e políticos (coordenados) por Ruth Wodak (por exemplo, *Language*,

Power and Ideology, Amesterdão: Benjamins, 1989) e Norman Fairclough (como o seu *Language and Power*, Londres: Longman, 1989) influenciaram certamente o meu trabalho; além disso, há muitos outros trabalhos anteriores e posteriores, como o de Kramarac, C. Schulz, M. & O'Barr, W.M. (Eds.) *Language and Power*, Beverly Hills CA: Sage, 1984.)

Considerações finais

Fiz uma lista muito selectiva de algumas das minhas 'fontes de inspiração' ao longo dos anos. Certamente que a influência real é mais diversa e confusa, já que tenho muito má memória para os detalhes do que leio: tendo a integrar o que leio directamente no meu conhecimento e nas teorias sobre algum tema. Esqueci-me certamente da maioria dos livros cruciais e de autores importantes e amigos pessoais. Mas devo dizer que mesmo um individualista como eu teria sido incapaz de fazer todo o trabalho que fez sem os milhares de livros e autores que leu durante os últimos trinta anos praticamente em todas as humanidades e ciências sociais. Aos leitores interessados em detalhes sobre a literatura que usei e a que me referi recomendo a consulta das minhas publicações gerais.

Nota bibliográfica

Neste livro lidamos com um número considerável de textos, e a actualização das referências para cada um deles tornaria a bibliografia ainda mais extensa do que já é. Por isso farei apenas algumas referências a estudos mais recentes que surgiram em áreas consideradas fundamentais neste livro: análise (crítica) do discurso, análise das notícias, poder, cognição social e ideologia. Isto significa que as vastas áreas do discurso e do estudo dos *media* como sejam o estudo da conversação, estudos culturais e outros não serão incluídas nesta curta nota bibliográfica. A maior parte dos estudos que fazem parte deste livro foi escrita nos anos 90; por iso, na lista que se segue, incluímos apenas estudos publicados desde 1990 que não foram citados nesta colectânea, dando especial relevo a livros publicados depois de 2000.

Análise do discurso

Para artigos introdutórios e muitas referências, ver as minhas introduções à análise do discurso, Van Dijk (1997) (2 volumes). Depois do manual de quatro volumes que saiu nos anos 80 (van Dijk, 1985), agora há também um novo manual de análise do discurso com muitos artigos fundamentais e um número extenso de referências: Schiffrin, Tannen & Hamilton (2001). Foi publicada por Jaworski & Coupland (1999) uma colectânea com artigos clássicos. Titscher, Meyer, Wodak & Vetter (2000) publicaram uma excelente revisão dos métodos de análise textual e discursiva. Em francês há um dicionário de análise de discurso muito útil, que tanto quanto sei é o primeiro do género: Charaudeau & Maingueneau (2002).

Estudos críticos do discurso

Na área das abordagens críticas ao discurso, assistimos na última década à publicação de muitos estudos. Sob a direcção de Ruth Wodak na Universidade de Viena, foram publicados nos ECD muitos estudos introdutórios e metodológicos, e também muitas colectâneas de novos estudos originais, por exemplo, acerca dos discursos sobre racismo, nacionalismo e desemprego: Muntigl, Weiss & Wodak (2000), Reisigl & Wodak (2000, 2001), Wodak & Meyer (2000), Weiss & Wodak (2003), Wodak & Meyer (2000), Wodak & Van Dijk (2000). Os últimos livros de Norman Fairclough incluem um estudo sobre os Trabalhistas (*New Labour*) (Fairclough 2000) e uma introdução à análise do discurso (Fairclough 2003). Theo van Leeuwen continua a sua análise da comunicação visual (ver, *e. g.*, Van Leeuwen 1999; Jewitt & Van Leeuwen 2001; ver também a introdução de Kress &

Van Leeuwen 2001). Ron Scollon também publicou recentemente muitos livros, ver, *e. g.*, Scollon (1998). Para outros estudos recentes sobre linguagem, discurso, poder e controlo, ver também Holmes & Stubbe (2003); Morgan (2002), Sarangi & Slembrouck (1996), Thornborrow (2002) and Toolan (2002).

Um dos campos mais vasto dos estudos críticos do discurso é o estudo da linguagem, do discurso e do género. Ver, por exemplo, os seguintes estudos: Bucholtz, Liang & Sutton (1999); Fisher & Davis (1993); Holmes (1995); Houston (2002); Kotthoff & Wodak (1997); Litosseliti & Sunderland (2002), Tannen (1994); Weatherall (2002); Wodak (1997).

Notícias

Tal como se passava há vinte anos atrás, permanecem escassos os estudos de análise discursiva das notícias em formato de livro, apesar do interesse crescente por este campo, como é visível nos estudos de comunicação e dos *media*. Para uma leitura global sobre notícias, ver Tumber (1999). Também se nota um interesse crescente pelo estudo (analítico conversacional) das entrevistas noticiosas: ver, *e. g.*, Clayman & Heritage (2002). Ver Aitchison & Lewis (2003) para uma colectânea de estudos sobre a nova linguagem dos *media*. Ver também Landtsheer & Feldman (2000); Ungerer (2000).

Ideologia

Para além dos estudos citados neste livro, podemos referir os seguintes livros sobre ideologia, discurso e linguagem: Dirven (2001); Putz, Neff-van Aertselaer, & Van Dijk (2004); Van Dijk (2003). Ver também Malesevic (2002).

Cognição social

Existem muitos livros contemporâneos sobre a psicologia social em geral, e sobre o estudo da cognição social e representações sociais em particular. Ver Abrams & Hogg, (1999); Augoustinos & Walker (1995); Deaux & Philogène (2001); Moscovici (2001), entre muitos outros estudos.

Bibliografia

- Abaza, M., & Stauth, G. (1988). "Occidental Reason, Orientalism, Islamic Fundamentalism: A Critique". *International Sociology*, 3(4), 343-364.
- Abelson, R. P. (1976). *Script processing in attitude formation and decision making*. in J. S. Abercrombie, N., Hill, S., & Turner, B. S. (1980). *The dominant ideology thesis*. Londres: Allen & Unwin.
- Abercrombie, N., Hill, S., & Turner, B. S. (eds.) (1990). *Dominant ideologies*. Londres: Unwin Hyman.
- Abrams, D., & Hogg, M. A. (1999). *Social identity theory and social cognition*. Oxford: Blackwell.
- Abrams, D., & Hogg, M. A. (eds.) (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advances*. Nova Iorque: Harvester-Wheatsheaf.
- Abrams, D., & Hogg, M. A. (eds.) (1999). *Social identity and social cognition*. Malden, Mass.: Blackwell.
- Aebischer, V., Deconchy, J. P., & Lipiansky, E. M. (1991). *Idéologies et représentations sociales*. Fribourg: Delval.
- Agger, B. (1990). *The decline of discourse: reading, writing, and resistance in postmodern capitalism*. Londres: Falmer Press.
- Agger, B. (1991). *A critical theory of public life. Knowledge, discourse, and politics in an age of decline*. Londres: Falmer Press.
- Agger, B. (1992). *Cultural studies as critical theory*. Londres: The Falmer Press.
- Agger, B. (1992). *The discourse of domination. From The Frankfurt School to Postmodernism*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Aitchison, J., & Lewis, D. M. (eds.) (2003). *New media language*. Londres: Routledge.

- Albert, E. M. (1972). "Culture patterning of speech behavior in Burundi". in J. J. Gumperz & D. Hymes (eds.), *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. (pp. 72-105). Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- Alexander, J. C., Giesen, B., Münch, R., & Smelser, N. J. (eds.) (1987). *The micro-macro link*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Alexander, Y., & Picard, R. G. (eds.) (1991). *In the camera's eye. News coverage of terrorist events*. Brassey's.
- Allport, G. W., & Postman, L. (1947). *The psychology of rumor*. Nova Iorque: Holt.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Nova Iorque: Doubleday/Anchor.
- Altheide, D. L. (1985). *Media power*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Althusser, L. (1971). "Ideology and ideological state apparatuses". in L. Althusser, *Lenin and philosophy and other essays*. (pp. 121-173). Londres: New Left Books.
- Altschull, J. H. (1984). *Agents of power: the role of the news media in human affairs*. Nova Iorque: Longman.
- Andsager, J. L. (1990). "Perceptions of Credibility of Male and Female Syndicated Political Columnists". *Journalism Quarterly*, 67(3), 485-491.
- Ang, I. (1982). *Watching Dallas: Soap opera and the melodramatic imagination*. Londres: Methuen.
- Antaki, C. (Ed.) (1981). *The psychology of ordinary explanations*. Londres: Academic Press.
- Antaki, Charles. (Ed.) (1988). *Analysing everyday explanation: a casebook of methods*. Londres: Sage.
- Apple, M. W. (1979). *Ideology and curriculum*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Argyle, M., Furnham, A., and Graham, J. A. (1981). *Social situations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Arkin, R. M. (1981). "Self-presentation styles". in J. T. Tedeschi (Ed.), *Impression management: Theory and social psychological research*. (pp. 311-333). Nova Iorque: Academic Press.
- Aronowitz, S. (1988). *Science as power: discourse and ideology in modern society*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Atkinson, P., Davies, B., & Delamont, S. (eds.) (1995). *Discourse and reproduction. Essays in honor of Basil Bernstein*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Atwood, L. E., Bullion, S. J., & Murphy, S. M. (eds.) (1982). *International perspectives on news*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.
- Augoustinos, M., & Walker, I. (1995). *Social cognition. An integrated introduction*. Londres: Sage.
- Bachem, R. (1979). *Einführung in die Analyse politischer Texte. (Introduction to the analysis of political discourse)*. München: Oldenbourg Verlag.
- Bagdikian, B. H. (1983). *The media monopoly*. Boston, MA: Beacon Press.

- Barker, A. J. (1978). *The African link: British attitudes to the Negro in the era of the Atlantic slave trade, 1550-1807*. Londres: Frank Cass.
- Barker, M. (1981). *The new racism*. Londres: Junction Books.
- Barr, P. A. (1993). "Perceptions of Sexual Harassment". *Sociological Inquiry*, 63(4), 460-470.
- Barranco, D. A., & Shyles, L. (1988). "Arab vs Israeli News Coverage in the New York Times, 1976 and 1984". *Journalism Quarterly*, 65, 178.
- Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Paris: Seuil.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering*. Londres: Cambridge University Press.
- Bentele, G. (Ed.) (1981). *Semiotik und Massenmedien*. Munich: Oelschlgler.
- Berger, C. R., & Bradac, J. R. (1982). *Language and social knowledge*. Londres: Arnold
- Bergvall, V. L., & Remlinger, K. A. (1996). "Reproduction, resistance and gender in educational discourse: the role of Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society* 7(4), 453-479.
- Bernstein, B. (1975). *Class, Codes and Control. Volume 3, Towards a Theory of Educational Transmissions*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Bernstein, B. (1990). *The structuring of pedagogic discourse*. Londres: Routledge.
- Billig, M. (1982). *Ideology and Social Psychology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Billig, M. (1988). The notion of 'prejudice': Some rhetorical and ideological aspects. In T. A. van Dijk & R. Wodak (eds.), *Discourse, racism and social psychology*. (pp. 91-110). Text, 8, No. 1/2.
- Billig, M. (1989). *Arguing and thinking: A rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions. Studies in rhetorical psychology*. Newbury Park, CA: Sage.
- Billig, M., et al. (1988). *Ideological dilemmas*. Londres: Sage.
- Birnbaum, N. (1971). *Toward a critical sociology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Black, J. B., Galambos, J. A., and Read, S. J. (1984). Comprehending stories and social situations. in R. S. Wyer, Jr, and T. K. Srull (eds.), *Handbook of social cognition*, Vol. 1. (pp. 119-160). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Boden, D. (1994). *The business of talk. Organizations in action*. Cambridge: Polity Press.
- Boden, D., & Zimmerman, D. H. (eds.) (1991). *Talk and social structure. Studies in ethnomethodology and conversation analysis*. Cambridge: Polity Press.
- Bodenhansen, G. V. and Wyer, R. S. Jr (1985). Effects of stereotypes on decision making and information-processing strategies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 267282.
- Bonafous, S. (1991). *L'Immigration prise aux mots*. Paris: Éditions Kim.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit.

- Bourdieu, P., Passeron, J. C., & Saint-Martin, M. (1994). *Academic discourse. Linguistic misunderstanding and professorial power*. Cambridge: Polity Press.
- Bower, G. H. (1980). *Mood and memory*. *American Psychologist* 36, 129-148.
- Boyd-Barret, O. (1980). *The International news agencies*. Londres: Sage/Constable.
- Bradac, J. J. (1989). *Message effects in communication science*. Londres: Sage.
- Bradac, J. J., Hemphill, M. R., & Tardy, C. H. (1981). "Language Style on Trial: Effects of "Powerful" and "Powerless" Speech upon Judgments of Victims and Villains". *Western Journal of Speech Communication*, 45(4), 327-341.
- Brewer, M. B., & Kramer. R. M. (1985). "The psychology of intergroup attitudes and behavior". *Annual Review of Psychology*, 36, 219-243.
- Brewer, M. B., Dull, V., & Lui, L. (1981). "Perceptions of the elderly: Stereotypes as prototypes". *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 65(r670).
- Britton, B. K., & Graesser, A. C. (eds.) (1996). *Models of understanding text*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Brown, P., & Fraser, C. (1979). "Speech as a marker of situation". In K. R. Scherer & H. Giles (eds.), *Social markers in speech*. (pp. 33-62). Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, R. (1965). *Social psychology*. Nova Iorque: Free Press.
- Brown, R. J., & Turner, J. C. (1981). "Interpersonal and intergroup behaviour". In J. C. Turner & H. Giles (eds.), *Intergroup behavior*. (pp. 33-65). Oxford: Blackwell.
- Bruhn Jensen, K. (1995). *The social semiotics of mass communication*. Londres: Sage.
- Bruhn Jensen, K., & Jankowski, N. W. (eds.) (1991). *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*. Londres: Routledge.
- Bryant, J., & Zillmann, D. (eds.) (1986). *Perspectives on media effects*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bucholtz, M., Liang, A. C., & Sutton, L. A. (eds.) (1999). *Reinventing identities. The gendered self in discourse*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Burgoon, M., & Miller, G. R. (1985). "An expectancy interpretation of language and persuasion". In N. Giles & R. St Clair (eds.), *Recent advances in language communication and social psychology*. (pp. 199-229). Londres: Erlbaum.
- Bursik, K. (1992). "Perceptions of sexual harassment in an academic context". *Sex Roles*, 27(7-8), 401-412.
- Burton, F., & Carlen, P. (1979). *Official discourse. On discourse analysis, government publications, ideology and the state*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Button, G. (Ed.) (1991). *Ethnomethodology and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Bybee, C. R. (1990). "Constructing Women As Authorities: Local Journalism and the Microphysics of Power". *Critical Studies in Mass Communication*, 7(3), 197-214.
- Cacioppo, J. T., & Petty, R. E. (1979). "Effects of message repetition and position on cognitive responses, recall and persuasion". *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 97-109.
- Caldas-Coulthard, C. R., & Coulthard, M. (eds.) (1996). *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. Londres, England: Routledge.
- Calhoun, C. (1995). *Critical social theory*. Oxford: Blackwell.
- Cameron, D. (1992). *Feminism and linguistic theory*. Segunda edição. Londres: MacMillan.
- Cameron, D. (Ed.) (1990). *The feminist critique of language. A reader*. Londres: Routledge.
- Cantor, N. and Mischel, W. (1979). "Prototypes in person perception". In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, Vol. 12. (pp. 3-52). Nova Iorque: Academic Press.
- Cantor, N., & Mischel, W. (1977). "Traits as prototypes: Effects on recognition memory". *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 38-48.
- Carbó, T. (1992). "Towards an interpretation of interruptions in Mexican parliamentary discourse". *Discourse & Society*, 3(1), 25-45.
- Carbó, T. (1995). *El discurso parlamentario mexicano entre 1920 y 1950. Un estudio de caso en metodología de análisis de discurso*. 2 vols. Mexico: CIESAS and Colegio de México.
- Carroll, J. S., & Payne, J. W. (eds.) (1976). *Cognition and social behavior*. Hillsdale, N. J. Nova Iorque: L. Erlbaum Associates distributed by the Halsted Press Division of Wiley.
- Castles, S., & Miller, M. J. (1993). *The age of migration. International population movements in the modern world*. Londres: MacMillan.
- Centre for Contemporary Cultural Studies. (1978). *On ideology*. Londres: Hutchinson.
- Chafe, W. L. (Ed.) (1986). *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology*. Norwood, N. J.: Ablex Corp. .
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (eds.) (2002). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris. Seuil.
- Chilton, P. (1988). *Orwellian language and the media*. Londres: Pluto Press.
- Chilton, P. (1996). *Security metaphors. Cold War discourse from containment to common house*. Bern: Lang.
- Chilton, P. (Ed.) (1985). *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*. Londres and Dover, New Hampshire: Frances Printer.
- Chilton, P., & Ilyin, M. (1993). "Metaphor in political discourse: The case of the common European house". *Discourse & Society*, 4(1), 7-32.
- Chilton, P., & Lakoff, G. (1995). "Foreign Policy by Metaphor". In C. Schäffner & A. L. Wenden (eds.), *Language and Peace*. (pp. 37-59). Aldershot: Dartmouth.

- Chomsky, N. (1984). *Fateful triangle: Israel, the United States and the Palestinians*. Montreal: Black Rose Books.
- Chomsky, N. (1985). *Turning the tide. U. S. intervention in Central America and the struggle for peace*. Boston: South End Press.
- Chomsky, N. (1986). "Middle-East Terrorism and the American Ideological System". *Race & Class*, 28, 1-28.
- Chomsky, N. (1987). *On power and ideology: the Managua lectures*. South End Press.
- Chomsky, N. (1987). *Pirates and emperors. International terrorism in the real world*. Montreal: Black Rose Books.
- Chomsky, N. (1989). *Necessary illusions: thought control in democratic societies*. South End Press.
- Chomsky, N. (1992). *Deterring democracy*. Londres: Vintage.
- Cicourel, A. V. (1973). *Cognitive sociology*. Harmondsworth (England): Penguin.
- Clayman, S. E., & Heritage, J. (2002). "Questioning Presidents: Journalistic Deference and Adversarialness in the Press-Conferences of Us Presidents Eisenhower and Reagan". *Journal of Communication*, 52(4), 749-775.
- Clayman, S. E., & Heritage, J. (2002). *The News interview. Journalists and Public Figures on the Air*. Cambridge: Cambridge, U. P.
- Clegg, S. R. (1989). *Frameworks of power*. Londres: Sage.
- Cohen, S., & Young, J. (eds.) (1981). *The manufacture of news. Deviance, social problems and the mass media*. Londres: Constable & Beverly Hills: Sage. 2nd. edition.
- Colebrook, C., & McHoul, A. (1996). "Interpreting Understanding Context". *Journal of Pragmatics*, 25(3), 431-440.
- Colker, R. (1992). *Abortion and dialogue. Pro-choice, pro-life, and American law*. Bloomington, in: Indiana University Press.
- Collins, R., Curran, J., Garnham, N., Scannell, Schlesinger, P., & Sparks, C. (eds.) (1986). *Media, culture and society*. Londres: Sage.
- Condit, C. M. (1990). *Decoding abortion rhetoric: communicating social change*. University of Illinois Press.
- Connolly, W. E. (1983). *The terms of political discourse*. Princeton: Princeton University Press.
- Converse, P. E. (1964). "The nature of belief systems in mass publics". *International Yearbook of Political Behavior Research* 5, 206-262.
- Cooper, E. and Jahoda, M. (1947). "The evasion of propaganda: How prejudiced people respond to anti-prejudice propaganda". *Journal of Psychology*, 23, 15-25.
- Coulter, J. (1989). *Mind in action*. Cambridge: Polity Press.
- Coulthard, R. M. (Ed.) (1994). *Advances in Written Text Analysis*. Londres: Routledge.
- Creedon, P. J. (Ed.) (1989). *Women in mass communication. Challenging gender values*. Newbury Park: Sage.

- Crosby, F., Bromley, S., & Saxe, L. (1980). "Recent unobtrusive studies of black and white discrimination and prejudice: A literature review". *Psychological Bulletin*, 87, 546-563.
- Crystal, D., & Davy, D. (1969). *Investigating English style*. Londres: Longman.
- Cushman, D. P., & McPhee, R. D. (eds.) (1981). *Message-attitude-behavior relationship*. Nova Iorque: Academic Press.
- Danet, B. (Ed.) (1984). "Legal discourse". *Text* 4, nrs. 1/3. special issue.
- Davis, H., & Walton, P. (eds.) (1983). *Language, Image, Media*. Oxford: Blackwell.
- Davis, K. (1988). *Power under the microscope. Toward a grounded theory of gender relations in medical encounters*. Dordrecht: Foris.
- Deaux, K., & Philogène, G. (eds.) (2001). *Representations of the social. Bridging theoretical traditions*. Oxford: Blackwell.
- Derian, J. D., & Shapiro, M. J. (1989). *International/Intertextual relations*. Lexington, MA: D. C. Heath.
- Di Pietro, R. (Ed.) (1982). *Linguistics and the Professions*. Norwood, NJ: Ablex.
- Diamond, J. (1996). *Status and power in verbal interaction. A study of discourse in a close-knit social network*. Amsterdam: Benjamins.
- Dines, G., & Humez, J. M. M. (eds.) (1995). *Gender, race, and class in media. A text-reader*. Londres, CA: Sage.
- Dirven, R. (Ed.) (2001). *Language and ideology*. Amsterdam Philadelphia: J. Benjamins Co..
- Dittmar, N., & von Stutterheim, C. (1985). "On the the discourse of immigrant workers". in T. A. van Dijk (Ed.), *Handbook of Discourse Analysis*, Volume 4, *Discourse analysis in society* (pp. 125-152). Londres: Academic Press.
- Dorfman, A., & Mattelart, A. (1972). *Para leer el Pato Donald. Comunicación de Masa y Colonialismo*. Mexico: Siglo XXI.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (eds.) (1986). *Prejudice, discrimination, and racism*. Orlando, FL: Academic Press.
- Downing, J. (1984). *Radical Media: the political experience of alternative communication*. Boston: South End Press.
- Drew, P., & Heritage, J. (eds.) (1992). *Talk at work. Interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duin, A. H., Roen, D. H., & Graves, M. F. (1988). "Excellence or malpractice: The effects of headlines on readers' recall and biases". National Reading Conference (1987, St. Petersburg, Florida). *National Reading Conference Yearbook*, 37, 245-250.
- Duncan, B. L. (1976). "Differential social perception and attribution of intergroup violence: Testing the lower limits of stereotyping blacks". *Journal of Personality and Social Psychology*, 34, 590-598.
- Duranti, A., & Goodwin, C., (eds.) (1992). *Rethinking Context: Language as an interactive Phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duszak, A. (Ed.) (1997). *Culture and styles of academic discourse*. Berlin: Mouton De Gruyter.

- Eagleton, T. (1991). *Ideology. An introduction*. Londres: Verso Eds.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich.
- Eagly, A. H., & Himmelfarb, S. (1978). "Attitudes and opinions". *Annual Review of Psychology*, 29, 517-554.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1984). "Cognitive theories of persuasion. Advances in Experimental" *Social Psychology*, 46, 735-754.
- Ebel, M., & Fiala, P. (1983). *Sous le consensus, la xénophobie*. Lausanne: Institut de sciences politiques. Mémoires et documents 16.
- Edelman, M. J. (1977). *Political language: Words that succeed and policies that fail*. Nova Iorque: Academic Press.
- Edelman, M. J. (1985). *The symbolic uses of politics*. Segunda edição. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Edwards, D. (1997). *Discourse and cognition*. Londres: Sage.
- Ehlich, K. (Ed.) (1989). *Sprache im Faschismus. (Language under fascism)*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Ehlich, K. (Ed.) (1995). *The discourse of business negotiation*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Ehrenreich, N. S. (1990). "Pluralist Myths and Powerless Men: The Ideology of Reasonableness in Sexual Harassment Law". *Yale law Journal*, 99(6), 1177-1234.
- Eisenberg, N., Reykowski, J., & Staub, E. (eds.) (1989). *Social and moral values: individual and societal perspectives*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eiser, J. R., & van der Pligt, J. (1988). *Attitudes and decisions*. Londres: Routledge.
- Elias, N., & Scotson, J. L. (1965). *The established and the outsiders*. Londres: Cass & Company.
- Ericsson, K. A., & Simon, H. A. (1984). *Verbal reports as data*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Essed, P. J. M. (1987). *Academic racism: Common sense in the social sciences*. *Centrum voor Etnische Studies*, Universiteit van Amsterdam: CRES Publications, No. 5.
- Essed, P. J. M. (1991). *Understanding everyday racism. An interdisciplinary theory*. Newbury Park, CA: Sage.
- Essed, P. J. M. (1993). "Things they say straight to your face: Socio-political implications of the usage of racist slurs". Paper presented at the international Conference "Others in Discourse", Toronto, May 6-8, 1993.
- Evans, R. I. (1980). *The making of social psychology: Discussions with creative contributors*. Nova Iorque: Gardner Press.
- Fairclough, N. (2003). "Political Correctness: The Politics of Culture and Language". *Discourse & Society*, 14(1), 17-28.
- Fairclough, N. L. (1989). *Language and power*. Londres: Longman.

- Fairclough, N. L. (1992). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Fairclough, N. L. (1995). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Harlow, England: Longman.
- Fairclough, N. L. (1995). *Media Discourse*. Londres: Edward Arnold.
- Fairclough, N. L. (2000). *New Labour, New Language?* Londres: Routledge.
- Fairclough, N. L. (2003). *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fairclough, N. L. (Ed.) (1992). *Critical Language Awareness*. Londres: Longman.
- Fairclough, N. L., & Wodak, R. (1997). "Critical discourse analysis". In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction*. Vol. 2. *Discourse as social interaction*. (pp. 258-284). Londres: Sage.
- Falik, M. (1983). *Ideology and abortion policy politics*. Nova Iorque: Praeger.
- Farr, R. M., & Anderson, T. (1983). "Beyond actor-observer differences in perspective: Extensions and applications". In M. Hewstone (Ed.), *Attribution theory: Social and functional extensions*. (pp. 45-64). Oxford: Blackwell.
- Farr, R. M., & Moscovici, S. (eds.) (1984). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fay, B. (1987). *Critical Social Science*. Cambridge: Polity Pres.
- Ferree, M. M., & Hall, E. J. (1996). "Rethinking Stratification from a Feminist Perspective: Gender, Race, and Class in Mainstream Textbooks". *American Sociological Review*, 61(6), 929-950.
- Festinger, L. (1950). "Informal social communication". *Psychological Review*, 57, 271-282.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford: Stanford University Press.
- Festinger, L. (Ed.) (1980). *Retrospections on social psychology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Festinger, L., Schachter, S., & Back, K. (1950). *Social pressures in informal groups*. Nova Iorque: Harper.
- Fincham, F. D., & Hewstone, M. (eds.), *Attribution theory and research: Conceptual, developmental and social dimensions*. Londres: Academic Press.
- Fisher, S. (1995). *Nursing wounds. Nurse practitioners, doctors, women patients, and the negotiation of meaning*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Fisher, S., & Davis, K. (eds.) (1993). *Negotiating at the margins. The gendered discourse of power and resistance*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Fisher, S., & Davis, K. (eds.) (1993). *Negotiating at the margins. The gendered discourses of power and resistance*. New Brunswick, N. J.: Rutgers University Press.
- Fisher, S., & Todd, A. D. (eds.) (1986). *Discourse and institutional authority. Medicine, education, and law*. Norwood, NJ: Ablex.

- Fishman, P. (1983). "Interaction: The work women do". In B. Thorne, C. Kramarae, & N. Henley (eds.), *Language, gender and society* (pp. 89-101). Nova Iorque: Pergamon Press.
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1984). *Social cognition. A Reading, MA: Addison-Wesley.*
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1991). *Social cognition.* (Segunda edição). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Forgas, J. P. (1979). *Social episodes.* Londres: Academic Press.
- Forgas, J. P. (1983). "What is social about social cognition?" *British Journal of Social Psychology*, 22, 129-144.
- Forgas, J. P. (Ed) (1981). *Social cognition: Perspectives on everyday understanding.* Londres: Academic Press.
- Fowler, R. (1991). *Language in the news. Discourse and ideology in the press.* Londres: Routledge.
- Fowler, R., Hodge, B., Kress, G., & Trew, T. (1979). *Language and control.* Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Fox, C. J., & Miller, H. T. (1995). *Postmodern public administration. Toward discourse.* Londres, CA: Sage.
- Fox, D. R., & Prilleltensky, I. (1997). *Critical psychology. An introduction.* Londres: Sage.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and political theory. A conceptual approach.* Oxford: Clarendon Press.
- Fried, A. (1988). "Abortion Politics As Symbolic Politics: An investigation into Belief Systems. *Social Science Quarterly*, 69(1), 137-154.
- Gamson, W. A. (1992). *Talking Politics.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Gans, H. (1979). *Deciding what's news.* Nova Iorque: Pantheon Books.
- Garnham, A. (1987). *Mental models as representations of discourse and text.* Chichester: Ellis Horwood, Ltd.
- Gazzaniga, M. S., Ivry, R. S., & Mangun, G. R. (1998). *Cognitive neuroscience. The biology of the mind.* Nova Iorque: Norton.
- Geis, M. L. (1987). *The language of politics.* Nova Iorque: Springer.
- Ghadessy, M. (Ed.) (1988). *Registers of written English. Situational factors and linguistic features.* Londres: Pinter.
- Ghareeb, E. (Ed.) (1983). *Split vision: the portrayal of Arabs in the American media.* American-Arab Affairs Council.
- Giles, H., & Coupland, N. (1991). *Language: Context and consequences.* Milton Keynes: Open University Press.
- Giles, H., & Hewstone, M. (1982). "Cognitive structures, speech, and social situations: Two Integrative models". *Language Sciences*, 4, 187-219.
- Giles, H., & Powesland, P. F. (1975). *Speech style and social evaluation.* Londres: Academic Press.

- Giles, H., Scherer, K. R., and Taylor, D. M. (1979). "Speech markers in social interaction". In H. Giles and K. R. Scherer (eds.), *Social markers in speech*, pp. 343-381. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gilmour, R., & Duck, S. (eds.) (1980). *The development of social psychology*. Londres: Academic Press.
- Gilroy, P. (1987). *There ain't no Black in the Union Jack*. Londres: Hutchinson.
- Giroux, H. (1981). *Ideology, culture and the process of schooling*. Londres: The Falmer Press.
- Givón, T. (1989). *Mind, code and context: Essays in pragmatics*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, inc.
- Givón, T. (Ed.) (1979). *Discourse and Syntax. Syntax and Semantics*, Vol. 12. Nova Iorque: Academic Press.
- Glasgow University Media Group. (1976). *Bad news*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Glasgow University Media Group. (1980). *More bad news*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Glasgow University Media Group. (1982). *Really bad news*. Londres: Writers and Readers.
- Glasgow University Media Group. (1985). *War and peace news*. Milton Keynes & Philadelphia: Open University Press.
- Glasgow University Media Group. (1993). *Getting the message. News, truth and power*. Edited by John Eldridge. Londres: Routledge.
- Glasser, T. L., & Salmon, C. T. (eds.) (1995). *Public opinion and the communication of consent*. Nova Iorque, NY: Guilford Press.
- Goffman, E. (1967). *The presentation of self in everyday life*. Harmondsworth: Penguin.
- Golding, P., & Murdock, G. (1979). "Ideology and the mass media: The question of determination". In M. Barrett, P. Corrigan, A. Kuhn, & J. Wolff (eds.) *Ideology and cultural production* (pp. 198-224). Londres: Croom Helm.
- Golding, P., Murdock, G., & Schlesinger, P. (1986). *Communicating politics*. Leicester: Leicester University Press.
- Gordon, P., & Klug, F. (1986). *New right, new racism*. Londres: Searchlight Publications.
- Graber, D. A. (1980). *Crime news and the public*. Nova Iorque: Praeger.
- Graber, D. A. (1988). *Processing the news*. (Segunda edição). Nova Iorque: Longman.
- Graesser, A. C., & Bower, G. H. (eds.) (1990). *Inferences and text comprehension. The psychology of learning and motivation*, Vol. 25. Nova Iorque: Academic Press.
- Gramsci, A. (1971). *Prison notebooks*. Nova Iorque: International Publishers.
- Greco, J., & Sosa, E. (eds.) (1999). *The Blackwell guide to epistemology*. Malden, Mass.: Blackwell Publishers.
- Greenberg, J., Kirkland, S., & Pyszczynski, (1987). "Some theoretical notions and preliminary research concerning derogatory labels". In G. Smitherman-Donaldson, & T. A.

- Van Dijk (eds.), *Discourse and communication*. (pp. 74-92). Detroit, MI: Wayne State University.
- Guespin, L. (Ed.) (1976). "Typologie du discours politique". *Langages* 41.
- Gunter, B. (1987). *Poor reception: Misunderstanding and forgetting broadcast news*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Günther, R. (1988). "Women against 'the Nation': Representations of Greenham Common in the British press". In G. Seidel (Ed.), *The nature of the right. A feminist analysis of order patterns*. (pp. 129-140). Amsterdam: Benjamins.
- Hackett, R. A. (1991). *News and dissent. The press and the politics of peace in Canada*. Norwood, NJ: Ablex.
- Haghighat, C. (1988). *Racisme "scientifique". Offensive contre l'égalité sociale*. Paris: L'Harmattan.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis: Mugging, the State and law and order*. Londres: Methuen.
- Hall, S., Hobson, D., Lowe, A., & Willis, P. (eds.) (1980). *Culture, Media, Language*. Londres: Hutchinson.
- Hall, S., Lumley, B. McLennan, G. (1978). "Politics and Ideology: Gramsci". In Centre for Contemporary Cultural Studies (Ed.). *On ideology*. (pp. 45-76). Londres: Hutchinson.
- Halliday, M. A. K. (1978). *Language as social semiotic*. Londres: Arnold.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K. (1988). "The language of physical science". In M. Ghadessy (Ed.), *Registers of written English. Situational factors and linguistic features*. (pp. 162-178). Londres: Pinter.
- Hamelink, C. J. (1983a). *Cultural autonomy in global communications*. Nova Iorque: Longman.
- Hamelink, C. J. (1983b). *Finance and information*. Norwood, NJ: Ablex.
- Hamilton, D. L. (Ed.) (1981). *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Hamilton, D. L., & Trolie, T. K. (1986). "Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach". In J. Dovidio & S. L. Gaertner (eds.) *Prejudice, Discrimination and Racism: Theory and research*. (pp. 127-163). Nova Iorque: Academic Press.
- Hamilton, D. L., Dugan, P. M., & Trolie, T. K. (1985). "The formation of stereotypic beliefs: Further evidence for distinctiveness-based illusory correlations". *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 5-17.
- Hardt, H. (1992). *Critical communication studies. Communication, history, and theory in America*. Londres: Routledge.
- Harré, R. and Secord, P. F. (1972). *The explanation of social behavior*. Oxford: Blackwell.
- Harsent, D. (1993). *News from the front*. Oxford: Oxford University Press.

- Hartley, J. (1982). *Understanding News*. Londres and Nova Iorque: Methuen.
- Hartmann, P., & Husband, C. (1974). *Racism and the mass media*. Londres: Davis-Poynter.
- Hass, R. G. (1981). "Presentational strategies and the social expression of attitudes: Impression management within limits". In J. T. Tedeschi (Ed.), *Impression management: Theory and social psychological research*. (pp. 127-146). Nova Iorque: Academic Press.
- Hastie, R., & Kumar, P. A. (1979). "Person memory: Personality traits as organizing principles in memory for behaviors". *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 2538.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Nova Iorque: Wiley.
- Herman, E. S. (1992). *Beyond hypocrisy. Decoding the news in an age of propaganda: including A doublespeak dictionary for the 1990s. Illustrations by Matt Wuerker*. Boston, MA: South End Press.
- Herman, E. S., & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing consent. The political economy of the mass media*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Hewitt, J. P. and Stokes, R. (1975). "Disclaimers". *American Sociological Review*, 40, 1-11.
- Hewstone, M. (1983a). "The role of language in attribution processes". In Jaspars, J., Fincham, F. D., & Hewstone, M. (eds.), *Attribution theory and research: Conceptual, developmental and social dimensions*. (pp. 241-260). Londres: Academic Press.
- Hewstone, M. (Ed.) (1983b). *Attribution theory: Social and functional extensions*. Oxford: Blackwell.
- Himmelfarb, S., & Eagly, A. H. (eds.) (1974). *Readings in attitude change*. Nova Iorque: Wiley.
- Hirschman, A. O. (1991). *The rhetoric of reaction. Perversity, futility and jeopardy*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Hodge, R., & Kress, G. R. (1993). *Language as ideology*. Londres: Routledge.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences*. Beverly Hills: Sage.
- Hollingsworth, M. (1986). *The press and political dissent*. Londres: Pluto.
- Holly, W. (1990). *Politikersprache. Inszenierungen und Rollenkonflikte im informellen Sprachhandeln eines Bundestagsabgeordneten. (Politician's language. Dramatization and role conflicts in the informal speech acts of a Bundestag delegate)*. Berlin: De Gruyter.
- Holmes, J. (1995). *Women, Men and Politeness*. Nova Iorque, NY: Longman Group Limited.
- Holmes, J., & Stubbe, M. (2003). *Power and politeness in the workplace. A sociolinguistic analysis of talk at work*. Londres: Longman. . [«PR[CDA]»]
- Houston, M. (Ed.) (2002). *Centering ourselves African American feminist and womanist studies of discourse*. Cresskill, N. J.: Hampton Press.
- Houston, M., & Kramarae, C. (eds.) (1991). "Women speaking from silence". *Discourse & Society*, 2(4), special issue.

- Hovland, C. L., Lumsdaine, A. A., & Sheffield, F. D. (1949). *Experiments on mass communication*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Hurtado, A., & Arce, C. H. (1987). "Mexicans, Chicanos, Mexican Americans, or Pochos . . . ? Que somos? The impact of language and nativity on ethnic labelling". *Aztlan*, 17, 103-129.
- Hymes, D. (Ed.) (1972). *Reinventing anthropology*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Ibáñez, T., & Íñiguez, L. (eds.) (1997). *Critical social psychology*. Londres: Sage.
- Indra, D. M. (1979). *Ethnicity, social stratification and opinion formation: An analysis of ethnic portrayal in the Vancouver press, (1905)-(1976)*. Ph. D. Dissertation. Simon Fraser University, Burnaby, British Columbia.
- Irvine, J. T. (1974). "Strategies of status manipulation in the Wolof greeting". In R. Bauman, & J. Sherzer, J. (eds.), *Explorations in the ethnography of speaking*. (pp. 167-191). Cambridge: Cambridge University Press.
- Iyengar, S., & Kinder, D. R. (1987). *News that matters. Television and American opinion*. Chicago: University of Chicago Press.
- Iyengar, S., & McGuire, W. J. (eds.) (1993). *Explorations in political psychology*. Durham, NC: Duke University Press.
- Jäger, S. (1988). Rechtsdruck. *Die Presse der neuen Rechten*. ("Rechtsdruck": *The press and the new right*). Bonn: Dietz.
- Jäger, S. (1992). *BrandSätze. Rassismus im Alltag*. ('Brandsätze' – *inflammatory Sentences / Firebombs. Racism in everyday life*). DISS-Studien. Duisburg: DISS.
- Jäger, S., & Link, J. (1993). *Die vierte Gewalt. Rassismus und die Medien*. (*The Fourth Power. Racism and the Media*). Duisburg: DISS.
- Janis, L. L., & Feshbach, S. (1953). "Effects of fear-arousing communications". *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 48, 78-92.
- Jaspars, J., & Fraser, C. (1984). "Attitudes and social representations". In R. M. Farr and S. Moscovici (eds.), *Social representations*. (pp. 101-124). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jaspars, J., Fincham, F. D., & Hewstone, M. (eds.) (1983). *Attribution theory and research: Conceptual, developmental and social dimensions*. Londres: Academic Press.
- Jaworski, A. (1983). "Sexism in textbooks". *British Journal of Language Teaching* 21(2), 109-113.
- Jaworski, A., & Coupland, N. (eds.) (1999). *The discourse reader*. Londres Nova Iorque: Routledge.
- Jewitt, C., & Van Leeuwen, T. (eds.) (2001). *Handbook of visual analysis*. Londres: SAGE.
- Johnson-Laird, P. N. (1983). *Mental models*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, E. E., & Gerard, H. B. (1967). *Foundations of social psychology*. Nova Iorque Wiley.
- Jones, E. E., & Nisbett, R. E. (1972). "The Actor and the Observer: Divergent Perceptions of the Causes of Behavior". In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. Nisbett, S.

- Valins & B. Weiner (eds.) (eds.). *Attribution: Perceiving the Causes of Behavior*. (pp. 79-94). Morristown, N. J.: General Learning Press. ·
- Kahane, H. (1971). *Logic and contemporary rhetoric*. Belmont, CA; Wadsworth.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence*. Nova Iorque: Free Press.
- Katz, P. A., & Taylor, D. A. (eds.) (1988). *Eliminating racism. Profiles in controversy*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Kedar, L. (Ed.) (1987). *Power through discourse*. Norwood, NJ: Ablex.
- Kelley, H. H. (1983). "Perceived causal structures". In J. Jaspars, F. D. Fincham, & M. Hewstone (eds.), *Attribution theory and research: Conceptual developmental and social dimensions*. (pp. 343-369). Londres: Academic Press.
- Kelman, H. C. (1961). "Processes of opinion change". *Public Opinion Quarterly*, 25, 57-78.
- Kempson, R. (1975). *Presupposition and the delimitation of semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Khatib, S. M. (1989). "Race and Credibility in Persuasive Communications". *Journal of Black Studies*, 19, 361-373.
- Kinloch, G. C. (1981). *Ideology and contemporary sociological theory*. Englewood Cliffs. NJ: Prentice-Hall.
- Klapper, J. T. (1960). *The effects of mass communication*. Nova Iorque: Free Press.
- Klaus, G. (1971). *Sprache der Politik. (Language of politics)*. Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Knorr-Cetina, K., & Aaron V. Cicourel. (eds.). 1981. *Advances in social theory and methodology. Towards an integration of micro- and macrosociologies*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Kornblith, H. (Ed.) (1994). *Naturalizing epistemology*. 2nd edition. Cambridge, MA: MIT Press.
- Kotthoff, H., & Wodak, R. (eds.) (1997). *Communicating Gender in Context*. Amsterdam: Benjamins.
- Kramarae, C. (1981). *Women and men speaking: frameworks for analysis*. Rowley, MA: Newbury House.
- Kramarae, C., Schulz, M., & O'Barr, W. M. (eds.) (1984). *Language and power*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Kraut, R. E., & Higgins, E. T. (1984). "Communication and social cognition". In R. S. Wyer and T. K. Srull (eds.), *Handbook of social cognition*, Vol. 3. (pp. 87-128). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Kress, G. (1983). "Linguistic and ideological transformations in news reporting". In H. Davis & P. Walton (eds.), *Language, image, media*. (pp. 120-138). Oxford: Blackwell.
- Kress, G. (1985). "Ideological structures in discourse". In: T. A. Van Dijk (Ed.), *Handbook of Discourse analysis*. Vol. 4. *Discourse analysis in society* (pp. 27-42). Londres: Academic Press.

- Kress, G., & Van Leeuwen, T. (1990). *Reading images*. Victoria: Deakin University Press.
- Kress, G., & Van Leeuwen, T. (2001). *Multimodal discourse. The modes and media of contemporary communication*. Londres: Arnold.
- Kressel, N. J. (1987). "Biased Judgments of Media Bias: A Case-Study of the Arab-Israeli Dispute". *Political Psychology*, 8, 211-227.
- Kressel, N. J. (1987). "Ideological correspondence between senators and their constituents". *Psychological Reports*, 60(3, Pt 2) 1131-1137.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis*. Beverly Hills, CA: Sage. [1]
- Kuhn, E. D. (1992). *Gender and authority. Classroom diplomacy at German and American universities*. Tübingen: Narr.
- Laclau, E. (1979). *Politics and ideology in Marxist theory: capitalism; fascism; populism*. Londres: Verso.
- Lakoff, R. T. (1990). *Talking power. The politics of language*. Nova Iorque: Basic Books.
- Landtsheer, C., & Feldman, O. (eds.) (2000). *Beyond public speech and symbols. Explorations in the rhetoric of politicians and the media*. Westport, Conn.: Praeger.
- Larraín, J. (1979). *The concept of ideology*. Londres: Hutchinson.
- Lau, R. R., & Sears, D. O. (eds.) (1986). *Political cognition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Lauren, P. G. (1988). *Power and prejudice. The politics and diplomacy of racial discrimination*. Boulder, CO: Westview Press.
- Lavandera, B. R. (1986). *Intertextual relationships: Missing people in Argentina. Georgetown University Round Table in Language and Linguistics*. (pp. 121-139). Washington: Georgetown University Press.
- Lavandera, B. R., García Negroni, M. M., López Ocón, M., Luis, C. R., Menéndez, S. M., Pardo, M. L., Raiter, A. G., & Zoppi-Fontana, M. (1986). "Análisis sociolingüístico del discurso político". *Cuadernos del Instituto de Lingüística* 1(1). Buenos Aires: Instituto de Lingüística, Universidad de Buenos Aires.
- Leder, G. C. (1986). "Successful Females: Print Media Profiles and Their Implications". *Journal of Psychology*, 120(3), 239-248.
- Lederman, J. (1992). *Battle lines. The American media and the intifada*. Nova Iorque: Holt & Co.
- Lee, M. A., & Solomon, N. (1990). *Unreliable sources. A guide to detecting bias in news media*. Carol Pub. Group.
- Leech, G. N. (1966). *English in advertising*. Londres: Longman.
- Lehrer, K. (1990). *Theory of knowledge*. Boulder: Westview Press.
- Leimdorfer, F. (1992). Discours académique et colonisation. Thèmes de recherche sur l'Algérie pendant la période coloniale. Paris: Publisud.
- Levelt, W. J. M. (1989). *Speaking: from intention to articulation*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Lewin, K. (1947). "Group decision and social change". In T. M. Newcomb & E. L. Hartley (eds.), *Readings in social psychology*. (pp. 330-344). Nova Iorque: Holt.
- Lichter, S. R., Rothman, S., & Lichter, L. (1990). *The media elite. America's new powerbrokers*. Nova Iorque: Hastings House.
- Liebes, T., & Katz, E. (1990). *The export of meaning: Cross-cultural readings of 'Dallas'*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lind, E. A., & O'Barr, W. M. (1979). "The social significance of speech in the courtroom". In H. Giles & R. St Clair (eds.), *Language and social psychology*, (pp. 66-87). Oxford: Blackwell.
- Lindgren-Lerman, C. (1983). "Dominant discourse: The institutional voice and the control of topic. In: H. Davis, & P. Walton, (eds.) *Language, image, media*. (pp. 75-103). Oxford: Blackwell.
- Linell, P., & Jonsson, L. (1991). "Suspect stories: Perspective-setting in an asymmetrical situation. In Ivana Markova, & Klaus Foppa (eds.), *Asymmetries in dialogue. The dynamics of dialogue*. (pp. 75-100). Nova Iorque: Barnes & Noble Books/Bowman & Littlefield Publishers: Harvester Wheatsheaf.
- Linville, P. W., & Jones, E. E. (1980). "Polarized appraisals of out-group members". *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Litosseliti, L., & Sunderland, J. (eds.) (2002). *Gender identity and discourse analysis*. Philadelphia, PA: John Benjamins Pub.
- Livingstone, S. M. (1990). *Making sense of television: the psychology of audience interpretation*. Oxford: Pergamon Press.
- Lord, C., Ross, L., & Lepper, M. E. (1979). "Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence". *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 2098-2109.
- Lüger, H. H. (1983). *Pressesprache*. Tübingen: Niemeyer.
- Lukes, S. (Ed.) (1986). *Power*. Oxford: Blackwell.
- MacKuen, M., & Coombs, S. (1981). *More than news: Media power in public affairs*. Newbury Park, CA: Sage.
- Malesevic, S. (2002). *Ideology, legitimacy and the new state Yugoslavia, Serbia and Croatia*. Portland, OR: Frank Cass.
- Malesevic, S. (Ed.) (2002). *Ideology after poststructuralism*. Londres Sterling, Virginia: Pluto Press.
- Mannheim, K. (1936). *Ideology and Utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and World (Harvest).
- Manoff, R. K., & Schudson, M. (eds.) (1987). *Reading the news*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Markman, A. B. (1999). *Knowledge representation*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Martín Rojo, L. (1994). "Jargon of delinquents and the study of conversational dynamics". *Journal of Pragmatics*, 21(3), 243-289.

- Martín Rojo, L. (1995). "Division and rejection: from the personification of the Gulf conflict to the demonisation of Saddam Hussein". *Discourse & Society*, 6(1), 49-79.
- Martín Rojo, L., & Van Dijk, T. A. (1997). "There was a problem, and it was solved!" Legitimizing the Expulsion of 'Illegal' Immigrants in Spanish Parliamentary Discourse. *Discourse & Society* 8(4), 523-567.
- Martindale, C. (1986). *The white press and black America*. Nova Iorque: Greenwood Press.
- Matouschek, B. M., Wodak, R., & Januschek, F. (1995). *Notwendige Massnahmen gegen Fremde? Genese und Formen von rassistischen Diskursen der Differenz*. Wien: Passagen-Verlag.
- McArthur, L. Z. (1972). "The how and what of why: Some determinants and consequences of causal attributions". *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 171-193.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). "The agenda-setting function of the press". *Public Opinion Quarterly* 36, 176-187.
- McGuire, W. J. (1969). "The nature of attitude and attitude change". In G. Lindzey and E. Aronson (eds.), *Handbook of social psychology*, 2nd edn, Vol. 3, The individual in a social context. (pp. 136-314). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Media Development. (1991). *Reporting the Gulf War*. Special issue, October 1991.
- Mercer, N. (1995). *The guided construction of knowledge. Talk amongst teachers and learners*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Merten, K., Ruhrmann, G. et al. (1986). *Das Bild der Ausländer in der deutschen Presse (The image of foreigners in the German press)*. Frankfurt/M: Dagyeli Verlag.
- Mey, J. L. (1985). *Whose language. A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: Benjamins.
- Miles, R. (1982). *Racism and migrant labour*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Miles, R. (1989). *Racism*. Londres: Routledge.
- Miles, R., & Phizacklea, A. (eds.) (1979). *Racism and political action in Britain*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Mishler, E. G. (1984). *The discourse of medicine. Dialectics in medical interviews*. Norwood, NJ: Ablex.
- Montgomery, M. (1986). *An introduction to language and society*. Londres: Methuen.
- Morgan, M. (2002). *Language, discourse and power in African American culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morley, D. (1986). *Family television: Cultural power and domestic leisure*. Londres: Comedia.
- Moscovici, S. (1982). "The coming era of representations". In J. -P. Leyens (eds.), *Cognitive analysis of social behavior*. (pp. 115-150). The Hague: Nijhoff.
- Moscovici, S. (1984). "The phenomenon of social representations". In R. M. Farr & S. Moscovici (eds.), *Social representations*. (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.

- Moscovici, S. (2001). *Social representations. Explorations In social psychology*. Nova Iorque: Nova Iorque University Press. [«PR[b] [Social psychology; Social interaction; Social perception.]»]
- Moscovici, S., & Hewstone, M. (1983). "Social representations and social explanations: From the 'naive' to the 'amateur' scientist". In M. Hewstone (Ed.), *Attribution theory: Social and functional extensions*. (pp. 99-125). Oxford: Blackwell.
- Mosher, D. L. (1991). "Ideological presuppositions: Rhetoric in sexual science, sexual politics, and sexual morality". *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4(4), 7-29.
- Mumby, D. K. (1988). *Communication and power un organizations: discourse, ideology, and domination*. Norwood, NJ: Ablex.
- Mumby, D. K. (Ed.) (1993). *Narrative and social control. Critical perspectives*. Newbury Park: Sage.
- Mumby, D. K., & Clair, R. P. (1997). "Organizational discourse". In T. A. van Dijk (Ed.) (1997). *Discourse as social interaction. Discourse Studies. A multidisciplinary introduction*. Volume 1. (pp. 181-205). Londres: Sage.
- Muntigl, P., & Weiss, G., & Wodak, R. (2000). *European Union Discourses on Unl Employment. An interdisciplinary approach to employment policy-making and organizational change*. Amsterdam: Benjamins.
- Negrine, R. M. (1989). *Politics and the mass media in Britain*. Londres: Routledge.
- Nesler, M. S., Aguinis, H., Quigley, B. M., & Tedeschi, J. T. (1993). "The Effect of Credibility on Perceived Power". *Journal of Applied Social Psychology*, 23(17), 1407-1425.
- Ng, S. H., & Bradac, J. J. (1993). *Power in language*. Newbury Park: Sage.
- Nice, D. C. (1988). "Abortion Clinic Bombings As Political Violence". *American Journal of Political Science*, 32, 178-195.
- Nimmo, D. D., Sanders, K. R. (eds.) (1981). *Handbook of political communication*. Beverly Hills, CA: Sage.
- O'Barr, W. M., Conley, J. M., & Lind, A. (1978). "The Power of Language: Presentational Style in the Courtroom". *Duke Law Journal*, 14, 266-279.
- Oh, C. K., & Dineen, D. A. (eds.) (1979). *Syntax and semantics 11. Presuppositions*. New York & Londres: Academic Press.
- Osler, A. (1994). "Still Hidden from History: The Representation of Women in Recently Published History Textbooks". *Oxford Review of Education*, 20(2), 219-235.
- Paletz, D. L., & Entman, R. M. (1981). *Media, power, politics*. Nova Iorque: Free Press.
- Palmer, M. T. (1989). "Controlling Conversations: Turns, Topics and interpersonal Control. *Communication Monographs*, 56(1), 1-18.
- Pasierbsky, F. (1983). *Krieg und Frieden in der Sprache. (War and Peace in Language)*. Frankfurt: Fischer.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- Pêcheux, M. (1982). *Language, Semantics and Ideology*. Nova Iorque: St. Martin's Press.

- Petöfi, J. S., & Franck, D. M. L. (eds.) (1973). *Presuppositions in linguistics and philosophy*. Frankfurt: Athenaeum.
- Pettigrew, T. F. (1979). "The Ultimate Attribution Error: Extending Allport's Cognitive Analysis of Prejudice". *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476.
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1981). *Attitudes and persuasion: Classic and contemporary approaches*. Dubuque, IA: Brown.
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1985). "The elaboration likelihood model of persuasion". in L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. Nova Iorque: Academic Press.
- Petty, R. E., & Ostrom, T. M., & Brock, T. C. (eds.) (1981). *Cognitive responses in persuasion*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Pojman, L. P. (1999). *The theory of knowledge: Classical and contemporary readings*. Belmont, CA: Wadsworth.
- Potter, J. (1996). *Representing reality: Discourse, rhetoric and social construction*. Londres Thousand Oaks, CA: Sage.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. Newbury Park, CA: Sage.
- Pryor, J. B., & Kriss, M. (1977). "The cognitive dynamics of salience in the attribution process". "Journal of Personality and Social Psychology", 35, 49-55.
- Puette, W. J. (1992). *Through jaundiced eyes. How the media view organized labor*. Ithaca, NY: ILR Press.
- Pütz, M., Neff-van Aertselaer, & Van Dijk, T. A. (eds.) (2004). *Communicating ideologies. Multidisciplinary Perspectives on Language, Discourse and Social Practice*. Frankfurt: Lang.
- Radtke, I. (Ed.) (1981). *Die Sprache des Rechts und der Verwaltung*. Volume II of Deutsche Akademie für Sprache und Dichtung, Die öffentliche Sprachgebrauch. (*The language of the law and the administration*. Volume II of the German Academy of Language and Literature, Official Language Use). Stuttgart: Klett-Cotta.
- Rasmussen, D. M. (Ed.) (1996). *The Handbook of Critical Theory*. Oxford: Blackwell.
- Reisigl, M., & Wodak, R. (2001). *Discourse and discrimination. Rhetorics of racism and antisemitism*. Londres Nova Iorque: Routledge.
- Reisigl, M., & Wodak, R. (eds.) (2000). *The semiotics of racism. Approaches in critical discourse analysis*. Wien: Passagen.
- Renkema, J. (1981). *De taal van 'Den Haag'. (The language of 'The Hague')*. Den Haag: Staatsuitgeverij.
- Resnick, L. B., Levine, J. M., & Teasley, S. D. (eds.) (1991). *Perspectives on socially shared cognition*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Richstad, J., & Anderson, M. H. (eds.) (1981). *Crisis in international news*. Nova Iorque: Columbia University Press.

- Robinson, J. P., & Levy, M. R. (1986). *The main source. Learning from television news*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Robinson, W. P. (1985). "Social psychology and discourse". In T. A. van Dijk (Ed.), *Handbook of discourse analysis*, Vol. 1. (pp. 107-144). Londres: Academic Press.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Nova Iorque: Free Press.
- Rokeach, M. (1979). *Understanding Human Values: individual and Societal*. Nova Iorque: Free Press.
- Roloff, M. E., & Berger, C. R. (eds.) (1982). *Social cognition and communication*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Rommetveit, R. (1984). "The role of language in the creation and transmission of social representations". In R. M. Farr & S. Moscovici (eds.), *Social representations*. (pp. 331-360). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosen, A. S. (1992). "Beliefs, Attitudes, and intention in the Context of Abortion". *Journal of Applied Social Psychology*, 22(18), 1464-1480.
- Rosenberg, S. W. (1988). *Reason, ideology and politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rothbart, M., Evans, M., and Fulero, S. (1979). "Recall for confirming events: Memory processes and the maintenance of social stereotypes". *Journal of Experimental Social Psychology*, 15, 343-355.
- Rothbart, M., Fulero, S., Jensen, C., Howard, J., and Birrell, P. (1978). "From individual to group impressions: Availability heuristics in stereotype formation". *Journal of Experimental Social Psychology*, 14, 237-255.
- Ruhrmann, G. (1989). *Rezipient und Nachricht. Struktur und Prozess der Nachrichtenkonstruktion*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Ryan, W. (1976). *Blaming the victim*. Revised Edition. Nova Iorque: Vintage Books.
- Said, E. W. (1979). *Orientalism*. Nova Iorque: Random House (Vintage).
- Said, E. W. (1981). *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. Nova Iorque: Pantheon.
- Sandig, B. (1986). *Stilistik der deutschen Sprache*. Berlin: de Gruyter.
- Sarangi, S., & Slembrouck, S. (1996). *Language, bureaucracy, and social control*. Londres Nova Iorque: Longman.
- Schäffner, C. (1993). "Die Europäische Architektur – Metaphern der Einigung Europas in der deutschen, britischen und amerikanischen Presse". In A. Grewenig (Ed.), *Inszenierte information. Politik und strategische Kommunikation in den Medien*. (pp. 13-30). Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Schäffner, C., & Porsch, P. (1993). "Meeting the challenge in the path to democracy: Discursive strategies in government declarations in Germany and the former GDR." *Discourse & Society* 4(1), 33-56.
- Schäffner, C., & Wenden, A. L. (eds.) (1995). *Language and peace*. Aldershot: Dartmouth.

- Schank, R. C. (1982). *Dynamic memory: A theory of reminding in computers and people*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Schank, R. C., & Abelson, R. P. (1977). *Scripts, plans, goals, and understanding: An inquiry into human knowledge structures*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Scherer, K. R., & Giles, H. (eds.) (1979). *Social markers in speech*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schiffrin, D., Tannen, D., & Hamilton, H. E. (eds.) (2001). *The Handbook of discourse analysis*. Oxford Malden, MA: Blackwell Publishers.
- Schiller, H. I. (1971). *Mass communications and American empire*. Boston: Beacon Press.
- Schiller, H. I. (1989). *Culture, Inc: the corporate takeover of public expression*. Oxford: Oxford University Press.
- Schmid, A. P. (1982). *Violence as Communication: Insurgent Terrorism and the Western News Media*. Londres: Sage.
- Schmidt, D. F., & Sherman, R. C. (1984). "Memory for persuasive messages: A test of a schema-copy-plus-tag model". *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 17-25.
- Schmitz, U. (1990). *Postmoderne Concierge: Die "Tageschau"*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Schneider, D. J. (1981). "Tactical self-presentations: Toward a broader conception". In J. T. Tedeshi (Ed.), *Impression management. Theory and social psychological research*, pp. 2340. Nova Iorque: Academic Press.
- Schramm, W., & Atwood, E. (1981). *Circulation of news in the third world. A study of Asia. Hong Kong*: Chinese University Press.
- Schultz, M. (1975). "The semantic derogation of woman". In B. Thorne & N. Henley (eds.), *Language and Sex: Difference and Dominance*. (pp. 64-75). Rowley, MA: Newbury House.
- Schuman, H., Steeh, C., & Bobo, L. (1985). *Racial Attitudes in America. Trends and interpretations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Scollon, R. (1998). *Mediated discourse as social interaction: A study of news discourse*. Londres Nova Iorque: Longman.
- Seaman, W. R. (1992). "Active audience theory: pointless populism". *Media, Culture & Society* 14, 301-311.
- Searle, J. (1983). *Intentionality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Seidel, G. (Ed.) (1988). *The nature of the right. A feminist analysis of order patterns*. Amsterdam: Benjamins.
- Seliger, M. (1976). *Ideology and politics*. Nova Iorque: Free Press.
- Seuren, P. A. M. (1985). *Discourse semantics*. Oxford: Blackwell.
- Shaheen, J. G. (1984). *The TV Arab*. Bowling Green, OH: Bowling Green State University Popular Press.

- Shapiro, M. J. (Ed.) (1984). *Language and politics*. Nova Iorque University Press.
- Sharpe, P., & Mascia-Lees, F. E. (1993). "Always Believe the Victim, Innocent Until Proven Guilty, There Is No Truth: The Competing Claims of Feminism, Humanism, and Postmodernism in interpreting Charges of Harassment in the Academy". *Anthropological Quarterly*, 66(2), 87-98.
- Sharrock, W. W., & Anderson, B. (1991). "Epistemology: professional scepticism". In G. Button (Ed.), *Ethnomethodology and the human sciences*. (pp. 51-76). Cambridge: Cambridge University Press.
- Shibutani, T. (1966). *Improvised news: A sociological study of rumor*. Indianapolis, in: Bobbs-Merrill.
- Shohat, E., & Stam, R. (1994). *Unthinking Eurocentrism. Multiculturalism and the media*. Londres: Routledge.
- Shuy, R. W. (1992). *Language crimes. The use and abuse of language evidence in the Court Room*. Oxford: Blackwell.
- Sierra, M. T. (1992). Discurso, cultura y poder. El ejercicio de la autoridad en los pueblos hñähñús del Valle del Mezquital. (Discourse, culture and power. The exercise of authority in the hñähñú (Otomí) villages of the Mezquital Valley). Gobierno del Estado de Hidalgo: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.
- Silver, D. (1986). "A Comparison of Newspaper Coverage of Male and Female Officials in Michigan. *Journalism Quarterly*, 63, 144-149.
- Simmons, B. K., & Lowry, D. N. (1990). "Terrorists in the News, as Reflected in 3 News Magazines, 1980-1988. *Journalism Quarterly*, 67(4), 692-696.
- Singh, R. (Ed.) (1996). *Towards a Critical Sociolinguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- Skidmore, M. J. (1993). *Ideologies. Politics in action*. Orlando: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- Smith, A. (1980). *The geopolitics of Information: how western culture dominates the world*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Smith, D. E. (1991). "Writing women's experience into social science. *Feminism and Psychology*, 1(1), 155-169.
- Snyder, M. L. (1981a). "On the self-perpetuating nature of social stereotypes". In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. (pp. 183-212). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Snyder, M. L. (1981b). "Seek and ye shall find: Testing hypotheses about other people". In E. T. Higgins, C. P. Herman, and M. P. Zanna (eds.), *Social cognition: The Ontario symposium*, Vol. 1, pp. 277-304. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Solomos, J., & Wrench, J. (1993). *Racism and migration in Western Europe*. Oxford: Berg.
- Steiner, E. (1985). *Towards a critical linguistics*. In P. Chilton (Ed.), *Language and the nuclear arms debate: Nukespeak Today*. (pp. 213-230). Londres: Pinter.

- Stephan, W. G. (1977). "Stereotyping: The role of ingroup-outgroup differences in causal attribution for behavior". *The Journal of Social Psychology* 101, 255-266.
- Stevenson, R. L. (1988). *Communication, development and the Third World. The global politics of information*. Nova Iorque: Longman.
- Strassner, E. (1982). *Fernsehnachrichten*. Tübingen: Niemeyer
- Strassner, E. (Ed.) (1975). *Nachrichten*. Munich: Fink.
- Sykes, M. (1985). "Discrimination in discourse". In: T. A. Van Dijk (Ed.), *Handbook of Discourse analysis*. Vol. 4. *Discourse analysis in society*, (pp. 83-101). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tan, E. S. (1994). "Story processing as an emotion episode". In H. van Oostendorp & R. A. Zwaan (eds.), *Naturalistic Text Comprehension*. (pp. 165-188). Norwood, NJ: Ablex.
- Tannen, D. (1994). *Gender and discourse*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Tannen, D. (1994). *Talking from 9 to 5. How women's and men's conversational styles affect who gets heard, who gets credit, and what gets done at work*. Nova Iorque: Morrow.
- Tannen, D. (1994). "The Relativity of Linguistic Strategies: Rethinking Power and Solidarity" in Gender and Dominance. In D. Tannen (Ed.), *Gender and Conversational interaction*. (pp. 165-88). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Tannen, D. (1994a). *Gender and discourse*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Tannen, D. (1994b). *Talking from 9 to 5. How women's and men's conversational styles affect who gets heard, who gets credit, and what gets done at work*. Nova Iorque: Morrow.
- Tannen, D. (Ed) (1994). *Gender and Conversational interaction*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Taylor, S. E., Fiske, S. T., Etcoff, N. L., & Ruderman, A. J. (1978). "Categorical and contextual bases of person memory and stereotyping". *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 778-793.
- Taylor, S. E. (1982). "The availability bias in social perception and interaction". In D. Kahneman, P. Slovic, and A. Tversky (eds.), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. (pp. 190-200). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Tedeschi, J. T. (Ed.) (1981). *Impression management. Theory and social psychological research*. Nova Iorque: Academic Press.
- Tedeschi, J. T., & Reiss, M. (1981). "Verbal strategies in impression management". In C. Antaki (Ed.), *The psychology of ordinary explanations of social behaviour*, pp. 271-309. Londres: Academic Press.
- Ter Wal, J. (1997). *The reproduction of ethnic prejudice and racism through policy and news discourse. The Italian case (1988-1992)*. Florence: Doctoral Thesis European Institute.
- Tetlock, P. E. (1984). "Cognitive style and political belief systems in the British House of Commons". *Journal of Personality and Social Psychology* 46, 365-375.

- Tetlock, P. E. (1989). "Structure and function in political belief systems". In Anthony R. Pratkanis, Steven J. Breckler, & Anthony G. Greenwald (eds.), *Attitude structure and function*. (pp. 129-151). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Tetlock, P. E. (1991). "Some thoughts about thought systems". In Robert S. Wyer, & Thomas K. Srull (eds.), *The content, structure, and operation of thought systems. Advances in social cognition*, Vol. 4. (pp. 197-201). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Tetlock, P. E. (1993). "Cognitive structural analysis of political rhetoric: Methodological and theoretical issues". In Shanto Iyengar, & William James McGuire (eds.), *Explorations in political psychology. Duke studies in political psychology*. (pp. 380-405). Durham, NC: Duke University Press.
- Thomas, J. (1993). *Doing critical ethnography*. Newbury Park: Sage.
- Thompson, J. B. (1984). *Studies in the theory of ideology*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Thompson, J. B. (1990). *Ideology and modern culture: critical social theory in the era of mass communication*. Stanford University Press.
- Thornborrow, J. (1993). "Metaphors of security: A comparison of representations in defence discourse in post-cold-war France and Britain". *Discourse & Society*, 4(1), 99-119.
- Thornborrow, J. (2002). *Power talk. Language and interaction in institutional discourse*. Londres: Longman.
- Thorne, B., Kramarae, C. & Henley, N. (eds.) (1983). *Language, gender and society*. Rowley, MA: Newbury House.
- Tomlin, R. S. (Ed.) (1987). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: Benjamins.
- Toolan, M. J. (Ed.) (2002). *Critical discourse analysis. Critical concepts in linguistics*. Nova Iorque: Routledge.
- Trömel-Plötz, S. (Ed.) (1984). *Gewalt durch Sprache. Die Vergewaltigung von Frauen in Gesprächen*. Frankfurt: Fischer.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. Nova Iorque: Free Press.
- Tuchman, G., Daniels, A. K., Benét, J. (eds.), (1978). *Hearth & Home. Images of women in the mass media*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Tulving, E. (1983). *Elements of episodic memory*. Oxford: Oxford University Press.
- Tumber, H. (1999). *News. A Reader*. Oxford: Oxford University press.
- Turkel, G. (1996). *Law and society. Critical approaches*. Boston, MA: Allyn & Bacon.
- Turner, J. C., & Giles, H. (eds.) (1981). *Intergroup behaviour*. Oxford: Blackwell.
- UNESCO. (1977). *Ethnicity and the media*. Paris: Unesco.
- UNESCO. (1980). *Many voices, one world. Report by the International Commission for the Study of Communication Problems* (chaired by Sean Mac Bride). Paris: Unesco. Londres: Kogan Page.

- Ungerer, F. (Ed.) (2000). *English media texts, past and present: Language and textual structure*. Amsterdam Philadelphia, PA: John Benjamins.
- Van der Pligt, J. (1992). *Nuclear energy and the public*. Oxford: Blackwell.
- Van Dijk, T. A. (1977). *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. Londres: Longman.
- Van Dijk, T. A. (1980). *Macrostructures. An Interdisciplinary study of global structures in discourse, Interaction, and cognition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- van Dijk, T. A. (1984). *Prejudice and discourse: An analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation*. Amsterdam: Benjamins.
- Van Dijk, T. A. (1985a). "Cognitive situation models in discourse processing. The expression of ethnic situation models in prejudiced stories". In: J. P. Forgas, (Ed.), *Language and social situations*. (pp. 61-79). Nova Iorque: Springer.
- Van Dijk, T. A. (1985b). "Semantic discourse analysis". In Teun A. van Dijk, (Ed.), *Handbook of Discourse Analysis*, vol. 2. (pp. 103-136). Londres: Academic Press.
- Van Dijk, T. A. (1987a). *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Van Dijk, T. A. (1987b). "Episodic models in discourse processing". In: R. Horowitz, & S. J. Samuels (eds.), *Comprehending oral and written language*. (pp. 161-196). Nova Iorque: Academic Press.
- Van Dijk, T. A. (1987c). *Schoolvoorbeelden van racisme. De reproductie van racisme in maatschappijleerboeken (Textbook examples of racism. The reproduction of racism in social science textbooks)*. Amsterdam: Socialistische Uitgeverij Amsterdam.
- Van Dijk, T. A. (1988a). "How 'They' hit the headlines. Ethnic minorities in the press". In G. Smitherman-Donaldson & T. A. van Dijk (eds.), *Discourse and Discrimination*. (pp. 221-262). Detroit, MI: Wayne State University Press.
- Van Dijk, T. A. (1988b). *News Analysis. Case studies of international and national news in the press*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1988.
- Van Dijk, T. A. (1988c). *News as discourse*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Van Dijk, T. A. (1988d). "Social cognition, social power and social discourse". *Text*, 8, 129-157.
- Van Dijk, T. A. (1988e). "The Tamil panic in the press". In T. A. van Dijk, *News Analysis. Case studies of international and national news in the press*. (pp. 215-254). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Van Dijk, T. A. (1990). "Social cognition and discourse". In: H. Giles, & R. P. Robinson (eds.), *Handbook of social psychology and language*. (pp. 163-183). Chichester: Wiley.
- Van Dijk, T. A. (1991). *Racism and the press*. Londres: Routledge.
- Van Dijk, T. A. (1992). "Discourse and the Denial of Racism". *Discourse & Society*, 3(1), 87-118.

- Van Dijk, T. A. (1992). "Racism and argumentation. Race Riot Rhetoric in Tabloid Editorials". In F. H. van Eemeren, R. Grootendorst, J. A. Blair, & C. A. Willard (eds.) *Argumentation Illuminated*. (pp. 243-259). Amsterdam: SICSAT.
- Van Dijk, T. A. (1993a). *Elite discourse and racism*. Newbury Park, CA, USA: Sage Publications.
- Van Dijk, T. A. (1993b). "Principles of Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society* 4(2), 249-83.
- Van Dijk, T. A. (1996). "Discourse, Power and Access". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa, & Coulthard, Malcolm (eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. (pp. 84-104). Londres, England: Routledge.
- Van Dijk, T. A. (1997). "Political discourse and racism: Describing Others in Western parliaments". In: Riggins, Stephen Harold. (Ed.), *The language and politics of exclusion: Others in discourse. Communication and human values*, Vol. 24. (pp. 31-64). .
- Van Dijk, T. A. (1997). *Racismo y análisis crítico de los medios. (Racism and the critical analysis of the media)*. Barcelona: Paidós.
- Van Dijk, T. A. (1997). "The Discourse-Cognition-Society Triangle". In: Cleve, G., Ruth, I., Schulte-Holtey, E., & Wichert, F. (eds.) (1997). *Wissenschaft, Macht, Politik. intervention in aktuelle gesellschaftliche Diskurse*. Siegfried Jäger zum 60. Geburts
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology. A multidisciplinary approach*. Londres: Sage.
- Van Dijk, T. A. (1999). Context models in discourse processing. In: van Oostendorp, Herre, & Goldman, Susan R. (eds.), *The construction of mental representations during reading*. (pp. 123-148). Mahwah, NJ, USA: Lawrence Erlbaum Associates.
- Van Dijk, T. A. (2003a). *Ideología y discurso. Una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Ariel.
- Van Dijk, T. A. (2003b). "Knowledge in parliamentary debates". *Journal of Language and Politics*, 2(1), 93-129.
- Van Dijk, T. A. (2003c). Text and context of parliamentary debates. In Paul Bayley (Ed.), *Cross-Cultural Perspectives on Parliamentary Discourse*. (pp. 339-372). Amsterdam: Benjamins.
- Van Dijk, T. A. (2003d). "The Discourse-Knowledge interface". In Gilbert Weiss & Ruth Wodak (eds.), *Critical Discourse Analysis. Theory and interdisciplinarity*. (pp. 85-109). Houndsmills, UK: Palgrave MacMillan.
- van Dijk, T. A. (Ed.) (1985a). *Discourse and communication*. Berlin/Nova Iorque: de Gruyter.
- Van Dijk, T. A. (Ed.) (1985a). *Handbook of Discourse Analysis*. 4 vols. Londres: Academic Press.
- Van Dijk, T. A. (Ed.) (1997). *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction*. 2 vols. Londres: Sage.
- Van Dijk, T. A., & Kintsch, W. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. Nova Iorque: Academic Press.

- van Dijk, T. A., & Wodak, R. (eds.) (1988). "Discourse, racism and social psychology". *Text*, 8, No. 1/2.
- Van Eemeren, F. H., & Grootendorst, R. (1992). *Argumentation, communication, and fallacies*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Van Leeuwen, T. J. (1993). "Genre and Field in Critical Discourse Analysis: A Synopsis". *Discourse & Society* 4(2), 193-223.
- Van Leeuwen, T. J. (1995a). "Representing Social Action". *Discourse & Society*, 6(1), 81-106.
- Van Leeuwen, T. J. (1995b). *The grammar of legitimation*. Londres School of Printing, School of Media.
- Van Leeuwen, T. J. (1996). "The representation of social actors". In C. R. Caldas-Coulthard & M. Coulthard (eds.), *Texts and practices. Readings in Critical Discourse Analysis*. (pp. 32-70). Londres: Routledge.
- Van Leeuwen, T. J. (1999). *Speech, music, sound*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, UK.: Macmillan Press.
- Van Oostendorp, Herre, & Rolf A. Zwaan. (eds.) (1994). *Naturalistic Text Comprehension*. Norwood, NJ: Ablex.
- Van Zoonen, L. (1994). *Feminist media studies*. Londres: Sage.
- zanderford, M. L. (1989). "Vilification and Social-Movements: A Case-Study of Pro-Life and Pro-Choice Rhetoric". *Quarterly Journal of Speech*, 75, 166-182.
- Verrillo, E. (1996). "Who Is Anita Hill? A Discourse-Centered inquiry into the Concept of Self in American Folk Psychology". In Ragan, Sandra L., Bystrom, Dianne G., Kaid, Lynda Lee, & Beck, Christina S. (eds.), *The Lynching of Language: Gender, Politics, and Power in the Hill-Thomas Hearings*. (pp. 61-83). Urbana, IL: University Illinois Press.
- Von Paczensky, S. (1990). "In a Semantic Fog: How to Confront the Accusation That Abortion Equals Killing". *Womens Studies International Forum*, 13(3), 177-184.
- Weatherall, A. (2002). *Gender, language and discourse*. Nova Iorque: Routledge.
- Weaver, C. A., Mannes, S., & Fletcher, C. R. (eds.) (1995). *Discourse comprehension. Essays in honor of Walter Kintsch*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Weeks, E. L., Blount, J., Boles, J. M., & Garbin, A. P. (1986). "The Transformation of Sexual Harassment from a Private Trouble into a Public Issue". *Sociological Inquiry*, 56(4), 432-455.
- Weiss, G., & Wodak, R. (eds.) (2003). *Critical Discourse Analysis. Theory and interdisciplinarity*. Houndsmills: Palgrave.
- Weitz, S. (1972). "Attitude, voice and behavior: A repressed affect model of interracial interaction". *Journal of Personality and Social Psychology*, 24, 14-21.
- Wellman, D. T. (1993). *Portraits of white racism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- West, C. (1984). *Routine complications: Troubles with talk between doctors and patients*. Bloomington: Indiana University Press.

- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimization of exploitation*. Chichester: Columbia University Press.
- Whillock, R. K., & Slayden, D. (eds.) (1995). *Hate speech*. Londres, CA: Sage.
- Wilkes, A. L. (1997). *Knowledge in minds. Individual and collective processes in cognition*. Hove: Psychology Press.
- Williams, J. (Ed.) (1995). *PC Wars. Politics and theory in the academy*. Nova Iorque: Routledge.
- Willis, P. (1977). *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs*. Londres: Saxon House.
- Wilson, C. C., & Gutiérrez, F., (1985). *Minorities and the media*. Beverly Hills, Ca., & Londres: Sage Publications.
- Wilson, J. (1990). *Politically speaking*. Cambridge: Blackwell.
- Wilson, J. (1991). "The Linguistic Pragmatics of Terrorist Acts". *Discourse and Society*, 2(1), 29-45.
- Windisch, U. (1978). *Xénophobie? Logique de la pensée populaire*. Lausanne: l'Age d'Homme.
- Windisch, U. (1990). *Speech and reasoning in everyday life*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wodak, R. (1984a). "Determination of guilt: Discourses in the courtroom". In C. Kramarae, M. Schulz, & W. M. O'Barr, (eds.). *Language and power*. (pp. 89-100). Beverly Hills, CA: Sage.
- Wodak, R. (1984b). *The Language of Love and Guilt: Relationships between Mothers and Daughters from a Socio- and Psycholinguistic Point of View*. Resources for Feminist Research / Documentation sur la Recherche Feministe, 13(3), 21-25.
- Wodak, R. (1985). "The Interaction between judge and defendant. In: T. A. Van Dijk (Ed.), *Handbook of Discourse analysis*. Vol. 4. *Discourse analysis In society* (pp. 181-191). Londres: Academic Press.
- Wodak, R. (1987). 'And where is the Lebanon?' A socio-psycholinguistic investigation of comprehension and Intelligibility of news". *Text*, 7, 377-410.
- Wodak, R. (1991). "Turning the tables: Anti-semitic discourse in post-war Austria". *Discourse & Society*, 2, 65-84.
- Wodak, R. (1996). *Disorders of discourse*. Londres: Longman.
- Wodak, R. (1997). Das Ausland and anti-Semitic discourse: The discursive construction of the Other. In: Riggins, Stephen Harold (Ed.), *The language and politics of exclusion: Others in discourse*. (pp. 65-87). Thousand Oaks, CA, USA: Sage Publications.
- Wodak, R. (Ed.) (1989). *Language, Power and Ideology. Studies in political discourse*. Amsterdam: Bejamins.
- Wodak, R. (Ed.) (1997). *Gender and discourse*. Londres Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.

- Wodak, R., & Kirsch, P. (eds.) (1995). *Totalitäre Sprache (Totalitarian languages)*. Vienna: Passagen Verlag.
- Wodak, R., & Menz, F. (eds.) (1990). *Sprache in der Politik – Politik in der Sprache. Analysen zum öffentlichen Sprachgebrauch. (Language in politics – politics in language. Analyses of public language use)*. Klagenfurt: Drava.
- Wodak, R., De Cillia, R., Blüml, K., & Andraschko, E. (1987). *Sprache und Macht (Language and power)*. Wien: Deuticke.
- Wodak, R., De Cillia, R., Reisigl, M., Liebhart, K., Hofstätter, K., & Kargl, M. (1997). *Diskursive Konstruktion nationaler Identität (The discursive construction of national identity)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Wodak, R., Menz, F., & Laluschek, J. (1989). *Sprachbarrieren. Die Verständigungskrise der Gesellschaft*. Wien: Atelier.
- Wodak, R., Menz, F., Lutz, B., & Gruber, H. (1985). *Die Sprache der Mächtigen – die Sprache der Ohnmächtigen. Der Fall Hainburg. (The language of the powerful – the language of the powerless. The case of Hainburg)*. Wien: Arbeitsgemeinschaft für politische Bildung.
- Wodak, R., & Meyer, M. (eds.) (2001). *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage.
- Wodak, R., Nowak, P., Pelikan, J., Gruber, H., de Cillia, R., & Mitten, R. (1990). “Wir sind alle unschuldige Täter”. Diskurshistorische Studien zum Nachkriegsantisemitismus (“We are all innocent perpetrators” Discourse historic studies in post war antisemitism). Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- Wodak, R., & Van Dijk, T. A. (eds.). *Racism at the Top. Parliamentary Discourses on Ethnic Issues in Six European States*. Klagenfurt, Austria: Drava Verlag.
- Word, C. O., Zanna, M. P., & Cooper, J. (1974). “The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in interracial interaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 109-120.
- Wrong, D. H. (1979). *Power: Its forms, bases and uses*. Oxford: Blackwell.
- Wyer, R. S., & Srull, T. K. (eds.) (1984). *Handbook of social cognition*. 3 vols. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Zajonc, R. B. (1980). “Feeling and thinking: Preferences need no inferences”. *American Psychologist*, 35, 151-175.
- Zanna, M. P., & Olson, J. M. (eds.) (1993). *Psychology of prejudice*. The Ontario Symposium, Volume 7. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Zanna, M. P., Olson, J. M., & Herman, C. P. (eds.) (1987). *Social influence*. The Ontario Symposium, Volume 5. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Zimmermann, H. D. (1969). *Die politische Rede. Der Sprachgebrauch Bonner Politiker. (Political Speech. Language use of Bonn’s politicians)*. Stuttgart: Kohlhammer.
- žiček, S. (1994). *Mapping ideology*. Londres: Verso.

Índice

Prefácio	7
Introdução	13
O que é a Análise Crítica do Discurso? (2001)	19
Análise Crítica do Discurso Multidisciplinar: um apelo à diversidade. (2001)	35
O estudo interdisciplinar das notícias como discurso. (1991)	61
Poder e a Imprensa. (1995)	73
Cognição social e discurso. (1989)	97
Análise do discurso como análise de ideologia. (1995)	117
Semântica do discurso e ideologia. (1995)	135
Opiniões e ideologias na Imprensa. (1998)	187
Discurso, conhecimento e ideologia. (2002)	223
Da gramática do texto à análise crítica do discurso. (1995)	247
<i>Nota bibliográfica</i>	267
<i>Bibliografia</i>	269

Este livro constitui uma colectânea de textos que exemplificam a maioria dos projectos, interesses e teorias desenvolvidas pelo autor no quadro dos Estudos Críticos do Discurso. É uma obra particularmente relevante para estudantes e académicos interessados na investigação sobre comunicação e *media*, sobretudo no discurso da notícia e nas relações entre este tipo de discurso e o poder social, ou a cognição social e a ideologia. ¶ Teun A. van Dijk apresenta formas de abordar as notícias da imprensa que são mais detalhadas, mais sistemáticas e mais explícitas do que o simples comentar, parafrasear ou dissecar o conteúdo dos textos jornalísticos.

ISBN 978-989-755-294-6



9 789897 552946

